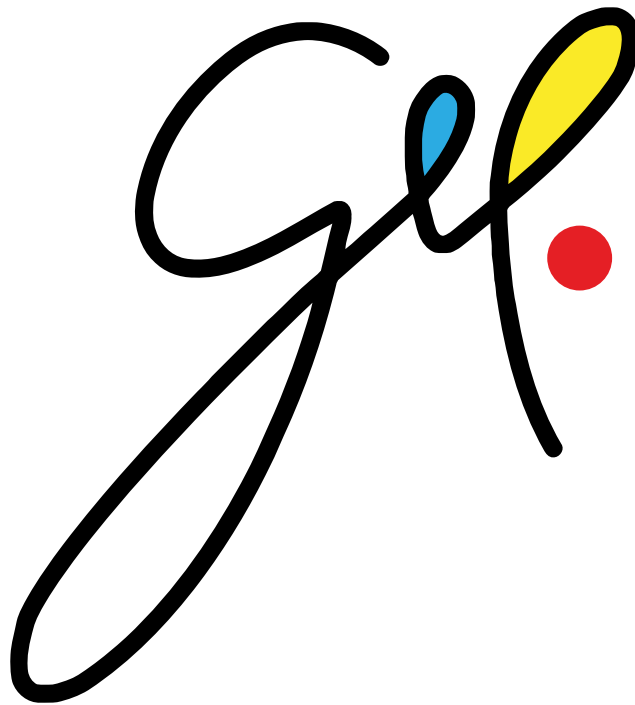


REVISTA DO GEL



Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 21	n. 3	326 p.	Dezembro 2024
----------------	-----------	-------	------	--------	---------------

DIRETORIA DO GEL / 2023 - 2025 (UNICAMP - Campinas)

Presidente: Livia Oushiro

Vice-Presidente: Dayane Celestino de Almeida

Secretária: Erica Luciene Alves de Lima

Tesoureiro: Thiago Oliveira da Motta Sampaio

REVISTA DO GEL

revistadogel@gel.org.br | <https://revistas.gel.org.br/rg>

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Prof. Dr. Aquiles Tescari Neto

Prof. Dr. Eduardo Penhavel

Prof. Dr. Oto Araújo Vale

Profa. Dra. Lúcia Regiane Lopes-Damasio

Profa. Dra. Márcia Santos Duarte de Oliveira

EDITOR RESPONSÁVEL

Prof. Dr. Marcelo Módolo

ASSISTENTE EDITORIAL

Milton Bortoleto

**REVISÃO, NORMATIZAÇÃO, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO,
EDIÇÃO E ARTE****CONSELHO EDITORIAL**

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (Unicamp)

Carlos Subirats Rüggeberg (Universitat de Barcelona)

Danilo Marcondes Souza Filho (PUC/RJ)

Evani Viotti (USP)

Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)

Helena Nagamine Brandão (USP)

Ieda Maria Alves (USP)

Jacques Fontanille (Université de Limoges)

José Borges Neto (UFPR)

Kanavilil Rajagopalan (Unicamp)

Marco Antonio de Oliveira (PUC/MG)

Maria Célia de Moraes Leonel (Unesp/FCLAr)

Maria Irma Hadler Coudry (Unicamp)

Marta Luján (The University of Texas)

Mirta Maria Groppi Asplanato de Varalla (USP)

Otto Zwartjes (University of Amsterdam)

Pierre Swiggers Katholieke Universiteit Leuven

Raquel Santana dos Santos (USP)

Renata Coelho Marchezan (Unesp/FCLAr)

Wilmar da Rocha D'Angelis (Unicamp)

Catálogo na Publicação elaborada por
Gildenir Carolino Santos (CRB-8ª/5447)

Revista do GEL. – v.1, n.1 (2004-). – São Paulo, SP: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2002-
1 recurso digital : il.

Periodicidade quadrimestral desde volume 13, 2016 (atual).

Periodicidade semestral até volume 12, 2015.

Periodicidade anual até 2006.

e-ISSN 1984-591X (online).

Publicada no formato impresso ed. especial n. 0, 2002.

Disponível online a partir do volume 1, 2004.

Título abreviado: Rev. GEL

Preservada digitalmente no LOCKSS.

Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

1. Linguística (Teoria e análise) – Periódicos. 2. Linguística aplicada – Periódicos. 3. Literatura – Periódicos. I. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

20-018

CDD: 410.05

CDU: 81 (05)

SUMÁRIO | CONTENTS

8	APRESENTAÇÃO Marcelo Módolo
10	HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA: TEMAS, HISTÓRIA E TRADIÇÕES Alessandro Beccari, José Bento Cardoso Vidal Neto e Rebeca Fernández Rodríguez
19	HISTORIOGRAPHY OF LINGUISTICS: THEMES, HISTORY AND TRADITIONS Alessandro Beccari, José Bento Cardoso Vidal Neto e Rebeca Fernández Rodríguez
27	HISTORIOGRAFÍA LINGÜÍSTICA: TEMAS, HISTORIA Y TRADICIONES Alessandro Beccari, José Bento Cardoso Vidal Neto e Rebeca Fernández Rodríguez
36	NOMINATA DE PARECERISTAS
53	A ORAÇÃO NA GRAMÁTICA BRASILEIRA OITOCENTISTA: ESTUDO PANORÂMICO <i>THE SENTENCE IN NINETEENTH-CENTURY BRAZILIAN GRAMMAR: A PANORAMIC STUDY</i> Bruna Polachini
83	SÍNCLISE PRONOMINAL: VESTÍGIOS DE UMA CONTROVÉRSIA <i>PRONOMINAL ENCLITIC – TRACES OF A CONTROVERSY</i> Marcelo Costa Sievers e Tania Maria Nunes de Lima Camara
109	O CONCEITO DE SÍLABA EM JOÃO DE BARROS (1540) <i>THE CONCEPT OF THE SYLLABLE IN JOÃO DE BARROS (1540)</i> Leonardo Ferreira Kaltner e Melyssa Cardozo Silva dos Santos

- 126 **SINCRONIA EM HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA: SAID ALI E O ESTRUTURALISMO LINGUÍSTICO**
SYNCHRONY IN LINGUISTIC HISTORIOGRAPHY: SAID ALI AND THE LINGUISTIC STRUCTURALISM
Cristina Altman
- 147 **EL ANÁLISIS LÓGICO Y GRAMATICAL LA RENOVACIÓN DIDÁCTICA EN LA GRAMÁTICA ESCOLAR ARGENTINA (1863-1884)**
LOGICAL AND GRAMMATICAL ANALYSIS AND DIDACTIC RENEWAL IN ARGENTINEAN SCHOOL GRAMMAR (1863-1884)
Esteban Lidgett
- 172 **IDEL BECKER EM TRÊS TEMPOS: ESTUDO COMPARATIVO-HISTORIOGRÁFICO SOBRE SUA ABORDAGEM LEXICAL NO ENSINO DE ESPANHOL PARA BRASILEIROS**
IDEL BECKER IN THREE PHASES: A COMPARATIVE-HISTORIOGRAPHICAL STUDY OF HIS LEXICAL APPROACH TO TEACHING SPANISH TO BRAZILIANS
Diego José Alves Alexandre
- 192 **THE THESAURUS THEUTONICAE LINGUAE (1573): DICTIONARY AS A GRAMAR**
LE THESAURUS THEUTONICAE LINGUAE (1573) : DICTIONNAIRE COMME GRAMMAIRE
Elizaveta Zimont
- 221 **SHAPING COMPARATIVE LINGUISTICS: THE ACHIEVEMENT OF FRANZ BOPP**
MOLDANDO A LINGUÍSTICA COMPARADA: A CONQUISTA DE FRANZ BOPP
Pierre Swiggers
- 245 **REFLEXÕES DE AUGUST SCHLEICHER SOBRE A AUTONOMIA E A COMPLEMENTARIDADE DA LINGUÍSTICA E DA FILOGIA**
INITIAL REFLECTIONS ON PHONOLOGY IN CONSTRUCTURAL GRAMMAR
Rogério Ferreira da Nóbrega
- 266 **LINGUÍSTICA FORMAL E INTERDISCIPLINARIDADE: QUESTÕES HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS**
FORMAL LINGUISTICS AND INTERDISCIPLINARITY: HISTORICAL AND CONTEMPORARY ISSUES
Olga Coelho

- 280 **REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A FONOLOGIA NA GRAMÁTICA
CONSTRUTURAL**
INITIAL REFLECTIONS ON PHONOLOGY IN CONSTRUCTURAL GRAMMAR
Gustavo Nishida
- 296 **TENDÊNCIAS EM ANÁLISE DO DISCURSO NA AMÉRICA LATINA**
TRENDS IN CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS IN LATIN AMERICA
Anielle Morais
- 321 **UMA HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA: DA ANTIGUIDADE AO
ILUMINISMO (TOMO 1) E UMA HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA: DO
SÉCULO 19 AO LIMAR DO SÉCULO 20 (TOMO 2), DE MARCOS
BAGNO**
RESENHA
Xoán Carlos Lagares

Apresentação

A Linguística, como qualquer ramo do saber, é ao mesmo tempo produto de sua história e matriz de seu futuro. Desde as primeiras reflexões gregas e indianas até as abordagens contemporâneas, a investigação sobre a linguagem tem se constituído como campo em constante transformação, marcado por tradições, rupturas e diálogos com outras áreas do conhecimento. Nessa conjuntura, a historiografia da linguística afirmou-se, a partir dos anos 1970, como disciplina dotada de fundamentos teórico-metodológicos próprios, abrindo espaço para compreender não apenas a trajetória da ciência da linguagem, mas também os modos como ideias, práticas e discursos se formaram, circularam e se sedimentaram ao longo do tempo.

É nesse horizonte que a *Revista do GEL* apresenta, em seu volume 21, número 3 (dezembro de 2024), o dossiê “Historiografia Linguística: temas, história e tradições”, organizado pelos professores Alessandro Beccari (UNESP-Assis e CEDOCH-USP), José Bento Cardoso Vidal Neto (CEDOCH-USP) e Rebeca Fernández Rodríguez (Universidade de Utrecht, Holanda). A eles registro meus sinceros agradecimentos pela cuidadosa condução editorial e pela criteriosa seleção dos textos que integram esta edição.

O dossiê reúne doze artigos e uma resenha, estruturados em três eixos complementares. O primeiro, dedicado às Gramaticografias, apresenta reflexões sobre o português, o espanhol escolar e o flamengo. O segundo volta-se à Historiografia da Linguística europeia, com análises de autores centrais, como Franz Bopp e August Schleicher. O terceiro se concentra na Historiografia da Linguística brasileira, destacando questões como a interdisciplinaridade da linguística formal, a recuperação de propostas pouco revisitadas e os caminhos da Análise do Discurso Crítica na América Latina. O conjunto se conclui com a resenha de Xoán Carlos Lagares sobre os dois volumes da obra de Marcos Bagno, que revisitam a história da linguística desde a Antiguidade até o limiar do século XX.

Este volume convida, assim, a refletir sobre a forma como a ciência linguística se constrói também por meio de seus próprios relatos históricos. Ao mesmo tempo em que oferece ao leitor um panorama de tradições e debates, reafirma

a relevância da historiografia como ferramenta de compreensão crítica do presente e de projeção para o futuro da disciplina.

Renovo os agradecimentos aos editores convidados, à Comissão Editorial, ao assistente editorial Milton Bortoleto, aos pareceristas e, de modo especial, a todos os autores que, com seus trabalhos, contribuem para ampliar o diálogo científico no Brasil e além dele.

Que estas páginas sejam ponto de partida para novas perguntas e descobertas.

Marcelo Módolo,
Editor da *Revista do GEL*.

Historiografia Linguística: temas, história e tradições

Prof. Dr. Alessandro Beccari | UNESP-Assis e CEDOCH-USP

Prof. Dr. José Bento Cardoso Vidal Neto | CEDOCH-USP

Profa. Dra. Rebeca Fernández Rodríguez | Universidade de Utrecht – Holanda

O estudo científico das línguas e da linguagem (Faraco, 2017, p. 13), como qualquer outro ramo do saber, tem sua história. A Linguística, como a conhecemos hoje em dia, pode ser considerada uma disciplina relativamente recente. Contudo, há indícios de reflexões linguísticas tão antigas quanto a própria humanidade. Assim, se recuamos alguns milênios no contínuo da história, deparamo-nos com o percurso de criação dos primeiros sistemas de escrita e vocabulários de línguas estrangeiras – ambos motivados por necessidades práticas, testemunhas dos primeiros indícios de reflexões acerca da natureza da linguagem (Fischer, 2009). Com o advento das primeiras escolas filosóficas gregas, muitas observações de cunho linguístico passaram a ser acumuladas (Neves, 1987). Para dar conta desses dados, surgiram as primeiras sistematizações e categorizações de natureza lógico-filosófica que dariam origem às classes de palavras da tradição gramatical (Dezotti, 2013). Os antigos helenos também deram início a discussões semânticas, sobre a natureza da linguagem, e se interessaram por aspectos morfológicos e sintáticos de seu próprio idioma e de seus dialetos. Na culminância desses estudos, no séc. II a.C., surge em Alexandria do Egito aquela que é considerada a primeira gramática: a *Tékhne grammatiké*, de Dionísio da Trácia (Chapanski, 2003). No Oriente, contemporaneamente aos gregos, a grande civilização da Índia começava a se aprofundar na pesquisa minuciosa dos sons da fala. A longa história do interesse humano pelas línguas e a linguagem, multivariada e complexa, continuou na Antiguidade Tardia, na Alta e Baixa Idade Média, no Renascimento, na Idade Moderna, no Século das Luzes e seguiu ininterrupta até nossos dias. É uma história tão fundamental para a compreensão do mundo e do ser humano quanto a história das demais ciências, das artes plásticas, da política, da religião, da música, entre tantos outros campos do saber e da cultura. Nas palavras de Robins (1983, p. 2), “a linguística de hoje, como os outros ramos do saber e como os fatos culturais em

geral, é ao mesmo tempo produto do seu passado e matriz do seu futuro [...]” e, “como qualquer concepção intelectual ou moral”, a Linguística “[...] tem a sua história [...]”, e seu estudo histórico é semelhante a “qualquer outro tema relacionado à atividade humana”, ou seja, “consiste no estudo da sucessão temporal de pessoas e acontecimentos, bem como no exame das relações causais, influências e tendências que neles se podem descobrir e que nos possibilitam melhor compreendê-los” (Robins, 1983, p. 2).

A partir dos anos 1970, a Historiografia Linguística (doravante HL) passa a ser uma alternativa para o estudo da história da Linguística. Difere das abordagens anteriores principalmente ao abandonar um entendimento cumulativo do conhecimento linguístico. A HL apresenta segmentos da história das reflexões humanas sobre as línguas e a linguagem como partes integrais da disciplina e se propõe princípios teóricos e metodológicos bem estabelecidos para o seu empreendimento investigativo (Coelho; Hackerott, 2012). É, portanto, um conjunto de reconstruções linguisticamente informadas e epistemologicamente orientadas de segmentos da história da Linguística. Suas orientações advêm de desenvolvimentos das ideias de teóricos da História e Filosofia da Ciência, especialmente Thomas Kuhn (2006 [1962]), que em sua obra *A estrutura das revoluções científicas* inaugurou a possibilidade de historiografias críticas para a história das ciências. Koerner (1989), Auroux (2006 [1992]), Murray (1998) e Swiggers (2004), operando calibrações, rupturas e amplos desenvolvimentos, adaptaram as ideias de Kuhn para a História da Ciência ao ambiente da Linguística.

No Brasil, especialmente até os anos 1980 e meados da década de 1990, os trabalhos de reconstrução de segmentos da história dos estudos das línguas e da linguagem limitavam-se ao que Castilho chama de “crônicas, que procuravam documentar o que se vinha fazendo no Brasil em matéria de Filologia, Gramática, Linguística”¹ (2018, p. 33). Entretanto, essa situação mudou com a fundação por Cristina Altman do Centro de Documentação em Historiografia da Linguística (CEDOCH-DL-USP) junto ao Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, em 1994, que passou a abrigar uma série de pesquisas inter-relacionadas, projetos, eventos, exposições, seminários e publicações científicas a partir de um conjunto comum de princípios metodológicos. Cristina Altman, “com a companhia de Olga Coelho e de vários outros pós-graduandos, instalou um vasto programa sobre a emergência, o desenvolvimento, a institucionalização e a profissionalização das ciências da linguagem ao longo de uma tradição de

¹ Castilho (2018, p. 33) cita como cronistas da Linguística “Preti (1981, 1987), Cunha (1985), Callou (1999), Dias e Moraes (1994), Salles (2001) [...] Castilho (1967, 1971a, 1971b, 1972-1973, 1981a, 1981b, 1988, 1989, 1990, 1994, 1995, 2000, 2002, 2005, 2007, 2009, 2017a, b)”.

pesquisa” (Castilho, 2018, p. 34), o que incluiu estudos inaugurais das primeiras gramáticas de línguas americanas escritas no território do atual Brasil por missionários jesuítas no séc. XVI. Cristina Altman é também a introdutora seja da Linguística Missionária, seja dos estudos acerca das reflexões linguísticas do passado a respeito de idiomas diferentes do português, que foram falados e ensinados no Brasil.

Vale ressaltar que o termo “Linguística” de Historiografia Linguística não exclui os estudos da linguagem anteriores ao séc. XX, pois a HL tem como seu escopo todo o conhecimento (*knowledge*) sobre a linguagem, que deseja descrever e explicar cientificamente. Em um capítulo em que discute o objeto, a metodologia e a modalização da HL, Swiggers (2012, p. 39) assim a define:

[...] the discipline (within the field of [general] linguistics) that aims at providing a scientifically grounded descriptive and explanatory account of how linguistic knowledge (i.e. what was accepted at a given time as knowledge, information and documentation on language-related issues) was gained, and what has been the course of development of this linguistic knowledge, since its beginnings to the present.

Respeitados os parâmetros de pesquisa da HL, nada impede, entretanto, que se estude o pensamento linguístico, por exemplo, dos antigos egípcios, dos gramáticos romanos, dos *Modistae* do Baixo Medievo ou a *Minerva* de Sanctius de las Brozas, do final do séc. XVI. Assim, podemos pensar em pesquisas de HL sobre as discussões sobre a natureza da linguagem no *Crátilo* de Platão, nos debates dos gramáticos medievais que deram origem ao desenvolvimento de uma teoria de dependências sintáticas, no emprego de procedimentos e noções aristotélicas na tradição gramatical até nossos dias etc. (muitos outros exemplos poderiam ser citados). Nesse sentido, há bons motivos para acreditar que a HL pode contribuir significativamente para o progresso da Linguística no Brasil e no mundo – por exemplo, na análise de teorias e procedimentos atuais que talvez repitam inadvertidamente descobertas ou noções que se perderam no passado.

Ressaltamos que as noções que fundamentam as explicações da tradição gramatical para os fenômenos da linguagem, como as encontramos até hoje em materiais didáticos utilizados em nossas escolas, só podem ser compreendidas plenamente levando-se em conta ideias que fundamentam essas explicações. De fato, não é impossível entender a razão de ser dos conceitos operacionais da Gramática Tradicional sem um conhecimento prévio de seus fundamentos epistemológicos, porém, sua compreensão grandemente ilumina o ensino de

teorias gramaticais e linguísticas, pois muito se pode aprender a respeito dos pressupostos teóricos das reflexões atuais sobre a linguagem se os séculos de pesquisas que as antecederam no contínuo do tempo forem levados em consideração.

Até agora, tivemos como objetivo, neste texto, realizar breve apresentação da HL como disciplina linguística, da introdução da HL no Brasil, sublinhando sobretudo o papel desempenhado pelo CEDOCH na fundação e consolidação da historiografia linguística brasileira. Feito isso, é preciso falar do contexto em que surge a ideia de realização do presente dossiê.

Desde 1999, o CEDOCH promove o *MiniEnapol de HL*, congresso que reúne, além de seus membros (alunos de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado), também pós-graduandos, pesquisadores e professores de outras universidades brasileiras e estrangeiras. A partir da edição de 2021, em função das restrições impostas pela pandemia, o congresso passou a ser *on-line*. A utilização deste formato possibilitou ao CEDOCH ampliar de forma significativa o diálogo com um círculo de pesquisadores ainda maior, já que não havia mais as limitações financeiras – institucionais e individuais – para convites e deslocamentos de pesquisadores a São Paulo. Nesta edição, foi possível formar mesas temáticas com grande diversidade de temas, apresentados por pesquisadores de várias regiões do Brasil e de outros países, como Argentina, Portugal e Holanda. Tais autores foram convidados para submeter seus textos a esta prestigiosa revista, que também recebeu artigos vindos da ampla chamada aberta realizada. Desta forma, o presente dossiê é formado por textos vindos dessas duas fontes, o que simboliza também o desejo e as constantes ações de Cristina Altman desde o início do CEDOCH, qual seja, o da divulgação, ampliação e consolidação da historiografia linguística brasileira.

Assim, apresentamos aqui ao leitor interessado 12 artigos e uma resenha, que estão estruturados em 3 eixos temáticos: (i) Gramaticografias (do português, escolar do espanhol e do flamengo); (ii) Historiografia da linguística europeia e (iii) Historiografia da Linguística brasileira. A apresentação dos textos seguirá essa ordem, começando por aqueles que tratam da gramaticografia de alguma língua.

Em *A oração na gramática brasileira oitocentista: estudo panorâmico*, Bruna Polachini, usando como referência um universo de 72 gramáticas oitocentistas, estuda como um conceito tão caro à Gramática Filosófica – *oração*, *proposição* ou *sentença* – é retratado nesse extenso *corpus*, para nele observar semelhanças e diferenças quanto ao seu estatuto. Ao assim proceder, a autora mostra que

a gramaticografia brasileira do século XIX é fundamentamente racionalista, já que 52 obras estão vinculadas à gramática geral, ao modelo racionalista. No entanto, a autora consegue captar a presença de outros modelos epistemológicos, pois localiza 3 gramáticas presas ao modelo sintático latino e outras 17 em que se pode notar um certo desprendimento da gramática geral, já que tais obras começam a usar o modelo gramatical histórico-comparativo.

No artigo *Sínclise pronominal: vestígios de uma controvérsia*, Marcelo Costa Sievers e Tania Maria Nunes de Lima Camara apresentam a controvérsia entre defensores do uso lusitano e do brasileiro na colocação pronominal no início do século XX; demonstram a oposição de Cândido de Figueiredo (1928 [1917]) ao que chama de nativismo que aceita o uso de “fórmulas de linguagem ‘vulgar do Brasil’” – contrárias à sínclise pronominal da antiga metrópole – e o posicionamento de Manuel Said Ali (1919 [1908]) e Evanildo Bechara (1969 [1961]), defensores do uso brasileiro, para quem o purismo não detém a mudança ou a variação.

No texto *O conceito de sílaba em João de Barros (1540)*, Leonardo Ferreira Kaltner e Melyssa Cardozo Silva dos Santos demonstram que o conceito de sílaba na língua portuguesa é fundamental para o entendimento da prosódia de Barros em sua *Gramática da língua portuguesa* (1540). Para o gramático renascentista, o português se diferencia do grego e do latim no que tange à divisão silábica e o acento, na fala, mas não no canto, e guarda semelhanças com as línguas clássicas quanto à quantidade silábica. O artigo demonstra ainda que o estudo da sílaba, no século XVI, vinculava-se não só à gramática, mas também ao canto e a música, em uma tradição que remonta à Idade Média e Antiguidade.

Em *Sincronia em historiografia linguística: Said Ali e o estruturalismo linguístico*, Cristina Altman questiona a afirmação feita por alguns linguistas e historiógrafos que Said Ali foi um precursor do Estruturalismo no Brasil. A autora sustenta que o fato de Ali, em 1919, mencionar Saussure em uma de suas obras não é suficiente para associá-lo a essa teoria. Para rechaçar tal vínculo, Cristina Altman argumenta que alguns procedimentos metodológicos importantes para a HL não foram seguidos. Além da análise do caso em si, o artigo traz importantes reflexões metodológicas da introdutora da HL no Brasil, algo que a autora frequente faz em seus textos e comunicações orais.

No artigo *El análisis lógico y gramatical la renovación didáctica en la gramática escolar argentina (1863-1884)*, Esteban Lidgett argumenta que a introdução da análise lógica e gramatical, prática analítica vinda da Gramática Filosófica, foi responsável pela superação de antigos métodos de memorização de regras,

típicos da educação clássica, que vinham recebendo crescentes críticas por parte dos professores e administradores da educação secundária argentina por gerar pouco interesse nos alunos. Já o novo método, a *dupla análise*, foi visto como uma forma científica de ensino de línguas e responsável por aumentar o interesse do alunado, já que fomentava a participação ativa dos estudantes durante as aulas.

Em *Idel Becker em três tempos: estudo comparativo-historiográfico sobre sua abordagem lexical no ensino de espanhol para brasileiros*, Diego José Alves Alexandre examina a influência de Idel Becker no ensino do léxico espanhol a brasileiros ao longo de várias décadas, destacando sua ênfase na comparação com o português por meio de diferentes edições de seu *Manual de Espanhol* e outros artigos.

No texto *The Thesaurus Theutonicae linguae (1573): dictionary as a grammar*, Elizaveta Zimont defende uma maior consideração dos dicionários na história da gramática, concentrando-se no *Thesaurus Theutonicae Linguae* (TTL), de 1573, reconstruindo as suposições dos autores sobre a estrutura gramatical do flamengo e as estratégias adotadas, com base em etiquetas e comentários metalinguísticos.

Passando agora para os artigos que historiografam a Linguística europeia, temos *Shaping Comparative Linguistics: The Achievement of Franz Bopp*, de Pierre Swiggers, que se centra em Franz Bopp, considerado um dos fundadores da gramática comparada indo-europeia, explorando suas teorias sobre a origem e a estrutura das formas gramaticais e sua abordagem analítica.

Em *Reflexões de August Schleicher sobre a autonomia e a complementaridade da Linguística e da Filologia*, Rogério Ferreira da Nóbrega analisa as reflexões de August Schleicher, no século XIX, sobre a distinção entre a linguística, que ele concebe como uma ciência natural da linguagem, e a filologia, que ele vê como uma ciência histórica centrada no estudo cultural através dos textos.

Encerrando a seção de artigos, temos três historiografias sobre a Linguística brasileira.

No texto *Linguística formal e interdisciplinaridade: questões históricas e contemporâneas*, Olga Coelho trata dos dois tipos de abordagem em Linguística, a internalista (formal) e a externalista. A primeira tem como característica uma maior preocupação com a análise, a sistematização e formalização de aspectos da linguagem humana e das línguas e a segunda está mais voltada para o

diálogo com áreas como História, Sociologia e Educação. A autora argumenta que a Linguística formal, que sempre reivindicou para si o título de científica, durante muito tempo não se preocupou em dialogar com linguistas não formais ou mesmo com outras áreas do conhecimento. No entanto, Coelho identifica um movimento de mudança nesse cenário, enxerga um interesse de alguns linguistas formais em se fazer ouvir fora de seu campo restrito, como pode ser visto no recente interesse nas discussões sobre o ensino de Português e também pelo conteúdo de documentos oficiais que o regula, como a BNCC.

Em *Reflexões iniciais sobre a fonologia na Gramática Construtural*, Gustavo Nishida analisa os estudos de fonética e fonologia na gramática de Eurico Back e Geraldo Mattos (1972), assim como o artigo de Back na revista *Construtura* (1973), chamando a atenção para um capítulo esquecido ou ao menos muito pouco lembrado da história da Linguística brasileira, ao propor um estudo contrastivo das vogais nasais do Português Brasileiro sob a perspectiva da Linguística Construtural (LC) e da abordagem de Camara Junior (1969). O autor constata uma ausência de menções à proposta construtural e, paralelamente, verifica que a análise mattosiana é o ponto de partida dos estudos fonéticos e fonológicos brasileiros das décadas seguintes.

O artigo *Tendências em Análise do Discurso na América Latina*, de Anielle Moraes, apresenta o percurso teórico do pesquisador britânico Norman Fairclough (1941) na Análise de Discurso Crítica (ADC); oferece um estudo historiográfico do ponto de vista da reorganização do projeto teórico de Fairclough, que passou de uma perspectiva de análise linguística, até os anos 1980, para uma análise mais social a partir da década de 1990; o artigo discute como essa mudança impactou as pesquisas crítico-discursivas produzidas na América Latina. Para demonstrar esse impacto, oferece uma discussão de trabalhos recentes de duas especialistas latino-americanas: María Laura Pardo e Izabel Magalhães.

Finalmente, para encerrar o dossiê temático de HL, incluímos uma resenha, elaborada por Xoán Carlos Lagares, dos livros *Uma história da Linguística: da Antiguidade ao Iluminismo* (Tomo 1), e *Uma história da Linguística: do século 19 ao limiar do século 20* (Tomo 2), de Marcos Bagno, ambos publicados pela Parábola Editorial em 2023.

Referências

ALTMAN, C. **A pesquisa lingüística no Brasil** (1968-1988). São Paulo: Humanitas, 2004.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

CASTILHO, A. T. de. Da crônica à Historiografia Linguística: a presença de Cristina Altman. *In*: COELHO, O. (org.). **A Historiografia Linguística no Brasil: memória, estudos**. Campinas: Pontes, 2018. p. 33-40.

CHAPANSKI, G. **Uma tradução da *Tékne grammatiké*, de Dionísio Trácio, para o português**. 2003. 217 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

COELHO, O.; HACKEROTT, M. M. S. Historiografia Linguística. *In*: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. de S. (org.). **Ciências da Linguagem: o fazer científico**. v. 1. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 381-407.

DEZOTTI, L. C. **A invenção das classes de palavras**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2017.

FISCHER, S. R. **História da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KOERNER, E. F. K. Models in linguistic historiography. *In*: KOERNER, E. F. K. (org.). **Practicing Linguistic Historiography: selected essays**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989. p. 47-59.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MURRAY, S. O. Theory groups in science. *In*: MURRAY, S. O. **Theory groups and the study of language in North America: a social history**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998. v. 69. p. 1-26.

NEVES, M. H. M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Hucitec, 1987.

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Tradução Professor Martins Monteiro de Barros. Coleção Lingüística e Filologia. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SWIGGERS, P. Linguistic Historiography: object, methodology, modelization. (In: Historiografia da linguística, dossiê organizado por Cristina Altman e Ronaldo de Oliveira Batista) **Todas as Letras**: revista de língua e literatura, v. 14, n. 1, p. 38-53, 2012.

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas em la historiografía de la lingüística. *In*: Nuevas Aportaciones a la Historiografía Lingüística, 4: 2003, La Laguna. **Actas...** La Laguna: ARCO/LIBROS, S. L., 2004. p. 113-145.

Historiography of Linguistics: Themes, History and Traditions

Prof. Dr. Alessandro Beccari | UNESP-Assis and CEDOCH-USP

Prof. Dr. José Bento Cardoso Vidal Neto | CEDOCH-USP

Profa. Dra. Rebeca Fernández Rodríguez | Universidade de Utrecht – Holanda

The scientific study of language (Faraco, 2017, p. 13), like any other branch of knowledge, has its history. Linguistics, as we know it, can be considered a relatively recent discipline. However, there is evidence of linguistic reflections as old as humanity itself. Thus, if we go back a few millennia in history, we come across the creation of the first writing systems and vocabularies of foreign languages, both motivated by practical needs and bear witness to the first signs of reflections on the nature of language (Fischer, 2009). With the advent of the first Greek philosophical schools, many linguistic observations began to be accumulated (Neves, 1987). To account for these data, the first systematizations and categorizations of a logical-philosophical nature emerged, giving rise to the word classes of the grammatical tradition (Dezotti, 2013). The ancient Greeks also initiated semantic discussions about the nature of language and were interested in the morphological and syntactical aspects of their own language and dialects. At the culmination of these studies, in the second century BC, the work considered to be the first grammar appeared in Alexandria, Egypt: the *Tékhne grammatiké*, by Dionysius of Thrace (Chapanski, 2003). In the East, contemporaneously with the Greeks, the great civilization of India began to delve into the detailed research of speech sounds. The long history of human interest in language, multivariate and complex, continued into Late Antiquity, the High and Late Middle Ages, the Renaissance, the Modern Age, the Age of Enlightenment, and has continued uninterrupted to the present day. It is a history as fundamental to understanding the world and human beings as the history of other sciences, the visual arts, politics, religion, music, and so many other fields of knowledge and culture. In the words of Robins (1983, p. 2), “today’s linguistics, like other branches of knowledge and cultural facts in general, is at

the same time a product of its past and a matrix of its future [...]” and, “like any intellectual or moral conception,” Linguistics “[...] has its history [...],” and its historical study is similar to “any other subject related to human activity,” that is, “it consists of the study of the temporal succession of people and events, as well as the examination of the causal relationships, influences, and tendencies that can be discovered in them and that enable us to better understand them” (Robins, 1983, p. 2).

Since the 1970s, Linguistic Historiography (hereinafter HL) has emerged as an alternative approach to studying the history of linguistics. It differs from previous approaches primarily by abandoning a cumulative understanding of linguistic knowledge. HL presents segments of the history of human reflections on language as integral parts of the discipline and proposes well-established theoretical and methodological principles for its research (Coelho; Hackerott, 2012). It is, therefore, a set of linguistically informed and epistemologically oriented reconstructions of segments of the history of linguistics. Its orientations stem from developments in the ideas of theorists in the History and Philosophy of Science, especially Thomas Kuhn (2006 [1962]), who in his work *The Structure of Scientific Revolutions* inaugurated the possibility of critical historiographies for the history of science. Theorists such as Koerner (1989), Auroux (2006 [1992]), Murray (1998), and Swiggers (2004), operating calibrations, ruptures and broad developments, adapted Kuhn’s ideas for the History of Science to the environment of Linguistics.

In Brazil, especially until the 1980s and mid-1990s, the work of reconstructing segments of the history of language studies was limited to what Castilho calls “chronicles that sought to document what was being done in Brazil in the areas of Philology, Grammar, and Linguistics” (2018, p. 33)¹. However, this situation changed with the founding by Cristina Altman of the Documentation Center in Historiography of Linguistics – Centro de Documentação em Historiografia da Linguística (CEDOCH-DL-USP) within the Department of Linguistics at the University of São Paulo in 1994. This center began to house a series of interrelated research projects, events, exhibitions, seminars and scientific publications based on a common set of methodological principles. Cristina Altman, “along with Olga Coelho and several other graduate students, established a vast program on the emergence, development, institutionalization, and professionalization of language sciences throughout a research tradition” (Castilho, 2018, p. 34), which included inaugural studies of the first grammars of American languages written

¹ Castilho (2018, p. 33) cites as chroniclers of Linguistics “Preti (1981, 1987), Cunha (1985), Callou (1999), Dias and Moraes (1994), Salles (2001) [...] Castilho (1967, 1971a, 1971b, 1972-1973, 1981a, 1981b, 1988, 1989, 1990, 1994, 1995, 2000, 2002, 2005, 2007, 2009, 2017a, b)”

in the territory of present-day Brazil by Jesuit missionaries in the 16th century. Cristina Altman also introduced both Missionary Linguistics and studies on past linguistic reflections on languages other than Portuguese that were spoken and taught in Brazil.

It is worth noting that the term “Linguistics” in Linguistic Historiography does not exclude language studies prior to the 20th century, as HL has as its scope all knowledge about language, which it seeks to describe and explain scientifically. In a chapter discussing the object, methodology, and modalization of HL, Swiggers (2012, p. 39) defines it as follows:

the discipline (within the field of [general] linguistics) that aims at providing a scientifically grounded descriptive and explanatory account of how linguistic knowledge (i.e. what was accepted at a given time as knowledge, information and documentation on language-related issues) was gained, and what has been the course of development of this linguistic knowledge, since its beginnings to the present.

Given the research parameters of HL, nothing prevents us from studying the linguistic thought of, for example, the ancient Egyptians, the Roman grammarians, the *Modistae* of the Late Medieval period, or the *Minerva* of Sanctius de las Brozas from the late 16th century. Thus, HL research on topics such as the discussions on the nature of language in Plato’s *Cratylus*, the debates of medieval grammarians that gave rise to the development of a theory of syntactic dependencies, the use of Aristotelian procedures and notions in the grammatical tradition up to the present day, etc. (many other examples could be cited). In this sense, there are good reasons to believe that HL can contribute significantly to the progress of Linguistics in Brazil and worldwide, for example, in the analysis of current theories and procedures that may inadvertently repeat discoveries or notions that were lost in the past.

We emphasize that the notions underlying the traditional grammatical explanations of linguistic phenomena, as found today in teaching materials used in our schools, can only be fully understood by considering the ideas that underpin these explanations. Indeed, it is possible to understand the rationale behind the operational concepts of Traditional Grammar without prior knowledge of their epistemological foundations. However, understanding them greatly illuminates the teaching of grammatical and linguistic theories, as much can be learned about the theoretical assumptions of current reflections on language if the centuries of research that preceded them are taken into account.

Thus far, our goal in this text has been to briefly introduce HL as a linguistic discipline, its introduction in Brazil, and, above all, the role played by CEDOCH in the foundation and consolidation of Brazilian linguistic historiography. Having done this, it is necessary to discuss the context in which the idea for this dossier arose.

Since 1999, CEDOCH has hosted the *MiniEnapol de HL*, a conference that brings together, in addition to its members (who are undergraduate, graduate and postdoctoral students) also graduate students, researchers, and professors from other Brazilian and international universities. Beginning with the 2021 edition, due to pandemic restrictions, the conference became online. This format enabled CEDOCH to significantly expand its dialogue with an even wider circle of researchers, as there were no longer financial constraints, both institutional and individual, on invitations and travel for researchers to come to São Paulo. This edition enabled the creation of thematic panels with a wide range of topics, presented by researchers from various regions of Brazil and other countries, such as Argentina, Portugal, and the Netherlands. These authors were invited to submit their papers to this prestigious journal, which also received articles from the extensive open call. This dossier is made up of texts from these two sources, which also symbolizes Cristina Altman's desire and constant actions since the beginning of CEDOCH, namely, the dissemination, expansion and consolidation of Brazilian Linguistic Historiography.

Thus, we present here to the interested reader 13 articles and a review, which are structured around three thematic axes: (i) Grammaticographies (of Portuguese, scholarly Spanish and Flemish); (ii) Historiography of European Linguistics; and (iii) Historiography of Brazilian Linguistics. The presentation of the texts will follow this order, beginning with those that deal with the grammaticography of a given language.

In *The sentence in nineteenth-century Brazilian grammar: a panoramic study*, Bruna Polachini, using a universe of 72 nineteenth-century grammars as a reference, examines how a concept so dear to Philosophical Grammar, the sentence (*oração, proposição, sentença*) is portrayed in this extensive corpus, observing similarities and differences in its status. In doing so, the author demonstrates that nineteenth-century Brazilian grammatical writing is fundamentally rationalist, as 52 works are linked to General Grammar, the rationalist model. However, the author manages to capture the presence of other epistemological models, identifying three grammars tied to the Latin syntactic model and another 17 in which a certain detachment from General

Grammar can be noted, as these works begin to use the Historical-Comparative grammatical model.

In the article *Pronominal Enclitic – Traces of a Controversy*, Marcelo Costa Sievers and Tania Maria Nunes de Lima Camara present the controversy between defenders of the Lusitanian and Brazilian usage related to pronoun collocations at the beginning of the 20th century; the authors demonstrate Cândido de Figueiredo's (1928 [1917]) opposition to what he calls nativism, which accepts the use of "forms of 'vulgar Brazilian' language" contrary to the usage of the former colonial metropolis as opposed to the position of Manuel Said Ali (1919 [1908]) and Evanildo Bechara (1969 [1961]), defenders of Brazilian usage, for whom purism does not stop change and variation.

In the text *The Concept of the Syllable in João de Barros (1540)*, Leonardo Ferreira Kaltner and Melyssa Cardozo Silva dos Santos demonstrate that the concept of syllable in the Portuguese language is fundamental to understanding Barros's prosody in his *Gramática da língua portuguesa* (1540). For the Renaissance grammarian, Portuguese differs from Greek and Latin in syllabic division and stress in speech but not in chant, and bears similarities to classical languages in syllabic quantity. The article also demonstrates that the study of the syllable in the 16th century was linked not only to grammar but also to chanting and music, in a tradition dating back to the Middle Ages and Antiquity.

In *Synchrony in Linguistic Historiography: Said Ali and the Linguistic Structuralism*, Cristina Altman questions the assertion made by some linguists and historiographers that Said Ali was a precursor of Structuralism in Brazil. The author argues that the fact that Ali, in 1919, mentioned Saussure in one of his works is not sufficient to associate him with this theory. To reject such a link, Cristina Altman argues that some methodological procedures important to HL were not followed. In addition to analyzing the case itself, the article presents important methodological reflections by the woman who introduced HL to Brazil, something the author frequently does in her written work and oral communications.

In his article *Logical and grammatical analysis and didactic renewal in Argentinean school grammar (1863-1884)*, Esteban Lidgett argues that the introduction of logical and grammatical analysis, an analytical practice derived from Philosophical Grammar, was responsible for overcoming old methods of rule memorization, typical of classical education, which had been increasingly criticized by Argentine secondary school teachers and administrators for generating little interest among students. The new method, double analysis,

was seen as a scientific form of language teaching and was responsible for increasing student interest, as it encouraged active participation during class.

In *Idel Becker in three phases: a comparative-historiographical study on his lexical approach to teaching Spanish to Brazilians*, Diego José Alves Alexandre examines Idel Becker's influence on teaching Spanish vocabulary to Brazilians over several decades, highlighting his emphasis on comparisons with Portuguese through different editions of his *Spanish Manual* and articles.

In the text *The Thesaurus Theutonicae linguae (1573): dictionary as a grammar*, Elizaveta Zimont argues for a greater consideration of dictionaries in the history of grammar, focusing on the *Thesaurus Theutonicae linguae* (TTL) of 1573, reconstructing the authors' assumptions about the grammatical structure of Flemish and the strategies adopted, based on labels and metalinguistic comments.

Moving on now to articles concerning the historiography of European Linguistics, we have *Shaping Comparative Linguistics: The Achievement of Franz Bopp*, by Pierre Swiggers, which focuses on Franz Bopp, considered one of the founders of Indo-European comparative grammar, exploring his theories on the origin and structure of grammatical forms and his analytical approach.

In *August Schleicher's reflections on the autonomy and complementarity of Linguistics and Philology*, Rogério Ferreira da Nóbrega analyzes August Schleicher's reflections, in the 19th century, on the distinction between Linguistics, which he conceives as a natural science of language, and Philology, which he sees as a historical science centered on cultural study through texts.

Closing the articles section, we have three historiographies on Brazilian Linguistics.

In *Formal Linguistics and Interdisciplinarity: historical and contemporary issues*, Olga Coelho discusses two approaches to Linguistics: the internalist (formal) and the externalist. The former is characterized by a greater concern with the analysis, systematization, and formalization of aspects of human language and languages, while the latter focuses more on dialogue with fields such as history, sociology, and education. The author argues that formal Linguistics, which has always defined itself as scientific, has long been unconcerned with a dialogue with informal linguists or even with other fields of knowledge. However, Coelho identifies a shift in this scenario, noting an interest among some formal linguists in making their voices heard outside their restricted field, as can be seen in

the recent interest in discussions about Portuguese teaching and also in the content of official documents regulating it, such as the BNCC.

In *Initial Reflections on Phonology in Construtural Grammar*, Gustavo Nishida analyzes the studies on phonetics and phonology found in the grammar by Eurico Back and Geraldo Mattos (1972), as well as Back's article published in the *Construtura* journal (1973), drawing attention to a forgotten, or at least largely overlooked chapter in the history of Brazilian linguistics. He proposes a contrastive study of nasal vowels in Brazilian Portuguese from the perspective of Construtural Linguistics (CL) and the approach of Câmara Júnior (1969). The author notes a lack of references to the construtural proposal and, at the same time, observes that Mattos's analysis served as the starting point for Brazilian phonetic and phonological studies in the following decades.

The article *Trends in Critical Discourse Analysis in Latin America*, by Anielle Moraes, presents the theoretical trajectory of British researcher Norman Fairclough (1941) in Critical Discourse Analysis (CDA). It offers a historiographical study from the perspective of the reorganization of Fairclough's theoretical project, which shifted from a linguistic analysis perspective until the 1980s to a more social analysis from the 1990s onward. The article discusses how this shift impacted critical-discursive research produced in Latin America. To demonstrate this impact, it offers a discussion of recent work by two Latin American specialists: María Laura Pardo and Izabel Magalhães.

Finally, to conclude HL's thematic dossier, we include a review, written by Xoán Carlos Lagares, of the books *A History of Linguistics: from Antiquity to the Enlightenment (Volume 1)*, and *A History of Linguistics: from the 19th century to the threshold of the 20th Century (Volume 2)*, by Marcos Bagno, both published by Parábola Editorial in 2023.

References

ALTMAN, C. **A pesquisa lingüística no Brasil** (1968-1988). São Paulo: Humanitas, 2004.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

CASTILHO, A. T. de. Da crônica à Historiografia Linguística: a presença de Cristina Altman. In: COELHO, O. (org.). **A Historiografia Linguística no Brasil: memória, estudos**. Campinas: Pontes, 2018. p. 33-40.

CHAPANSKI, G. **Uma tradução da *Tékne grammatiké*, de Dionísio Trácio, para o português**. 2003. 217 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

COELHO, O.; HACKEROTT, M. M. S. Historiografia Linguística. *In*: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. de S. (org.). **Ciências da Linguagem**: o fazer científico. v. 1. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 381-407.

DEZOTTI, L. C. **A invenção das classes de palavras**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

FARACO, C. A. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2017.

FISCHER, S. R. **História da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KOERNER, E. F. K. Models in linguistic historiography. *In*: KOERNER, E. F. K. (org.). **Practicing Linguistic Historiography**: selected essays. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989. p. 47-59.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MURRAY, S. O. Theory groups in science. *In*: MURRAY, S. O. **Theory groups and the study of language in North America**: a social history. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998. v. 69. p. 1-26.

NEVES, M. H. M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Hucitec, 1987.

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Tradução Professor Martins Monteiro de Barros. Coleção Lingüística e Filologia. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SWIGGERS, P. Linguistic Historiography: object, methodology, modelization. (In: Historiografia da linguística, dossiê organizado por Cristina Altman e Ronaldo de Oliveira Batista) **Todas as Letras**: revista de língua e literatura, v. 14, n. 1, p. 38-53, 2012.

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. *In*: Nuevas Aportaciones a la Historiografía Lingüística, 4: 2003, La Laguna. **Actas...** La Laguna: ARCO/LIBROS, S. L., 2004. p. 113-145.

Historiografía lingüística: temas, historia y tradiciones

Prof. Dr. Alessandro Beccari | UNESP-Assis e CEDOCH-USP

Prof. Dr. José Bento Cardoso Vidal Neto | CEDOCH-USP

Profa. Dra. Rebeca Fernández Rodríguez | Universidade de Utrecht – Holanda

El estudio científico de las lenguas y el lenguaje (Faraco, 2017, p. 13), como cualquier otra rama del conocimiento, tiene su historia. La lingüística, tal y como la conocemos hoy en día, puede considerarse una disciplina relativamente reciente. Sin embargo, hay indicios de reflexiones lingüísticas tan antiguas como la propia humanidad. Así, si nos remontamos unos milenios en el tiempo, nos encontramos con el proceso de creación de los primeros sistemas de escritura y vocabularios de lenguas extranjeras, ambos motivados por necesidades prácticas, testigos de las primeras reflexiones sobre la naturaleza del lenguaje (Fischer, 2009). Con la llegada de las primeras escuelas filosóficas griegas, se empezaron a acumular muchas observaciones de carácter lingüístico (Neves, 1987). Para dar cuenta de estos datos, surgieron las primeras sistematizaciones y categorizaciones de naturaleza lógico-filosófica que darían origen a las clases de palabras de la tradición gramatical (Dezotti, 2013). Los antiguos helenos también iniciaron discusiones semánticas sobre la naturaleza del lenguaje y se interesaron por los aspectos morfológicos y sintácticos de su propia lengua y sus dialectos. Como culminación de estos estudios, en el siglo II a. C., surge en Alejandría (Egipto) la que se considera la primera gramática: la *Tékhne grammatiké*, de Dionisio de Tracia (Chapanski, 2003). En Oriente, contemporáneamente a los griegos, la gran civilización de la India profundizaba en la investigación minuciosa de los sonidos del habla. La larga historia del interés humano por las lenguas y el lenguaje, multivariada y compleja, continuó en la Antigüedad tardía, en la Alta y Baja Edad Media, en el Renacimiento, en la Edad Moderna, en el Siglo de las Luces y ha continuado ininterrumpidamente hasta nuestros días. Es una historia tan fundamental para la comprensión del mundo y del ser humano como la historia de las demás ciencias, las artes plásticas, la política, la religión, la música, entre tantos otros campos del saber y la cultura. En palabras de Robins (1983, p. 2), “la lingüística actual, al igual que

otras ramas del conocimiento y los hechos culturales en general, es al mismo tiempo producto de su pasado y matriz de su futuro [...]” y, “como cualquier concepción intelectual o moral”, la Lingüística “[...] tiene su historia [...]”, y su estudio histórico es similar al de “cualquier otro tema relacionado con la actividad humana”, es decir, “consiste en el estudio de la sucesión temporal de personas y acontecimientos, así como en el examen de las relaciones causales, influencias y tendencias que se pueden descubrir en ellos y que nos permiten comprenderlos mejor” (Robins, 1983, p. 2).

A partir de la década de 1970, la historiografía lingüística (en adelante, HL) se convierte en una alternativa al estudio de la historia de la lingüística. Se diferencia de los enfoques anteriores principalmente por abandonar una comprensión acumulativa del conocimiento lingüístico. La HL presenta segmentos de la historia de las reflexiones humanas sobre las lenguas y el lenguaje como partes integrales de la disciplina y propone principios teóricos y metodológicos bien establecidos para su empresa investigadora (Coelho; Hackerott, 2012). Se trata, por tanto, de un conjunto de reconstrucciones lingüísticamente informadas y epistemológicamente orientadas de segmentos de la historia de la Lingüística. Sus orientaciones provienen del desarrollo de las ideas de teóricos de la Historia y la Filosofía de la Ciencia, especialmente de Thomas Kuhn (2006 [1962]), quien en su obra *La estructura de las revoluciones científicas* inauguró la posibilidad de historiografías críticas para la historia de las ciencias. Koerner (1989), Auroux (2006 [1992]), Murray (1998) y Swiggers (2004) adaptaron, mediante calibraciones, rupturas y amplios desarrollos, las ideas de Kuhn para la historia de la ciencia al ámbito de la lingüística.

En Brasil, especialmente hasta los años 80 y mediados de los 90 del siglo XX, los trabajos de reconstrucción de segmentos de la historia de los estudios de las lenguas y el lenguaje se limitaban a lo que Castilho denomina “crónicas, que trataban de documentar lo que se venía haciendo en Brasil en materia de filología, gramática y lingüística”¹ (2018, p. 33). Sin embargo, esta situación cambió con la fundación, por parte de Cristina Altman, del Centro de Documentación en Historiografía de la Lingüística (CEDOCH-DL-USP) junto al Departamento de Lingüística de la Universidad de São Paulo, en 1994, que pasó a albergar una serie de investigaciones interrelacionadas, proyectos, eventos, exposiciones, seminarios y publicaciones científicas a partir de un conjunto común de principios metodológicos. Cristina Altman, “en compañía de Olga Coelho y varios otros estudiantes de posgrado, puso en marcha un amplio programa sobre el

¹ Castilho (2018, p. 33) cita como cronistas de la Lingüística a “Preti (1981, 1987), Cunha (1985), Callou (1999), Dias y Moraes (1994), Salles (2001) [...] Castilho (1967, 1971a, 1971b, 1972-1973, 1981a, 1981b, 1988, 1989, 1990, 1994, 1995, 2000, 2002, 2005, 2007, 2009, 2017a, b)”.

surgimiento, el desarrollo, la institucionalización y la profesionalización de las ciencias del lenguaje a lo largo de una tradición de investigación” (Castilho, 2018, p. 34), que incluyó estudios inaugurales de las primeras gramáticas de lenguas americanas escritas en el territorio del actual Brasil por misioneros jesuitas en el siglo XVI. Cristina Altman es también la introductora tanto de la Lingüística Misionera como de los estudios sobre las reflexiones lingüísticas del pasado con respecto a idiomas diferentes del portugués, que se hablaban y enseñaban en Brasil.

Cabe destacar que el término “lingüística” en la historiografía lingüística no excluye los estudios del lenguaje anteriores al siglo XX, ya que la HL tiene como ámbito todo el conocimiento sobre el lenguaje, que desea describir y explicar científicamente. En un capítulo en el que se discute el objeto, la metodología y la modalización de la HL, Swiggers (2012, p. 39) la define así:

[...] the discipline (within the field of [general] linguistics) that aims at providing a scientifically grounded descriptive and explanatory account of how linguistic knowledge (i.e. what was accepted at a given time as knowledge, information and documentation on language-related issues) was gained, and what has been the course of development of this linguistic knowledge, since its beginnings to the present.

Respetando los parámetros de investigación de la HL, nada impide, sin embargo, que se estudie el pensamiento lingüístico, por ejemplo, de los antiguos egipcios, de los gramáticos romanos, de los Modistas de la Baja Edad Media o de *Minerva* de Sánchez de las Brozas, de finales del siglo XVI. Así, podemos pensar en investigaciones de HL sobre las discusiones sobre la naturaleza del lenguaje en el *Crátilo* de Platón, en los debates de los gramáticos medievales que dieron origen al desarrollo de una teoría de las dependencias sintácticas, en el empleo de procedimientos y nociones aristotélicas en la tradición gramatical hasta nuestros días, etc. (se podrían citar muchos otros ejemplos). En este sentido, hay buenas razones para creer que la HL puede contribuir significativamente al progreso de la lingüística en Brasil y en el mundo, por ejemplo, en el análisis de teorías y procedimientos actuales que tal vez repitan inadvertidamente descubrimientos o nociones que se perdieron en el pasado.

Cabe destacar que las nociones que fundamentan las explicaciones de la tradición gramatical para los fenómenos del lenguaje, tal como las encontramos hasta hoy en los materiales didácticos utilizados en nuestras escuelas, solo pueden comprenderse plenamente teniendo en cuenta las ideas que fundamentan esas explicaciones. De hecho, no es imposible comprender la razón de ser de

los conceptos operativos de la gramática tradicional sin un conocimiento previo de sus fundamentos epistemológicos. Sin embargo, su comprensión ilumina en gran medida la enseñanza de las teorías gramaticales y lingüísticas, ya que se puede aprender mucho sobre los supuestos teóricos de las reflexiones actuales sobre el lenguaje si se tienen en cuenta los siglos de investigación que las precedieron en el continuo del tiempo.

Hasta ahora, nuestro objetivo en este texto ha sido realizar una breve presentación de la HL como disciplina lingüística, de la introducción de la HL en Brasil, subrayando sobre todo el papel desempeñado por el CEDOCH en la fundación y consolidación de la historiografía lingüística brasileña. Hecho esto, es necesario hablar del contexto en el que surge la idea de realizar el presente dossier.

Desde 1999, el CEDOCH promueve el MiniEnapol de HL, un congreso que reúne, además de a sus miembros (estudiantes de iniciación científica, máster, doctorado y posdoctorado), también a estudiantes de posgrado, investigadores y profesores de otras universidades brasileñas y extranjeras. A partir de la edición de 2021, debido a las restricciones impuestas por la pandemia, el congreso pasó a ser online. El uso de este formato permitió al CEDOCH ampliar significativamente el diálogo con un círculo de investigadores aún mayor, ya que ya no existían las limitaciones financieras (institucionales e individuales) para invitar y trasladar a los investigadores a São Paulo. En esta edición, fue posible formar mesas temáticas con una gran diversidad de temas, presentados por investigadores de varias regiones de Brasil y de otros países, como Argentina, Portugal y Países Bajos. Dichos autores fueron invitados a enviar sus textos a esta prestigiosa revista, que también recibió artículos procedentes de la amplia convocatoria abierta realizada. De este modo, el presente dossier está formado por textos procedentes de estas dos fuentes, lo que simboliza también el deseo y las constantes acciones de Cristina Altman desde los inicios del CEDOCH, es decir, la difusión, ampliación y consolidación de la historiografía lingüística brasileña.

Así, presentamos aquí al lector interesado 13 artículos y una reseña, estructurados en tres ejes temáticos: (i) Gramaticografías (del portugués, escolar del español y del flamenco); (ii) Historiografía de la lingüística europea y (iii) Historiografía de la lingüística brasileña. La presentación de los textos seguirá este orden, comenzando por aquellos que tratan de la gramaticografía de alguna lengua.

En *La oración en la gramática brasileña del ochocientos: estudio panorámico*, Bruna Polachini, tomando como referencia un universo de 72 gramáticas del

siglo XIX, estudia cómo un concepto tan valorado por la Gramática Filosófica —oración, proposición o sentencia— aparece representado en ese extenso corpus, con el fin de observar en él semejanzas y diferencias en cuanto a su estatuto. Al proceder de este modo, la autora muestra que la gramaticografía brasileña del siglo XIX es fundamentalmente racionalista, ya que 52 obras están vinculadas a la gramática general, al modelo racionalista. No obstante, la autora logra identificar la presencia de otros modelos epistemológicos, pues localiza 3 gramáticas adheridas al modelo sintáctico latino y otras 17 en las que puede apreciarse cierto alejamiento de la gramática general, dado que estas obras comienzan a utilizar el modelo gramatical histórico-comparativo.

En el artículo *Sínclisis pronominal: vestigios de una controversia*, Marcelo Costa Sievers y Tania Maria Nunes de Lima Camara presentan la controversia entre los defensores del uso luso y del brasileño en la colocación pronominal a principios del siglo XX. Demuestran la oposición de Cândido de Figueiredo (1928 [1917]) al llamado nativismo que acepta “formas de lenguaje vulgar de Brasil”, contrarias a la sínclisis de la antigua metrópoli, y el posicionamiento de Manuel Said Ali (1919 [1908]) y Evanildo Bechara (1969 [1961]), defensores del uso brasileño, quienes consideran que el purismo no detiene el cambio ni la variación.

En el texto *El concepto de sílaba en João de Barros (1540)*, Leonardo Ferreira Kaltner y Melyssa Cardozo Silva dos Santos demuestran que el concepto de sílaba en portugués es fundamental para entender la prosodia de Barros en su *Gramática de la lengua portuguesa* (1540). Para este gramático renacentista, el portugués se diferencia del griego y del latín en cuanto a la división silábica y el acento en el habla, pero no en el canto, y presenta similitudes con las lenguas clásicas respecto a la cantidad silábica. El artículo también muestra que el estudio de la sílaba en el siglo XVI se vinculaba no solo a la gramática, sino también al canto y a la música, dentro de una tradición que remonta a la Edad Media y la Antigüedad.

En *Sincronía en historiografía lingüística: Said Ali y el estructuralismo lingüístico*, Cristina Altman cuestiona la afirmación de algunos lingüistas e historiadores de que Said Ali fue precursor del estructuralismo en Brasil. La autora sostiene que el hecho de que Ali mencionara a Saussure en 1919 no es suficiente para vincularlo a esa teoría. Para rechazar tal relación, Altman argumenta que no se siguieron ciertos procedimientos metodológicos fundamentales para la historiografía lingüística. Además del análisis del caso, el artículo ofrece importantes reflexiones metodológicas de la pionera de la HL en Brasil, algo habitual en sus textos y exposiciones orales.

En el artículo *El análisis lógico y gramatical y la renovación didáctica en la gramática escolar argentina (1863-1884)*, Esteban Lidgett argumenta que la introducción del análisis lógico y gramatical, una práctica analítica proveniente de la Gramática Filosófica, permitió superar antiguos métodos de memorización de reglas propios de la educación clásica, cada vez más criticados por profesores y administradores del sistema educativo argentino por generar poco interés en los alumnos. En cambio, el nuevo método – el análisis doble – fue visto como una forma científica de enseñar lenguas y como responsable de un mayor interés del alumnado al fomentar su participación activa en clase.

En *Idel Becker en tres tiempos: estudio comparativo-historiográfico sobre su enfoque léxico en la enseñanza del español para brasileños*, Diego José Alves Alexandre examina la influencia de Idel Becker en la enseñanza del léxico español a brasileños a lo largo de varias décadas, destacando su énfasis en la comparación con el portugués a través de diferentes ediciones de su *Manual de Español* y otros artículos.

En el texto *The Thesaurus Theutonicae linguae (1573): dictionary as a grammar*, Elizaveta Zimont defiende una mayor consideración de los diccionarios en la historia de la gramaticografía, centrándose en el *Thesaurus Theutonicae linguae* (TTL), de 1573, reconstruyendo las suposiciones de los autores sobre la estructura gramatical del flamenco y las estrategias adoptadas, basándose en las etiquetas y comentarios metalingüísticos.

Pasando ahora a los artículos que abordan la historiografía de la lingüística europea, tenemos *Shaping Comparative Linguistics: The Achievement of Franz Bopp*, de Pierre Swiggers, se centra en Franz Bopp, considerado uno de los fundadores de la gramática comparada indoeuropea, explorando sus teorías sobre el origen y la estructura de las formas gramaticales y su enfoque analítico.

En *Reflexiones de August Schleicher sobre la autonomía y la complementariedad de la lingüística y la filología*, Rogério Ferreira da Nóbrega analiza las reflexiones de August Schleicher, en el siglo XIX, sobre la distinción entre la lingüística, a la que concibe como una ciencia natural del lenguaje, y la filología, a la que ve como una ciencia histórica centrada en el estudio cultural a través de los textos.

Para cerrar la sección de artículos, se presentan tres trabajos centrados en la historiografía de la lingüística brasileña.

En *Lingüística formal e interdisciplinariedad: cuestiones históricas y contemporáneas*, Olga Coelho aborda las dos orientaciones principales en lingüística: la internalista (formal) y la externalista. La primera se enfoca en el análisis, sistematización y formalización de la lengua, mientras que la segunda dialoga con áreas como la Historia, la Sociología y la Educación. Coelho argumenta que la lingüística formal, históricamente autodefinida como científica, durante mucho tiempo ignoró el diálogo con otras áreas o con lingüistas de otras orientaciones. No obstante, la autora percibe un cambio en este panorama, con un creciente interés de algunos formalistas en participar de debates educativos, como los que giran en torno a la enseñanza del portugués y a documentos como la BNCC.

En *Reflexiones iniciales sobre la fonología en la Gramática Construtural*, Gustavo Nishida analiza los estudios de fonética y fonología en la gramática de Eurico Back y Geraldo Mattos (1972), así como el artículo de Back en la revista *Construtura* (1973), llamando la atención sobre un capítulo olvidado o, al menos, muy poco recordado de la historia de la Lingüística brasileña, al proponer un estudio contrastivo de las vocales nasales del portugués brasileño desde la perspectiva de la Lingüística Construtural (LC) y del enfoque de Câmara Júnior (1969). El autor constata una ausencia de menciones a la propuesta construtural y, paralelamente, verifica que el análisis mattosiano constituye el punto de partida de los estudios fonéticos y fonológicos brasileños en las décadas siguientes.

El artículo *Tendencias en el Análisis del Discurso en América Latina*, de Anielle Morais, presenta la trayectoria teórica de Norman Fairclough en el Análisis Crítico del Discurso (ACD), señalando su tránsito de un enfoque lingüístico en los años 1980 a uno más social a partir de los 1990. Analiza cómo ese cambio impactó en las investigaciones discursivas latinoamericanas, ilustrándolo con trabajos recientes de María Laura Pardo e Izabel Magalhães.

Finalmente, para cerrar el dossier temático de HL, incluimos una reseña, elaborada por Xoán Carlos Lagares, de los libros *Una historia de la lingüística: de la Antigüedad a la Ilustración* (Tomo 1) y *Una historia de la lingüística: del siglo XIX a los comienzos del siglo XX* (Tomo 2), de Marcos Bagno, ambos publicados por Parábola Editorial en 2023.

Referencias

ALTMAN, C. **A pesquisa lingüística no Brasil** (1968-1988). São Paulo: Humanitas, 2004.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

CASTILHO, A. T. de. Da crônica à Historiografia Linguística: a presença de Cristina Altman. *In*: COELHO, O. (org.). **A Historiografia Linguística no Brasil: memória, estudos**. Campinas: Pontes, 2018. p. 33-40.

CHAPANSKI, G. **Uma tradução da *Tékne grammatiké*, de Dionísio Trácio, para o português**. 2003. 217 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

COELHO, O.; HACKEROTT, M. M. S. Historiografia Linguística. *In*: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. de S. (org.). **Ciências da Linguagem: o fazer científico**. v. 1. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 381-407.

DEZOTTI, L. C. **A invenção das classes de palavras**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2017.

FISCHER, S. R. **História da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KOERNER, E. F. K. Models in linguistic historiography. *In*: KOERNER, E. F. K. (org.). **Practicing Linguistic Historiography: selected essays**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989. p. 47-59.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MURRAY, S. O. Theory groups in science. *In*: MURRAY, S. O. **Theory groups and the study of language in North America: a social history**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998. v. 69. p. 1-26.

NEVES, M. H. M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Hucitec, 1987.

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Tradução Professor Martins Monteiro de Barros. Coleção Lingüística e Filologia. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SWIGGERS, P. Linguistic Historiography: object, methodology, modelization. (In: Historiografia da linguística, dossiê organizado por Cristina Altman e Ronaldo de Oliveira Batista) **Todas as Letras**: revista de língua e literatura, v. 14, n. 1, p. 38-53, 2012.

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas em la historiografía de la lingüística. *In*: Nuevas Aportaciones a la Historiografía Lingüística, 4: 2003, La Laguna. **Actas...** La Laguna: ARCO/LIBROS, S. L., 2004. p. 113-145.

Nominata de pareceristas

Adail Ubirajara Sobral

Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Adriana Fischer

Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil

Alessandro Jocelito Beccari

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil

Alexandre Pilati

Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, Brasília, Brasil

Alexandre Marcelo Bueno

Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie), São Paulo, São Paulo, Brasil

Alexandre Melo de Sousa

Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, Acre, Brasil

Aline da Cruz

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

Aloísio de Medeiros Dantas

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba, Brasil

Ana Paula Scher

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Ana Paula Machado Goyano Mac-Kay

Universidad Santo Tomas (UST), Viña del Mar, Chile

Ana Paulla Braga Mattos

Aarhus University, Aarhus, Dinamarca

André Campos Mesquita

Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU), São Paulo, São Paulo, Brasil

André Xavier

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

André Leclerc

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil

André Luis Antonelli

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

Andréa Geroldo dos Santos

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Anilda Costa Alves

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Anna Christina Bentes

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Antônia Vieira dos Santos Vieira dos Santos

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

Antonio Carlos Silva de Carvalho

Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), São Paulo, São Paulo, Brasil

Arnaldo Cortina

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São Paulo, Brasil

Arthur Vinícius Feitosa Furtado

Universidade de Araraquara (Uniara), Araraquara, São Paulo, Brasil

Artur Costrino

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil

Ataliba Teixeira de Castilho

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Atílio Butturi Junior

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Beatriz Daruj Gil

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Beatriz Protti Christino

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Beth Brait

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Bruna Gabriela Augusto Marçal Vieira

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São Paulo, Brasil

Bruna Soares Polachini

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Bruno Deusdará

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Bruno Oliveira Maroneze

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

Carlos Alberto Faraco

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Carlos José Lírio

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Carmen Luci da Costa Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Carolina Lindenberg Lemos

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

Celso Fernando Rocha

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

César Nardelli Cambraia

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Claudio Aquati

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Cleide Antonia Rapucci

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil

Clóvis Luiz Alonso Júnior

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Cristiane Carneiro Capristano

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

Cristiane Lazzarotto-Volcao

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Cristina Prim

Universidade Estadual de Santa Catarina (UESC), Santa Catarina, Brasil

Deize Crespim Pereira

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Diego José Alves Alexandre

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Douglas Altamiro Consolo

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São Paulo, Brasil

Ednalvo Apóstolo Campos

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil

Ednei de Souza Leal

Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEDUC-SP), São Paulo, Brasil

Eduardo Ferreira dos Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

Eduardo Penhavel

Universidade Estadual Paulista (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Eduardo Henrik Aubert

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Edvaldo Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Elias Ribeiro da Silva

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Alfenas, Minas Gerais, Brasil

Elisa Battisti

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil

Emerson de Pietri

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Enio Sugiyama Junior

Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Barreiras, Bahia, Brasil

Enrique Rodrigues-Moura

Institut für Romanistik da Universidade de Bamberg, Alemanha

Erica Reviglio Iliovitz

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Érika Lourrane Leôncio Lima

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí (IFPI), Teresina, Piauí, Brasil

Ernani Terra

Sem vínculo institucional

Ester Mirian Scarpa

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Expedito Eloísio Ximenes

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil

Fabiana Cristina Komesu

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Fabio Akcelrud Durão

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Fabricio Paiva Mota

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil

Fernanda Moraes D Olivo

Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Filipe Mantovani Ferreira

Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Salto, São Paulo, Brasil

Flavia Danielle Sordi Silva Miranda

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Flávio Brandão Silva

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

Francisco Eduardo Vieira

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Paraíba, Brasil

Gabriele Bastos Pecuch

Sem Vínculo Institucional

Geisa Borges Costa

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

Geovana Soncin

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Giovanna G. Benedetto Flores

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Palhoça, Santa Catarina, Brasil

Gissele Chapanski

Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Gladis Massini-Cagliari

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil

Gláucia Vieira Cândido

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

Gonçalo Fernandes

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal

Graça Rio-Torto

Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Graziele Altino Frangiotti

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Guilherme Fromm

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Gustavo Ximenes Cunha

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Helder Garmes

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Heloisa Mara Mendes

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Heronides Maurilio de Melo Moura

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Ieda Maria Alves

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Indaiá de Santana Bassani

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Isabel Cristina Contro Castaldo

Faculdade Tecnológica de São Paulo (FATEC), São Paulo, São Paulo, Brasil

Isadora Valencise Gregolin

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Ivo Costa Rosario

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Ivonaldo Leidson Barbosa Lima

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Janayna Carvalho

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Joacyr Oliveira

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

João Marcos Mateus Kogawa

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Johannes Kabatek

Universidade de Zurique, Zurique, Suíça

José Borges Neto

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

José Cezinaldo Rocha Bessa

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil

José Edicarlos de Aquino

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional, Tocantins, Brasil

Julia Lourenço Costa

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil

Juliana Soledade

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

Jussara Abraçado

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Karin Adriane Henschel Pobbe Ramos

Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil

Kathrine Butieri

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Kátia Rodrigues Mello Miranda

Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil

Kleber Eckert

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil

Laura Rampazzo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Barretos, São Paulo, Brasil

Leandro Silveira de Araujo

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Leonardo Ferreira Kaltner

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Gueiros da Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Leonardo Vinicius de Souza Tavares

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Letícia Celeste Corrêa

Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, Brasília, Brasil

Letícia Jovelina Storto

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Cornélio Procopio, Paraná, Brasil

Lígia Negri

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Lilian Maria da Silva

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Luana Lopes Amaral

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Lúcia Regiane Lopes-Damasio

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil

Luciana Nogueira

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Luciana Salazar Salgado

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Luciane de Paula

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil

Luís Henrique Serra

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão, Brasil

Luiz Carlos Souza Bezerra

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

Luzmara Curcino

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Magda Wacemberg Pereira Lima Carvalho

Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Recife, Pernambuco, Brasil

Maisa de Alcântara Zakir

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil

Marcelo Módolo

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil

Marcia Sipavicius Seide

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNOESTE), Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil

Márcia Monteiro Carvalho

Universidade Federal do Pará (UFPA), Abaetetuba, Pará, Brasil

Márcia Cristina do Carmo

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil

Márcia de Souza Luz Freitas

Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá, Minas Gerais, Brasil

Márcio Renato Guimarães

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Marcos Bagno

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Maria Cristina Parreira da Silva

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Maria Carlota Rosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Maria Cristina Fernandes Salles Altman

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Maria Filomena Gonçalves

Universidade de Évora, Évora, Portugal

Maria José Bocorny Finatto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

María José García Folgado

Universitat de València, València, Espanha

Maria Teresa Celada

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Mariangela Rios de Oliveira

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Marilza de Oliveira

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Marina Chiara Legroski

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil

Mario Eduardo Viaro

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Marisol B. C. Mello

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Marli Quadros Leite

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Marluza da Rosa

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil

Matheus de Brito

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Mayumi Denise Senoi Ilari

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Meryane Sousa Oliveira

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil

Michel Gustavo Fontes

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil

Micheli Gomes de Souza

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Jacarezinho, Paraná, Brasil

Moisés Olímpio-Ferreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Monica Panigassi Vicentini

Stony Brook University, Stony Brook, Nova York, Estados Unidos

Natália Cristine Prado

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil

Natival Almeida Simões Neto

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil

Nelson Barros da Costa

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

Nicola McLelland

University of Nottingham, Nottingham, Inglaterra

Odair José Silva dos Santos

Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Santana do Ipanema, Alagoas, Brasil

Olga Ferreira Coelho Sansone

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Otília Guimarães Ninin

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Patricia Veronica Moreira

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil

Paula Martins de Souza

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Paula Tavares Pinto

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Paulo Chagas de Souza

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Plínio Almeida Barbosa

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Queila Barbosa Lopes

Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, Acre, Brasil

Rafael Prearo Lima

Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Bragança Paulista, São Paulo, Brasil

Rafael Alberto Alves dos Santos

Sem vínculo institucional

Rafael Dias Minussi

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Raquel Salek Fiad

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Raquel do Nascimento Marques

Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Paris, França

Raquel Meister Ko Freitag

Universidade Federal do Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Regina Celi Mendes Pereira da Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Renata Coelho Marchezan

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil

Renata Regina Passetti

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo

Renato Miguel Basso

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo

Ricardo Cavaliere

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Rita de Cassia Dalla Tardin

Faculdade Saberes, Vitória, Espírito Santo, Brasil

Roana Rodrigues

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Roberto Gomes Camacho

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Rodrigo Camargo Aragão

Universidade Estadual de Santa Catarina (UESC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Rogério Ferreira da Nobrega

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Ronaldo de Oliveira Batista

Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie), São Paulo, São Paulo, Brasil

Rosa Yokota

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Rosângela Aparecida Dantas de Oliveira

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Ruth de Oliveira

University of Cape Town, Cape Town, África do Sul

Safa Alferd Abou Chahla Jubran

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Sandra Mina Takakura

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil

Selma Ferreira de Oliveira Ribeiro

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Marília, São Paulo, Brasil

Silvana Silva de Farias Araujo

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil

Silvia Maria Sousa

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Simone de Campos Reis

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

Sirio Possenti

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Solange Aranha

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Solange Coelho Vereza

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Solange de Carvalho Fortilli

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil

Sónia Coelho

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal

Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Steven Eric Byrd

University of New England (UNE), Estados Unidos

Suzana Ferreira Paulino

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

Suzi Marques Spatti Cavalari

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Talita Serpa

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Talita Storti Garcia

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Tarcísio de Arantes Leite

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Tatiana Keller

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Theodoro C. Farhat

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Thissiane Fioreto

Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso, Brasil

Toon van Hal

Katholieke Universiteit Leuven (KU Leuven), Leuven, Bélgica

Valeria Faria Cardoso

Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil

Vera Lucia Cristovão

Unievrsidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil

Violeta Virginia Rodrigues

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Vítor Augusto Nóbrega

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Vivian Orsi

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Wellington Santos da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Xoan Carlos Lagares

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Zilda Aquino

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

A oração na gramática brasileira oitocentista: estudo panorâmico

Bruna Soares POLACHINI¹

1 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil;
| bpolachini@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-3004-3568>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i3.3807>

Resumo: Neste trabalho, temos o objetivo de observar semelhanças e diferenças no conceito de oração, proposição ou sentença em 72 gramáticas oitocentistas que foram publicadas ao longo do século, a fim de compreender, por meio de um conceito tão central para a influente gramática geral, as transições por que passaram essas obras. Para tanto, seguindo Graffi (2001), analisamos o *aspecto analítico*, isto é, os itens essenciais para a formação da oração apresentados nas obras. Os resultados demonstram que a gramática brasileira de língua portuguesa passou, fundamentalmente, por três fases: (1) a da gramática latina estendida, sobretudo em razão de uma obra ter sido reeditada por décadas; (2) influência da gramática geral durante quase todo o século, ainda que com adaptações e deslocamentos; (3) e, finalmente, o desgarramento dessa gramática geral nas últimas duas décadas. Este estudo panorâmico permite traçar um mapa mais detalhado das continuidades e discontinuidades dessa tradição.

Palavras-chave: Gramáticas brasileiras. Século XIX. Gramática Geral. Sintaxe. Sentença. Oração. Proposição.

The sentence in nineteenth-century Brazilian grammar: a panoramic study

Abstract: The aim of this paper is to observe the similarities and differences in the concept of clause, proposition, or sentence across 72 nineteenth-century grammars published over the course of the century, in order to understand the transitions these works underwent in relation to a concept so central to the tradition of general grammar. To this end, following Graffi (2001), we analyzed the “analytical aspect,” that is, the essential components for sentence formation as presented in these works. The results show that the grammatical description of Portuguese in Brazil went through three main phases: (1) a period dominated by Latin grammar, characterized by the reprinting of a single key work for decades; (2) the prevalence of general grammar for most of the century, albeit with adaptations and displacements; and (3) a departure from the general grammar tradition in the last two decades. This panoramic study allows us to draw a more detailed map of the continuities and discontinuities within the Brazilian grammatical tradition.

Keywords: Brazilian grammars. 19th century. General Grammar. Syntax. Sentence. Proposition.

Introdução

A produção gramatical brasileira iniciou-se nos primeiros anos do século XIX, expandindo-se rapidamente e alcançando diversos pontos do país de dimensões continentais. Esse crescimento tem múltiplas causas contextuais, entre elas: a autonomia provincial da educação primária e secundária, que foi determinada em decorrência do Ato Adicional de 1834 à Constituição de 1824; a busca, muitas vezes frustrada no século XIX por razões econômicas e organizacionais, pela educação primária universal em todo território do país (Marcílio, 2016); e, finalmente, o crescimento da importância do ensino de língua portuguesa no ensino secundário, sobretudo a partir de 1870 (Razzini, 2000, 2010). Considerando-se levantamentos exaustivos, houve a publicação de ao menos 127 obras gramaticais no século XIX, as quais, somadas às suas reedições, ultrapassam duas centenas de obras (Polachini, 2018).

Há diversos estudos e revisões sobre gramaticografia brasileira oitocentista. Pode-se dizer, inclusive, que o primeiro autor a falar disso foi, justamente, um desses gramáticos: Maximino de Araújo Maciel (1866-1923). Sergipano de origem, mas morador do Rio de Janeiro desde muito cedo, ele era major e também médico, optou, porém, pela profissão de professor de português na capital do país. Aos 22 anos, em 1887, publicou uma gramática, que depois foi reeditada diversas vezes. Em uma dessas reedições, já em 1910, escreveu um posfácio intitulado “Breve retrospecto sobre o ensino da Língua Portuguesa” (Maciel, 1918 [1910]), no qual apresentou considerações sobre a produção gramatical brasileira.

Maciel deu o mote que seria depois repetido e continuado por muitos outros pesquisadores: o estudo dessa tradição com base na distinção entre uma gramática filosófica ou geral e uma gramática histórico-comparativa (por vezes chamada de científica). Essa mesma distinção foi ressaltada por estudiosos posteriores como Antenor Nascentes (1939), Sílvio Elia (1975), Ricardo Cavaliere (2001, 2022), Leodegário de Azevedo Filho (2002), Fávero e Molina (2006), Dorásio Parreira (2011) e Bruna Polachini (2013, 2018), entre outros. De acordo com esses autores, há uma importante transição teórico-metodológica e também retórica na gramaticografia brasileira. Isso porque embora a gramática seja um manual cuja estrutura é mais ou menos fixa há muitos séculos², o seu conceito de língua e a forma como se lida com ela pode mudar ao longo do tempo.

2 De acordo com Auroux (2009, p. 65), uma gramática é geralmente composta por “ortografia/fonética (parte opcional), partes do discurso, morfologia (acidentes da palavra, compostos, derivados), sintaxe (frequentemente muito reduzida: conveniência e sintaxe), figuras de construção.”

Quando começa a gramaticografia brasileira, desde 1806 – embora haja algumas exceções que usem a estrutura da língua latina para explicar o português – vemos uma tendência à gramática geral ou filosófica. Visão esta de origem francesa, fundada com a publicação da *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal* em 1660, que considerava que a razão, comum entre os humanos, determinava a fala. As línguas seriam, então, apenas expressão do pensamento. Consequentemente, seria possível encontrar algo geral de todas as línguas ao se estudar o pensamento comum.

A análise da gramática geral era feita mormente de forma dedutiva, a partir de uma ideia lógica de razão ou pensamento, sendo a comparação entre línguas apenas uma comprovação desse primeiro passo dedutivo. Em alguns casos, as línguas passavam a ser analisadas em dois níveis: um abstrato e geral do pensamento, mais fiável; e o concreto da expressão linguística particular e variada das diversas línguas, o qual não teria tanto interesse analítico. Um exemplo disso é a análise do verbo ou da oração, em que “vivo” era analisado como “eu sou vivente”.

Tal visão passa a ser bastante combatida nas gramáticas brasileiras a partir da década de 1880, quando Júlio Ribeiro publica a primeira gramática portuguesa baseada nos métodos histórico-comparativos, os quais, ao contrário da tendência anterior, valorizavam o dado linguístico empírico. Nessa década de 1880, há uma explosão de publicações gramaticais de jovens professores que se adaptavam a esse novo método, sobretudo no Rio de Janeiro após Fausto Barreto, que era então professor de língua portuguesa do Colégio Pedro II, publicar em 1887 os 46 pontos necessários para os estudos da disciplina de língua portuguesa no ensino secundário (Ribeiro, 2007).

Vale dizer, ainda, que, nessa produção, é possível distinguir diferentes tipos de gramáticas de acordo com seu objetivo ou a complexidade de sua descrição linguística. Há aquelas que são, evidentemente, voltadas ao ensino primário e que, portanto, nem sempre têm uma preocupação teórica, mas cuja ênfase está na simplificação e métodos de memorização do conteúdo (Polachini, 2024). Mas há também outras que, ainda que digam em seus subtítulos que são voltadas ao ensino primário, possuem uma complexidade e discussão teórica que vão além do aprendizado desse nível de ensino. E, claro, há aquelas que são voltadas ao ensino secundário e que, portanto, são mais longas e complexas.

Procuramos considerar todos esses matizes em nossa análise do conceito de oração, sentença ou proposição (que são diferentes nomes para um mesmo segmento) em 72 gramáticas, a fim de compreender as transições por que

passou essa tradição ao longo do século XIX, seja para além da gramática geral, seja para compreender as diversas faces que essa perspectiva expressou nas gramáticas brasileiras. O *corpus* deste estudo é exaustivo, isto quer dizer que foram analisadas todas as gramáticas brasileiras e suas reedições a que tivemos acesso³. Há, de fato, algumas que ainda não acessamos, mas esse estudo já cobre uma parcela significativa dessa produção.

Entre as gramáticas analisadas estão aquelas que são mencionadas com frequência em revisões dessa produção por sua relevância ou prestígio, como as obras de Coruja (1835), Sotero do Reis (1866), Ribeiro (1881), Maciel (1887), Pacheco e Lameira (1887) e Ribeiro (1889). Outras são menos conhecidas ou citadas em estudos recentes, mas por serem manuais escolares com enfoque pedagógico, alcançaram um número relevante de reedições ao longo do século, como Fortes (1816), Albuquerque (1844), Silveira (1855), Condurú (1888), entre outras. Vale dizer também que incluímos duas gramáticas novecentistas de autoria feminina, a saber Maia (1908) e Bandeira (1911), pois só tivemos acesso a essas edições de obras cuja primeira edição era do século XIX, respectivamente publicadas em 1899 e 1897.

Finalmente, seguimos a fundação teórico-metodológica da historiografia linguística, procurando realizar a reconstrução de “conteúdos significativos” (Swiggers, 2004) que sobejam o quadro de observação direto a partir da análise de um mesmo conceito em diversas obras de uma mesma tradição.

| A oração, sentença ou proposição como conceito de transição

O estudo do conceito da oração, proposição ou sentença é especialmente relevante para compreender mudanças na gramaticografia brasileira do século XIX porque ele é fundamental na abordagem que influenciou mais gramáticas nesse século, a saber, a gramática geral. Isso porque, como já dissemos, essa perspectiva considera as diversas línguas naturais expressão de um pensamento racional comum entre humanos. Essa razão era justificada, em geral, em termos lógicos, sendo a proposição um dos principais deles. Nesse caso, de acordo com a obra inaugural dessa tradição, a proposição contém três itens necessários e invariáveis: Sujeito, Atributo e Verbo, sendo que este último funciona como uma cópula, um conector entre o sujeito e atributo, resultando em um juízo

³ É importante ressaltar que a maior parte das obras consultadas faz parte do acervo da Fundação Biblioteca Nacional, cuja coleção de gramáticas brasileiras oitocentistas surpreende por sua quantidade e variedade.

ou afirmação. Essa forma universal para a análise lógico-linguística, entretanto, poderia ter mudanças quando expressa pelas línguas particulares.

Anteriormente à gramática geral, a maneira de se trabalhar com a sintaxe em gramáticas de língua portuguesa era através da gramática latina estendida (Auroux, 2009). A metalinguagem utilizada para a descrição das funções e formas sintáticas era o dos casos latinos, ainda que o português não tivesse declinações. A noção de oração muitas vezes não é sequer mencionada, visto que importa nessa abordagem compreender apenas as relações que as palavras têm entre si, sem definir uma unidade mínima da sintaxe. O abandono da gramática geral no último quartel do século é sentido, paulatinamente, no tratamento da sintaxe, com a substituição da estrutura tripartite da oração pela bipartite, na qual se considera somente o sujeito e o predicado, este último referindo-se, muitas vezes, a tudo que não fosse o sujeito e podendo abarcar diversos itens com diferentes funções na oração.

Para a análise do conceito de oração, focamos neste artigo em seu *aspecto analítico*, que corresponde aos itens essenciais para a formação da oração. De acordo com Graffi (2001, p. 113) pode-se encontrar na mais conhecida definição de sentença da tradição clássica – “*oratio est ordinatio dictionum congrua, sententiam perfectam demonstrans*” de Prisciano⁴ (fl. 500d.C.) –, dois aspectos: um chamado *analítico* e outro, *holístico*. O *aspecto analítico* se refere ao arranjo da oração, que não pode ser feito por qualquer organização de palavras, mas por uma que seja coerente. O *aspecto holístico* é referente à afirmação de que em tal arranjo de palavras é expresso um “sentido perfeito”. Contudo, Prisciano não define exatamente nem o que seria um “sentido perfeito”, nem qual seria a organização de palavras mais correta para expressá-lo.

Já a *Grammaire Générale et Raisonnée*, escrita pelo filósofo Antoine Arnauld e pelo gramático e professor Claude Lancelot, publicada inicialmente em 1660 e vulgarmente conhecida como *Gramática de Port-Royal* (doravante GGR-PR), apresenta um conceito mais fechado para esses aspectos. A obra corresponde a uma tentativa de união da pedagogia do ensino de línguas a noções de lógica que pudessem ser aplicadas a uma gramática geral. Na visão de seus autores, era uma gramática destinada não só aos estudiosos da linguagem, mas também às crianças e aos professores das Petit-Écoles de Port-Royal, principalmente para um estudo mais simplificado de latim e de francês; era também uma obra que inseriu uma série de novas noções no estudo da gramática (Chevalier, 1968).

4 “A sentence is a coherent word combination, expressing a complete thought” na tradução de Graffi (2001, p. 113). “Sentença/discurso [*oratio*] é um arranjo coerente de palavras, que expressa um pensamento [*sententiam*] perfeito”, em tradução livre do latim para o português.

No prefácio da obra, Lancelot conta que a motivação inicial para a GGR-PR foi seu trabalho anterior com gramáticas pedagógicas de diversas línguas⁵, experiência que o levou a buscar razões para coisas que eram comuns às línguas e outras que eram particulares a algumas delas. Tendo, porém, encontrado certas dificuldades em desenvolver estudos acerca de tais razões, Lancelot teria procurado o auxílio de Arnauld, que, sem ter ainda trabalhado em gramáticas, havia desenvolvido diversas reflexões sobre os “verdadeiros fundamentos da arte de falar” baseando-se na lógica (a “arte de pensar”⁶) (Arnauld; Lancelot, 1780 [1660], p. VII-IX).

Na segunda parte da GGR-PR, seus autores tratam da expressão das operações mentais através da proposição. Esse tratamento da língua como expressão de uma razão, que seria universal, não só permite que a gramática tenha regras gerais para todas as línguas⁷, como também dá margem à criação de dois níveis da linguagem: um que está no pensamento e um que é expresso. A relação pensamento-linguagem que a GGR-PR promove e suas consequências foram capitais para seu impacto não somente em gramáticas brasileiras, mas também em outras tradições, sobretudo do século XVIII – por exemplo, há uma corrente de estudos linguísticos que a historiografia de língua francesa costuma chamar de “grammaire générale” (Dominicy, 1989).

Uma das particularidades da Gramática de Port-Royal era seu tratamento da sintaxe, que se baseava na ideia de que a língua era prioritariamente expressão do pensamento lógico, o qual se constitui de três operações: a *concepção*, o *juízo* e o *raciocínio*. As últimas duas operações realizavam-se na *proposição*, a qual, por sua vez, continha um *sujeito*, um *atributo* e a *ligação* entre eles, como podemos ver no trecho abaixo:

Todos os filósofos ensinam que há três operações de nosso espírito: CONCEBER, JULGAR, RACIOCINAR. CONCEBER não é outra coisa que um simples olhar de nosso espírito sobre as coisas, seja de uma maneira puramente intelectual, como quando eu conheço o ser, a duração, o pensamento, Deus; seja com as imagens corporais, como quando eu

5 Entre os anos de 1644 e 1660, Claude Lancelot publica seus “Nouvelles Méthodes pour apprendre la langue” do latim (primeira versão de 1644, a qual terá, em 1650, uma segunda edição modificada, e, em 1653, outra, também modificada), do grego (1655), do italiano (1660) e do espanhol (1660) (Swiggers, 1997, p. 184).

6 Pois a GGR-PR é intimamente conectada à obra *Logique, ou l'art de penser* (1662), do próprio Arnauld e de Pierre Nicole, escrita também na abadia de Port-Royal, e que levava em conta as mesmas três operações mentais (concepção, juízo e raciocínio) da *Grammaire*, com adição de uma quarta, ordenação (cf. Graffi, 2001, p. 74).

7 Embora apenas trate, efetivamente, de seis línguas (latim, grego, hebreu, francês, italiano e espanhol), a submissão da língua à razão autoriza que se fale de todas as línguas.

imagino um carro, uma roda, um cão, um cavalo. JULGAR é afirmar que uma coisa que nós concebemos é tal, ou não é tal: como quando tendo concebido que isto é a *terra* e que isto é *redondo*, eu afirmo da *terra*, que ela é redonda. RACIOCINAR é se servir de dois julgamentos para fazer um terceiro: como quando tendo julgado que toda virtude é louvável. Daí se vê que a terceira operação do espírito não é senão uma extensão da segunda; e assim será suficiente, para o nosso tema, considerar as duas primeiras, ou o que da primeira está contido na segunda. [...] O julgamento que fazemos das coisas, como quando dizemos *a terra é redonda*, chama-se PROPOSIÇÃO; e assim toda proposição contém necessariamente dois termos: um chamado sujeito, que é aquele de que se afirma, como *terra*; e o outro chamado atributo, que aquilo que se afirma, comme *redonda*; e mais a ligação entre esses dois termos, é (Arnauld; Lancelot, 1780 [1660], p. 64-66)⁸.

Numa estrutura como a *proposição*, observamos que não se fala de verbo; fala-se, na verdade, da *ligação* entre *sujeito* e *atributo*, que se dá através da forma “é”, o verbo “ser” na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. Na seção destinada ao verbo, observamos que para Arnauld e Lancelot há somente um verbo real, o chamado “verbo substantivo”.

Pode-se dizer que o verbo não deveria ter outro uso senão o de marcar a ligação que nós fazemos no nosso espírito de dois termos de uma proposição; mas há somente o verbo *ser*, que se chama substantivo, que seja mantido nesta simplicidade, e ainda pode-se dizer que só é propriamente mantida a terceira pessoa do presente, *é*, e em certas ocasiões. Pois como os homens tendem naturalmente a abreviar suas expressões, eles juntaram quase sempre à afirmação outras significações em uma mesma palavra. [...] a palavra *vive* encerra em si a afirmação e

8 Tradução livre de “Tous les philosophes enseignent qu’il y a trois opérations de notre esprit: CONCEVOIR, JUGER, RAISONNER. CONCEVOIR, n’est autre chose qu’un simple regard de notre esprit sur les choses, soit d’une manière purement intellectuelle, comme quand je connais l’être, la durée, la pensée, Dieu; soit avec des images corporelles, comme quand je m’imagine un carré, un rond, un chien, un cheval. JUGER, c’est affirmer qu’une chose que nous concevons est telle, ou n’est pas telle: comme lorsqu’ayant conçu ce que c’est que la *terre*, et ce que c’est que *rondeur*, j’affirme de la *terre*, qu’elle *estronde*. RAISONNER, est se servir de deux jugements pour en faire un troisième : comme lorsqu’ayant jugé que toute vertu est louable. D’où l’on voit que la troisième opération de l’esprit n’est qu’une extension de la seconde; et ainsi il suffira, pour notre sujet, de considérer les deux premières, ou ce qui est enfermé de la première dans la seconde. [...] Le jugement que nous faisons des choses, comme quand je dis *la terre est ronde*, s’appelle PROPOSITION; et ainsi toute proposition enferme nécessairement deux termes : l’un appelé sujet, qui est ce dont on affirme, comme *terre*; et l’autre appelé attribut, qui est ce qu’on affirme, comme *ronde*; et de plus la liaison entre ces deux termes, est. ».

o também o atributo de ser vivente; e assim é a mesma coisa que dizer, *Pierre vive* e *Pierre é vivente* (Arnauld; Lancelot, 1780 [1660], p. 159)⁹.

O verbo substantivo nada mais é do que o verbo “ser” na terceira pessoa do singular do presente, ou seja, o “é” que citamos acima. Este verbo faz a ligação entre *sujeito* e *atributo* e, portanto, de acordo com os autores, sua função é a de afirmar. Os outros verbos seriam criados a partir do verbo substantivo com a junção de um atributo. Assim, seria a mesma coisa dizer “Pierre vive” ou “Pierre é vivente”.

De acordo com Dominicy (1989), a tradição da gramática geral se iniciaria com a publicação da GGR-PR em 1660 e seguiria, na França, até o primeiro quarto do século XIX. Exemplos de autores dessa tradição seriam Cesar Chesneau Du Marsais (1676-1756), Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) e Nicolas Beauzée (1717-1789), os quais realizaram algumas modificações no conceito de proposição. De acordo com Jamieson (1981) e Raby (2000), Condillac manteve a estrutura tripartite da proposição, ao passo que DuMarsais e Beauzée só consideravam duas partes, pois o verbo era considerado parte do atributo. Tal visão, entretanto, parece não ter sido apropriada dessa forma na gramaticografia brasileira, que só passou a ter uma estrutura bipartite da oração pela visão particular de Adrian Grivet e pela perspectiva histórico-comparativa de Julio Ribeiro.

Considerando-se a transição da gramática geral para o método empírico histórico-comparativo, a gramática da língua alemã de Karl Ferdinand Becker (1775-1849), de acordo com Graffi (2001), provoca uma ruptura na concepção tripartite de sentença:

Como observou Glinz (1947, p. 52)¹⁰, a ausência do papel da cópula força Becker a introduzir uma inovação terminológica, isto é, distinguir “predicado” de “predicativo”: uma sentença como “The dog is black” [O cão é preto] poderia ser analisada, de acordo com a concepção tripartite de proposição, em sujeito, cópula e predicado. Becker, em vez disso,

9 Tradução livre de: “[...] on peut dire que le verbe de lui même ne devoit point avoir d'autre usage que de marquer la liaison que nous faisons dans notre esprit des deux termes d'une proposition; mais il n'y a que le verbe être, qu'on appelle substantif, qui soit demeuré dans cette simplicité, et encore l'on peut dire qu'il n'y est proprement demeuré que dans la troisième du présent, est, et en de certaines rencontres. Car comme les hommes se portent naturellement à abrégier leurs expressions, ils ont joint presque toujours à l'affirmation d'autres significations dans un même mot. [...] le mot de *vivit* enferme seul l'affirmation et de plus l'attribut d'être vivant ; et ainsi c'est la même chose de dire, *Pierre vit*, que de dire *Pierre est vivant*. »

10 GLINZ, Hans. 1947. *Geschichte und Kritik der Lehre von den Satzgliedern in der deutschen Grammatik*. Bern: Francke.

distinguiria um sujeito (“the dog”) [o cão] e um predicado (“is black”) [é preto], o qual, por sua vez, deveria ser analisado em cópula (“is”) [é] e predicativo (“black”) [preto] (Graffi, 2001, p. 137)¹¹

Na versão inglesa da gramática da língua alemã de Becker, que teria sido aquela com que Ribeiro travou contato, caso o tenha feito, temos o seguinte trecho:

Uma sentença é formada pela combinação de um *Sujeito* e um *Predicado* [combinação predicativa]. O *sujeito* é a pessoa ou coisa de que se fala. O *predicado* é a ação, afirmada para ser ou não ser uma ação do sujeito. O sujeito de uma sentença simples é expresso por um *substantivo*, ou por um *pronome*; por exemplo, *der Mensch denkt* [o homem pensa] ou *er denkt* [ele pensa]. O predicado é expresso por um *verbo*, um *adjetivo*, ou um *substantivo com a cópula ser*; por exemplo, *der Mensch lebt* [o homem vive]; *er ist sterblich* [ele é mortal]; *ich bin ein Mensch* [eu sou um homem]. O predicado sempre concorda com seu sujeito em *Pessoa* e *Número*; [...] Quando o predicado é expresso por um adjetivo ou substantivo com o verbo auxiliar *ser*, ou por uma das formas composta da conjugação, o verbo auxiliar que recebe as flexões de pessoa e número é chamado *Cópula* (Becker, 1845 [1830], p. 71-72)¹².

Um seguidor de Becker, ao menos no que diz respeito ao tratamento da sintaxe, foi o norte-americano Charles Peter Mason (1820-1900), que escreveu diversas gramáticas da língua inglesa. Uma delas, a *Essentials of English Grammar* (1868), é citada explicitamente no prólogo da segunda edição da gramática de Ribeiro, de 1885, e na *Grammatica Descriptiva* de Maximino Maciel, de 1895. Mason (1858) define a sentença da seguinte forma:

11 Tradução nossa do original: “As observed by Glinz (1947:52) this lessening of the copula role forces Becker to introduce a terminological innovation, i.e. to distinguish ‘predicate’ from ‘predicative’: a sentence like “The dog is black” would be analyzed, according to the tripartite conception of the proposition, into subject, copula and predicate. Becker would instead distinguish a subject (“the dog”) and a predicate (“is black”), which in turn should be analysed into copula (“is”) and predicative (“black”).

12 Tradução nossa do original: “A sentence is formed by the combination of a *Subject* and *Predicate* [predicative combination]. The *subject* is the person or thing spoken of. The *predicate* is the action, asserted to be or not to be an action of the subject. The subject of a simple sentence is expressed by a *substantive*, or *pronoun*; e.g. *der Mensch denkt*, or *er denkt*. The predicate is expressed by a *verb*, or by an *adjective* or *substantive with the copula to be*; e.g. *der Mensch lebt*; *er ist sterblich*; *ich bin ein Mensch*. The predicate always agrees with its subject in *Person* and *Number*. The predicative verb, therefore, or the auxiliary verb is *inflected* by Person and Number; [...] When the predicate is expressed by an adjective or substantive with the auxiliary verb *to be*, or by one of the compound forms of conjugation, the *auxiliary verb* taking the inflections of person and number is termed *Copula*.”

A cópula gramatical em toda sentença consiste em flexões pessoais [*nota: isto é, as flexões pelas quais número e pessoa são marcados, e pelas quais o verbo torna-se um verbo *finito*] do verbo. Na sentença “Time flies” [o tempo voa], o sujeito é *Time*; o que é predicado ou afirmado do tempo é *flying* [voar]: a terminação pessoal do verbo *flies* une a ideia ao sujeito. Na sentença “The rose is red”, the subject is *rose*; o que é predicado acerca da rosa é *being red*; a flexão pessoa pela qual *is* torna-se terceira pessoa do singular é a cópula. [...] Na medida em que as terminações pessoais do verbo não têm existência separadas do verbo ele mesmo, é usual (e conveniente) na gramática tratar a cópula como uma parte do predicado. [...] mas deve ser compreendido que, doravante, ao usar a palavra *predicado* nós queremos dizer o *predicado* e a *cópula* combinados (Mason, 1858, p. 91-92)¹³.

William Dwight Whitney (1827-1894) foi um conhecido linguista norte-americano, que é referido, em geral, pelo destaque que dá ao aspecto social da língua. Seu *Essentials of English Grammar*, de 1877, é igualmente citado por Ribeiro e Maciel. De acordo com Whitney (1879),

Uma sentença é, portanto, no sentido explicado, a expressão de um julgamento. [...] Uma sentença é composta por duas partes: 1. o sujeito, significando sobre o que a asserção é feita; e 2. o predicado, significando o que é afirmado sobre o sujeito.¹⁴

Considerando-se as obras de maior impacto na gramaticografia brasileira, nota-se que o conceito de oração é profícuo para compreender continuidades e descontinuidades nessa tradição.

13 The grammatical copula in every sentence consists of the *personal inflections* [*nota: That is, the inflections by which number and person are marked, and by which the verb is made a *finite* verb] of the verb. In the sentence “Time flies”, the subject is *Time*; that which is predicated or asserted of *time*, is *flying*: the personal termination of the verb *flies* unites the idea to the subject. [...] Inasmuch as the personal terminations of a verb have no existence apart from the verb itself, it is usual (and convenient) in grammar to treat the copula as a part of the predicate. Thus in the sentence, “Time flies,” *time* is called the subject, and *flies* the predicate. [...] but it must be understood that, henceforth, in using the word *predicate* we mean *the predicate and copula combined*.

14 A sentence is, then, in the sense thus explained, the expression of a judgment. [...] A sentence is composed of two parts: 1. the subject, signifying that about which the assertion is made; and 2. the predicate, signifying that which is asserted of the subject.

| Mapeamento do aspecto analítico de oração em 72 gramáticas brasileiras oitocentistas

Nesta seção exploramos três fases do conceito de oração, proposição ou sentença na gramaticografia brasileira oitocentista. A partir deste momento, utilizaremos somente o termo “oração” como modo de identificação desse segmento, a fim de facilitar a leitura, visto que o significante escolhido pelas obras não é objeto de análise neste artigo.

| Gramática latina estendida

Temos nessa tradição ao menos duas representantes do modelo da gramática latina estendida. Uma delas é a primeira gramática escrita por um brasileiro a ser impressa também no Brasil, que recentemente havia se elevado a Reino, isto é, a *Grammatica Portugueza* de Ignacio Fortes, publicada em 1816 pela Imprensa Régia (Kemmler, 2013). As razões pelas quais ela seguia um modelo que estava sendo abandonado paulatinamente desde o início do XIX são explicadas no prólogo: o autor, procurando escrever uma gramática acomodada às gramáticas latinas, baseia-se nas obras latinas do Padre Antonio Pereira (1725-1797), a fim de auxiliar seus alunos a relacionar as duas línguas. De acordo com Blake (1895, p. 264-265), a obra foi reeditada pelo menos 14 vezes até 1856, provavelmente por ter sido adotada em escolas por quatro décadas.

Isso nos leva a hipotetizar que a capital do Império ainda aderiria a um ensino da língua portuguesa dependente da latina, o que é corroborado pela pesquisa de Razzini (2000, 2010) de que foi apenas em 1870 que o Colégio Pedro II, de ensino secundário, tornou o ensino de língua portuguesa independente do ensino de latim. Em meados do século XIX, porém, as ideias da gramática geral já estavam espalhadas suficientemente entre os estudiosos da língua portuguesa, assim, não faria sentido manter o modelo da gramática latina estendida senão para o ensino conjunto das duas línguas.

A segunda obra a seguir esse modelo não é exatamente uma gramática, mas uma síntese para estudo dos alunos em forma de quadros de apenas 9 páginas, a saber, *Grammatica da lingua portugueza ensinada por meio de quadros analyticos* publicada em 1869 pelo médico e historiador alagoano Alexandre José de Mello Moraes (1816-1882), no Rio de Janeiro, também pela Tipografia Nacional. Blake (1883, p. 34-38) mostra que Mello foi um escritor prolífico. No início da vida, seus textos versavam sobretudo sobre medicina homeopática, mas no fim da vida seu interesse é predominantemente na história do Brasil. O

folheto gramatical é sua única obra do gênero e parece não ter sido reeditado, não sabemos se foi adotado em algum estabelecimento de ensino.

Por fim, vale mencionar o *Compendio grammatical reduzido á dialogo* (1875), de A. Gentil Ibirapitanga – obra gramatical escrita integralmente em modelo de perguntas e respostas –, que usa alguma terminologia relativa aos casos latinos, como uma maneira de expressar certos significados, mas sem se prender totalmente a essa visão. O gramático não trata de partes essenciais da oração como sujeito, verbo e atributo, mas procura apenas compreender as relações de concordância e regência que os elementos sintáticos têm entre si e, para tanto, por vezes utiliza-se da terminologia dos casos latinos, como nominativo, enquanto em outros momentos fala de complementos, categoria própria da gramática geral (Chevalier, 1968). Assim, essa obra estaria entre a gramática latina estendida e a gramática geral.

| A gramática geral e suas variações

Como já mencionamos, uma característica marcante do conceito de oração na gramática geral é sua estrutura tripartite, formada por Sujeito, Atributo e Verbo como cópula ou nexos entre os dois anteriores. De fato, como dizem as revisões, a grande maioria das obras gramaticais brasileiras publicadas no século XIX segue o modelo da gramática geral e isso pode ser comprovado por este estudo panorâmico do *aspecto analítico* da oração, visto que das 72 obras analisadas, 52 estão dentro desse modelo. Nesta seção, vamos observar quais delas seguem o modelo tradicional e aquelas que fazem adaptações nessa estrutura sem, entretanto, refutá-la.

O primeiro manual a seguir esse modelo fielmente é o *Compendio da gramatica portugueza* do maranhense Padre Antônio da Costa Duarte. Publicado pela primeira vez em 1829, a obra seria reeditada até pelo menos 1877 com ampliações. Embora seja uma obra relativamente complexa, sobretudo por suas discussões teóricas em nota de rodapé (Polachini, 2018), é dada, na contracapa, como uma gramática destinada ao ensino primário.

O modelo seria retomado apenas décadas depois, pelo professor cearense Cyrillo Dilermando Silveira, em seu *Compendio de grammatica da lingua portuguesa*, publicado inicialmente em 1855, que se tornou a obra escolhida para o ensino primário no Município da Corte no mesmo ano de sua publicação e foi a obra escolhida para o ensino de português no Colégio Pedro II entre 1858 e 1869. De acordo com Blake (1893, p. 155), a obra foi reeditada oito vezes até, pelo menos, 1872.

Praticamente todas as gramáticas publicadas entre 1860 e 1880 seguiram o modelo tripartite de oração da gramática geral. As *Lições de grammatica portugueza*, de José Bernardino Sena, cuja terceira edição, analisada neste trabalho, é de 1861. O autor, dado por Blake (1898, p. 342) como professor do Liceu Pernambucano, produziu uma gramática especialmente peculiar por apresentar diversos artifícios pedagógicos, como o formato em diálogo, exercícios e diretrizes ao professor (Polachini, 2024). Sua abordagem da oração é bastante superficial, mas, ainda assim, mantém o modelo tripartite. Outras obras escolares também seguiram esse tipo de abordagem protocolar da oração, como o presbítero português naturalizado brasileiro Vicente Rodrigues da Costa Soares em seu *Curso elementar teórico-prático da grammatica nacional* (1868), H. C. Taylor, professor da Escola Normal de Recife, na *Grammatica da lingua nacional* (1871), e o professor particular João Fernandes de Lima Côrtes, no *Resumo da grammatica portugueza* (1888).

Por outro lado, Raymundo Camera Bithencourt, autor do *Epitome da grammatica philosophica da lingua portugueza*, de 1862, promove ao longo de seu texto, em muitas notas de rodapé, diálogo com gramáticas anteriores, sobretudo supracitada de Costa Duarte. Foi professor primário e traduziu do francês diversas obras, entre peças e textos de fundo moral direcionados à infância (Blake, 1902). Abordagem mais aprofundada é também realizada pelo maranhense Francisco Sotero do Reis (1800-1871), um dos nomes mais simbólicos quando se trata da gramática geral no Brasil, em sua *Grammatica portugueza*, publicada pela primeira vez em 1866 e reeditada em 1871 e 1877, e nas suas *Postillas de Grammatica Geral* de 1868.

Outras gramáticas escolares do período também apresentaram o modelo tripartite. Exemplos são: a *Grammatica ecletico-rudimentaria* (1865) de Philippe Alberto Junior; *Compendio da grammatica portugueza* (1870) por Frederico Ernesto Estrella de Villeroy; *Compendio de grammatica da lingua portugueza* (1872) por Dr. Laurindo José da Silva Rabello, obra adorada em escolas do exército; *Grammatica elementar da lingua portugueza* (1875) por Philipe Pinto Marques, obra aprovada no Rio de Janeiro e no Pará; *Compendio de grammatica portugueza* (1883) de Polycarpo José Dias da Cruz; *Grammatica Portugueza* (1887) pelo professor de português do externato do Colégio Pedro II Manoel Olympio Rodrigues da Costa; *Grammatica analytica e explicativa da lingua portugueza* (1876, 1888) por José Ortiz e Candido Matheus de Faria Pardal; *Compendio de grammatica portugueza* (1899), de Bibiano Ferreira de Almeida; *Resumo da grammatica portugueza* (sem data) do barão e professor Abilio Cesar Borges; e a *Grammatica primaria da lingua portugueza* (sem data), por Paulino Brito, adotada na instrução pública da Amazônia.

Houve também gramáticos que descreveram o aspecto analítico da oração como tripartite em todas suas obras e reedições consultadas, ainda que tenham adotado, em obras publicadas nas últimas décadas do século, outros elementos do método histórico-comparativo. O maranhense professor da Escola Anexa da Faculdade de Direito de São Paulo, Augusto Freire da Silva, por exemplo, publicou sua gramática pela primeira vez em 1875, afirmando, então, que resumia a sintaxe de Sotero dos Reis. Em edições posteriores da obra, o autor afirma maior autonomia e apropriação de elementos do método histórico-comparativo. Seu conceito de oração, porém, manteve-se o mesmo nas quatro outras edições consultadas, de 1879, 1883 e 1894. Algo similar se dá quando observamos as obras do médico e professor baiano Ernesto Carneiro Ribeiro, a saber *Elementos de grammatica portugueza*, de 1879, *Grammatica portugueza philosophica*, de 1881, e *Serões grammaticais*, de 1890. Embora haja, certamente, apropriações do método histórico-comparativo nos *Serões*, tal como o autor afirma fazer em seu prólogo, a concepção de oração se mantém a mesma das obras anteriores. Por fim, Antônio Estevão da Costa e Cunha também apresenta a mesma estrutura da oração em três partes nas seguintes obras: *Grammatica elementar*, de 1880, *Manual do examinando de portuguez*, de 1883, e a *Grammatica pratica do 1º grau*, de 1895, ainda que tenha publicado em 1883 o livro *Principios de grammatica historica e comparada*.

Houve, por outro lado, autores que utilizaram a estrutura tripartite em edições de suas obras e, depois, a abandonaram em publicações posteriores, como é o caso de Maximino Maciel em sua *Grammatica analytica*, de 1887, e em gramática de Hemetério dos Santos cuja data não temos pela mutilação da capa da obra, mas é possivelmente, dadas as fichas da Fundação Biblioteca Nacional, a edição de 1879 da *Grammatica elementar da lingua portugueza*. Curiosamente, ambos foram colegas professores de português no Colégio Militar e, posteriormente, adaptaram suas obras, que serão analisadas na próxima seção, aos princípios do método histórico-comparativo.

Quanto aos autores que fizeram alterações no padrão tripartite, nota-se que são obras publicadas majoritariamente antes de 1860. Um exemplo clássico é do primeiro gramático brasileiro, Antônio Morais Silva, cujo *Epitome da grammatica portugueza* foi publicado em diferentes formatos nos anos de 1806, 1813, 1824 e 1832¹⁵, nos quais a definição de oração se mantém bastante próxima do modelo

15 Inicialmente publicado em forma independente em Lisboa, em 1806, o *Epitome* de Morais Silva tornou-se um anexo de seu dicionário de 1813 em diante, fazendo parte de diversas edições da obra lexicográfica. Posteriormente, houve ainda duas edições brasileiras, uma com o título de *Grammatica Portugueza* em 1824 e outra adaptada por autores anônimos em forma de diálogo, publicada em Porto Alegre e no Rio de Janeiro em 1832.

tripartite, exceto pela definição do verbo que, segundo Morais Silva, além de afirmar e conectar os atributos aos sujeitos, também exprime vontade e mando, apresentando os exemplos “tu é amante”, “sê amante”. Essa concepção de mando tem como base, provavelmente, o *Hermes or a Philosophical inquiry concerning universal grammar*, publicada em 1751 pelo inglês James Harris, que é citada muitas vezes ao longo da obra de Morais. Parece-nos que o gramático e lexicógrafo brasileiro reúne as ideias da GGR-PR e de Harris para formar sua concepção de oração.

Outro caso de adaptação do início do século é o de Frei Caneca, cuja obra, escrita entre 1817-19, enquanto estava na prisão, foi publicada apenas em 1875. Nela, embora declare que a oração é formada por sujeito, verbo e atributo, dá a esses termos sentidos muito diferentes daqueles preconizados pela gramática geral, pois o sujeito “exercita a ação do verbo”, o verbo ou nexos “mostra a ação do sujeito” e o “paciente ou atributo” “recebe a ação do sujeito”. Vemos, dessa forma, que houve um total deslocamento, seja pela inserção da ideia de ação, que não é preconizada na gramática geral na forma mais essencial da oração, seja por transformar o atributo, que nomeia também de paciente, naquele que recebe a ação do sujeito. Outros autores como Luiz da Silva Alves D’Azambuja Susano, em seu *Compendio da grammatica portugueza*, de 1851, e Joaquim Frederico Kiappe da Costa Rubim, de seu *Novo methodo de grammatica portugueza* escrito em versos rimados, de 1881, também seguem essa direção.

Não foi incomum, porém, que os gramáticos se preocupassem com a categoria do paciente ou daquele que recebe a ação do verbo, razão de diversos deslocamentos em outras gramáticas ao longo do século. Antônio Álvares Pereira Coruja, por exemplo, afirma que a oração é composta por quatro elementos, o sujeito, o verbo, o atributo e o paciente, este último é inserido pela necessidade de haver um elemento que sofresse a ação do verbo, categoria esta não definida pelo gramático. Vale ressaltar que o *Compendio da grammatica da lingua nacional* de Coruja, uma gramática voltada ao ensino primário, é talvez a obra mais longa na história da gramática brasileira oitocentista, tendo sido reeditada ao menos diversas vezes entre 1835 e 1891. Apesar de haver pequenas alterações terminológicas, a oração quadripartite se mantém em todas as edições analisadas, de 1835, 1846, 1873 e 1891.

O respeitado gramático José Alexandre Passos, em suas *Taboas grammaticais da lingua portuguesa* (1848) e seu *Resumo de grammatica portugueza* (1855), defende que o terceiro elemento da oração tripartite seja ou o atributo ou o paciente/regime direto, a depender do tipo de verbo. Se fosse um verbo neutro, como ser e estar, ter-se-ia o atributo (aquilo que se afirma ou nega de alguma

pessoa ou coisa por meio do verbo), já um verbo ativo leva à necessidade de um paciente ou regime (que completa o sentido do verbo ativo e mostra o objeto que sofre a ação). Salvador Henrique d'Albuquerque, professor de Olinda, no seu *Breve compendio de grammatica portugueza* (1844) e seus *Rudimentos de grammatica portugueza* (1873) e, muito tempo depois, o Padre José Noronha Nápoles Massa na sua detalhada *Grammatica analytica da lingua portugueza* (1888) vão nessa mesma direção. Por fim, Almeida (1866), em seus *Elementos de grammatica portugueza*, define o aspecto analítico da oração com os três elementos básicos mais os complementos direto, indireto e circunstancial.

Finalmente, chegamos à gramática de transição de Fillippe Benicio de Oliveira Condurú, a única edição a que tivemos acesso é a de 1888, que, segundo Nogueira (2009), seria a sua 13ª edição, já que a primeira era de 1850. O professor e gramático maranhense apresenta dois aspectos analíticos da oração, um em texto e outro em nota de rodapé. Apesar de, em nota, apresentar a oração tripartite e exemplificá-la com “creio” e “eu sou crente”, no texto da gramática, o autor define uma oração que poderia ter um número variável de elementos: somente dois se o verbo fosse absoluto (sujeito e verbo), e três se o verbo fosse de existência (incluindo também o atributo) ou de ação transitiva (nesse caso, acrescenta-se o paciente ou complemento objetivo). Nessa concepção, o atributo não é parte essencial de todo verbo, derrubando parte fundamental da lógica da gramática geral.

| Desprendimento da gramática geral

A primeira gramática a se desprender dessa estrutura não foi publicada por um brasileiro, mas pelo suíço naturalizado brasileiro Charles Adrian Grivet, que em 1865 publicou sua *Grammatica analytica*. A obra, embora seja muitas vezes considerada da tradição filosófica por outros estudiosos (Maciel, 1918; Cavaliere, 2001), parece-me bastante peculiar e a forma como nela se define a oração é simbólica nesse sentido, visto que o autor chega a indicar que basta um verbo, que ele denomina também “fato”, para fazer uma oração. De acordo com Grivet, nas duas edições de sua obra, a primeira de 1865 e a segunda, já póstuma e bastante ampliada, de 1881, o aspecto analítico da oração corresponderia sobretudo a um “fato” (a percepção daquilo que o homem pensa), referente aos verbos “de ação” (impulso moral ou físico, ex.: eu reflito), “de estado” (ideia de permanência, ex.: somos mortais) ou “de necessidade” (a causa do fato escapa à nossa percepção, ex.: chove). Ademais, a oração teria um “sujeito”, um “predicado” (termo que enuncia uma qualificação do sujeito mediante um verbo de estado) e/ou “complemento direto” e/ou “complemento indireto” (objetos de verbos de ação); “aposição” (palavras que se juntam ao sujeito sem auxílio de

verbo) e “ligação” (uso de conjunções como “e”). Na edição de 1881, é acrescentada uma longa argumentação intitulada “Exposição episódica da teoria do verbo substantivo”, na qual Grivet se mostra contrário à oração tripartite e à divisão entre verbo substantivo e verbo adjetivo da gramática geral¹⁶.

A próxima obra a se desprender do modelo tripartite é a pioneira *Grammatica Portuguesa* de Julio Ribeiro (1845-1890), publicada inicialmente em 1881, reeditada com modificações em 1885 e, posteriormente, reeditada até o início do século XX, mesmo após a morte do autor. Seguindo Charles Peter Mason, que referencia explicitamente na edição de 1885, Ribeiro afirma que a oração é composta por sujeito e predicado e divide este último em predicado propriamente dito, que é a ideia que se liga ao sujeito, e a cópula, isto é, o laço que prende o predicado propriamente dito ao sujeito. Nesse caso, embora se mantenha a ideia de um nexos ou uma cópula, estes são agora parte do predicado e não um objeto autônomo na oração. Ademais, vale olhar para os exemplos que o gramático traz nas duas edições da obra. Em ambas, analisa a frase “Pedro ama”; em 1881, considerando que o predicado “ama” divide-se em “é” cópula e “amante” predicado propriamente dito, já em 1885, o autor faz uma análise morfológica da palavra, dividindo “ama” em “am” tema e predicado propriamente dito e “a” como terminação e cópula. Sua maneira de analisar a oração não influencia, porém, os gramáticos posteriores, exceto por Lobo (1892), que faz uma obra simplificada de lições de português, mas que, em sua apropriação do modelo, promove mudanças, considerando que a cópula seria um verbo ativo, como “estudou”, e o predicado propriamente dito seria, na verdade, o paciente do verbo, como “a lição”.

Hemetério dos Santos, cuja *Grammatica elementar* seguia ainda o modelo tripartite, passa a definir a oração como tendo, somente, sujeito e predicado em sua gramática de 1885¹⁷ e na *Grammatica portugueza* de 1897. Nesse momento, o “predicado” referia-se a tudo que não fosse o sujeito. Tal modelo seria seguido por diversas outras obras do período, como a *Grammatica descriptiva* (1895) de Maximino Maciel – que tal como Santos havia publicado anteriormente uma gramática seguindo o modelo tripartite –; as duas edições da gramática de Pacheco & Lameira as *Noções da grammatica portugueza* (1887) e a *Grammatica da lingua portugueza* (1894); o *Holmes brasileiro ou grammatica da puericia* (1891) do pioneiro Júlio Ribeiro; a *Grammatica elementar* (1888) de Alfredo do Nascimento e Silva; a *Grammatica portugueza (3º anno)* (1889) do professor

16 Em benefício do espaço deste artigo, não abordaremos essa explanação de Grivet (1881), dado que ela merece uma análise minuciosa.

17 Não foi possível recuperar o título exato dessa obra por faltar ao livro a capa.

de História Universal no Colégio Pedro II João Ribeiro; *Grammatica Portuguesa* (1895) de Alfredo Gomes (1895); a *Grammatica Portuguesa* (1900) do Inspetor geral do Ensino Osorio Duque-Estrada, os *Elementos de Grammatica Portuguesa* de Felisberto Carvalho (em edição sem data, mas provavelmente da década de 1890) e, por fim, as gramáticas de autoria feminina das professoras de língua portuguesa Adélia Ennes Bandeira (1911 [1897]) e Zillah do Paço Mattoso Maia (1908 [1899])¹⁸. Ressaltamos, porém, que as últimas seis obras mencionadas ainda apresentam nas definições de sujeito e/ou predicado a ideia de “afirmação”, própria da gramática geral. Por fim, lembramos que a *Grammatica da puericia* do professor de literatura e língua portuguesa na Escola Normal de Niterói, José Ventura Boscoli (1900), apresenta somente funções sintáticas, sem tratar dos elementos mínimos da oração.

| Considerações finais

Neste estudo panorâmico de 72 gramáticas que abordou somente um conceito dentre os tantos presentes nas gramáticas brasileiras oitocentistas, dada sua centralidade epistemológica, foi possível traçar um mapa de continuidades e descontinuidades dessa tradição, em que percebemos três fases. Apenas 3 obras teriam alguma influência da gramática latina estendida. A grande maioria das obras, 52 delas, encontra-se na fase central, da gramática geral e apresenta a estrutura tripartite da oração. Dessas, houve, entretanto, 18 obras que realizaram adaptações ao modelo principal, ressignificando e substituindo o atributo ou acrescentando itens ausentes do modelo original, como o paciente ou algum complemento – entre as quais está gramática de Condurú (1888), que apresenta dois conceitos diferentes para oração. Por fim, 17 obras, de maneira diversa, se desprendem do modelo racionalista tripartite do aspecto analítico da oração, descrevendo a oração como bipartite com sujeito e predicado; ou, de forma mais radical, considerando que apenas o verbo (ou fato) é suficiente, como o faz Grivet (1865, 1881). Esses dados estão sintetizados no Apêndice 1.

Vemos, dessa forma, que a gramática brasileira de língua portuguesa dos Oitocentos é predominantemente racionalista, mas que, à sua maneira, produz diversas adaptações ao modelo central, tripartite, de oração. Além disso, nota-se que a ruptura com essa tradição, ao menos no que diz respeito ao conceito de oração, é complexa, visto que autores que diziam já utilizar o modelo histórico-comparativo (e talvez de fato o estivessem em outras partes de sua descrição linguística) ainda mantinham o aspecto analítico tripartite, como é

¹⁸ Para mais informações sobre essas autoras, ver Polachini e Vidal Neto (2023).

o caso de Costa e Cunha (1883, 1895), Freire da Silva (1894), Maciel (1887) e Carneiro Ribeiro (1890), por exemplo.

O mérito deste trabalho está em seu *corpus* extenso, algo inédito em análises dessa gramaticografia. Seu tema é, porém, ainda reduzido, dado que sua análise se centra em um único conceito de forma essencialmente tipológica. Certamente, é ainda necessário realizar outros estudos sobre essas obras que contemplem aspectos relacionados ao *aspecto analítico* da oração, como a noção de verbo, além de pesquisas que abordem outros elementos da descrição linguística dessa miríade de gramáticas brasileiras oitocentistas. Valeria ainda realizar estudos que observem outros modos de conexões entre as obras além da meramente tipológica, como diálogos e possíveis influências. Com esta pesquisa inicial, desejamos dar um primeiro passo para a análise mais detalhista e panorâmica, isto é, com um *corpus* mais extenso, dessa produção.

| Referências

Fontes: gramáticas analisadas

ALBERTO JUNIOR, P. J. **Grammatica ecletico-rudimentaria da lingua portugueza**. 5. ed. Bahia: Typ. de Camillo de Llis Masson & C., 1858.

ALBUQUERQUE, S. H. de. **Breve compendio de grammatica portugueza extrahido de diversos autores e oferecido aos seus alumnos**. 5a edição mais correcta que as precedentes. Pernambuco: Typographia de Santos e Companhia, 1844.

ALBUQUERQUE, S. H. de. **Rudimentos de grammatica portugueza**. 1. ed. Recife: Typ. Commercial de Geral H. de Mira, 1873.

ALMEIDA, F. M. Rapozo de. **Elementos de grammatica portugueza segundo um systema mnemonico**. 2. ed. Pernambuco: Typographia de Santos & Companhia, 1866.

ALMEIDA, B. F. **Compendio de grammatica portugueza**. Porto Alegre: Rodolpho José Machado Livreiro Editor, 1899.

BANDEIRA, A. E. **Grammatica portugueza practica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1911.

BITHENCOURT, R. A. C. **Epitome da grammatica philosophica da lingua portuguesa**. Rio de Janeiro. Eduardo & Henrique Laemmert, 1862.

- BORGES, A. C. **Resumo da grammatica portugueza para uso das escolas.** Bruxelas, Typographia e Lithographya E. Guyot, s.d.
- BRITO, P. **Grammatica primaria da lingua portugueza para uso das escolas.** 6a edição melhorada e correcta. Belém: Livraria Escolar, s.d.
- CANECA, J. **Breve Compendio de Grammatica Portugueza:** organizado em forma systematica, com adaptação a capacidade dos alumnos Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1ª edição – 1876) Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/304#:~:text=Categorias&text=LEITE%2C%20Marli%20Quadros;%20PELFR%C3%84NE%2C,2024>. Acesso em: 10 out. 2024.
- CARNEIRO RIBEIRO, E. **Elementos de grammatica portugueza.** Bahia: Imprensa Economica, 1879.
- CARNEIRO RIBEIRO, E. **Grammatica Portugueza Philosophica.** Bahia: Imprensa Economica, 1881.
- CARNEIRO RIBEIRO, E. **Seroes grammaticaes ou nova grammatica portugueza.** Bahia: Imprensa Popular, 1890.
- CARVALHO, F. de. **Elementos de grammatica portugueza** para uso dos alumnos de instrucção primaria. 15. ed. Rio de Janeiro: Livraria de Francisco Alves, s.d.
- CONDURÚ, F. B. C. **Grammatica Elementar da Lingua Portugueza.** 13. ed. Maranhão: Typ. do Paiz. 1888.
- CORTES, João Fernandes de Lima. **Resumo da grammatica portugueza.** Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1888.
- CORUJA, A. A. P. **Compendio da Grammatica da Lingua Nacional**, dedicado á mocidade rio-grandense. Porto Alegre: V.F. de Andrade, 1835.
- CORUJA, A. A. P. **Compendio da Grammatica da Lingua Nacional**, dedicado á mocidade rio-grandense. Rio de janeiro: Typ. Franceza, 1846.
- CORUJA, A. A. P. **Compendio da Grammatica da Lingua Nacional**, dedicado á mocidade rio-grandense. Rio de janeiro: Esperanca, 1873.
- CORUJA, A. A. P. **Compendio da Grammatica da Lingua Nacional**, dedicado á mocidade rio-grandense. Rio de janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1891.

COSTA DUARTE, A. **Compendio de grammatica portugueza**, para uso das Escolas de Primeiras Letras. Maranhão: Tipografia Nacional, 1829.

COSTA DUARTE, A. **Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza** Escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para o uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras lettras da provincia. Maranhão : Tipografia do Frias, 1859.

COSTA, M. O. R. **Grammatica portugueza**. 3. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1887.

COSTA E CUNHA, A. E. **Grammatica elementar portugueza** adaptada ao ensino de escolas de instrucção primária [...] Rio de Janeiro: Livraria academica de J. G. de Azevedo, 1880.

COSTA E CUNHA, A. E. **Manual do examinando de portuguez**. Rio de Janeiro: Livraria academica de J. G. de Azevedo, 1883.

COSTA E CUNHA, A. E. **Grammatica pratica do 1º grao**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria academica de J. G. de Azevedo, 1895.

CRUZ, P. J. D. **Compendio de grammatica portugueza**. 3. ed. Rio de Janeiro, Typographia Paula Brito, 1883.

DUQUE-ESTRADA, Osorio. **Grammatica portugueza**. Rio de Janeiro: Livraria da Viuva Azevedo & C. - Editores, 1900.

FORTES, P. I. F. **Arte da grammatica portugueza**, para uso dos seus discipulos. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1816.

FREIRE DA SILVA, A. **Compendio da grammatica portugueza**. 2a edição. Maranhão: Typ. do Frias, 1875.

FREIRE DA SILVA, A. **Compendio da grammatica portugueza para uso dos alumnos de humanidades, que frequentam a aula de Portuguez**. 3. ed. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1879.

FREIRE DA SILVA, A. **Compendio da grammatica portugueza para uso dos alumnos de humanidades, que frequentam a aula de Portuguez**. 4a edição. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler, 1883.

FREIRE DA SILVA, A. **Compendio da grammatica portugueza para uso dos alumnos de humanidades, que frequentam a aula de Portuguez**. 8. ed. São Paulo: J. B. Endrizzzi & C., 1894.

GOMES, A. **Grammatica Portugueza**, 6. ed. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1895.

GRIVET, C. A. **Grammatica analytica da lingua portuguesa**. Rio de Janeiro: s.n., 1865.

GRIVET, C. A. **Nova grammatica de lingua portugueza**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1881.

IBIRAPITANGA, A. G. **Compendio grammatical reduzido á dialogo para uso dos principiantes no exercicio das primeiras letras**. Bahia: Livraria de Carilina de C.a., 1875.

LOBO, G. **Lições praticas da lingua portugueza** organizadas especialmente para as escolas publicas do Estado de S. Paulo. Itú: Typ. do Correio do Salto, 1892.

MACIEL, M. A. **Grammatica Analytica da Lingua Portugueza**. Rio de Janeiro: Typ. Central de Evaristo Rodrigues da Costa, 1887.

MACIEL, M. A. **Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas**. Capital Federal: Typ. do Pazo & C., 1895.

MAIA, Z. P. M. **Grammatica da lingua portugueza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1908.

MARQUES, Philippe Pinto. **Grammatica elementar da lingua portugueza extrahida dos melhores auctores**. 2a edição melhorada e mais correcta. Pará: Carlos Seidl & C.a, 1875.

MASSA, J. N. N. **Grammatica Analytica da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1888.

MORAES, A. F. M. **Grammatica da lingua portugueza ensinada por meio de quadros analyticos** – methodo facilimo para se aprender a lingua. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869.

MORAIS SILVA, A. **Epitome da Grammatica Portugueza**. Lisboa: Off. de Simão Thadedeo Ferreira, 1806.

MORAES SILVA, A. **Epitome da grammatica portugueza** – agora mais resumido, e em fórmula de Dialogo, para uso dos Meninos. 1a ed. Porto Alegre: Typ. d Dubreuil e Comp., 1832.

ORTIZ, J.; PARDAL, C. M. F. **Grammatica analytica e explicativa da lingua portugueza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nicolao Alves, 1876.

- ORTIZ, J.; PARDAL, C. M. F. **Grammatica analytica e explicativa da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro. 1888.
- PACHECO & LAMEIRA (Pacheco da Silva Jr & Lameira de Andrade). **Noções de grammatica portugueza**. Rio de janeiro: J. G. de Azevedo, 1887.
- PACHECO & LAMEIRA (Pacheco da Silva Jr & Lameira de Andrade). **Grammatica da Lingua Portugueza**. Rio de janeiro: J. G. de Azevedo, 1894.
- RIBEIRO, J. **Grammatica portugueza (3ºanno)**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1889.
- PASSOS, J. A. **Taboas grammaticaes da lingua portugueza para uso dos estudantes de grammatica**. Pernambuco: Typographia de Santos e Companhia, 1848.
- PASSOS, J. A. **Resumo de grammatica portugueza para uso das escolas de primeiras letras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio de Brito & Braga, 1855.
- RABELLO, L. J. S. **Compendio de grammatica portugueza**. 2. ed. mais correta. Rio de Janeiro: Typ. Esperança, 1872.
- RIBEIRO, J. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.
- RIBEIRO, J. **Grammatica Portugueza**. 2. ed. ref. e muito aum São Paulo: Teixeira & Irmão, 1885.
- RIBEIRO, J. **Holmes brasileiro ou grammatica da puericia**. 2a ed. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1891.
- RUBIM, J, F. K. C. **Novo methodo de grammatica portugueza**. Ceará: Typographia Cearense, 1881.
- SANTOS, H. J. dos. **Grammatica elementar da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: Serafim José Alves, s.d. [1879]
- SANTOS, H. J. dos. **Grammatica** [...]. 1885.
- SANTOS, H. J. dos. **Grammatica portugueza**. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alve & C., 1897.
- SENA, J. B. **Lições de grammatica portugueza destinadas ao uso dos alumnos de ambos os sexos que frequenta as aulas de primeiras letras**. 3. ed. Pernambuco: Santos & Companhia, 1861.

SILVA, A. N. **Grammatica portugueza elementar**. Rio de Janeiro: J. A. F. Villas-Bôas & C.

SILVEIRA, C. D. **Compendio de grammatica da lingua portugueza**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1855.

SOARES, V. R. C. **Curso elementar teórico-prático da grammatica nacional organizada para uso dos collegios**. Rio de Janeiro: Livraria Luso-brasileira, 1868.

SOTERO DOS REIS, F. **Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica**. Maranhão: Tip. de B. de Matos, 1866.

SOTERO DOS REIS, F. **Postillas de Grammatica Geral applicada à lingua portugueza pela analyse dos classicos ou guia para a construcção portugueza**. 2. ed. Maranhão, 1868.

SOTERO DOS REIS, F. **Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica**. 2. ed. revista Maranhão: Typ. de R. d'Almeida & C., 1871.

SOTERO DOS REIS, F. **Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica**. 3. ed. revista Maranhão: Livraria de Magalhães, 1877.

SUSANO, L. da S. A. D'A. **Compendio de grammatica portugueza para uso das escolas primarias**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1851.

TAYLOR, H. C. **Grammatica da lingua nacional compendio adaptado ao ensino nas aulas de instrucção primaria**. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1871.

VILLEROY, F. E. E. **Compendio da grammatica portugueza**. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1870.

Estudos

ARNAULD, A.; LANCELOT, L. **Grammaire** Générale et **Raisonnée**. Quatrième édition. Paris: Librairie Durand neveu, 1780 [1660].

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. 2. ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2009 [1992].

AZEVEDO FILHO, L. Os estudos filológicos e linguísticos no Brasil – uma tentativa de periodização. *In: Anais do Congresso Internacional de Lexicografia e Literaturas do mundo lusófono*. Rio de Janeiro: Editora Ágora da Ilha, 2002.

BECKER, K. F. **A Grammar of the German Language**. Second Edition: greatly improved. [Ed. by Bernhard Becker] London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1845[1830].

BLAKE, A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Primeiro volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BLAKE, A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Segundo volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893.

BLAKE, A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Terceiro volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1895.

BLAKE, A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Quarto volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1898.

BLAKE, A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Quinto volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1899.

BLAKE, A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Sexto volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1900.

BLAKE, A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Sétimo volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1902.

CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. **Alfa**. v. 45, p. 49-69. 2001.

CAVALIERE, R. **História da gramática no Brasil**: séculos XVI a XIX. Petrópolis: Vozes, 2022.

CHEVALIER, J-C. **Histoire de la syntaxe**: naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750). Genève : Librairie Droz, 1968.

DOMINICY, M. Le programme scientifique de la grammaire générale. *In*: AUROUX, S. (dir.). **Histoire des idées linguistiques** – Tome 2: Le développement de la grammaire occidentale. Liège: Mardaga, 1989.

ELIA, S. Os estudos filológicos no Brasil. *In*: ELIA, S. **Ensaio de Filologia e Linguística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1975. p. 117-176.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. **As Concepções Linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006.

GRAFFI, G. **200 years of syntax: a critical survey**. Studies in the History of the Language Sciences 98. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

HARRIS, J. **Hermes or A Philosophical inquiry concerning vniversal grammar**. The sixth edition. London: Printed for F. Wingrave, 1806 [1751].

JAMIESON, H. S. **Language and Thought in the theories of Port-Royal, Du Marsais, Beauzee and Condillac**. 1981. Dissertação (Mestrado em Filosofia), University of Surrey (United Kingdom), 1981.

KEMMLER, R. 2013. A primeira gramática da língua portuguesa impressa no Brasil: a Arte de grammatica portugueza (1816) de Inácio Felizardo Fortes. **Revista Confluência**, n. 45, p. 61-82, 2013.

PARREIRA, A. D. **Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX**. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filología, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2011.

MARCÍLIO, M. L. **História da Alfabetização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

MACIEL, M. Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa. *In*: MACIEL, M. **Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1918 [1910].

MASON, C. P. 1858. **English Grammar** – including the principles of grammatical analysis. Eighteenth Edition (revises and enlarged). London: Bell & Daldy, York Street, Covent Garden.

NASCENTES, A. A filologia portuguesa no Brasil (esboço histórico). *In*: NASCENTES, A. **Estudos Filológicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. p. 21-45.

NOGUEIRA, S. Estudos Historiográficos e o Ensino de Língua Portuguesa. **CNLF**, v. XIII, n. 04, 2009.

POLACHINI, B. S. **O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do português do século XIX: estudo historiográfico.** 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

POLACHINI, B. S. **Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa.** 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

POLACHINI, B. S.; VIDAL NETO, J. B. C. As mulheres nos estudos linguísticos brasileiros (1890-1960): uma primeira aproximação. *In*: ALTMAN, C.; LOURENÇO, J. **Feminino em Historiografia Linguística: Américas** – Vol. 1. São Paulo: Ed. Pontes, 2023. p. 171-230.

POLACHINI, B. S. O engenho didático na gramática brasileira oitocentista. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 52, n. 3, p. 819-838, 2024. DOI: 10.21165/el.v52i3.3672. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/3672>. Acesso em: 5 maio. 2025.

RABY, V. **La proposition dans la grammaire generale francaise (1660- 1803).** 2000. Tese. (Doutorado) – Université Paris Diderot (Paris 7), Paris, 2000.

RAZZINI, M. P. G. **O espelho da nação: a Antologia Nacional e o ensino de Português e de Literatura (1838-1970).** 2000. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RAZZINI, M. P. G. História da Disciplina Português na Escola Secundária Brasileira. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 4, p. 43-58 jan./jun. 2010.

RIBEIRO, J. A Procellaria: 17 de Abril de 1887. *In*: RIBEIRO, J. **Cartas Sertanejas; Procellarias** (Edição Fac-símile). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007. p. 85-94.

SWIGGERS, P. **Histoire de la pensée linguistique** – analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIXe siècle. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

SWIGGERS, P. Modelos, Métodos y Problemas en la historiografía de la lingüística. **Nuevas Aportaciones a la historiografía lingüística.** Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL. La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2003, 2004. p. 113-146.

WHITNEY, W. D. Chapter I. Introductory: language and grammar. *In*: WHITNEY, W. D. **Essentials of English Grammar: for the use of schools.** Boston: Ginn and Heath, 1879. p. 1-5.

Apêndice 1

Quadro sintético do *aspecto analítico* da oração de 72 gramáticas

Fase	Detalhes	Obras	Nº
Gramática latina estendida: 3 obras	Uso de casos, sem definição da oração	Fortes, 1816 Moraes, 1869	2
	Uso de casos e os complementos, sem definição da oração	Ibirapitanga, 1875	1
Gramática geral: modelo tripartite: 52 obras	Modelo tripartite tradicional: sujeito, verbo e atributo	Costa Duarte, 1829, 1859 Silveira, 1855 Sena, 1861 Bithencourt, 1862 Alberto Junior, 1865 Sotero dos Reis, 1866, 1868, 1871, 1877 Soares, 1868 Villero, 1870 Taylor, 1871 Rabello, 1872 Marques, 1875 Freire da Silva, 1875, 1879, 1883, 1894 Ortiz e Pardal, 1876, 1888 Carneiro Ribeiro, 1879, 1881, 1890 Santos, 1879 Costa e Cunha, 1880, 1883, 1895 Cruz, 1883 Costa, 1887 Maciel, 1887 Almeida, 1899 Borges, s.d. Brito, s.d.	34
	Variação: modelo tripartite em modo indicativo e imperativo	Morais Silva 1806, 1813, 1824, 1832	4
	Variação: modelo tripartite com mudança no conceito de verbo ou atributo	Caneca, 1875 Susano, 1851 Rubim, 1881	3
	Variação: modelo tripartite com a inclusão de novos elementos à oração	Coruja 1835, 1846, 1873 e 1891 Albuquerque, 1844, 1873 Passos, 1848, 1855 Almeida, 1866 Massa, 1888	10
	Variação: duas possibilidades de definição, uma tripartite e outra com apenas sujeito e predicado.	Condurú, 1888	1

Desprendimento da gramática geral: 17	Oração como sujeito e predicado	Ribeiro, 1881, 1885, 1891 Santos, 1885, 1897 Pacheco e Lameira, 1887, 1894 Silva, 1888 Ribeiro, 1889 Gomes, 1895 Duque-Estrada, 1900 Carvalho, s.d. Bandeira, 1911[1897] Maia, 1908[1899]	14
	Oração como fato ou verbo	Grivet 1865, 1881	2
	Uso de funções sintáticas, sem definição da oração	Boscoli 1900	1

Fonte: Elaboração própria

Como citar este trabalho:

POLACHINI, Bruna Soares. A oração na gramática brasileira oitocentista: estudo panorâmico. Revista do GEL, v. 21, n. 3, p. 53-82, 2024. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 11/02/2025.

Sínclise Pronominal – vestígios de uma controvérsia

Marcelo Costa SIEVERS¹

Tania Maria Nunes de Lima CAMARA²

1 Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil;
| marcelosievers@yahoo.com.br | <https://orcid.org/0009-0002-7012-3383>

2 Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil;
| taniamnlg@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-0976-9361>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i3.3756>

Resumo: O presente artigo tem por intento mostrar a presença, na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, da controvérsia acerca da colocação dos pronomes oblíquos átonos, havida entre estudiosos da língua que defendiam o uso lusitano e aqueles que achavam legítima a forma brasileira. Para tanto, buscaram-se duas obras representativas dos pensamentos em conflito: a 5ª edição de *O Problema da Colocação de Pronomes (Suplemento às Gramáticas Portuguesas)*, de Cândido de Figueiredo, datada de 1928, e a 2ª edição de *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Manuel Said Ali, datada de 1919. Para alcançar o objetivo, tomou-se como fundamento teórico a Historiografia Linguística, uma vez que o presente estudo privilegiará a abordagem do tópico da gramática para além do aspecto linguístico, valendo-se da pesquisa bibliográfica para reconstituir as condições de produção dessas obras. Como resultado, temos que Bechara, em que pese reconheça a diferença entre as pronúncias brasileira e portuguesa, de modo igual a Said Ali, mostrando-se crítico a certas tradições da Gramática ao abraçar fundamentos da linguística contemporânea, utiliza como exemplo obras literárias brasileira e portuguesas de séculos passados, trazendo, assim, fundamentos e práticas em comum com a Cândido de Figueiredo. Do exposto, é possível concluir que todas as obras em questão cumpriram, a seu tempo, determinado papel discursivo, político e social, motivo pelo qual ainda são referências em alguma medida, e que caberá aos educadores e pesquisadores, ao longo do tempo, formar novas demandas por novos compêndios gramaticais, ao questionarem as atuais obras e despertando o respectivo público alvo.

Palavras-chave: Historiografia Linguística. Síncrise Pronominal. *O Problema da Colocação de Pronomes*. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. *Moderna Gramática Portuguesa*.

Pronominal Enclitic – Traces of a Controversy

Abstract: This article aims to highlight how Evanildo Bechara's *Moderna Gramática Portuguesa* reflects the controversy surrounding the placement of unstressed object pronouns—a debate between scholars who defended Lusitanian usage and those who considered the Brazilian form legitimate. To this end, the study analyzes two representative works from these conflicting perspectives: the 5th edition of *O Problema da Colocação de Pronomes (Suplemento às Gramáticas Portuguesas)* by Cândido de Figueiredo (1928) and the 2nd edition of *Dificuldades da Língua Portuguesa* by Manuel Said Ali (1919). The study is theoretically grounded in Linguistic Historiography, approaching this grammatical topic beyond

its purely linguistic dimension by using bibliographic research to reconstruct the conditions under which these works were produced. The results show that Bechara, while acknowledging the differences between Brazilian and European Portuguese usage—much like Said Ali—adopts a critical stance toward certain traditional aspects of grammar by embracing principles from contemporary linguistics. At the same time, he uses literary works from past centuries—both Brazilian and Portuguese—as examples, thereby incorporating elements and practices also found in Cândido de Figueiredo's work. This analysis concludes that all the works in question served a specific discursive, political, and social role in their time; for this reason, they remain relevant references to some extent. Furthermore, it remains the responsibility of educators and researchers to articulate the ongoing need for updated grammatical compendiums.

Keywords: Linguistic Historiography. Clitic Pronouns. *O Problema da Colocação de Pronomes*. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. *Moderna Gramática Portuguesa*.

Introdução

Tópico marcante da diferença entre o português brasileiro e o português europeu, a colocação dos pronomes clíticos, ou sínclise pronominal, tem sido, há alguns séculos, um ponto de disputa entre concepções mais e menos puristas de como se deve ensinar e usar a língua portuguesa. Se de um lado houve, e persiste, uma apologia aos modos lusitanos nessa seara, já há ao menos um século é possível identificar o abono aos usos brasileiros, alegando-se que brasileiros e portugueses realizam pronúncias distintas, e que isto daria caso à diferença.

Assim, valendo-se dos pressupostos teóricos e metodológicos da Historiografia Linguística, e com o objetivo de identificar os vestígios dessa controvérsia na mais atual edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, obra de grande trajetória e influência, o presente artigo examina duas obras representativas dos discursos antagônicos acerca da colocação pronominal nas primeiras décadas do século XX e de que forma suas teses se fazem presentes na obra de Bechara: *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Said Ali, em 1908³, cuja segunda edição viria a lume, com alterações significativas, 10 anos mais tarde, e *O Problema da Colocação de Pronomes (Suplemento às Gramáticas Portuguesas)*, de Cândido de Figueiredo, datada de 1917⁴.

3 A edição da obra utilizada para este artigo foi a 7ª, publicada no ano de 2008. O conteúdo, todavia, é o mesmo daquela de 1919.

4 A edição utilizada para este artigo foi a 5ª, datada de 1928. O texto, contudo, não sofreu alterações que lhe alterassem a essência.

Será possível, ao final, concluir que, a despeito de reverberar as ideias de seu mestre Said Ali, a edição da gramática de Bechara, publicada em 2019, além de ter apresentado poucas diferenças em relação à 1ª edição, datada de 1961, utiliza exemplos extraídos de textos literários brasileiros e portugueses de séculos passados, o que ratifica a ideia de que a língua padrão deveria ser aquela da literatura.

| Fundamentação teórica e metodológica

A Historiografia Linguística, ramo de estudo das ciências da linguagem no qual se inscreve o presente artigo, é assim definida:

[...] ramo dos estudos da ciência da linguagem (institucionalizado de fato a partir da década de 1970 por autores americanos e europeus) tem como objetivo elaborar narrativas interpretativas e críticas (pelo menos como ideal) a respeito da elaboração, do desenvolvimento e da recepção de ideias sobre a linguagem humana e as línguas (Batista, 2020, p. 30).

Para alcançar o intento mencionado, continua o autor, a Historiografia Linguística terá por objeto de análise

[...] a história da linguística, entendida esta como as evidências que nos conduzem a eventos que constituem um amplo e diversificado conjunto de reflexões sobre a linguagem e as línguas (seja na forma de instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionários, seja na forma de especulações filosóficas ou mesmo de saberes populares, entre outras possibilidades) (Batista, 2020, p. 30).

Em consonância, pois, com os pressupostos mencionados, elegeram-se edições de uma obra representativa do pensamento linguístico brasileiro acerca da sínclise pronominal – Bechara (1969 [1961]; 2019) –, por entender-se que esta teve ampla aceitação entre o público ao qual se dirige, haja vista o grande número de edições que logrou até aqui, e também por ser possível considerar-se que Bechara, além de ter sido discípulo de Said Ali, conviveu com as ideias que nortearam Cândido de Figueiredo.

Ademais, por este estudo considerar, juntamente com Batista (2020, p. 38), que

[...] as ideias linguísticas não existem num vácuo absoluto (como muitas vezes as tradicionais histórias da linguística — com raízes no século XIX — parecem considerar), pois elas são produto de um agente

situado em um contexto histórico específico em diálogo (em termos de ruptura ou continuidade) com outros agentes dos saberes sobre a linguagem; o pensamento elaborado sobre a linguagem está sempre circunscrito a um horizonte de retrospectção e a um clima de opinião específico, isto é, relaciona-se com ideias anteriores a seu momento e com demandas intelectuais, culturais, científicas, pedagógicas de uma época; eventualmente, as ideias linguísticas podem estar relacionadas a políticas públicas e fomentação à cultura apropriadas a cada período histórico.

Recorreu-se às obras *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Said Ali, cuja 1ª edição data de 1908, e *O Problema da Colocação de Pronomes (Suplemento às Gramáticas Portuguesas)*, de Cândido de Figueiredo, publicada em 1917, por ambas terem sido obras dedicadas à sínclise pronominal e representativas do pensamento gramatical da época; pensamento este que ainda reverbera em obras como a de Bechara (1969 [1961]; 2019).

| Dois precursores – Cândido de Figueiredo e Said Ali

As obras escolhidas de Figueiredo e de Ali apresentam, cada uma a seu turno, relevo no tocante à sínclise pronominal para fins deste artigo: a primeira dedica-se exclusivamente à colocação dos pronomes oblíquos átonos; e a obra de Said Ali por, além de ser, em proporção importante, dissonante daquela de Figueiredo (1917), é textualmente citada por Evanildo Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, tanto na dedicatória, como na seção intitulada *Colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo o é questão de fonética sintática*.

Adicionalmente, em atenção aos pressupostos levantados na seção anterior, no que tange ao contexto histórico em que circularam os pensamentos gramaticais dos autores selecionados, o exame das obras em questão não poderá tão-somente ater-se às afamadas regras de colocação pronominal, mas antes levará em conta o diálogo entre elas e com Bechara; utilizando, para isso, prefácios, posfácios, citações e menções a outras obras e estudiosos.

| O Problema da Colocação de Pronomes (suplemento às gramáticas portuguesas)

O interesse do filólogo, gramático, lexicógrafo e escritor português Cândido de Figueiredo pelo tema em questão, segundo ele relata, é despertado por uma situação em que um consulente seu teria a ele recorrido para colher opinião acerca da construção “Um soneto pediste-me, criança”, construção esta

rechaçada por Figueiredo por não ter sido elaborada “portuguêsmente”, tendo, por isso, orientado a seu interlocutor que preferisse as proposições “um soneto me pediste” ou “pediste-me um soneto”.

Ao evento narrado, Figueiredo (1917, p. 15-16) aduz, no prólogo à 1ª edição, que:

Não podia estribar-me nas *Gramáticas*, porque estas nada me diziam a tal respeito; mas, parecendo-me que conhecia um pouco a índole e os documentos da língua, registei aquele reparo, estendi a minha observação à incorrecções análogas, e, já que me não podia abonar com as regras das *Gramáticas*, aventurei-me eu próprio a formular algumas regras sôbre a colocação de pronomes pessoais, e incluí-as em livros meus. [...]. Estes livros chegaram ao Brasil, onde têm logrado o mais cativante acolhimento; e, como ali a linguagem vulgar faz a colocação dos pronomes pessoais objectivos e terminativos, por uma forma que se não coaduna com a índole e a história da língua portuguesa, muitos estudiosos e gramáticos brasileiros acharam oportuna a minha tentativa. Embora êles próprios, uma ou outra vez, pelo contacto de corruptelas vulgares, se não hajam eximido á indevida colocação de pronomes, associaram-se aos meus esforços, e levantou-se no Brasil vigorosa campanha em favor dos direitos da língua em tal assunto. Mas, lá mesmo, êles e eu topámos tal ou qual oposição, da parte de um ou outro publicista, cujo nativismo os leva a aceitar como bôas e de lei estas e outras fórmulas da linguagem “vulgar do Brasil”: [...].

Mesmo entre os estudiosos da língua radicados no Brasil, como se vê, havia aqueles que entendiam que a sínclise pronominal realizada na antiga metrópole era o modelo a ser seguido na ex-colônia, e aqueles outros que, por seu turno, defendiam uma colocação à brasileira. Entre os últimos, estava o Sr. Paulino de Brito, que debateu longamente com Figueiredo por meio de artigos publicados em jornais; Brito escrevia em um jornal do estado do Pará, e Figueiredo o respondia, com ironia e sarcasmo, pelas páginas do *Jornal do Comércio* (1827-2016), do Rio de Janeiro. A compilação destas últimas corresponde à primeira parte do livro; a segunda parte aduz as regras e os *corpora* utilizados por Figueiredo para deduzir as regras da colocação pronominal.

É digno de nota o tom cáustico geralmente utilizado por Figueiredo (1917, p. 17) ao criticar o desempenho linguístico dos brasileiros e até mesmo de seus compatriotas, jornalistas:

Evidentemente, o assunto interessa especialmente ao Brasil; mas não se suponha que Portugal está isento de incorrecções sôbre a colocação de pronomes. [...]. Mas isto, nos jornais, não importa grande responsabilidade, conhecido o descarinho, com quo muitas vezes só redigem gazetas.

Avultam, contudo, as passagens em que o autor arroga a si e aos seus uma presumida autoridade para estabelecer o que seria a verdadeira língua portuguesa. Vejam-se-lhes, entre muitos outros, os seguintes exemplos:

O que mais importa é, por exemplo, lermos num publicista, muito ilustrado, e bem conceituado, expressões como estas, que *pela má colocação dos pronomes, não têm construção portuguesa*: [...] (Figueiredo, 1917, p. 18).

Quando digo como se fala e se escrevo português, deixo ressalvada a qualquer povo a faculdade de falar quimbundo, chinês ou malaio; e, se no Brasil se organizasse uma linguagem, que do português só tivesse uma parte do vocabulário, eu não teria o mínimo direito de me insurgir contra essa linguagem. Contra o que que me insurjo, sem iras nem desmandos, é a pretensão daqueles que, como o sr. Paulino de Brito, querem dar o fôro de portugueses a dizeres e modismos privativos da sua terra (Figueiredo, 1917, p. 49).

Os milhares ou milhões de Negros, que a colonização do Brasil chamou da África para a América, foram aceitando naturalmente o vocabulário português, construindo a frase a seu modo; e os lavradores e colonizadores, certamente em menor número que o dos trabalhadores dos campos e das roças, e curando mais de borracha e café, do que de invasões gramaticais, deixaram-se indolentemente imbuir dos modismos, que, a toda a hora, lhes feriam os ouvidos. [...]. Êsses modismos passaram dos campos para as cidades; e, quando os gramáticos brasileiros deram conta do desatino, a muitos pareceu que já era tarde para a correcção, e outros, como o sr. Paulino de Brito, tentaram dar fóros de cidade à gramática dos Negros (Figueiredo, 1917, p. 120).

Que os Negros estão de acôrdo com o sr. Paulino de Brito, êle próprio o poderá facilmente verificar; mas, se imagina que foram êles que aprenderam a colocação dos pronomes com os pais dos Brasileiros do sr. Brito, então, como gramático, que é, póde comparar a pura gramática portuguesa, — não a gramática das escolas, mas a dos factos, — com as gramáticas das línguas africanas, e verá como diferem (Figueiredo, 1917, p. 120-121).

A resolução do caso cifra-se num dilema: ou vamos com a linguagem das roças, ou nos colocamos ao lado dos homens cultos, dos letrados, dos mestres, das tradições da língua (Figueiredo, 1917, p. 124).

O discurso acerca da colocação pronominal de Figueiredo é ainda ratificado pelo *Prólogo* e no *Apêndice* da obra. No prefácio, escrito sob o título de *Juízo Crítico*, o filólogo, linguista e lexicógrafo português Gonçalves Viana apresenta a seguinte argumentação:

Trata-se de saber no Brasil se é legítima e portuguesa a colocação que lá dão aos pronomes pessoais com relação ao verbo a que pertencem, e é litígio que dura há já meio século. Três são os casos que mais avultam, com relação a esta espécie, no falar brasileiro. 1º Deslocação do pronome sujeito de orações interrogativas: — *Quando ele veio?* em vez de *Quando veio ele?* 2º Anteposição do pronome regime em orações enunciativas: *Me diga, me diz*, em lugar de — *Diga-me, diz-me*. 3º Posposição do pronome regime em oração de relativo: *O homem que viu-me*, por *O homem que me viu*. [...]. No português do reino, essas construções são piores que defeituosas, são inauditas, incompreensíveis: [...]. Essas construções sintácticas nem são nem foram nunca portuguesas, são crioulas, como crioulas são também as mais das particularidades de pronúncia brasileira, que das de Portugal se afastam (Viana, 1917, p. 6-7).

Vê-se, na citação, a existência de um discurso segundo o qual a colocação dos pronomes pessoais tal qual feita no Brasil não seria sequer portuguesa; e que as construções particulares da língua portuguesa seriam crioulas, constituindo o que poderia vir a ser um dialeto em algum tempo: “O fenómeno seria de bastante interesse, pois equivaleria à produção de um dialecto especial da língua portuguesa; mas a dar-se essa evolução, em nada afectaria ela, nem poderia jamais afectar, o idioma pátrio no seu berço glorioso” (Viana, 1917, p. 8). Destaque-se ainda o reconhecimento das “particularidades de pronúncia brasileira”, o que vai respaldar as prescrições de Ali, Bechara e outros tantos.

O mesmo discurso permeia a obra em sua totalidade. No *Apêndice*, é reproduzido um texto de autoria do escritor, educador e jornalista paraense José Veríssimo, em que até são feitas concessões à evolução da língua, mas o autor ainda assim vincula a boa escrita à literatura, em linha com a colocação pronominal preconizada por Cândido de Figueiredo:

De mim creio que, não obstante as excelentes razões e argumentos do sr. Said Ali, que, aliás, devem sêr recebidas em termos, e

agora do gramático paraense, não há motivo para cedermos sem relutância às imposições da nossa viciosa pronúncia, a qual nos leva a uma ordem pronominal, sob o aspecto da nossa tradição clássica, defeituosa. Não basta descobrir um facto ou uma lei filológica, para á conta dêle modificarmos os preceitos e usos consagrados da nossa língua; é preciso que êsse facto alcance tal grau de generalidade e universalidade, que dispense a justificação dos gramáticos. Ora, isso se não passa ainda com o da posição dos pronomes no Brasil. É certo que aqui os mesmos cultos, o até os gramáticos no falar corrente, os colocam de maneira diversa dos Portugueses, ainda rústicos. Mas aqui mesmo os escritores mais vernáculos, como um Gonçalves Dias ou um João Lisboa, para não falar senão de mortos, ainda pondo-os algumas vezes á brasileira, timbram em seguir a construção portuguesa clássica. Esta, com as legítimas modificações do natural evoluer da língua, devem seguir os escritores que pensam em dar á nossa pátria uma expressão literária quo não seja uma geringonça ou algaravia de gente inculta (Veríssimo *apud* Figueiredo, 1917, p. 394-395).

No último texto do *Apêndice*, Cândido de Figueiredo refuta a argumentação da lavra de Silva Ramos, professor, poeta e filólogo pernambucano. Importa aqui pontuar que, no texto de Ramos, consta argumento que aparece em manuais de gramáticas contemporâneos, qual seja aquele segundo o qual as chamadas formas pronominais oblíquas átonas no português brasileiro não seriam verdadeiramente átonas, o que leva aos brasileiros inclusive iniciarem o período com elas.

| A Síncrise Pronominal em *O Problema da Colocação de Pronomes*

Figueiredo (1917), para deduzir as suas regras de bom uso de colocação de pronomes clíticos, ao contrário do que, segundo ele, faziam os demais gramáticos, optou por examinar a sínclise pronominal em “uma dúzia de escritores primaciais, antigos e modernos, portugueses e brasileiros, observados minuciosamente na maneira que usaram normalmente e anormalmente quanto à disposição dos pronomes pessoais objectivos e terminativos” (Figueiredo, 1917, p. 133), a saber: os brasileiros Machado de Assis (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*); Rui Barbosa (*Discursos e Conferências*); João Ribeiro (*Páginas de Estética*); José de Alencar (*Iracema e Guarani*); os portugueses modernos Castilho (*Outono*); Herculano (*Eurico*); Latino Coelho (*Oração da Corôa*); Garrett (*Frei Luís de Sousa*); Camilo (*Estrelas Funestas*); e os antigos Dom Francisco Mantel (*Apólogos Dialogais*); Vieira (*Sermões*, 6ª parte); Manuel Bernardes (*Luz*

e *Calor*); Luís de Sousa (*História de San-Domingos*, vol. 1); e Bernardim Ribeiro (*Saudades*)⁵.

Teve ainda por referencial as gramáticas portuguesas de Lobato, Moraes, Soares Barbosa, Epifânio, Adolfo Coelho, Domingos de Azevedo, Ribeiro de Vasconcelos, Cortesão; e as brasileiras de Sotero, Júlio Ribeiro, Maciel, Augusto Freire, Eduardo Carlos Pereira, João Ribeiro, Alfredo Gomes e Paulino de Brito⁶.

Figueiredo (1917, p. 132) argumente que

Até agora, as raras discussões, que se têm suscitado sobre a colocação ou disposição dos pronomes pessoais objectivos e terminativos, estribam-se no modo de vêr individual dos litigantes, na sua própria prática, na afeição ou desafeição com que se recebem processos de outrem, e ainda no amor, com que aceitamos os processos, quaisquer que sejam, da terra onde nascemos.

O escritor parece fazer o mesmo, quando embasa suas prescrições nas gramáticas de outros autores; sem contar que o critério de afeição e desafeição permeia praticamente toda a obra em análise, como se pode observar no estilo mordaz com que combate a língua portuguesa em uso no Brasil.

Passando-se às regras, ou descrição dos fatos, como preferiria Figueiredo, identificamos a célebre regra geral segundo a qual a ênclise é a colocação preferida, na ausência de palavras atrativas. As palavras atrativas apontadas por Figueiredo são: pronomes adjetivos possessivos, demonstrativos, indefinidos; pronomes relativos; os numerais adjetivos; o numeral *ambos*; as palavras *mesmo*, *alguém*, *tudo*; e locuções pronominais podem atrair o clítico.

Entre os advérbios, destacam-se os de negação, tempo, lugar, modo, quantidade e dúvida, desde que não haja pausa ou ênfase.

Com referência às conjunções, *se*, *como*, *quando*, *que* (integrante aparente ou subentendida), *ou*, *ora*, *quer*, *pois*, *apenas*, *caso* e *embora*, *porque* e *que* (*causal*), atraem o clítico, enquanto adversativas geralmente não o fazem. As locuções conjuntivas seguirão a qualidade atrativa da respectiva conjunção equivalente.

5 Cf. Figueiredo (1917, p. 133-135).

6 A relação de gramáticas mencionadas em Figueiredo (1917, p. 130) não poderá ser escrutinada à exaustão no presente estudo, dadas as condições de realização desta pesquisa, ficando o convite a um exame mais acurado dessas obras em seu confronto com suas sucedâneas.

A respeito das preposições, o autor estabelece que algumas delas, a exemplo de *como*, *por*, *com*, *sem*, *até*, *segundo*, *conforme*, atraem o clítico consistentemente; outras, como *para* e *em*, apresentam variações.

Quanto à distância entre a palavra atrativa e o clítico, o autor ressalva que pode ensejar a ênclise, embora não considere exemplar este uso; em construções compostas com dois verbos, há preferência pela próclise ao primeiro verbo.

Em relação ao início de oração, o autor faz concessão à próclise no caso de orações subordinadas ou enfáticas, ao defender que o clítico pode iniciar a frase sem ser considerado incorreto.

| A obra *Dificuldades da Língua Portuguesa*

O livro *Dificuldades da Língua Portuguesa* teve por objetivo aclarar alguns dos pontos mais controversos da gramática do nosso idioma; nas palavras do próprio autor, o filólogo e linguista fluminense Manuel Said Ali, no prefácio à 1ª edição, publicada em 1908, “não é intuito deste livro oferecer aos leitores o esclarecimento de todas ‘as’ dificuldades da nossa língua. Poucas as questões, mas nem por isso menos interessantes, as de que aqui me ocupo” (Ali, 2008, p. 9). Fizeram parte da seleção do autor os seguintes temas: fenômenos de entonação; colocação de pronomes pessoais; o infinitivo pessoal; verbos sem sujeito; o pronome “se”; “Todo o Brasil e Todo Portugal”; haver e ter; participípios duplos; o futuro; nomes próprios geográficos e o purismo e o progresso da língua portuguesa.

A propósito da elaboração da 2ª edição da obra, em 1919, segundo consta no novo prefácio, foram feitas poucas emendas, com exceção ao capítulo de colocação dos pronomes, que foi quase totalmente reescrito e desdobrado em dois. Justifica o autor:

Não que eu me propusesse estilizar melhor o que já dissera ou firmar doutrina fundamentalmente diversa: mas tendo colhido, como fruto de continuadas e pacientes pesquisas, dados novos que completavam as observações anteriores, retificando alguns pontos, julguei oportuno e necessário analisar metodicamente todos os casos particulares, fazendo a aplicação prática da teoria geral que desenvolvi na *Revista Brasileira* de 1895, e em meu livro reproduzi ao dá-lo pela primeira vez à estampa. Esta teoria encontra a explicação natural de certas dificuldades de colocação dos pronomes, contra as quais debalde se inventou a tortura de regras fixas ou a bateria de teorias promíscuas e contraditórias (Ali, 2008, p. 11-12).

É digna de nota também a passagem em que o autor alude a pressupostos teóricos da Linguística, mencionando Ferdinand de Saussure:

Levei sempre em conta, nas diversas questões de que me ocupei, o elemento psicológico como fator importantíssimo das alterações de linguagem e, inquirindo a persistência ou instabilidade dos fatos linguísticos, tomei para campo de pesquisas não somente o português do período literário que se estende de João de Barros a Manoel Bernardes, mas ainda o falar hodierno e, por outra parte, o menos estudado falar medieval. Pude assim colher resultados que dão regular ideia da evolução do idioma português desde a sua existência até o presente, de onde se vê a razão de certas dicções duplas, coexistentes ora e ora sucessivas, fontes, muitas vezes, de renhidas e fúteis controvérsias. Nesses fatos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre linguística sincrônica e linguística diacrônica (Ali, 2008, p. 12).

Parece o autor, pelo excerto acima, entender com naturalidade a questão da variação e da transformação da língua portuguesa, o que se evidencia também por sua citação:

Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo⁷. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas com o tempo sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide também a aceitar a mudança (Ali *apud* Bechara, 2008 [1993], p. 24).

7 É de interesse pontuar que esta citação vai ao encontro de uma fala atribuída a Saussure: “Um fato de evolução é sempre precedido de um fato, ou melhor, de uma multidão de fatos similares na esfera da fala; isto em nada debilita a distinção estabelecida anteriormente [língua, social, e fala, individual]; esta se acha inclusive confirmada, pois na história de toda inovação encontram-se dois momentos distintos: 1º - aquele em que ela surge entre os indivíduos; 2º - aquele em que se tornou um fato de língua exteriormente idêntico, mas adotado pela comunidade” (Saussure, 2012, p. 141). Contudo, “a língua retém somente uma parte mínima das criações da fala; mas as que duram são bastante numerosas para que se possa ver, de uma época a outra, a soma das formas novas dar ao vocabulário e à gramática uma fisionomia inteiramente diversa” (Saussure, 2012, p. 227).

| A Síncrise Pronominal em *Dificuldades da Língua Portuguesa*

Importa antes de adentrarmos as colocações pronominais tais quais descritas na obra em questão, examinarmos dois temas abordados em outros capítulos da obra que se relacionam com o posicionamento dos pronomes nas sentenças: o primeiro deles é a entonação; ou outro, o purismo.

A propósito da entonação, argumenta Ali (2008, p. 5-6):

Mas o vocábulo não se costuma empregar isolado; entra como parte componente de uma oração, a qual tanto nas suas relações fonéticas como nas sintáticas constitui uma unidade, um todo. Nesse todo, na oração, há por sua vez palavras pronunciadas umas com mais força, outras com menos, umas com voz mais alta, outras com voz mais baixa. Na frase o homem é mortal, os vocábulos homem e mortal soam mais fortemente que as palavras o e é; a acentuação do predicado é mais forte que a do sujeito e, das duas palavras fracas, o artigo é mais fraco do que o verbo é. Logo, a acentuação oracional é a característica relativa de todas as palavras que constituem a oração.

Como se viu, a propósito das regras de colocação pronominal descritas por Cândido de Figueiredo, em que se fizeram algumas menções a situações em que pausas, realces e ênfases exerciam influência sobre a sínclise pronominal, este ponto também será abordado nas regras apontadas por Said Ali e, mais futuramente, em Bechara.

A respeito do purismo, assunto abordado por Ali no último capítulo, faz-se um breve histórico daquela que se tornaria a língua portuguesa escrita. Segundo o autor, longe de ser a língua literária, tampouco ser a “expressão do falar do povo”, o português escrito foi uma demanda das relações políticas e sociais de Portugal que, na ausência de um idioma único, já que o território português se encontrava retalhado em dialetos, optou por um deles para ser sua escrita oficial, o qual supõe-se ser o interamnenso (Ali, 2008, p. 212).

Por ter encontrado adesão junto ao rei e à corte, esta língua passou dos documentos oficiais para as artes; trovas, cantigas, lendas, crônicas passaram a ser compostas nesta língua, o que a fez um objeto de admiração. Com o tempo, porém, as relações econômicas, humanas e sociais se complexificaram, requerendo uma atualização da língua, do que resultou a entrada, na linguagem culta, de dizeres populares, esses oriundos dos dialetos populares, sem contar com os estrangeirismos.

Sobre os estrangeirismos, merece destaque a influência francesa sobre o português, que menciona Said Ali:

Veio porém no século XVIII a campanha exagerada contra o que o idioma vinha recebendo da civilização de França. Desorientaram-se então os críticos sobre a noção de classicismo e deram ao vocábulo “pureza” a estreita e absurda acepção de linguagem que se contenta e satisfaz, durante trezentos ou quatrocentos anos consecutivos, com elementos domésticos e vocabulário recebido dos escritores da renascença. Deu-se assalto a uns poucos de galicismos grosseiros; mas ao mesmo tempo outros muitos, bem necessários, penetravam subrepticamente na língua portuguesa. Cuidou-se poder dispensar novidades francesas; mas ressuscitavam-se arcaísmos, davam-se foros de nobreza a termos vulgares e plebeus e, pior do que tudo, fabricava-se, desmentindo portanto a noção de pureza, quantidade de compostos latino-portugueses, desnecessários, ininteligíveis e contrários à índole da língua. Abastecia-se o idioma à força. Era assim que se provava a pureza e a riqueza. Nem por isso vieram mais abundantes as ideias e mais puras, nem se fez mais enérgica a frase, nem o estilo mais elegante. Mas a língua portuguesa, apesar das extravagâncias e caprichos de alguns, e das torturas que padeceu, continuou lentamente a progredir como dantes (Ali, 2008, p. 231).

Evoca-se, como se sabe, uma certa pureza ao vociferar-se contra as transformações de qualquer ordem que um determinado estado da língua venha a sofrer. Ali (2008, p. 230-231) pontua que essa busca pela pureza da linguagem “teve a princípio por objeto evitar barbarismos, solecismos, arcaísmos, plebeísmos, assim como a adoção daqueles termos novos ou estranhos que fossem absolutamente desnecessários”. Contudo, o purismo, nas palavras do autor, tem conotação negativa, sendo um pensamento eivado de um reacionarismo que não consegue vislumbrar o progresso da língua:

O purismo encara a questão de outro modo. Não pesa devidamente os resultados do progresso e, infenso, por princípio, a inovações, procura, na suposta pureza do português de outros tempos, valores que as desalojem e substituam. Mas a lista das inovações e termos de procedência estrangeira que circulam incontestados, designando conceitos novos, é extraordinariamente longa; e o purismo entretanto, contra sua própria doutrina, é indulgente com essa produção, a seu ver parasitária, porque sabe quanto seria anacrônico ir buscar equivalências em ouro puro no gabado tesouro antigo (Ali, 2008, p. 228).

Said Ali, como vimos, reconhece como natural e importante a transformação da língua ao longo do tempo; ainda que faça concessões a certos usos que Cândido de Figueiredo não fazia, recorre a um *corpus* misto de português literário de tempos passados e mais recentes, dando continuidade à tradição clássica da gramatização.

| Colocação dos Pronomes Regidos de Infinitivo ou Gerúndio

Ali inicia sua descrição da sínclise pronominal dos pronomes regidos de infinitivo ou gerúndio estabelecendo que o “O português, ao contrário do castelhano e do italiano, tem como regra não principiar o discurso pelo pronome átono” (Ali, 2008, p. 23). Esses pronomes ou “se encosta ao verbo, ou a outro vocábulo anterior” (Ali, 2008, p. 24). Usa como demonstração excertos da obra de Fernão Lopes, João de Barros e Camões.

Uma ressalva, porém, é feita quanto a tão falada atração que muitos autores mencionam a propósito da descrição da sínclise pronominal. O autor esclarece que a posição normal do clítico é após o verbo, a ênclise; uma vez antecipado, por solicitação de outro vocábulo, haverá uma “deslocação, uma atração puramente fonética” (Ali, 2008, p. 24) e que “trata-se de uma metáfora, porque em todo o vocabulário não existe uma única palavra dotada de força imanente que determine a aproximação de outras palavras” (Ali, 2008, p. 25).

O autor ainda aduz o fato de que o português arcaico permitia a colocação do clítico logo após a palavra que o desloca, como em “muitos que se com elle foram” (Fernão Lopes). Ao longo do tempo, porém, esse afastamento do clítico em relação ao verbo foi sendo evitado, de modo que, a partir do século XVII,

O pronome solicitado por certos vocábulos, não podendo vir depois do verbo, não ficará tampouco muito aquém dele. O seu lugar passa a ser, na linguagem literária, imediatamente antes do verbo. De então para cá não se tolera mais a interposição de outro vocábulo. Apenas às orações negativas se permite o uso da velha regalia: que se não pede a par de que não se pede; se o não dá ao lado de se não o dá. A linguagem popular de Portugal conservou, todavia, até o presente muitos vestígios da construção antiga (Ali, 2008, p. 24).

Figueiredo (1917, p. 383) também fez menção a essa construção mencionada por Ali: “o pronome pessoal atônico, que deveria sêr proclítico, por o atrair uma partícula anterior nos aparece muitas vozes enclítico, por ficar longe da referida

partícula” (Figueiredo, 1917, p. 383). Contudo, não a considerava exemplar, preferindo o que Ali chama de vestígios da construção antiga.

Ainda a atração, como vimos em Figueiredo (1917), foi uma justificativa utilizada para algumas várias regras, entre as quais havia pronomes pessoais, advérbios locuções adverbiais, preposições, etc. Com referência aos pronomes pessoais, Said Ali postula que se usam as duas construções, sendo possível até que venham avizinhas, sem inconvenientes (Ali, 2008, p. 25).

Em relação aos advérbios, restaram alguns que parecem determinar próclise: “avultam entre eles as negativas *não*, *nunca*, *jamaiz*, quando se acham antes do verbo a que modifiquem diretamente” (Ali, 2008, p. 26). Contudo, com o verbo no infinitivo (impessoal), a palavra negativa (advérbio, preposição, conjunção) “é obstáculo muito fraco ao emprego do pronome depois do verbo” (Ali, 2008, p. 26).

Tratando-se de preposições, o autor utiliza critério de natureza fonética ao definir que

Por toda a parte observaremos que a preposição e encosto do pronome átono a outro vocábulo valorizará a pronúncia deste. Se for a palavra átona por natureza, adquirirá mais vulto à custa do pronome; se for termo de tonalidade cheia, tornar-se-á mais notório que na pronúncia usual e o processo servirá nas frases em que a algum vocábulo se queira dar maior destaque. Condição imprescindível para que o pronome possa encostar-se a um termo anterior ao verbo é constituir a frase um todo foneticamente unido, que não permita pausa entre o vocábulo a valorizar e o verbo, salvo aquela que naturalmente é determinada pela intromissão de expressões mais ou menos longas (Ali, 2008, p. 28).

Detalha, porém, a relação delas com os verbos nas formas infinitas. Quanto ao particípio, já é sabido que ele não se liga aos pronomes oblíquos átonos. Com infinitivo, esclarece que as únicas palavras átonas que podem atrair o clítico são as preposições e a negativa *não*. Nos demais casos, a restrição colocada por Ali é o uso, ainda assim não obrigatório, da próclise com infinitivo flexionado para evitar formação de grupos esdrúxulos. Portanto, com infinitivo, a próclise é facultativa, sendo um recurso estilístico para dar ênfase a outro termo adiante.

Ainda utilizando critério fonético, trata-se da preposição com infinitivo flexionado. Segundo o autor,

Basta a sílaba átona da desinência para que ao português clássico repugne o acréscimo do pronome, isto é, de outra sílaba átona. Aqui todas as regras supramencionadas relativas ao infinitivo, tendo expressa uma das preposições *em*, *de*, *para*, *sem*, *até*, *com*, *sobre*, e exigindo ou tolerando o pronome pós-verbal, perdem a sua validade. O pronome aqui recua sistematicamente para antes do verbo. Dizem os clássicos: *para servir-vos* ou *para vos servir*; *de mandá-lo* ou *de o mandar*; *em ligar-se* ou *em se ligar*. Mas por toda a parte os vemos construir de um só modo: *para vos servirmos*; *de o mandarem*; *em se ligarem* (Ali, 2008, p. 33).

Em se tratando da preposição *por* seguida do infinitivo pessoal ou impessoal, Said Ali, todavia, estabelece que se deve pospor o clítico ao verbo; sendo possível antepô-lo apenas quando houver expressão qualquer que o verbo da partícula. Com a preposição *a*, modernamente aplica-se também a ênclise.

Os advérbios de negação, assim como as preposições *em*, *de* e *para*, provocam próclise com infinitivo pessoal; com infinitivo impessoal, é possível a próclise ou a ênclise.

Nos casos em que o clítico se relaciona com um verbo no gerúndio, Ali (2008, p. 35) preconiza a ênclise,

[...] salvo se este é preposicional (só pode servir a prep. *em*), ou negativo, ou se acha modificado diretamente por algum advérbio de modo. Nestes casos excepcionais a anteposição é de rigor: *em se falando*; *não o encontrando em casa*, retirou-se; *assim o querendo* o céu... [i. e., *se assim o céu o quiser*]. [...]. Claro é que não se há de confundir o advérbio que modifica o gerúndio com as negativas e advérbios referidos a outros verbos.

Encerrando as colocações dos pronomes oblíquos átonos regidos de formas verbais infinitas, abordam-se as conjunções coordenativas, as quais não exercerão influência sobre o clítico.

| Colocação dos Pronomes Regidos de Formas Verbais Finitas

Com as formas verbais finitas, Said Ali estabelece que, de um modo geral, o pronome relativo e a conjunção subordinativa importam o deslocamento do pronome clítico, considerando, contudo, dignos de atenção, os casos particulares em que na linguagem lusitana a regra não é aplicada. Nas orações coordenadas

iniciadas por *e* ou *mas* deveria ocorrer o mesmo, dada a sua atonicidade, mas o que o autor descreveu foi a ocorrência da ênclise na linguagem corrente⁸.

Na presença do “conectivo-disjuntivo” *ou*, o autor utiliza a semântica para estabelecer qual a colocação:

Servindo para denotar equivalência ou quase equivalência, melhoria ou retificação de ideias; ou sendo tal o pensamento geral, que o fato mencionado após a conjunção ou não exclua necessariamente o outro referido antes; em qualquer destes casos deixará a partícula de influir sobre o pronome pessoal átono (Ali, 2008, p. 40).

Ocorrerá ênclise também nas orações exclamativas e interrogativas com a conjunção em questão; contudo, havendo na oração ideia de exclusão de um dos elementos coordenados, Said Ali lhe atribui à conjunção ênfase, atraindo, pois o clítico (Ali, 2008, p. 41).

No que tange às orações subordinadas, Said Ali também vai de encontro a Figueiredo (1917), uma vez que este último não considera exemplar o uso da ênclise, nesses casos, quando o vocábulo deslocante se encontra distanciado do clítico ou em razão da ênfase ao verbo ou termo posterior. E ainda critica, a este propósito: “Grave erro e falha de senso é não levar em conta tais fatores e atribuir as anomalias indistintamente a descuidos ou deslizes dos que escrevem” (Ali, 2008, p. 42).

Com relação à entonação, Said Ali faz uma ressalva da qual se pode assimilar a ideia de que quaisquer outros vocábulos poderão atrair para si o clítico, o que tornaria, em certa análise, a colocação do pronome oblíquo átono bastante flexível. Vejamo-la:

Se a teoria da atração fonética é correta, necessariamente deslocarão também o pronome átono quaisquer outros vocábulos, não pertencentes às categorias gramaticais até aqui consideradas, que se usem, porém, igualmente antes do verbo, destituídos de entonação e sem admitirem pausa. Os advérbios em muitas frases preenchem bem estas condições. Outras vezes, pelo contrário, pronunciam-se com mais vigor, evidenciando-se a pausa logo depois, e cessam então de influir sobre o pronome (Ali, 2008, p. 43-44).

⁸ Ali (2008, p. 38).

Ali, contudo, não admite a ocorrência de pausa antes de verbo em orações exclamativas e interrogativas iniciadas por palavras exclamativas e interrogativas, do que resulta realizar-se a próclise (Ali, 2008, p. 45). Estende-se a mesma prática às orações exclamativas iniciadas por sujeito, objeto ou advérbio (Ali, 2008, p. 52).

Ao tratar-se das orações em que ocorrem dois termos deslocantes, a exemplo de *que não se faz*; *que se não faz*, o autor utiliza a mesma explicação dada no capítulo anterior, quando aduziu que as construções aludidas opõem as preferências brasileira e lusitana. Tece ainda crítica, com ironia, aos que como Cândido de Figueiredo imputam ao Brasil um falar errôneo, em tal aspecto:

Por ser usadíssima no Brasil, uma das maneiras de construir a frase negativa, ao passo que a outra aparentemente predomina em Portugal, não falta quem – partindo do pressuposto que em conjunturas tais o brasileiro sempre desacerta – condene de todo ou, quando menos, tache de pouco exemplar a prática de cá, nem quem, envergonhado ou arrependido – o que é mil vezes pior – se meta a espezitar o seu falar espontâneo com tanto afã e escrúpulo, que por vezes se torna ridículo ainda para o sentir do próprio lusitano. Ponha-se freio à acusação e tenha-se mais confiança nas aptidões nativas (Ali, 2008, p. 46-47).

Em relação a orações com sujeito exposto sob a forma de nome ou pronome (exceto pronome relativo ou interrogativo), Said Ali estabelece que, a menos que se queira atribuir-lhe ênfase, o uso mais razoável é o da ênclise. Recorre, para isto, a critério psicológico e fonético: por ser uma noção sabida do enunciador, subdominante, o verbo será proferido com maior entonação; esta sim a noção dominante (Ali, 2008, p. 48). O mesmo critério é aplicado aos numerais e ao vocábulo *outro* (Ali, 2008, p. 49).

Na ocorrência de pronomes átonos representando pleonasticamente um objeto mencionado no começo da oração, não sofrerá influência deste objeto, a menos que este seja um pronome pessoal (Ali, 2008, p. 52).

Nas locuções verbais, o clítico que não servir de objeto ao verbo principal será colocado em relação ao verbo auxiliar. Do contrário, ele virá enclítico ao verbo principal; contudo, Ali pondera que como ambos os verbos são pronunciados ligadamente, e o verbo auxiliar tem intensidade mais fraca, existe a tendência a se unir o pronome ao vocábulo que se profere primeiro. Mais uma vez, temos um peso bastante relevante atribuído a fonética sintática (Ali, 2008, p. 52). Em se tratando de particípio, o clítico jamais poderá ligar-se a ele (Ali, 2008, p. 53).

Os tempos verbais futuro do presente e futuro do pretérito são originados pela combinação de um verbo no infinitivo com um auxiliar. Na ocorrência de pronomes clíticos, estes se unem à forma infinita, deslocando o auxiliar para o final da expressão: *obedecer-lhe-á*; *obedecer-lhe-ia*. Em havendo vocábulo deslocante, esses tempos serão conjugados como forma simples: *não lhe obedecerá*; *não lhe obedeceria* (Ali, 2008, p. 53).

Com o verbo principal no gerúndio, comumente o clítico será posicionado em relação ao verbo auxiliar, sendo pouco usada a construção com relação ao verbo principal; havendo, contudo, inversão, o clítico não irá apor-se ao auxiliar de modo algum (Ali, 2008, p. 53-54).

Em construções em que haja infinitivos ligados aos verbos *poder*, *querer*, *dever*, *ir*, *vir*, *mandar*, *tornar a*, *começar a*, *saber*, *deixar* e outros – sendo enunciadas na ordem direta, é permitido deslocar-se o pronome, para colocar em evidência o verbo subsidiário ou alguma expressão que venha antes (Ali, 2008, p. 54). Ressalta o autor, porém: “Repugna-nos, todavia, usar o pronome acusativo *o*, *a*, *os*, *as* como enclítico de certas formas verbais. Dizemos geralmente quer ou quiz guardal-o, e não que-lo ou qui-lo guardar, apesar de um ou outro exemplo raríssimo em linguagem literária [...]” (Ali, 2008, p. 54).

Na ocorrência da expressão *haver de* seguida de infinitivo, Said Ali aponta para três possibilidades: (1) ênclise ao verbo infinito; (2) próclise ao verbo infinito, em virtude da preposição; (3) deslocamento por influência do verbo *haver*, podendo ocorrer até mesmo próclise a esta, na ocorrência de mais um vocábulo deslocante (Ali, 2008, p. 54-55).

Por “interromper um grupo expiratório, para dar passagem a termos ou frases de certa extensão, não equivale a destruir o grupo. A pausa impõe-se, antes e depois da intercalação, porque não haveria fôlego bastante para dizer tanta coisa sem parar” (Ali, 2008, p. 55), o autor refere-se a intercalações que eventualmente ocorrem entre um vocábulo deslocante e o clítico. Para o autor, não se deve abusar desse tipo de construção, embora seja possível a próclise. Contudo, é considerado abuso por Said Ali fazer oração adverbial atrair o pronome, em que pese quinhentistas o tenham feito (Ali, 2008, p. 56).

Para concluir o capítulo, Said Ali argumenta acerca da diferença entre as pronúncias lusitana e brasileira, de maneira semelhante à que Silva Ramos, citado por Cândido de Figueiredo, em seção anterior deste artigo, o fez.

Defende, pois, a correção da forma brasileira de realizar a sínclise pronominal, alicerçando-se, assim, nos pressupostos teóricos atribuídos a Saussure⁹:

As línguas alteram-se com a mudança de meio; e o nosso modo de falar diverge e há de divergir, em muitos pontos, da linguagem lusitana. Muitas são já as diferenças atuais, que passam despercebidas por não haver um estudo feito neste sentido. Não é caso para eternamente nos julgarmos inferiores aos nossos “maiores”. De raciocínio em raciocínio chegaríamos ao absurdo de considerar extraordinário conhecedor da nossa língua, e mais profundo do que o mais culto brasileiro, o camponês analfabeto que, tendo tido a fortuna de nascer na Beira ou em Trás-os-Montes, pronuncia átonos os pronomes e, conseqüentemente, os coloca bem à portuguesa. [...] verdadeira conclusão científica não pode ser senão esta: em Portugal é certa a colocação peculiar dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral (Ali, 2008, p. 59).

| Cândido de Figueiredo e Said Ali em Bechara

Até aqui, este artigo dedicou-se a examinar as obras Figueiredo (1917) e Ali (2008), e pôde identificar, de maneira resumida, que Figueiredo (1917), valendo-se de *corpus* extraído das literaturas portuguesa e brasileira, antigas e contemporâneas a ele, descreveu o comportamento do clítico calcado eminentemente na classe gramatical das palavras atrativas, fazendo, vez por outra, concessões a critérios de ênfase, entonação ou realce. Avulta, além da quantidade expressiva de prescrições – superior a duas dezenas –, a preocupação com uma suposta pureza da língua portuguesa. Fica muito evidente que, para esse autor, a língua portuguesa é aquela de Portugal, sendo o Brasil algum dialeto parcialmente português com influências crioulas.

9 Segundo Saussure (2004, p. 132), “a língua se diferencia no tempo e, ao mesmo tempo, ela se diferencia ou se diversifica no espaço”, ao que Marques (2016, p. 51), adiciona “as transformações linguísticas são abordadas como próprias do curso natural das línguas, uma vez que apenas influência artificial externa pode explicar a anomalia de uma língua que permanece imutável (ou quase) no decorrer do tempo. ‘Desse modo, é preciso distinguir totalmente corrupção e mudança e desfazer a ideia de corrupção, que não tem lugar em linguística’ (Saussure por Riedlinger, Curso I, 1907, p. 13 *apud* Marques, 2016). [...]. É interessante observar logo no início do primeiro curso essa abordagem que hoje poderia ser classificada como sociolinguística, na qual a concepção de erro não tem lugar, mas sim a concepção de variantes. Isso porque ‘da ideia de corrupção deriva a falsa apreciação de regionalismos e dialetos’ (Saussure por Riedlinger, Curso I, 1907, p. 14, *apud* Marques, 2016). Conseqüentemente, uma análise linguística não contempla desenvolvimento ou corrupção, antes trabalha a partir de mudanças regulares e irregulares”.

Said Ali, por seu turno, em que pese realize uma quantidade considerável de prescrições, fê-las em menor quantidade, e as resume em poucos parágrafos, ao final do segundo capítulo dedicado ao tema:

Na linguagem corrente de Portugal, os pronomes pessoais complementos colocam-se normalmente depois do verbo; podem, no entanto, deslocar-se. Essa deslocação efetua-se em virtude de uma lei fonética, a saber: quando não há pausa depois da palavra que precede o verbo, o pronome átono passa a interpor-se, ou seja, para amparar o primeiro vocábulo se tiver pronúncia fraca, ou para fazê-lo sobressair enfaticamente se tiver entonação própria. As exceções aparentes são devidas à interferência de outras leis.

Assim é que no infinitivo não flexionado o conceito do substantivamento pode neutralizar a ação atrativa de vocábulos átonos, como a preposição e o advérbio negativo.

Com os elementos fornecidos pela fonética, pode a sintaxe dar esta regra de anteposição do pronome, segundo o falar lusitano, tratando-se de orações de verbo finito: o pronome átono antepõe-se ao verbo nas frases negativas, nas interrogativas que comecem por pronome de interrogação ou partícula interrogativa, e nas subordinativas (com algumas exceções).

Acrescente-se ainda que o discurso não deve começar por pronome átono, que nas formas do futuro a posposição é substituída pela (aparente) interposição, e que nos chamados tempos compostos o pronome é enclítico do auxiliar e não do particípio passado (Ali, 2008, p. 59-60).

Além disso, é notória a defesa da pronúncia brasileira feita por Ali, o que estará presente em manuais de gramáticas ulteriores, como se poderá observar na *Moderna Gramática Portuguesa*, em que, na seção *Colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo o é questão de fonética sintática*, mencionando-se Said Ali, a quem Bechara atribui a tomada do assunto pelo aspecto fonético. Ademais, argumenta Bechara (1969 [1961], p. 399; 2019, p. 617):

A Gramática, alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos, e não leva em conta as possibilidades estilísticas que os escritores conseguem extrair da colocação de pronomes átonos. Daremos aqui apenas aquelas normas que, sem exagero, são observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas. Não se infringindo os critérios expostos, atendendo-

se às exigências da eufonia. É urgente afastar a idéia de que a colocação brasileira é inferior à que os portugueses observam [...]

No tocante aos critérios de colocação pronominal aos quais Bechara alude, temos uma divisão naqueles que dizem respeito à colocação em relação a um só verbo e naqueles em relação a uma locução verbal. Quanto ao primeiro grupo, principia estabelecendo que não se inicia período por pronome átono. Esta prescrição é retomada mais adiante quando, ao citar Martinz de Aguiar¹⁰, critica a posição daqueles que chamam de erro a colocação do clítico em início de período: “[...] no Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono pode assumir posição inicial de período (Bechara, 2019, p. 622). Êste fenômeno, válido para a linguística, só por comodidade e inadvertência se tem dado como um ‘êrro’ de gramática” (Bechara, 1969 [1961], p. 403).

Prescreve próclise em orações subordinadas com verbo flexionado; com verbo modificado diretamente (sem pausa entre eles) por advérbio; com verbo no futuro do pretérito; em orações iniciadas por palavra interrogativa ou exclamativa; com verbo no gerúndio precedido da preposição *em*, e em orações exclamativas e optativas.

Nas situações que envolvam a locução verbal, orienta que, com verbo principal no infinitivo ou no gerúndio, pode haver próclise ou ênclise ao auxiliar. Quando o verbo principal estiver no particípio, menciona possível a próclise ou ênclise ao auxiliar. Pontua, neste caso, um dado da pronúncia brasileira, que realiza próclise ao verbo principal, com o que a Gramática Tradicional não concorda.

Os exemplos utilizados por Bechara são retirados de autores como Machado de Assis, Alexandre Herculano, Marquês de Maricá, Rui Barbosa, e alguns consistem em frases simples, com o mero intuito de uma breve demonstração, criadas pelo próprio Bechara.

Deduzimos, pois, com o exposto até aqui que, conquanto o pensamento purista tenha sido em parte superado, o que se continuou a observar foi a recorrência a exemplificações feitas à base de textos literários, tanto brasileiros como portugueses, entre os quais se incluem obras dos séculos XVIII e XIX, mesmo em Bechara (2019), que, de modo geral, manteve o mesmo teor sobre a sínclise

10 “A colocação de pronomes complementos em português não se rege pela fonética, nem é o ritmo, o mesmo binário-ternário, em ambas as modalidades, brasileira e lusitana, que impõe uma colocação aqui, outra ali, não. Ela obedece a um complexo de fatores, fonético (rímico), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes se entre-ajudam e às vezes se contrapõem” (Aguiar *apud* Bechara, 1969 [1961], p. 402-403; 2019, p. 622).

pronominal, tendo sido acrescentadas apenas algumas poucas prescrições, mas utilizando exemplos similares às regras já prescritas. Talvez a maior novidade em Bechara seja a crítica desferida a uma tradição gramatical demasiadamente cultora das sínclises lusitanas e que buscava instituí-las no português brasileiro, ignorando o fato de a pronúncia aqui realizada ser diferente, com os pronomes clíticos sendo semitônicos, e não átonos, com maior entonação do que em Portugal, portanto.

| Um epílogo

Pronominais

*Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.*

(Oswald de Andrade)

Muito oportuno se faz trazer o poema de Oswald de Andrade em epígrafe, cuja publicação se deu em 1925, oito anos depois do suplemento de Cândido de Figueiredo e seis anos mais jovem que a publicação do texto de Said Ali, todos contemporâneos entre si. O poema, obra Modernista que é, traz justamente a maneira brasileira corrente de se usar a próclise em início de período, representando um momento da história da arte brasileira em que se tentou, em alguma medida, subverter certos cânones estrangeiros; neste caso, a sínclise da antiga metrópole.

Ocorre, porém, que as obras apresentadas neste artigo foram todas elas escritas com o objetivo de serem, em alguma medida, a “gramática do professor e do aluno”, pois, afinal, o motivo de se frequentar escolas é aprender a norma-padrão, a qual, por muito tempo foi confundida com uma língua literária que não tem uso na vida corrente, de modo que mesmo certos usos abonados por Bechara soariam estranhos em um ofício de uma instituição pública ou em uma notícia de jornal.

Todas as obras examinadas cumpriram um papel discursivo, político e social. Figueiredo (1917), imbuído da ideia de que a língua de Portugal era melhor que a do Brasil, apresentou seu posicionamento, embora questionável à luz linguística contemporânea, e demandou resposta de Said Ali (1919) e outros tantos, que, em que pese tenham se servido das ideias de Saussure e seus sucedâneos, também corroboraram a ideia de que os usos modelares eram aqueles das obras literárias escritas, algumas portuguesas. Isso pode ser também atribuído ao fato de que a maior disponibilidade de *corpora* para análise das regularidades da língua eram tais obras, uma vez que dedutivamente os jornalistas recebiam influência das fórmulas escritas dos literatos.

A tentação de criticar a obra de Bechara pode ser grande, pois, de fato, trata-se de uma obra de longa trajetória e que, como se viu, mantém-se fazendo descrição e prescrição com base no uso literário de séculos passados, e que, entre as edições de 1961 e de 2019, pouco mudou no tocante ao tema em questão. Porém, esta obra assim o fez, e faz, atendendo a necessidades da educação formal, que ainda demanda este tipo de concepção de linguagem. Incumbe aos educadores e pesquisadores cada vez mais mostrar uma língua como produto inacabado e mesmo cotejar gramáticas e suas edições, no confronto com a língua em circulação atualmente, e aí sim teremos cada vez mais demanda por novas gramáticas.

Referências

ALI, S. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Fundação Biblioteca Nacional, 2008 [1919].

ANDRADE, O. de. Pronominais. In: ANDRADE, O. de. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 6, 7.

BATISTA, R. O. História e Historiografia da Linguística. In: BATISTA, R. O.; BASTOS, N. B. (org.). **Questões em Historiografia da Linguística**: Homenagem a Cristina Altman. São Paulo: Pá de Palavra, 2020.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969 [1961].

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 39. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2019.

BECHARA, E. Apresentação. Primeiros Ecos de F. de Saussure na Gramaticografia de Língua Portuguesa. *In*: ALI, S. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Fundação Biblioteca Nacional, 2008 [1919].

FIGUEIREDO, C. de. **O Problema da Colocação de Pronomes**: Suplemento às Gramáticas Portuguesas. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1928.

MARQUES, L. M. B. **As Aulas de Saussure**: um retorno aos manuscritos. Belo Horizonte: PUCMinas, 2016.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SAUSSURE, F. de. **Escritos de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

VIANA, G. Juízo Crítico. *In*: FIGUEIREDO, C. de. **O Problema da Colocação de Pronomes**: Suplemento às Gramáticas Portuguesas. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1928. p. 5-11.

Como citar este trabalho:

SIEVERS, Marcelo Costa; CAMARA, Tania Maria Nunes de Lima. Síncrise Pronominal – vestígios de uma controvérsia. **Revista do GEL**, v. 21, n. 3, p. 83-108, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 06/09/2024 | Aceito em: 17/12/2024.

O conceito de sílaba em João de Barros (1540)

Leonardo Ferreira KALTNER¹

Melyssa Cardozo Silva dos SANTOS²

1 Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil;
| leonardokaltner@id.uff.br | <https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>

2 Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil;
| cardozomelyssa@id.uff.br | <https://orcid.org/0000-0003-0279-1611>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i3.3749>

Resumo: O artigo trata do conceito quinhentista de sílaba, que era o elemento fundamental da prosódia, na obra *Gramática da língua portuguesa* (Barros, 1540) de autoria do humanista João de Barros (c.1496-1570), considerada a primeira gramática humanística que descreveu a língua portuguesa. A obra de João de Barros teve uma possível recepção no pensamento linguístico de José de Anchieta (1534-1597), autor do primeiro texto gramatical escrito no território do Brasil. Nosso intuito é debater, em perspectiva historiográfica, como Barros definiu o conceito de sílaba, que foi derivado inicialmente da tradição de pensamento gramatical e filosófico greco-latino, e se tornou um metatermo gramatical importante na descrição dos sons da língua portuguesa desde o século XVI, quando iniciou o processo de gramatização das línguas naturais no contexto do Renascimento europeu. Barros empregou uma visão teórica dos acidentes da sílaba em sua descrição gramatical e esse é o tema central do estudo. O emprego do metatermo sílaba é contínuo até o advento da Linguística contemporânea, e é registrado ainda nos dias de hoje como um instrumento didático para a aquisição da escrita e para o letramento em língua portuguesa. Para a análise da descrição do conceito quinhentista de sílaba, utilizamos os pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia da Linguística, ao propor uma análise historiográfica sobre o tema, que vincula a sílaba historicamente não só à gramática do século XVI, mas também ao canto e à poesia quinhentistas. Por fim, concluímos que Barros registrou em sua gramática a diferença da prosódia da língua portuguesa em relação ao latim, ao demonstrar por sua descrição gramatical como ocorria a acentuação em língua portuguesa especificamente.

Palavras-chave: Gramaticografia. Humanismo renascentista. Sílaba. Língua Portuguesa. João de Barros.

The Concept of the Syllable in João de Barros (1540)

Abstract: This article addresses the 16th-century concept of the syllable, the fundamental element of prosody, in the work *Gramática da língua portuguesa* (Barros, 1540) by the humanist João de Barros (c. 1496-1570), considered the first humanistic grammar to describe the Portuguese language. João de Barros's work possibly influenced the linguistic thought of José de Anchieta (1534-1597), the author of the first grammatical text written in Brazil. Our aim is to discuss, from a historiographical perspective, how Barros defined the concept of the syllable, which was initially derived from the Greco-Latin grammatical and philosophical tradition. The syllable became a key grammatical

metaterm for describing the sounds of the Portuguese language starting in the 16th century, during the process of grammatization of natural languages in the context of the European Renaissance. Barros employed a theoretical view of the “acidentes of the syllable” in his grammatical description, and this constitutes the central theme of this study. The use of the metaterm “syllable” has persisted through the advent of contemporary linguistics and remains relevant today as a didactic tool for teaching writing and literacy in Portuguese. For the analysis of the 16th-century concept of the syllable, we adopt the theoretical and methodological assumptions of the Historiography of Linguistics, proposing a historiographical examination that links the syllable historically not only to 16th-century grammar but also to 16th-century singing and poetry. Finally, we conclude that Barros recorded in his grammar the differences in the prosody of the Portuguese language compared to Latin, specifically demonstrating through his grammatical description how accentuation occurred in Portuguese.

Keywords: Grammaticography. Renaissance Humanism. Syllable. Portuguese Language. João de Barros.

Introdução

Os estudos de Historiografia Linguística no Brasil desde 1996, com a fundação do GT de Historiografia da Linguística Brasileira da Anpoll, têm se orientado para tratar de questões relativas à história da gramática no contexto brasileiro, entre outros temas relativos ao desenvolvimento histórico do pensamento linguístico no Brasil, sob o modelo teórico de análise pelos princípios koernianos de contextualização, imanência e adequação teórica (Koerner, 2014, p. 58-59). Como a tradição gramatical brasileira é, inicialmente, fruto de uma “linguística de recepção” (Altman, 2018), as reflexões sobre a tradição gramatical portuguesa, e as relações luso-brasileiras, na constituição do pensamento linguístico no Brasil são também objeto de análise e de reflexão constantes, para se compreender esse contexto específico. A obra inaugural da tradição gramatical no Brasil, que marcou a chegada da metalinguagem ocidental ao território, foi a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (Anchieta, 1990 [1595]; Cavaliere, 2022), escrita no Brasil, mas impressa em Portugal, cujo autor foi o missionário jesuíta José de Anchieta (1534-1597).

Nosso estudo tem por tema o estudo da metalinguagem gramatical no contexto luso-brasileiro da América portuguesa quinhentista, então colônia ultramarina do reino de Portugal, em que se busca compreender a influência de fontes europeias no pensamento linguístico de Anchieta. Como se trata de um estudo sobre o contexto quinhentista ocidental, a metalinguagem empregada à época

ainda era de base greco-latina, conforme teorizado por Aurox sobre o “fundo latino” da metalinguagem ocidental (1992, p. 42), ao descrever a segunda revolução tecnológica da gramatização, que englobava as gramáticas renascentistas europeias sob o modelo da “gramática latina estendida” (*grammaire latine étendue*) (Aurox, 1992, p. 43-44), isto é, como obras surgidas da adaptação de conceitos gramaticais greco-latinos na formação de sua metalinguagem. A obra gramatical de Anchieta derivou dessa fonte greco-latina, assim como a de João de Barros (c. 1496-1570), que o antecedeu.

Para se compreender e analisar o pensamento linguístico de Anchieta e desenvolver uma exegese de sua obra gramatical, uma metodologia possível é investigar as possíveis fontes gramaticais de seu pensamento linguístico. Entre essas possíveis fontes teóricas, está a *Gramática da língua portuguesa* (Barros, 1540) de Barros, selecionada para este estudo, obra que é considerada por alguns historiográficos a primeira gramática da língua portuguesa, “a obra mais representativa desse humanismo” do Renascimento (Buescu, 1984, p. 35), mesmo que tenha sido posterior ao texto *Gramática da linguagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira (1507-1581).

A obra gramatical de Barros, que teve possível recepção no pensamento linguístico de Anchieta, também influenciou na educação de missionários da América portuguesa quinhentista e em outros contextos ultramarinos, assim como a gramática de Fernão de Oliveira: “Portuguese missionaries probably had access to the first grammars of Portuguese – those of Fernão de Oliveira (1507-post 1581) and João de Barros (1496–1570)” (Zwartjes, 2011, p. 30). Analisar a gramática vernácula de Barros torna-se, portanto, um dos meios para se compreender a gramática de Anchieta, e o intuito de nosso estudo é debater o conceito de sílaba na obra do gramático português, o que pode auxiliar a compreender qual conceito de sílaba estava vigente à época em que Anchieta escreveu a sua gramática, provavelmente entre os anos de 1554 e 1556, na localidade de Piratininga, na antiga Capitania de São Vicente, no Brasil, ainda que tenha sido a sua gramática impressa na tipografia-régia de Coimbra apenas em 1595 (Kaltner; Santos 2023).

Na gramática de Anchieta não há uma definição do conceito de sílaba, apenas o seu emprego, mas a grafia quinhentista do metatermo gramatical “syllaba” pelo missionário jesuíta é idêntica à grafia empregada por Barros, como se percebe na edição semidiplomática da base de dados dos *Portugaliae Monumenta Linguistica*, do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em Portugal, e na base de dados do *Corpus de Textes Linguistiques Fondamentaux*, sediado na Université de Lyon na França. O fato de a grafia do metatermo gramatical ser a mesma tanto para Barros quanto para Anchieta

não é argumento suficiente para mostrar uma influência direta entre ambas as obras, mas indica que participavam do mesmo clima de opinião (*climate of opinion*), conforme o conceito koerniano (Koerner, 2014).

Esse também é um fato que demonstra serem ambas as obras contextualizadas no humanismo renascentista europeu do século XVI, o movimento intelectual que emergiu no contexto inicial de Florença, pela recepção da obra e do pensamento de Francesco Petrarca (1304-1374) (Bagno, 2023, p. 161-163). Dessa forma, as gramáticas estavam também vinculadas à mesma rede de “usuários” (Swiggers, 2019), em Portugal à sua época, em que o metatermo sílaba circulava com a mesma grafia latinizada: “syllaba”.

O humanismo foi uma corrente de pensamento do Renascimento que derivou de reflexões teóricas sobre as línguas vernaculares e a gramática, inicialmente no contexto itálico com a “*questione della lingua*” (questão da língua) no século XV, e entrou em embate teórico com a escolástica medieval em sua difusão pela Europa dos séculos XV e XVI, uma época que ficou marcada pelo emprego dos vernáculos na descrição gramatical e no desenvolvimento de uma metalinguagem moderna no contexto ocidental (Auroux, 1992; Bagno, 2023).

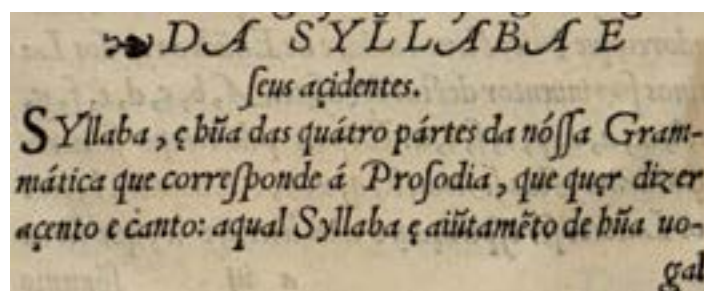
| O conceito de sílaba na gramática de João de Barros (1540)

O conceito de sílaba é descrito por João de Barros em sua *Gramática da língua portuguesa* logo no início da obra (Barros, 1540, fol. 3v-4v), em uma descrição relativamente sucinta, como um elemento da gramática humanística que está hierarquicamente acima da “letera” (letra) e abaixo da “diçam” (vocábulo, palavra). Barros emprega a divisão da gramática em quatro partes, ao seguir o modelo greco-latino em sua definição do que é gramática: “Grammatica em quáto pártes, ã Ortografia, que tráta de letera, em Prosodia, que tráta de syllaba, em Ethimologia, que tráta da diçam e em Syntaxis, a que respõde a cõstruçã” (Barros, 1540, fol. 2v).

A sílaba é uma unidade da escrita, tendo em vista que possui representação gráfica própria, com a combinação de uma letra vogal com as consoantes. Para João de Barros uma vogal isolada não constitui sílaba, como veremos mais adiante em pormenores. Ao mesmo tempo, a sílaba vinculava diretamente a fala à escrita, pois é constituída como uma unidade de escrita que pode ser pronunciada individualmente, isto é, possui uma prosódia, ou um valor sonoro, diferentemente da letra consoante isolada, por exemplo. O nome das letras consoantes, inclusive, eram sílabas: bê-cê-dê etc. (Barros, 1540).

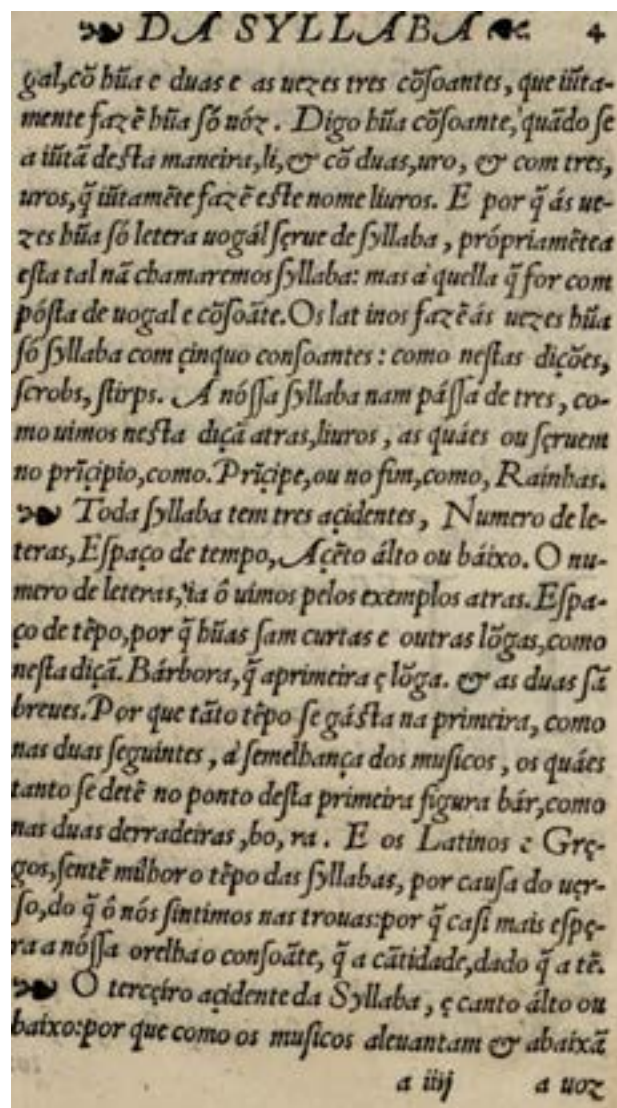
Vejamos a fonte primária da gramática de João de Barros, em imagens do *fac-simile* da edição de 1540, no excerto específico em que há o conceito de sílaba:

Figura 1. Da sílaba e seus acidentés



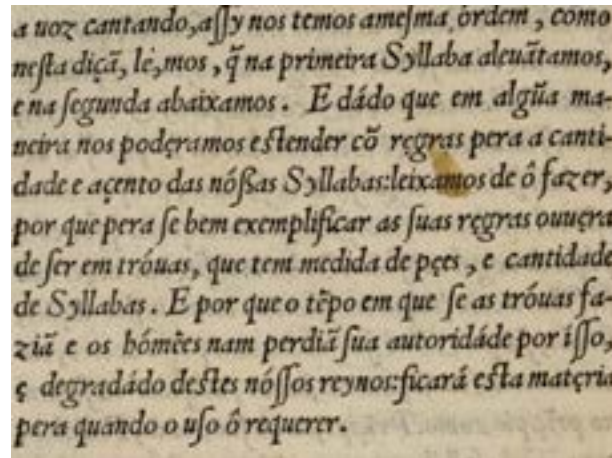
Fonte: Barros (1540, fol. 3v)

Figura 2. Da sílaba



Fonte: Barros (1540, fol. 4r)

Figura 3. Da sílaba, parte final



Fonte: Barros (1540, fol. 4v)

Vejamos a seguir a transcrição em edição semidiplomática desse excerto da gramática, a fim de evidenciar a fonte primária, que analisaremos a seguir:

Da syllaba e seus açidentes.

Syllaba, é hũa das quátro pártes da nóssa Grammática que corresponde á Prosodia, que quer dizer acento e canto: aqual Syllaba é aiütamêto de hũa uogal, cõ hũa e duas e as uezes tres cõsoantes, que iütamente fazê hũa só uóz. Digo hũa cõsoante, quãdo se aiütã desta maneira, li, & cõ duas, uro, & com tres, uros, que iütamête fazê este nome liuros. E por que ás uezes hũa só letera uogál sérue de syllaba, própriamête a esta tál nã chamaremos syllaba: mas àquella que for compósta de uogal e cõsoãte. Os latinos fazê ás uezes hũa só syllaba com çinquo consoantes: como nestas dições, scrobs, stirps. A nóssa syllaba nam pássa de tres, como uimos nesta diçã atras, liuros, as quães ou séruem no prĩcipio, como. Prĩcipe, ou no fim, como, Raínhas. Toda syllaba tem tres açidentes, Numero de leteras, Espaço de tempo, Açêto álto ou báixo. O numero de leteras, ia ô uimos pelos exemplos atras. Espaço de tẽpo, por que hũas sam curtas e outras lõgas, como nesta diçã. Bárbora, que a primeira é lõga. & as duas sã breues. Por que tãto tẽpo se gásta na primeira, como nas duas seguintes, à semelhança dos musicos, os quães tanto se detẽ no ponto desta primeira figura bár, como nas duas derradeiras, bo, ra. E os Latinos e Grégos, sentẽ milhor o tẽpo das syllabas, por causa do uérso, do que ô nós sentimos nas trouas: por que casi mais espéra a nóssa orelha o consoãte, que a cãtidade, dado que a tẽ. O terçeiro açidente da

Syllaba, é canto álto ou baixo: por que como os musicos aleuantam & abaixã a uoz cantando, assy nos temos a mesma ordem, como nesta diçã, le,mos, que na primeira Syllaba aleuãtamos, e na segunda abaixamos. E dádo que em algũa maneira nos poderãmos estender cõ régras pera a cantidade e acento das nóssas Syllabas: leixamos de ô fazer, por que pera se bem exemplificar as suas régras ouuêra de ser em tróuas, que tem medida de pées, e cantidade de Syllabas. E por que o tẽpo em que se as tróuas faziã e os hómẽes nam perdiã sua autoridãde por isso, é degradãdo destes nóssos reynos: ficará esta matéria pera quando o uso ô requerer (Barros, 1540, fol. 3v-4v).

Pelo princípio koerniano de “imanência” (Koerner, 2014), devemos fazer uma análise dos pormenores do texto gramatical. Como um comentário inicial acerca do pensamento linguístico de João de Barros, podemos notar que a sílaba em sua gramática da língua portuguesa é apresentada como um elemento da prosódia, que significa acento e canto: “Syllaba, é hũa das quátro pártes da nóssa Grammática que corresponde á Prosodia, que quér dizer acento e canto” (Barros, 1540, fol. 3v). O gramático apresenta uma tradução direta do termo grego ao português, e o desmembra em dois outros conceitos relativos a dois gêneros de manifestação do som, a fala, que marca o acento natural da língua portuguesa, e o canto, que deriva da técnica de cantar na língua vernácula.

Pelo princípio de “adequação teórica” de Koerner (2014), podemos interpretar a gramática de Barros a partir de nossa perspectiva contemporânea por analogia, com o cuidado de se evitar anacronismos. A referência ao acento e canto, em termos contemporâneos, pode se vincular à escrita em prosa e em poesia, e às diferenças estilísticas do emprego da língua escrita para a ciência e para o fazer poético. Pode-se inferir também, por essa dicotomia, que o acento da língua é algo natural, imotivado, presente nos falantes, já o canto está no domínio de uma técnica específica, que pode ser conhecida também por falantes da língua que dominem a técnica do canto, no caso os trovadores e poetas quinhentistas à época do gramático.

A definição gramatical de Barros de sílaba segue a categorização da gramática greco-latina, que não considera sílaba apenas uma vogal isoladamente, pois a sílaba, nessa perspectiva, se forma pelo emprego de uma vogal com ao menos uma consoante: “aqual Syllaba é aiũtamẽto de hũa uogal, cõ hũa e duas e as uezes tres cõsoantes, que iũtamente fazẽ hũa só uóz” (Barros, 1540, fol. 4r-4v). Essa distinção de sílaba, que é uma unidade formada por “ajuntamento” de uma vogal com consoantes é interessante para percebermos como os sons vocálicos e consonânticos eram considerados pelos gramáticos do Renascimento, assim

como na gramática antiga greco-latina. A notação fixa dos sons vocálicos pode ser considerada uma inovação da escrita desenvolvida inicialmente para a língua grega, na adaptação do sistema fenício para a criação do alfabeto (Cagliari, 2009, p. 58-62), o que denota que a partir dos gramáticos gregos os sons vocálicos passaram a ser padronizados e normatizados. A notação dos sons vocálicos, de certo modo, refletiu não só uma representação dos sons da fala, mas dos sons do canto musical, o que vinculou a escrita silábica à poética, desde a Antiguidade, sobretudo desde a hegemonia do sistema de escrita ático em Atenas, em 409 a.C., que teve um grande impacto no mundo ocidental.

Para exemplificar a quantificação de sílabas em língua portuguesa, João de Barros faz a divisão silábica do vocábulo *li-vros*: “Digo hũa cõsoante, quãdo se aiũtã desta maneira, li, & cõ duas, uro, & com tres, uros, que iũtamẽte fazẽ este nome liuros” (Barros, 1540, fol. 4v). Essa divisão silábica demonstra como qualquer “diçam” (palavra) na língua portuguesa pode ser decomposta em sílabas, e esta, por sua vez, decomposta em letras vogais e consoantes. Essas unidades podem ser quantificadas e computadas numericamente, por serem o que eram consideradas nas categorias aristotélicas unidades discretas (Aristóteles, 1985, p. 49-50).

Na sequência de sua descrição da sílaba em língua portuguesa, João de Barros reforça a tese de que uma vogal isolada não constitui sílaba: “E por que às uezes hũa só letera uogál sérue de syllaba, própriamẽte a esta tál nã chamaremos syllaba: mas àquella que for compósta de uogal e cõsoãte” (Barros, 1540, fol. 4v). É interessante a ambiguidade da formulação do gramático, que se depara com duas realidades, primeiro o fato linguístico de que “hũa só letera uogál sérue de syllaba”, isto é, de que na língua portuguesa uma vogal isolada tem o valor de uma sílaba, mas a tradição gramatical greco-latina só considera sílaba o “ajuntamento” de uma vogal com ao menos uma consoante.

Em seguida, para marcar sua vinculação com o modelo gramatical greco-latino nega que uma vogal somente deve ser chamada de sílaba: “ própriamẽte a esta tál nã chamaremos syllaba”. Essa ambiguidade evidencia o pensamento linguístico dos gramáticos do Renascimento, que hierarquizavam o latim e o grego em relação às línguas naturais. Assim, se fatos linguísticos da língua portuguesa divergiam da descrição gramatical latina, havia uma tendência de buscar adaptar o vernáculo à língua clássica, mesmo que isso causasse alguma controvérsia interpretativa. Assim, para o gramático, a sílaba propriamente dita só era formada de uma vogal acrescida de uma consoante.

A analogia com a língua latina é patente, o que demonstra que a divisão silábica de língua portuguesa era uma extensão da divisão silábica do latim, o que confirma também a gramática de João de Barros como um morfótipo textual de “gramática latina estendida” (Auroux, 1992; Swiggers, 2019), conforme o modelo humanístico. O gramático comenta a divisão silábica de algumas dições (vocábulos) em latim: “Os latinos fazem às vezes hũa só syllaba com çinquo consoantes: como nestas dições, *scrobs*, *stirps*” (Barros, 1540, fol. 4r). As palavras latinas *scrobs* (trincheira, campo arado) e *stirps* (estirpe) são utilizadas como exemplos de vocábulos em latim constituídos com cinco consoantes em apenas uma sílaba, fato que não é observável em língua portuguesa.

Essa constituição de vocábulos em latim contrasta com o português que apresenta o máximo de sílabas com três letras consoantes, apoiadas em uma vogal, o que é apresentado a seguir: “A nóssa syllaba nam pássa de tres, como uimos nesta diçã atras, liuros, as quães ou séruem no prĩcipio, como. Prĩcipe, ou no fim, como, Raínhas” (Barros, 1540, fol. 4v). Os exemplos de vocábulos da língua portuguesa são: li-vros, Prín-ci-pe, Ra-i-nhas, cuja divisão silábica atesta as sílabas com três consoantes: -vros, prín-, -nhas, tanto na posição inicial de vocábulos como na posição final. Essa regularidade da língua era vista como uma regra gramatical para o gramático com finalidade de ensinar a escrita em língua portuguesa já gramatizada, conforme os termos de Auroux (1992), por uma metalinguagem em língua portuguesa, que era derivada de uma metalinguagem latina.

| Os três acidentes da sílaba e as diferenças entre o grego, o latim e o português

João de Barros ao adaptar o conceito de sílaba da tradição gramatical greco-latina cita em sua descrição linguística os “acidentes” da sílaba: “Toda syllaba tem tres açidentes, Numero de leteras, Espaço de tempo, Açêto álto ou báixo” (Barros, 1540, fol. 4r). O metatermo acidente é de origem medieval, derivado da filosofia aristotélico-tomista, que predominou no contexto medieval europeu (Bagno, 2023, p. 137-143; Aristóteles, 1985), para Santo Tomás de Aquino (1225-1274) acidentes eram considerados propriedades, ou características que qualificam algo, mas não alteram a essência ou substância dessa coisa, isto é, os acidentes são variações de uma determinada coisa. No caso do emprego do metatermo por Barros, as sílabas em língua portuguesa podem variar em relação ao número de letras, ao espaço de tempo e no seu acento alto ou baixo, conforme a descrição quinhentista de sua gramática, e continuam mesmo assim a serem sílabas em sua essência.

Se na concepção aristotélico-tomista, os acidentes são meras propriedades ou características que existem em algo, mas que não constituem a essência ou substância dessa coisa, podemos inferir que a noção de variação linguística no século XVI estava vinculada a essa conceitualização filosófica para os gramáticos humanistas. Assim, enquanto na filosofia aristotélico-tomista, uma substância é o que algo é essencialmente, os acidentes são aspectos formais que podem variar sem alterar a identidade essencial da substância, o que nos dá uma noção de que havia a percepção de que as línguas naturais possuíam variações acidentais, inclusive umas em relação às outras, com um mesmo pensamento substancial. Essa centralidade do latim pelos gramáticos europeus tornava a teoria gramatical da tradição greco-latina um modelo universal, posto que viam no latim mais do que uma língua natural, ou acidental, mas uma língua essencial, ou substancial, para a gramatização das línguas naturais, o que foi a base da “*grammatica speculativa*” medieval (Auroux, 1992; Bagno, 2023, p. 142-143).

Uma sílaba, por exemplo, pode variar em número de letras, o que é relativo à categoria de quantidade aristotélica, mas se mantém como uma sílaba, assim como pode ser quantificada de formas diversas quanto ao seu espaço de tempo e variar no seu acento, também se mantendo ainda como uma sílaba, com qualidades diversas. O primeiro acidente descrito por João de Barros era a variação do número de letras das sílabas, pois independente de quantas letras uma sílaba tinha, de uma a três consoantes em português, ainda era uma sílaba: “O numero de leteras, ia ô uimos pelos exemplos atras” (Barros, 1540, fol. 4r).

O segundo acidente, o espaço de tempo, era relativo à prosódia da gramática greco-latina e uma tentativa de adaptação dessa prosódia à língua portuguesa. O grego e o latim antigo possuíam uma oposição de quantidade em suas vogais, que poderiam ser longas ou breves, João de Barros tenta adaptar esse fato linguístico à língua portuguesa: “Espaço de tẽpo, por que hũas sam curtas e outras lõgas, como nesta diçã. Bárhora, que a primeira é lõga. & as duas sã breues” (Barros, 1540, fol. 4r). O vocábulo que é usado em língua portuguesa é Bár-bo-ra, em que o humanista vê resquícios do traço de quantidade na duração das vogais, ao considerar a primeira longa e as duas restantes breves.

Todavia, essa percepção, de um ritmo análogo entre as línguas grega, a latina e a portuguesa, não se dava na fala, mas sobretudo no canto, na poesia, quando o nome Bárbara era cantado em português: “Por que tão to tẽpo se gásta na primeira, como nas duas seguintes, à semelhança dos musicos, os quáes tanto se detẽ no ponto desta primeira figura bár, como nas duas derradeiras, bo, ra” (Barros, 1540, fol. 4r). Dessa forma, no estudo da prosódia da língua portuguesa, a gramática chegava ao domínio da música, que era considerada na Idade Média

e no Renascimento também uma das artes liberais do trívio (Bagno, 2023), que não era, porém, uma tarefa teórica dos gramáticos.

Ao perceber que essa adaptação não era perfeita, o humanista comenta: “E os Latinos e Grégos, sentẽ melhor o tẽpo das syllabas, por causa do uérso, do que ô nós sintimos nas trouas: por que casi mais espéra a nóssa orelha o consoãte, que a câtidade, dado que a tẽ” (Barros, 1540, fol. 4r).

O tempo, ou a quantidade das sílabas, categorizadas em breves e longas, era sentida “milhor” em língua grega e língua latina, isto é, o gramático cita que a língua portuguesa como língua natural não apresentava o fenômeno da duração das vogais. Esse uso modalizado da linguagem no canto se dava na poesia versificada: “por causa do uérso”, e a métrica em uso nas línguas clássicas antigas diferia das trovas, das cantigas de trovadores, que marcavam fonologicamente a versificação em língua portuguesa: “ô nós sintimos nas trouas” (Barros, 1540).

A prosódia do latim alterou-se desde a Idade Média, com as mudanças linguísticas ocorridas no latim vulgar e nos romances, quando um acento de intensidade substituiu, gradativamente, a quantidade das sílabas (Bassetto, 2013). Já nos hinos cristãos medievais se pode notar que houve uma mudança no padrão métrico em relação à poesia da Antiguidade, com o emprego de acentos de intensidade (Gross, 2024). Posteriormente, as cantigas trovadorescas também registraram o acento de intensidade, como João de Barros descreveu em sua gramática em relação à língua portuguesa.

Durante o Renascimento, houve uma tentativa de resgatar a prosódia pelas regras da gramática greco-latina, mas não houve uma uniformidade nesse processo para que se adotasse a métrica do latim e do grego nas línguas naturais modernas, mesmo nas línguas românicas. A poesia renascentista de língua portuguesa consagrou padrões métricos pautados na quantidade de sílabas, como redondilhas, decassílabos e versos alexandrinos, ordenados por acentos de intensidade, como apresentado nas obras de Gil Vicente (1465-1536), Sá de Miranda (1481-1558) e de Camões (c. 1524-1579/1580), por exemplo, o primeiro citado por Barros (1540).

João de Barros comenta que a “orelha”, isto é, o órgão dos sentidos que capta exclusivamente a dimensão do som, espera mais a “consoante” do que a “quantidade” da vogal em língua portuguesa. Sua descrição gramatical é empírica, mas demonstra uma tendência histórica da língua ao consonantismo em sua prosódia: “por que casi mais espéra a nóssa orelha o consoãte, que a câtidade, dado que a tẽ”. Dessa forma, podemos perceber que o gramático

afirma que a prosódia da língua portuguesa difere da prosódia da língua latina da Antiguidade.

Na sequência de sua descrição, João de Barros apresenta o último acidente da sílaba, conforme a sua gramática, o acento, chamado também de canto pelo gramático, em um tema que trata especificamente da prosódia da língua portuguesa sem fazer analogia com o latim:

O terceiro acidente da Syllaba, é canto áltio ou baixo: por que como os musicos aleuantam & abaixã a uoz cantando, assy nos temos a mesma ordem, como nesta diçã, le,mos, que na primeira Syllaba aleuãtamos, e na segunda abaixamos (Barros, 1540, fol. 4r-4v).

Ao definir o canto como acidente da sílaba, João de Barros o distingue em duas espécies de acento, o alto e o baixo, o que, por adequação teórica, em termos contemporâneos pode equivaler a acento tônico ou átono: “O terceiro acidente da Syllaba, é canto áltio ou baixo”. Como dado empírico observável, o gramático do século XVI não cita o uso da língua natural na fala, mas antes a observação dos músicos, os cantores quinhentistas, que cantavam trovas em língua portuguesa: “por que como os musicos aleuantam & abaixã a uoz cantando”. Esse “levantar e abaixar a voz cantando” dá indícios de uma prosódia pautada na tonicidade das vogais da língua portuguesa e a sua acentuação.

João de Barros apresenta um exemplo de prosódia da língua portuguesa: “assy nos temos a mesma ordem, como nesta diçã, le,mos”, com o exemplo do vocábulo “le-mos”, em que uma sílaba possui uma altura e outra sílaba uma altura diferente: “que na primeira Syllaba aleuãtamos, e na segunda abaixamos”, isto é, levantamos o acento na primeira sílaba le- e baixamos o acento na segunda sílaba -mos.

Dessa forma, o humanista demonstra como a prosódia da língua portuguesa não é vinculada mais à quantidade das vogais e das sílabas, mas há uma tonicidade que serve como elemento de classificação das sílabas, em uma oposição entre “canto alto” e “canto baixo”. A antiga oposição, ou correlação, longa e breve do latim e do grego clássicos é substituída pela nova oposição de alto e baixo, referentes ao atual acento átono e tônico da língua portuguesa, e como argumento de autoridade o gramático apresenta como fato linguístico o uso da língua pelos cantadores de trovas, que seguem a língua natural como ela é falada para serem compreendidos ao cantar.

João de Barros percebe que a diferença da prosódia do latim e do grego em relação à língua portuguesa não permitia uma adaptação perfeita do sistema silábico de quantidade de vogais em relação à “altura” do canto. Todavia, como essa era uma praxe do Renascimento, o humanista deixou comentado que ainda era uma possibilidade a ser debatida essa equivalência, mas não era prioridade em seu texto gramatical: “E dádo que em algũa maneira nos poderamos estender cõ régras pera a cantidade e acento das nóssas Syllabas: leixamos de ô fazer” (Barros, 1540). Nesse sentido, sua gramática não é uma arte poética, mas uma descrição das regularidades da língua portuguesa e do seu uso, como uma gramática prescritiva para o ensino da língua portuguesa no contexto quinhentista (Buescu, 1984).

Por fim, seu último argumento acerca da prosódia da língua portuguesa levanta outro tópico, a metrificação da poesia na língua natural, a qual afirma que deve seguir as trovas, que tem medidas de pés, as redondilhas, em uma quantidade definida de sílabas, que se apoia em critérios de tonicidade das sílabas: “por que pera se bem exemplificar as suas régras ouuéra de ser em tróuas, que tem medida de pées, e cantidade de Syllabas” (Barros, 1540). Outro metatermo surge nessa descrição, o conceito de pé métrico, que desde os trovadores esteve vinculado em língua portuguesa à tonicidade das vogais e não à quantidade.

João de Barros comenta ainda que o tema não era muito debatido, pois as trovas eram obras praticamente anônimas, pois não se conhecia a sua autoria e seus autores não escreveram sobre a prosódia das obras, a sua arte poética, logo este era um assunto de natureza empírica à sua época: “E por que o tẽpo em que se as tróuas faziã e os hómẽes nam perdiã sua autoridãde por isso, é degradãdo destes nóssos reynos: ficará esta matéria pera quando o uso ô requerer” (Barros, 1540). Dessa forma, a temática da métrica torna-se uma matéria secundária em sua gramática.

| Conclusão

A título de conclusão, podemos inferir que João de Barros descreveu, com seus instrumentos de gramatização quinhentista, a prosódia da língua portuguesa, em sua descrição da sílaba como uma unidade mínima da fala e do canto na língua natural. Para desenvolver esse debate gramatical, o gramático estabeleceu uma metalinguagem em língua portuguesa e desenvolveu uma analogia direta com a prosódia em língua latina. Sua argumentação chegou a considerar canto e a poesia, ao comentar que os trovadores expressavam as unidades rítmicas da língua por acentos de tonicidade, diferentemente dos sistemas métricos da língua latina e grega, em que a oposição silábica se dava pela oposição da quantidade.

Sutilmente, o gramático, de acordo com o clima de opinião de sua época, afirmou que não era de todo impossível uma analogia entre o sistema de métrica da gramática greco-latina e o da língua portuguesa, enquanto língua natural, mas não tratou o tema como de grande relevo na descrição da língua, o que deixou margem de especulação para os poetas quinhentistas posteriores. Em seu período histórico, a proximidade com as línguas clássicas era sinônimo de prestígio para uma língua natural, mesmo que fossem analogias artificiais no emprego da língua (Bagno, 2023; Auroux, 1992).

Assim, pudemos perceber que o tema da quantidade vocálica na prosódia da língua portuguesa era mais relativo ao canto do que à gramática. Pudemos notar que a descrição metalinguística do gramático português apresentava uma noção de “canto alto” e de “canto baixo”, facilmente compreendida em termos atuais como acento tônico e átono (Bechara, 2009). Por fim, João de Barros em outro ponto de sua gramática retoma a questão da prosódia, ao comentar “a cantidáde das syllabas e a ordem dos pées” (Barros, 1540, fol. 54v) a que opõe a “óráçám soluta” (Barros, 1540, fol. 54v) e afirma “que de hũa maneira fálam os poétas, e doutra os oradores” (Barros, 1540, fol. 54v).

Sua descrição gramatical sobre o conceito de sílaba é impressionante até os dias de hoje, por apresentar questões teóricas sobre a prosódia da língua portuguesa que são relevantes para o estudo da fonética e da fonologia contemporâneas. Sua gramática, certamente, foi muito influente nos círculos intelectuais de Portugal no século XVI, e muito provavelmente inspirou a formação de missionários europeus como Anchieta, que redigiu a sua arte gramatical no Brasil para a descrição da língua tupinambá, com o emprego do conceito de sílaba, além de diversas cantigas escritas na língua indígena, que seguiam os padrões da língua portuguesa. Revisitar a obra gramatical de João de Barros é um processo investigativo contínuo que pode revelar muito sobre a história da língua portuguesa e de sua difusão no mundo lusófono.

Referências

ALTMAN, Cr. Zeitgeist Em homenagem a Evanildo Bechara por ocasião dos seus 90 anos. **Revista Confluência**, n. 55, p. 164-182, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.v1i55.276>.

ANCHIETA, J. **Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990 [1595]. Disponível em: https://pml.cel.utad.pt/ViewEntry.aspx?id_entry=89. Acesso em: 04 jan. 2025.

ARISTÓTELES. **ORGANON. I- Categorias; II- Periérmeneias**. Tradução, prefácio e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães, 1985.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BAGNO, M. **Uma história da linguística**. Vol. 1. São Paulo: Parábola, 2023.

BARROS, J. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Lodovicum Rotorigium, 1540. Disponível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/textes/3302_por_Barros_01_1540_T01.htm Acesso em: 09 ago. 2024.

BASSETTO, B. F. **Elementos de Filologia Românica. Vol. I História Externa das Línguas Românicas**. São Paulo: EdUSP, 2013.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUESCU, M. L. C. **Historiografia da língua portuguesa. (século XVI)**. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

CAGLIARI, L. C. **A história do alfabeto**. São Paulo: Paulistana, 2009.

CAVALIERE, R. **História da gramática no Brasil –séculos XVI ao XIX**. Petrópolis: Vozes, 2022.

GROSS, H. **Prosody**. Disponível em: <https://www.britannica.com/art/prosody>. Acesso em: 14 ago. 2024.

KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. S. dos. History of Linguistic Thought and Grammar Praxis in Brazil: It Possible to Periodize? **Cadernos de Linguística**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2023.v4.n1.id679>. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/679>. Acesso em: 4 jan. 2025.

KOERNER, K E. F. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Tradução Cristina Altman. Braga: Estúdio de Artes Gráficas, 2014.

SWIGGERS, P. Historiografia da linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: BATISTA, R. (org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80.

ZWARTJES, O. **Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550–1800**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011.

Como citar este trabalho:

KALTNER, Leonardo Ferreira; SANTOS, Melyssa Cardozo Silva dos. O conceito de sílaba em João de Barros (1540). **Revista do GEL**, v. 21, n. 3, p. 109-125, 2024. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>.

Submetido em: 14/08/2024 | Aceito em: 04/01/2025.

Sincronia em historiografia linguística: Said Ali e o estruturalismo linguístico

Maria Cristina Fernandes Salles ALTMAN¹

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil;
| altman@usp.br | <https://orcid.org/0000-0002-5121-4282>

Resumo: Este texto é sobre dificuldades que o historiógrafo enfrenta ao revisitar o cânone de uma tradição de estudos linguísticos já estabelecida, como é o caso do chamado período científico da gramaticografia brasileira. Situados pela historiografia linguística do século XIX, aproximadamente entre 1880 e 1881, ano da primeira edição da gramática de Júlio Ribeiro (1845-1890), (v. Ribeiro, 1883) e 1930, momento da compilação das gramáticas de Manuel Said Ali da Costa (1861-1953), (v. Said Ali, 1931a, 1931b, 1964), os escritos gramaticais incluídos neste período constituem uma *série* em que os de autoria de Ali são avaliados como precursores dos movimentos teóricos que estavam por vir, como o estruturalismo linguístico. As seções que se seguem problematizam essa questão do ponto de vista do historiógrafo que tem diante de si interpretações consagradas sobre a tradição sobre a qual se debruça e propõem alguns procedimentos que visam a reduzir este viés.

Palavras-chave: Metodologia da Historiografia Linguística. Gramaticografia brasileira. Said Ali

Synchrony in Linguistic Historiography: Said Ali and the Linguistic Structuralism

Abstract: This paper discusses the difficulties faced by historiographers when revisiting the canon of an established linguistic tradition, specifically in the case of the so-called “scientific period” of Brazilian grammaticography. As defined by linguistic historiography, this period spans from approximately 1881, the year of the publication of the first edition of Júlio Ribeiro’s (1845-1890) grammar, to 1930, a time marked by the compilation of Manuel Said Ali’s (1861-1953) grammars. The grammatical writings from this era form a body of work in which Ali’s texts are considered precursors to subsequent theoretical movements, such as linguistic structuralism. The following sections problematize this issue from the perspective of the historiographer, who must contend with celebrated, pre-existing interpretations of the tradition under review. Finally, the paper proposes a set of procedures to help mitigate the historiographical bias that can arise from these established views.

Keywords: Historiography of Linguistic methodology. Brazilian Grammaticography. Said Ali.

| Introdução²

Recentemente, em um encontro científico, um colega fundamentou sua fala a partir do conceito de “influência”, ressaltando algumas contribuições da metodologia da disciplina Historiografia Linguística para as pesquisas em Semiótica, sua área de especialidade. Independentemente da reflexão do colega – instigante, por sinal, – pensei uma vez mais no fluido conceito de “influência” e no seu valor explicativo para a interpretação das teorias e práticas de análise linguística que se desenvolveram em determinada tradição histórica.

Eu me debrucei sobre essa questão em várias oportunidades. A primeira, por ocasião do projeto *Documenta* (Altman, 2014), um estudo longitudinal sobre a tradição gramatical do Tupinambá-Nheengatu (sécs. XVI-XIX); voltei a estudá-la exaustivamente, pelo menos mais uma vez, na pesquisa sobre o estruturalismo de Joaquim Mattoso Camara Jr. (1904-1970) (Altman, 2021) e costumo exemplificá-la nas minhas aulas teóricas de historiografia linguística com uma contenda clássica entre dois titãs dos estudos saussurianos (v., por exemplo, Altman, 2024a), aquela que se deu entre Eugenio Coseriu (1921-2002), para quem “[Georg von der] Gabelentz [(1840-1893)] exerceu, na realidade, uma influencia notável, particularmente sobre Saussure, e deve ser considerado um dos fundadores da lingüística sincrónica moderna” (Coseriu, 1977 [1967], p. 201, tradução própria³); e E.F.K. Koerner (1939-2022) para quem “[...] o **Curso** marca o início de uma nova era em teoria linguística geral, a origem de um novo paradigma, para usar um termo moderno” (Koerner, 1988 [1972], p. 51, tradução própria⁴).

Leituras recentes sobre a tradição gramatical do português no Brasil, notadamente do final do século XIX e início do século XX, chamaram mais uma vez minha atenção para o conceito. Trata-se da ocorrência dos metatermos *sincronia* e *diacronia* em escritos gramaticais de Said Ali, em que ele faz menção expressa a Ferdinand de Saussure (1857-1913), reconhecido introdutor da celebrada dicotomia em linguística geral, e do impacto que esta citação

2 Este texto é uma versão escrita de parte da pesquisa que realizo no momento sobre a produção gramatical brasileira do século XIX que considera o gênero do autor(a) como categoria de análise. Incluí, ainda, inevitavelmente várias outras reflexões sobre a metodologia do trabalho em Historiografia Linguística que venho acumulando ao longo dos últimos anos de pesquisa e ensino na disciplina.

3 No original: “[Georg von der] Gabelentz [(1840-1893)] ha ejercido en realidad una influencia notable, particularmente sobre Saussure, y que debe ser considerado como uno de los fundadores de la lingüística sincrónica moderna”.

4 No original: “[...] the Cours marks the beginning of a new era in general linguistic theory, the inception of a new paradigm, to use a modern term”.

suscitou em gerações posteriores de pesquisadores brasileiros. Voltarei a esta menção a Saussure na próxima seção, mas, adianto que nem sempre uma referência explícita é sinal de influência, ou, de endosso a conceitos de um autor. Há várias outras dimensões que devem ser levadas em conta pelo historiógrafo em sua interpretação.

No presente texto problematizo parte desta questão, procurando demonstrar que a interpretação das referências de um autor sobre outro, de uma teoria sobre outra, de um conceito técnico sobre outro não é direta. Ou seja, não há relação de causalidade entre a menção que um autor faz a outro, ainda que explícita, e sua maneira de entender a ciência que pratica. A situação se torna ainda mais complexa para o historiógrafo, quando se trata de aferir, em um eixo histórico, casos de inovação teórica, ou de renovação de práticas de análise linguística, avaliação recorrente dos escritos gramaticais de Said Ali.

| A primeira menção explícita a Saussure

Na tradição gramatical brasileira, a primeira menção explícita a Saussure é de fato atribuída a Said Ali, na 2ª edição das suas *Dificuldades da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Besnard Frères (1919 [1908])). No trecho em questão, Ali observou que questões referentes às então chamadas *formas divergentes*, uma erudita, outra popular [Ex.: chamma (pop.), flamma (erud.), flamma (Lat.); etc.], seriam facilmente resolvidas se o linguista, em vez de legislar sobre elas, as observasse no seu contexto temporal de ocorrência. Uma forma linguística considerada “errada” em determinado estágio da evolução da língua pode vir a ser o padrão em um estágio posterior (Said Ali, 1964 [1931a, b], p. 18). Fatos como esse, concluiu Ali, reforçam as luminosas apreciações de Saussure sobre linguística sincrônica e diacrônica. Observe-se abaixo a parte do trecho em que a menção ocorre:

Levei sempre em conta, nas diversas questões de que me ocupei, o elemento psicológico como fator importantíssimo das alterações de linguagem e, inquirindo a persistência ou instabilidade dos fatos linguísticos, tomei para campo de pesquisas não somente o português do período literário que se estende de João de Barros⁵ a Manoel Bernardes,⁶ mas ainda o falar hodierno e, por outra parte, o menos estudado falar medieval. Pude assim colher resultados que dão regular ideia da evolução do idioma português desde a sua existência até o momento presente,

5 João de Barros (1496-1570).

6 P. Manoel Bernardes (1644-1710).

de onde se vê a razão de certas dicções duplas, coexistentes ora e ora sucessivas, fontes, muitas vezes, de renhidas e fúteis controvérsias. **Nesses fatos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre linguística sincrônica e linguística diacrônica** (cf. Said Ali, 1919, p. VI, ênfase adicionada).⁷

Chamo a atenção do leitor para três declarações de Ali no trecho citado, que retomarei adiante. A primeira é a relevância conferida pelo autor ao elemento psicológico no estudo da mudança linguística; a segunda é que seu estudo sobre as mudanças linguísticas do Português considera estágios de evolução nos limites da própria língua, ou seja, o ponto de partida do estudioso é a língua tal e qual é falada no seu presente, para depois retroceder, entre idas e vindas, até estágios anteriores, no caso, o medieval e o literário.

Essa menção isolada a Saussure, apenas três anos após a primeira publicação póstuma do *Cours* (1916), recebeu da parte de alguns linguistas brasileiros (ex. Mattoso Camara, 1961 2004; Bechara, 1962, 2008; Cavaliere, 2018, por exemplo) interpretações a meu ver equivocadas, que consistem em ver nos escritos gramaticais de Ali uma antecipação do quadro estruturalista de trabalho, que só se divulgaria no Brasil algumas décadas depois, nos anos 1950 e 1960. A equação montada por aqueles que ecoam essa interpretação em seus textos me parece clara: Saussure é o fundador do estruturalismo linguístico no século XX (*doxa* no.1); Said Ali faz referência explícita a(os conceitos de *sincronia* e *diacronia* de) Saussure; logo, Said Ali é estruturalista (*doxa* no. 2), ou, em uma interpretação menos forte, Said Ali é o precursor do estruturalismo linguístico no Brasil. Dito de outra maneira, os autores adeptos desta opinião revestem Said Ali de mais um mérito: o de ter visto antes que outros os caminhos da “verdadeira” ciência da linguagem, aquela “inaugurada” por Saussure no século XX, que deu origem ao estudo estrutural, sincrônico, da modalidade oral de língua, como programa de investigação, também no Brasil.

| O viés do historiógrafo

Uma das coisas que sempre me intrigaram nessa interpretação foi a inversão cronológica dos eventos selecionados e a ausência de argumentos (meta) linguísticos que justificassem essa percepção. Dito de outra maneira, o ponto de vista a partir do qual alguns linguistas e historiógrafos contemporâneos interpretaram (e ainda interpretam) esta menção a Saussure não segue a direção habitual das transferências de conceito, ou de técnicas, de um autor para outro,

⁷ Nesse e em outros trechos citados, a ortografia foi atualizada.

isto é, da fonte para o alvo da recepção. Ao contrário, essa interpretação rompe com o conjunto de valores científicos e sociais que sustentaram a tradição gramatical do Português de que Said Ali fez parte, e cria outros, na medida em que atribui a ele um movimento de antecipação do ideário estruturalista que ainda estava por vir.

O ponto a ressaltar são os valores adicionais, positivos no caso, com que essa interpretação reveste um autor do passado: visionário; original em relação aos seus contemporâneos por ser *estruturalista* e não *positivista*. São valores científicos e sociais posteriores a Said Ali, de conhecimento apenas do historiógrafo, ou do linguista, que o leram com os olhos oniscientes do seu presente histórico. Com efeito, trabalhos recentes em história e em filosofia da ciência (Lacey, 2010), assim como alguns estudos em epistemologia feminista (Harding, 2004), têm demonstrado como, para além dos valores cognitivos compartilhados por uma comunidade científica em determinado momento, os valores sociais, políticos, ou econômicos da sociedade em que essa comunidade se insere deixam suas marcas na metodologia do trabalho do cientista.

Tendo isso em mente, as perguntas abaixo, pertinentes ao caso em pauta, me parecem inevitáveis: a primeira é até que ponto os valores científicos (sociais e cognitivos) do presente do historiógrafo afetam sua leitura do passado? Meu entendimento é que afetam, interferem e enviesam sua interpretação, como procurei demonstrar na desmontagem dos conceitos de *Fonêmica*, de Mattoso Camara (1953) e de *Tupi Jesuítico*, também de Mattoso Camara (1965) (Altman, 2009 e 2021). Se assim é, coloco a segunda pergunta: haveria algo que, metodologicamente, os historiógrafos poderíamos fazer sobre isso?

| O cânone

Said Ali provavelmente começou a amadurecer sua reflexão gramatical nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, haja vista a publicação de pelo menos dois dos seus textos mais relevantes para as questões linguísticas sobre o Português do Brasil naquele momento: a “colocação dos pronomes átonos na frase portuguesa” (Said Ali, 1895a, p. 301-314) e os “verbos sem sujeito” (Said Ali, 1895b, p. 39-46; 108-115). Seus escritos gramaticais posteriores datam dos anos 1920 em diante. Assim, se sucedem, as *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908); a *Lexeologia do Português Histórico* (1921); a *Formação de Palavras e a Sintaxe do Português Histórico* (1923); a *Gramática Elementar da Língua Portuguesa* (1923); a *Gramática Secundária da*

Língua Portuguesa (1927); os *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* (1930) e a *Gramática Histórica* (1931).⁸

Essa cronologia coloca Said Ali como o “ponto de chegada” de uma *série* de trabalhos gramaticais produzidos por autores brasileiros desde o último quartel do século XIX, aqueles hoje identificados como fazendo parte do período da gramática científica, ou melhor, do chamado período científico da gramaticografia brasileira (exemplos em Borges Neto, 2022 e Cavaliere, 2022, entre outros). Essa cronologia também coloca Said Ali, notório conhecedor do alemão, língua a cujo ensino se dedicou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, como leitor potencial dos textos do *mainstream* científico em matéria de ciência da linguagem, naquele momento representado pelos *Junggrammatiker* alemães da Escola de Leipzig, como Karl Brugmann (1849-1919), Herman Osthoff (1847-1909), Berthold Delbrück (1842-1922) e Herman Paul (1846-1921), mas não só. A crer em suas referências, Ali teve acesso a um considerável grupo de gramáticos franceses e ingleses, indo-europeístas, comparatistas, latinistas, romanistas, como Michel Bréal (1832-1915), Arsène Darmesteter (1846-1888), Wilhelm Wundt (1832-1920), o americano William Dwight Whitney (1827-1894) e, muito provavelmente, segundo alguns, Saussure (Altman, 2024a, em fase de publicação).

| A interpretação modelar do cânone

Mattoso Camara (2004 [1961], p. 223-226), ao escrever um pequeno texto sobre Said Ali, ilustra bem o que aponto aqui como o viés do historiógrafo: sem outro argumento que não a sua própria autoridade em linguística estrutural e estruturalista, Mattoso, que neste texto se coloca na posição de admirador da figura de Ali, projeta no homenageado a concepção de estruturalismo do seu presente histórico.⁹ Leia-se o trecho a seguir:

Dos neogramáticos [Said Ali] não tirou, ao contrário de Leite de Vasconcelos,¹⁰ a orientação histórico-evolutiva, mas as bases doutrinárias para encetar uma sistematização nova dos fatos gramaticais portugueses. A sua fisionomia filológica é a do que hoje chamaríamos

8 A lista não é exaustiva.

9 Em rodapé, relembro que, em um estudo abrangente sobre os estruturalistas europeus *avant la lettre*, Koerner (1975, p. 724) observou que qualquer linguista que lida com dados de uma língua os organiza sob algum critério, i.é., nunca os trata como um conglomerado desordenado de termos. Nesse sentido, qualquer linguista poderia ser considerado “estrutural” em certa medida, embora não estruturalista (v., por ex., Altman, 2024b). Se assim for, não há uma particularidade “estrutural” na organização que Said Ali imprimiu aos seus dados.

10 José Leite de Vasconcelos (1858-1941).

um ‘estruturalista’, vendo na língua uma ‘estrutura’, ou rede complexa, mas regularmente trançada, de fatos que se relacionam e se opõem em configurações muito nítidas que ao linguista cabe depreender (Mattoso Camara, 2004 [1961], p. 224).

Para mim é intrigante notar que boa parte dos leitores dos textos gramaticais de Said Ali tenham seguido a opinião de Mattoso Camara, preferindo ver nele um estruturalista, ou, pelo menos, um precursor do estruturalismo, sem outros argumentos para além da sua menção a Saussure e aos conceitos de *sincronia* e *diacronia*. A visão disfórica sobre a orientação histórico-evolutiva dos “neogramáticos”, que se lê no trecho citado, faz parte do conjunto de valores sociocognitivos do historiógrafo estruturalista Mattoso Camara e não, a meu ver, do filólogo e linguista, Said Ali.

A chamada geração da gramática científica no Brasil, que inclui Ali, se identificou com a geração de jovens europeus do final do século XIX. Com efeito, filólogos e linguistas alemães eram percebidos, também pelos estudiosos brasileiros, como as grandes autoridades do campo e Said Ali não era exceção (cf. Said Ali, 1895b, p. 40; 1964 [1931a, b], p. 265). Na primeira página dedicada à Sintaxe da sua *Gramática Histórica*, por exemplo, Ali declarou judiciosas as observações de Brugmann sobre a relação entre estados psíquicos e orações e, no parágrafo seguinte afirmou que, sem pretender dizer “[...] melhor do que Hermann Paul, Delbrück e Wundt [...]” sobre a definição de *proposição*, *oração* ou *sentença*, parece a ele, Ali, que:

Persiste ainda uma grave dificuldade, que se aplainaria um tanto se os gramáticos se aferrassem menos a certos princípios de lógica e os psicólogos se desacostumassem um pouco mais de ver na linguagem com que se exprime a oração o reflexo perfeito da criação do pensamento e deixassem de identificar sempre a combinação dos termos da oração com o processo mental de juntar conceitos (Said Ali, 1931a, b, 1964, p. 265, §1331-1332).

Revendo o cânone, e diferentemente de Mattoso Camara, vejo em Said Ali um hábil crítico da tradição de análise gramatical que o antecedeu –a *gramática filosófica*– e um leitor eficiente dos preceitos positivistas e da metodologia de análise proposta pelos *Junggrammatiker* aplicada a dados do português. Nas seções seguintes, argumento que ser estruturalista, tal como o termo se estabeleceu na historiografia linguística do século XX, não é aplicável aos escritos gramaticais do autor. Procuro chamar a atenção, ao mesmo tempo, para a necessidade de o historiógrafo sincronizar as dimensões “externa” e

“interna” do seu estudo, sob pena de apresentar uma interpretação distorcida do seu objeto.

| O Zeitgeist europeu: o que estava “no ar”

1876 é quase um número cabalístico na Filologia Indo-europeia de origem alemã (cf. Koerner, 1978). Foi o ano da morte de celebrados estudiosos alemães como Friedrich Diez (1794-1876), o fundador da Linguística Românica, e de outras grandes figuras do século XIX, que também faleceram proximamente a esta data, como Jacob Grimm (1785-1863), Franz Bopp (1791-1867) e August Schleicher (1821-1868). O ponto relevante desses detalhes para Koerner é que, por volta do último quartel do século XIX, havia espaço no mundo acadêmico europeu para que uma nova geração se considerasse inovadora em relação aos seus predecessores, e não apenas entre os *Junggrammatiker* de Leipzig, como sabemos.

Dentre as várias contribuições desta geração para a Linguística Histórica incluem-se a resolução das exceções da lei de Grimm; a existência das nasais e das líquidas silábicas ($\text{r} \text{ } \text{ɫ} \text{ } \text{m} \text{ } \text{n}$) em Proto-Indoeuropeu, descobertas por Brugmann e Osthoff; o reconhecimento pelos linguistas franceses de que a fisiologia poderia ser aplicada à fonética, e a demonstração de Edward Sievers (1850-1932) da relevância da fonética para a linguística histórica. Mais interessante, Jost Winteler (1846-1929), no seu estudo dialetológico de 1876, defendeu a regularidade da mudança linguística, o que serviu de exemplo para que Brugmann e Osthoff, no prefácio a *Morphologische Untersuchungen* de 1878 [o manifesto neogramático], mostrassem como o estudo das línguas vivas deveria ser. Em suma, os princípios gerais da linguística histórica já estavam estabelecidos por August Leskien (1840-1916).

Esses exemplos são seletivos, evidentemente, mas representativos o bastante aos propósitos deste texto. Sem a preocupação de demonstrar que Said Ali leu este ou aquele autor, ou foi influenciado por esta ou aquela ideia, o fato é que o espírito neogramático de renovação na metodologia da prática de análise linguística “estava no ar” e Said Ali capturou isso.

| O manifesto de Brugmann e Osthoff (1878)

Lehman (1967), na sua tradução do manifesto de 1878, resumiu os princípios gerais que, do ponto de vista dos dois autores, deveriam nortear a pesquisa sobre as línguas indo-europeias daquele momento em diante: os linguistas devem dar importância à língua falada no estudo das línguas; o estudo da fala

deve ser visto como uma das atividades culturais do homem; o linguista não deve deixar de incluir a língua contemporânea nos seus estudos históricos, ainda que sejam dialetos; os dados são mais importantes do que as teorias sobre os dados; é preciso reconhecer o fator *analogia* como processo relevante na mudança linguística.

Com efeito, lê-se no manifesto que uma língua não é um organismo que tenha vida própria fora e acima dos seres humanos, i.e., a linguística comparativa da primeira metade do século teria tratado de muitas línguas, sem levar em consideração os homens que as falavam (Brugmann; Osthoff, 1967 [1878], p. 198). Em todos os tempos, prosseguem os autores, a atividade mental e física do homem deve ter sido essencialmente a mesma desde o momento em que herdou uma língua dos seus antepassados, a reproduziu e modificou as formas da fala que absorveu na sua consciência. Assim, no caso da mudança que chamam de *mecânica*, prosseguem Brugmann e Osthoff, a modificação do som em determinado ambiente será reproduzida em todas as palavras em que o mesmo ambiente estiver presente, e a direção da mudança será a mesma para todos os falantes daquela comunidade linguística, exceto se ocorrer uma divisão dialetal. Para os autores, ainda, processos psicológicos também intervêm nas mudanças. Mesmo casos em que as alterações das formas parecem afetar apenas a dimensão exterior da fala podem resultar de um processo psicológico anterior à materialização sonora pelos órgãos vocais. Ou seja, para eles, desde que esteja claro que a *associação de formas*, i.e., a criação de formas por *analogia* tenha um papel importante na vida das línguas mais modernas, este tipo de inovação linguística deve ser reconhecido sem hesitação.

Das proposições de Brugmann e Osthoff no manifesto de 1878, destaco seis pontos que, em minha interpretação, estão em intersecção com a leitura que faço de Said Ali:

- a) o mecanismo da fala tem um aspecto duplo: mental e físico;
- b) a fonética articulatória diz respeito ao aspecto puramente físico do mecanismo da fala;
- c) deve haver uma ciência que empreenda amplas observações da operação dos fatores psicológicos sobre as inúmeras mudanças sonoras e inovações, as assim chamadas *formações analógicas*. É preciso ter uma clara ideia, diante de uma inovação sonora, se ela é de natureza puramente *psicomecânica*, ou se é o reflexo físico de *processos psicológicos*;

d) é preciso examinar exaustivamente o efeito da *associação de ideias* na atividade da fala de uma comunidade e a criação de formas de fala, a partir da *associação de formas*, e desenvolver princípios metodológicos que dizem respeito a isso;

e) é desejável que a Psicologia e a Linguística Histórica mantenham uma relação estreita;

f) tem-se [segundo os dois autores] um quadro claro da maneira pela qual as formas linguísticas são mantidas de maneira geral, não por uma reconstrução hipotética na língua original, ou através das formas mais antigas conhecidas do Índico, do Iraniano, do Grego, mas, pelo princípio de que se deve começar pelo conhecido e, a partir dele, caminhar em direção ao desconhecido, através dos desenvolvimentos cuja história prévia possa ser perseguida através de textos de que se conheça o ponto de partida. Então, o linguista (comparatista) que se pergunta o que em uma língua se mantém ou manteve, deve focar sua atenção na língua original até o presente e dispensar de vez a ideia de que os indo-europeístas só devem olhar para as últimas formas das línguas indo-europeias quando elas oferecem material linguístico importante para a reconstrução da língua original indo-europeia (ênfase adicionada).

Em outras palavras, o tempo não degenera as formas linguísticas, a perfeição não está na língua original. As formas linguísticas simplesmente mudam com os homens que as falam.

| Alguns princípios teóricos pressupostos em Said Ali

Basta reler a primeira citação que faço a Ali na seção 1 do presente texto para nela reconhecer pelo menos dois dos fundamentos dos jovens gramáticos alemães: a relevância conferida ao elemento psicológico no estudo da mudança linguística, e o ponto de partida do seu estudo histórico não ser o latim, mas os vários estágios documentados do português, o literário, o medieval, e o português falado moderno.¹¹

Este direcionamento da pesquisa sobre as formas da língua transparece em várias das suas afirmações. No capítulo da “derivação” da sua gramática histórica, por exemplo, Ali afirma que: “Tais fatos se observam na linguagem,

¹¹ O método de Ali é claro desde o início: “Não cotejaremos fonética portuguesa com fonética latina, e sim textos portugueses com textos portugueses...” (Said Ali, 1964 [1931a, b], p. 33).

quer estudada *sincronicamente*, como nos exemplos que acabamos de referir, quer examinada *diacronicamente*. *Lente, ribeiro, receita, estado, oriente*, hoje usados só como substantivos, procedem de antigos adjetivos e participípios” (Said Ali (1931a, b) 1964, p. 230).

Em outros termos, para classificar as palavras, o critério proposto por Ali é a sua *significação* atual, isto é, a significação da palavra à cada época em que ocorreu, ou ainda ocorre (Cf. também Said Ali, 1895b, p. 44). Assim é que nas páginas destinadas à descrição da derivação em português, por exemplo, Said Ali mostra distinguir acuradamente entre o ponto de vista sincrônico, intuitivo, que o *falante* tem da própria língua, e o ponto de vista histórico-evolutivo, que a linguista projeta na língua que estuda. Assim, “**Receber**, para quem fala e pensa em português, é outro verbo primitivo [como *esquecer*]; [...] O linguista analisa de outro modo e, deixando o português, remonta ao latim para decompor o dito verbo em **re+cipere < re+capere**.” (Said Ali, 1964 [1931a, b], p. 231, §1134-1136, grifo do autor). Visão esta, aliás, compartilhada por contemporâneos seus, como se lê em Maia (1914 [1899], p. 20-21, §66,67, por exemplo).

Os pontos do manifesto que destaquei acima certamente soam familiares aos estudiosos de Said Ali, ao menos para aqueles que leram o *Prólogo* da *Lexeologia do Português Histórico*, de 1921, onde Ali descreveu o método que utilizou no livro: seu estudo se deu desde a mais remota fase dos primeiros documentos escritos do português até o seu presente; ele se valeu do estudo comparado do ponto de vista evolutivo; não dissociou do homem pensante e da sua psicologia as alterações por que passou a língua em tantos séculos; as mesmas leis fonéticas seriam inexistentes sem os processos da memória, da analogia, e até do esquecimento, para ele a memória negativa também é fator de evolução. Com esse método, concluiu Ali, seu livro assumiu o caráter de uma *lexeologia semântica*, ou de uma *semântica lexeológica*. Para Ali, deixará de ser histórico o estudo dos vocábulos que não levar em consideração suas alterações semânticas, ou seja, suas mudanças de sentido ao longo do tempo.

Se de fato Ali leu e recebeu as lições de Saussure sobre diacronia e sincronia, foi no contexto do movimento neogramático europeu contemporâneo a ambos, e certamente não no contexto estruturalista que os sucedeu.¹²

12 O eixo da reflexão semântica em Ali é outro parâmetro bastante rico para o historiógrafo deste período. O lugar que a Semântica deve ocupar na Gramática; o *sentimento* do falante, capturável, por hipótese, no momento pré-fala; a situação de comunicação entre falantes de uma língua, são conceitos que Ali parece emprestar dos seus contemporâneos europeus, não de Saussure. Sua conceituação de palavra, aliás, assumiu a seguinte forma em 1895b, p. 43. “Na ciência da linguagem todas as vezes que queremos dirigir a nossa atenção para uma palavra qualquer, temos duas coisas bem distintas a considerar: 1º. Um som ou agrupamento de sons; a ideia ou significação da palavra. É como se disséssemos: os vocábulos são como

| A ruptura com a tradição filosófica

Como sabemos, mudanças metodológicas na história de um campo de ensino e pesquisa não acontecem de uma hora para outra. Elas resultam de uma complexa rede de fatores “externos” e “internos” difíceis de isolar e medir. O clima intelectual do último quartel do século XIX no Brasil foi também moldado por mudanças políticas e econômicas. Some-se aos movimentos de Independência (1822), a Proclamação da República, (1889), o abolicionismo (1888), o recrudescimento do sentimento nacionalista e a modernização do sistema de ensino. Todos esses fatores podem ser correlacionados à emergência de jovens *scholars* brasileiros que se percebiam tão qualificados quanto seus colegas europeus para lidar cientificamente “de modo novo” com a matéria linguística. Ainda que autodidatas na sua maioria, o conhecimento da língua naquele momento era do domínio do homem culto, e muitos se dedicaram também ao estudo e à prática da descrição gramatical, embora tivessem tido formação profissional como médicos, ou engenheiros. Além da formação improvisada em filologia, seja portuguesa, românica, ou clássica, os esforços dessa geração em implantar um caráter científico no estudo e no ensino da língua esbarraram em dificuldades formidáveis para adaptar a realidade linguística brasileira a um novo quadro de trabalho e para atender às demandas de um crescente mercado editorial voltado para o ensino de uma língua “correta” e “cultura”.

O *mainstream* europeu se tornou também o *mainstream* brasileiro em ciência gramatical, principalmente através da divulgação do *Programa geral preparatório para exames em todo o Império*, de 1877, como apontado inúmeras vezes por estudiosos deste período.¹³ Dito de outra maneira, também não havia, como corretamente apontado por Cavaliere (2022), uma audiência específica que acompanhasse os esforços de um trabalho científico do português, fora das gramáticas destinadas ao ensino de língua e aos concursos públicos. Mapear a “recepção” a teorias e métodos de outros centros produtores e divulgadores, como se sabe, também não é tarefa simples de se executar. As ideias e práticas importadas acabam por se adaptar às tradições locais, às línguas locais e,

os seres vivos: possuem uma parte material ou corpo, e uma parte vital, que se pode chamar o espírito ou alma. Uma e outra coisa estão sujeitas a transformações [...]” Não há em Ali uma instância virtual, potencial, disponível para a atualização sonora, como se observa em Saussure (cf. conceito de *imagem acústica*) e nos estruturalistas posteriores que atribuirão uma existência igualmente mental às unidades de 1ª articulação (cf. conceito de *fonema* em Jakobson (1967) e em Sapir (1921). Esse é o movimento que alterará enormemente a metodologia de descrição linguística no estruturalismo posterior a Ali.

13 Também conhecido como Programa Fausto Barreto. O programa requeria que o estudo da língua portuguesa se fizesse de acordo com as novas linhas de trabalho científico, isto é, a histórico-comparativa. Fausto Barreto (1852-1915) era professor de português do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, a instituição secundária modelar à qual as demais do país acabavam por seguir.

inevitavelmente, se revestem dos valores sociais dos seus novos praticantes, o que nem sempre foi imaginado no momento e no local original da sua criação.

O abandono dos princípios da *Gramática Geral* como metamodelo preferencial de descrição linguística não aconteceu, pois, de uma hora para outra, já aprendemos esta lição de Kuhn (1962). Considerada “metafísica desenfreada” (Said Ali, 1895b, p. 42) pelos *jovens turcos* brasileiros do final do século XIX, as doutrinas filosóficas sofriam ampla rejeição, ao menos na retórica dos seus críticos. Reivindicava-se que a gramática deveria ser a *sistematização metódica dos fatos (positivos) observados pelo gramático* (Said Ali, 1895b, p. 42; p. 111; v. também, a título de exemplo, Ribeiro, 1883, Prefácio; p. 278; p. 295-296 e Maciel (1914 [1887]), p. 22) e que a ciência modelo para o estudo científico das línguas era, ou a biologia, ou a química. Com efeito, o argumento de Said Ali (1895b, p. 114, grifo próprio) a este respeito é plástico. Leia-se o comentário abaixo:

O processo sofisticado da substituição não é admissível em uma análise científica. Tomemos um exemplo da química. Se apresentarmos a um preparador de química um sal para analisar, e se ele não puder dar conta da tarefa por não possuir no seu laboratório os reativos necessários ou por outra causa qualquer, não irá com certeza substituir o sal por outro e analisar o corpo B em vez do corpo A. [...] Resulta daí que, em lugar de aplicarmos os processos de análise química e examinarmos os fatos objetivamente, tais quais se apresentam, somos levados a recorrer à alquimia e a escamotear esses fatos, pondo em substituição outros cuja análise nos parece fácil.

Problemas gramaticais relevantes para os estudiosos do português no quadro das doutrinas filosóficas como *verbos impessoais*; *orações sem sujeito*, *verbos substantivos*, *elipses* e assim por diante, foram reanalisados, ou simplesmente ignorados, no novo quadro científico de trabalho (cf. Said Ali, 1895a, b). Dentro do novo espírito científico, caberia ao linguista, ou, ao gramático, observar as formas linguísticas tal como ocorriam na realidade e, no caso, na realidade brasileira. Não por acaso, pois, foi Ali quem resolveu o problema da colocação dos pronomes átonos na frase portuguesa, observando sua prosódia: “[...] podem [os gramáticos puristas] dar as regras que quiserem, no Brasil não se colocam nem jamais se hão de colocar os pronomes do mesmo modo que em Portugal.” Said Ali estava certo, a colocação dos pronomes átonos dependia do princípio da eufonia atuando em cada uma das variedades do português. Enquanto o [e] final em *me*, *te*, se pouco se ouve em português europeu

(ex.: Parecia trazer-*m*)”¹⁴, no Brasil, a pronúncia do pronome é muito mais acentuada, próxima a um [i], como em *mi, ti, si* (Ex.: Parecia *mi* trazer). Um dos argumentos irrefutáveis de Ali é que, mesmo um falante iletrado do português, seja europeu, seja brasileiro, segue essa “regra” de forma consistente: ênclise em Portugal, próclise no Brasil. Ali preferirá muitas vezes falar, nesses casos, em “sentimento”¹⁵ do falante diante da sua própria língua, algo próximo ao que chamaríamos hoje de “intuição” linguística (V. por exemplo, Said Ali, 1964 [1931a, b], p. 213, grifo nosso: “A colocação do pronome átono depende, em tais casos, tão somente da **intenção** e **maneira de sentir** da pessoa que fala”). A inclusão da dimensão enunciativa nas suas análises faz de Ali, penso eu, um analista da língua “pragmaticamente orientado” como diríamos hoje, à la Émile Benveniste (1902-1876), se preferirmos.

Seja como for, a lição dos jovens gramáticos que estava “no ar” foi devidamente incorporada na prática de análise de Said Ali e aplicada a dados do português, neste ponto Mattoso Camara ((2004 [1961])) tem razão. Os dados da língua do presente eram os fatos relevantes a serem *observados*,¹⁶ *descritos*, como ocorriam, e *explicados* pelo linguista que conhecia a língua na sua dimensão evolutiva. Tanto é que, na avaliação geral de Pinto (1978, 1981), a especificidade da variante brasileira do português, em relação à variante europeia, na ausência de uma teorização consistente continuaria, como de fato continuou, tácita, até pelo menos meados do século XX, com a emergência do *Projeto NURC* (1969)¹⁷. No pêndulo que caracteriza o movimento recorrente na história geral da linguística entre valorização de dados de um lado, e valorização de teorias, de outro, nossa “geração científica” ficou no eixo dos dados (Altman, 2014).

Essa alternância no tratamento da realidade linguística brasileira, entre valorização dos dados, e valorização teórica, ou metateórica, será, por sinal, um dos divisores de águas entre os linguistas brasileiros do século XX *stricto sensu*. Nem sempre percebida como um conjunto provisoriamente compartilhado de valores de uma geração de praticantes das ciências da linguagem, a alternância

14 O exemplo é de Alexandre Herculano (1810-1877), em *O Monge de Cister*; Época de D. João I — 1848, *apud* Said Ali (1895a, p. 312).

15 “Na forma popular *aluga-se* (em vez de *alugam-se*) casas, o fator é evidentemente a **analogia**. Desconhecedor das regras tirânicas da gramática, o homem do povo guia-se pelo **sentimento de linguagem**” (Said Ali, 1895b, p. 113; 1964 [1931a, b], p. 213, grifo próprio).

16 É recorrente em Ali o comentário sobre o que considera uma gramática científica, como por exemplo: “Buscar um sujeito fora da realidade, nós já o dissemos, não compete à gramática como ciência que se limita a observar e registrar os fatos, tais quais se apresentam na linguagem” (Said Ali, 1895b, p. 11).

17 O *corpus* do Projeto NURC foi compilado entre 1970 e 1977 por iniciativa de Nelson Rossi (1927-2014), então professor da Universidade Federal da Bahia (v. Altman; Castilho, 2022 para detalhes).

entre dados/teoria servirá, muitas vezes, mais de marca ideológica entre os diferentes tipos de linguistas que aqui se formarão do que de escolha epistemológica (v. Altman, 2004).

| A título de conclusão

Uma pesquisa cuidadosa sobre o lugar que Said Ali ocupa na história dos estudos linguísticos do português no Brasil, portanto, deve começar pela pergunta: em que medida Ali “escapa” da *filosofia positiva* que subjaz à sua prática científica e admite, em alguma medida, ser a língua um sistema de valores *in absentia*, princípio fundador do paradigma estruturalista saussuriano?

Até onde pude verificar, não há este movimento em Ali. Até onde foi minha releitura do cânone dessa tradição de descrição gramatical do final do século XIX, o mérito de Said Ali para as gerações que o sucederam está mais na síntese que se mostrou capaz de efetuar entre a tradição gramatical pedagógico-descritiva, normativa, exigência do seu contexto institucional e social, e o conceito europeu (notadamente alemão e francês) de ciência gramatical, cujo princípio explicativo das formas e funções linguísticas está na concretude da sua documentação histórica.

Neste sentido, faltam às historiografias que interpretam Said Ali como precursor do estruturalismo linguístico, descrições convincentes das contribuições dos seus escritos gramaticais para um estudo estrutural/estruturalista do português. Faltam também, a meu ver, estudos intermediários de identificação de problemas e de métodos de soluções de problemas não bem resolvidos pela geração da “gramática científica” de que fazia parte, mas que Said Ali teria retomado e resolvido sob outra perspectiva de análise científica, aquela que acabará por dar origem, no Brasil, à classe socioprofissional dos linguistas (Altman, 2004). Em suma, se me permitem, falta-nos justamente a interpretação que sincroniza a visão de Said Ali – e a sua prática de análise gramatical– ao *zeitgeist* do momento em que atuou.

Mesmo que haja interpretações prévias, aparentemente estabelecidas na historiografia de uma tradição metalinguística, é desejável que o historiógrafo que revisita os autores do seu passado procure restabelecer “do zero” as fontes originais e o contexto (aí inclusos os textos de autores que constituem a mesma *série*) em que seus trabalhos foram produzidos e divulgados. Do contrário, sua pesquisa se reduz a uma resenha de opiniões de outras fontes secundárias, de outros mundos intelectuais, diferentes daquele em que se situa o historiógrafo.

| Referências

- ALTMAN, C. **A Guerra fria estruturalista**. São Paulo: Parábola, 2021.
- ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil 1968-1988**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
- ALTMAN, C. **Léxico gramatical Tupinambá/ Nheengatu (XVI-XIX)**. Berlin: Iberoamerikanisches Institut Preussischer Kulturbesitz, 2014. Manuscrito inédito.
- ALTMAN, C. Retrospectivas e perspectivas da Historiografia da Linguística no Brasil. **Revista Argentina de Historiografia Linguística**, v. 1, n. 2, p. 115-136, 2009.
- ALTMAN, C. Saussure and the Brazilian 'scientific grammar' (1880-1930). *Lingua et Historia*. **Revista da Henry Sweet Society for the History of the Linguistic Ideas**, 2024a. No prelo.
- ALTMAN, C. Linguística Estruturalista. *In*: FLORES, W.; OTHERO, G. (org.). **A Linguística hoje: historicidade e generalidade**. São Paulo: Contexto, 2024b.
- ALTMAN, C. **A questão do 'pioneirismo' na história da linguística, ou, a divergência entre Eugênio Coseriu e E.F.K. Koerner**. Resumo apresentado no Encontro em homenagem a Eugenio Coseriu, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 4 nov. 2024c.
- ALTMAN, C. **O Estruturalismo saussuriano e a ciência positiva de Said Ali**. Apresentado em Mesa Redonda no evento ABRALIN ao vivo, 24 ago. 2024d.
- ALTMAN, C.; CASTILHO, A. T. de. Brazilian Portuguese linguistics: An overview. *In*: KABATEK, J.; WALL, A. (org.). **Manual of Brazilian Portuguese Linguistics**. Berlin; Boston: de Gruyter, 2022. p. 23-51.
- BECHARA, E. Apresentação. Primeiros ecos de F. de Saussure na gramaticografia de língua portuguesa. *In*: SAID ALI, M. **Dificuldades da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: ABL; Biblioteca Nacional, 2008. p. XVII-XXVI.
- BECHARA, E. **M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa**. 2. ed. 1962. Tese (Concurso para Professor Titular) – Instituto de Educação do Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, 1962. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/textos/bechara1962-a.pdf>. Acesso em: 17 maio 2024.
- BORGES NETO, J. **História da gramática**. Curitiba: Editora UFPR, 2022.

BRUGMANN, K.; OSTHOFF, H. Preface to Morphological Investigations in the sphere of the Indo-European languages I. *In*: LEHMANN, W. P. (ed.). **A reader in nineteenth-century historical indo-european linguistics**. Bloomington; London: Indiana University Press, 1967. p. 197-209.

CAVALIERE, R. **História da gramática no Brasil. Séculos XVI a XIX**. São Paulo: Vozes, 2022.

CAVALIERE, R. O estruturalismo chega ao Brasil: Manuel Said Ali e Joaquim Mattoso Câmara Jr. *In*: BASTOS, N. B. (org.). **Língua portuguesa: história, memória e interseções lusófonas**. São Paulo: EDUC; IP-PUC-SP, 2018. p. 103-120.

COELHO, O.; DANNA, S. M. D. G. História da língua portuguesa e historiografia linguística no Brasil em cinco gramáticas do século XIX. **Confluência**, v. 49, p. 215-235, 2015. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/89/74>. Acesso em: 17 maio 2024.

COELHO, O.; DANNA, S. M. D. G.; POLACHINI, B. O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX. **Confluência**, v. 46, p. 115-142, 2014.

COSERIU, E. Georg von der Gabelentz y la lingüística sincrónica. *In*: COSERIU, E. **Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje. Estudios de historia de la lingüística**. Madrid: Gredos, 1977. p. 200-250.

GOMES, A. A. **Grammatica portugueza**. 16. ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Francisco Alves, 1915.

HARDING, S. Rethinking Standpoint Epistemology: What is ‘Strong Objectivity?’ *In*: HARDING, S. (ed.). **The feminist standpoint theory reader: intellectual and political controversies**. New York: Routledge, 2004.

JAKOBSON, R. **Fonema e fonologia**. Seleção, tradução e notas por Joaquim Mattoso Câmara. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

KOERNER, E. F. K. 1876 as a turning point in the History of Linguistics. *In*: **Toward a historiography of linguistics: Selected essays**. Amsterdam: John Benjamins, 1978. p. 189-209.

KOERNER, E. F. K. European structuralism: Early beginnings. *In*: SEBEEK, T. (ed.). **Historiography of Linguistics**, v. 13. The Hague; Paris: Mouton, 1975. p. 717-827.

KOERNER, E. F. K. Georg von der Gabelentz and Ferdinand de Saussure: The problem of influence. *In*: **Saussurean studies/ Etudes saussuriennes**. Genève: Slatkine, 1988. p. 51-66.

KUHN, T. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1962.

LACEY, H. **Valores e atividade científica 2**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LEHMANN, W. P. **A reader in nineteenth-century historical indo-european linguistics**. Bloomington; London: Indiana University Press, 1967.

LEHMANN, W. P. **Historical linguistics**. 3. ed. London; New York: Routledge, 1992.

MACIEL, M. **Grammatica descriptiva**. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Francisco Alves, 1914.

MAIA, Z. do P. M. **Grammatica da língua portuguesa**. 3. ed. v. I, II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

MATTOSO CAMARA JR., J. **Introdução às línguas indígenas brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1965.

MATTOSO CAMARA JR., J. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

MATTOSO CAMARA JR., J. Said Ali e a língua portuguesa. In: UCHÔA, C. E. F. (org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 223-226.

PINTO, E. P. Introdução. In: PINTO, E. P. (org.). **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos**, v. 1: 1820/1920, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro; São Paulo: Livros Técnicos e Científicos; Editora da Universidade de São Paulo, 1978. p. XV-LVIII.

PINTO, E. P. Introdução. In: PINTO, E. P. (org.). **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos**, v. 2: 1920/1945, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro; São Paulo: Livros Técnicos e Científicos; Editora da Universidade de São Paulo, 1981. p. XIII-LI.

POLACHINI, B. S. **O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX: um estudo historiográfico**. 2013. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

POLACHINI, B. S. **Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de Língua Portuguesa**. 2018. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

POLACHINI, B.; VIDAL NETO, J. B. C. As mulheres nos estudos linguísticos brasileiros (1890-1960). In: ALTMAN, C.; LOURENÇO, J. (ed.). **Feminino em historiografia linguística**: Américas. v. I. Campinas: Pontes, 2023. p. 171-227.

RAZZINI, M. de P. G. **O espelho da nação**: a Antologia Nacional e o ensino de português e literatura (1838-1971). 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

RIBEIRO, J. **Grammatica portugueza**. 2. ed. São Paulo: Teixeira e Irmão, 1883.

ROSSI, N. **Atlas prévio dos falares baianos**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

ROSSI, N. **Atlas prévio dos falares baianos**: introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

SAID ALI, M. A colocação dos pronomes pessoais na linguagem corrente. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., v. 1, p. 301-314, 1895a.

SAID ALI, M. **Dificuldades da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1919.

SAID ALI, M. **Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa**. 3. ed. Edição por Evanildo Bechara e Maximino de Carvalho e Silva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

SAID ALI, M. Verbos sem sujeito segundo publicações recentes. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., v. 1, p. 39-48, p. 108-115, 1895b.

SAPIR, E. **Language: an introduction to the study of speech**. New York: Harcourt, Brace and Co., [s.d.].

SAUSSURE, F. **Cours de linguistique générale**. Ed. por Charles Bally, and Albert Sechehaye. Lausanne/ Paris: Mouton, 1916.

VIDAL NETO, J. B. C. **A formação do pensamento linguístico brasileiro: entre a gramática e novas possibilidades de tratamento da língua (1900-1940)**. 2021. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional. História crítica**. São Paulo: Parábola, 2018.

Como citar este trabalho:

ALTMAN, Maria Cristina Fernandes Salles. Sincronia em historiografia linguística: Said Ali e o estruturalismo linguístico. **Revista do GEL**, v. 21, n. 3, p. 126-146, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 14/09/2024 | Aceito em: 27/11/2024.

El análisis lógico y gramatical en la renovación didáctica en la gramática escolar argentina (1863-1884)

Esteban LIDGETT¹

1 Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, Argentina;
| ealidgett@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-1343-8266>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i3.3759>

Resumen: Este trabajo propone un estudio de la incorporación del análisis lógico y gramatical en la enseñanza de la lengua en la Argentina. En particular, se analiza la implementación del método analítico en el corpus de la gramática escolar argentina en el período que va de 1863 a 1884, etapa en la que se consolida un modelo de enseñanza a nivel nacional (Dussel, 1997). El *análisis* –en su doble vertiente, lógica y gramatical– emerge en ese momento como una herramienta didáctica fundamental para renovar la enseñanza de la gramática (De Natale, 2022). Desde entonces, y hasta bien entrado el siglo XX, la práctica analítica se consolida como contenido de enseñanza y aporta diferentes desarrollos conceptuales, que van desde la determinación de partes intermedias entre la palabra y la oración (sujeto, predicado, complementos), hasta la inclusión de categorías superiores a la oración (el período, el discurso). En este trabajo se postula la hipótesis de que, durante la etapa 1863-1884, el método analítico fue incorporado como instrumento didáctico para reformar una enseñanza de la gramática percibida como rutinaria, memorística y contraria a las propuestas científicas y enciclopedistas con que se organizó la enseñanza secundaria a nivel nacional.

Palabras clave: Historiografía lingüística. Análisis lógico y gramatical. Gramática escolar. Métodos didácticos.

Logical and grammatical analysis and didactic renewal in Argentinean school grammar (1863-1884)

Abstract: This paper proposes a study of the incorporation of logical and grammatical analysis in language teaching in Argentina. In particular, it looks at the implementation of the analytical method in the corpus of Argentine school grammar in the period from 1863 to 1884, a period in which a national teaching model was consolidated (Dussel, 1997). *Analysis* –in its double aspect, logical and grammatical– emerges at that time as a fundamental didactic tool for renewing the teaching of grammar (De Natale, 2022). Since then, and well into the 20th century, analytical practice has been consolidated as teaching content and has contributed different conceptual developments, ranging from the determination of intermediate parts between the word and the sentence (subject, predicate, complements), to the inclusion of categories superior to the sentence (the period, discourse). This paper postulates the hypothesis that during the period 1863-1884, the analytical method was incorporated as a didactic instrument to reform the teaching of grammar, which was perceived as routine, memoristic and contrary to the scientific and encyclopaedic proposals with which secondary education was organised at a national level.

Keywords: Linguistic Historiography. Logical and grammatical analysis. School grammar. Didactic methods.

Introducción

Durante los últimos años, numerosas investigaciones han resaltado la importancia que las ideas provenientes de la gramática filosófica francesa del siglo XVIII tuvieron sobre el desarrollo de la gramática escolar hispánica desde comienzos del siglo XIX (Calero, 1986, 2007, 2008; García Folgado, 2013; Gómez Asencio, 1981, 1985; Hassler, 2012; Lèpinette, 2008; Sinner, 2009). Uno de los aspectos más notables de esta influencia se verifica en el desarrollo de las categorías sintácticas, donde la irrupción de la lógica y la retórica permitió ampliar la consideración de la oración y reconocer unidades intermedias entre la palabra y la oración, lo que constituye una considerable renovación en la concepción de la sintaxis (Calero, 2007). Entre los factores que impulsaron esta renovación, la práctica analítica y, en particular, el denominado doble análisis (lógico y gramatical), adoptado inicialmente por los gramáticos filósofos durante el siglo XVIII e introducido en España durante el XIX, ha sido, probablemente, el mayor legado que la tradición filosófica ha dejado en la gramática escolar (Calero, 2009).

A pesar de su indiscutida relevancia, el impacto del doble análisis en la corriente gramatical argentina aún no ha sido completamente estudiado. Si bien existen trabajos que arrojan luz sobre obras o autores particulares ligados a la gramática filosófica (Arnoux, 2012; Blanco, 2003; De Natale, 2022; García Folgado, 2010; García Folgado; Toscano y García, 2015; Lidgett, 2018), o sobre categorías específicamente vinculadas a esta tradición (Lidgett, 2017; Lidgett; Toscano y García, 2023), aún no se han presentado estudios que expliquen la incidencia del método analítico en la gramática argentina, su asimilación a la enseñanza del idioma o las razones didácticas que motivaron de su incorporación.

En este trabajo buscamos presentar un estudio de la categoría de *análisis*, del método analítico, y en particular, en este caso, del denominado doble análisis, lógico y gramatical, en el corpus de la gramática escolar argentina. Nos interesa situar la aparición del doble análisis en una etapa específica del corpus, mencionar sus características, las distintas formas de implementación de esta práctica, y explicar su incorporación a partir de los datos surgidos no solo del corpus gramatical, sino también de otras fuentes externas que aportan información contextual decisiva. No nos detendremos específicamente en las consecuencias que la adopción de la práctica analítica genera en la caracterización de las unidades sintácticas², sino exclusivamente en las definiciones de la categoría *análisis*, en las formas en que se emplea en los

² Una descripción de este proceso puede verse en Lidgett (2017, 2019).

tratados analizados y en las razones que se aportan para su adopción como contenido de la enseñanza escolar.

| El análisis y la renovación de la gramática escolar

Durante el siglo XVIII, el término *análisis* es incorporado a la gramática de la mano de los gramáticos filósofos, quienes decidieron adaptar muchas de las teorías propuestas en la gramática de Port-Royal con el objetivo de renovar la enseñanza de la lengua en la Francia posrevolucionaria (Chervel, 1977; Delasalle; Chevallier, 1986). Como sostiene Calero (2008, p. 13) los gramáticos franceses de la Ilustración heredaron de la *Grammaire générale et raisonnée* de Arnauld y Lancelot “su firme creencia en el vínculo correlativo entre pensamiento y lenguaje”, lo que trajo aparejada “la apertura de más amplias perspectivas en la consideración del fenómeno lingüístico”. Una de las consecuencias más visibles de este legado fue la incorporación del análisis lógico y gramatical como práctica destinada a facilitar la enseñanza de la sintaxis en el sistema escolar (Chervel, 1977; Sinner, 2009).

En su *Ensayo sobre el origen de los conocimientos humanos* (1746 [1999], p. 42), Condillac define por primera vez el término *análisis* en relación al estudio del lenguaje: “analizar [...] consiste únicamente en componer y descomponer nuestras ideas para formar diferentes composiciones, y descubrir, por este medio, sus relaciones mutuas y las nuevas ideas que pueden producir”. En esa primera definición, Condillac apunta a las dos operaciones que involucra esta práctica: componer y descomponer el discurso. Más adelante, en el *Curso de estudios del Príncipe de Parma* (1775 [1813], pp. 189-191), agrega que descomponer un pensamiento consiste en “representarse sucesivamente las partes de que está compuesto”, es decir, “hacer sucesivas las ideas y las operaciones que son simultáneas”. El lenguaje, para Condillac, presenta ideas conjuntas, simultáneas, que son percibidas como un todo confuso. La operación analítica permite descomponer ese compuesto de ideas y ubicar cada una en un eje sucesiones con el objetivo de identificarlas como unidades discretas y precisas. Se trata de una operación que se traduce inicialmente, en el ámbito de la gramática, como una descomposición y un reordenamiento del discurso.

Por su parte, Du Marsais (1754 [1987]), en su artículo “Construction” de la *Encyclopédie*, aporta una de las primeras caracterizaciones del doble análisis, lógico y gramatical, que se funda en dos operaciones: el análisis lógico parte de la proposición como expresión de un pensamiento y realiza un recorrido descendente que la descompone en sujeto y atributo; mientras que, a la inversa, el análisis gramatical se centra en las relaciones recíprocas que existen entre

las palabras y asigna funciones a las categorías gramaticales (Swiggers, 1984). La implementación de este método, en el caso de Du Marsais, se justifica por su utilidad en la didáctica de las lenguas donde el análisis es visto como un nuevo método científico en la enseñanza de las lenguas que permitía superar los antiguos esquemas memorísticos (Calero, 2008). También Condillac en su *Grammaire* (1775) considera que gracias a la lengua y a su capacidad de analizar, diseccionar y combinar las ideas es posible poner orden en la masa confusa del pensamiento, lo que eventualmente podría interpretarse como una justificación adicional para la enseñanza de la lengua conforme este método.

Esta conexión entre el método analítico y la didáctica de la lengua, frecuentemente señalada por los mismos gramáticos filósofos, constituye uno de los aspectos fundamentales para explicar la rápida y persistente difusión del análisis lógico y gramatical en las gramáticas escolares. Como sostiene Arnoux (2014, p. 27), la presencia de los principios de la gramática general en el ámbito escolar se sostuvo insistentemente sobre la idea de que estos principios “simplificaban el aprendizaje gramatical y evitaban la memorización de reglas”. En el mismo sentido, Calero Vaquera y Zamorano Aguilar (2010, p. 14) destacan que la adopción del análisis en los cursos de gramática, primero en Francia y más tarde en otros países en el ámbito de su influencia, fue percibida por parte de los docentes como “una excelente estrategia didáctica para fomentar la participación activa del alumno en las clases, que hasta entonces se desarrollaban de manera tediosa”.

En la gramática escolar francesa, los principios de la gramática general comienzan a difundirse en el ámbito de la gramática escolar con los *Éléments de Grammaire Française* (1780) del abad Lhomond, obra que es acogida por los revolucionarios como texto de referencia para las escuelas primarias y que cuenta con más de 750 ediciones (Sinner, 2009). Con posterioridad, este mismo manual fue revisado y aumentado por Letellier, quien con la publicación de la *Grammaire française de Lhomond* (1805) logra adaptarlo para los alumnos de enseñanza secundaria (Delasalle; Chevallier 1986). A partir de 1823, con la publicación de la *Nouvelle grammaire française* (1823) de Noël y Chapsal, obra que esencialmente ofrece una vulgarización de la teoría sintáctica de los gramáticos filósofos y de los ideólogos, se establecerá finalmente el canon de la corriente escolar francesa (Chervel, 1977).

En el ámbito hispánico, por su parte, la renovación de la corriente escolar llegará también de la mano de la incorporación de las teorías de los gramáticos filósofos franceses (Calero; Zamorano, 2010). El primero en introducir el concepto de *análisis* es Jovellanos en su *Curso de Humanidades Castellanas* (c. 1795), aunque

el método alcanza mayor envergadura teórica en *Análisis lógico y gramatical de la lengua española* de Calderón (1843), quien aporta el modelo de doble análisis que posteriormente sería adoptado como contenido obligatorio en la legislación escolar (García Folgado, 2012). En la Argentina, específicamente, las corrientes filosóficas del racionalismo comenzaron a divulgarse tempranamente durante el siglo XIX, en el contexto de la Emancipación. De acuerdo con Blanco (2003), las ideas de John Locke, Étienne Bonnot de Condillac y Antoine-Louis-Claude Destutt de Tracy se difundieron desde las aulas públicas de Buenos Aires, en particular, en el Colegio de la Unión del Sud, fundado por el Director Supremo Juan Martín de Pueyrredón en 1817 (Solari, 1949). En ese contexto, se publica la primera gramática general en Buenos Aires: la *Gramática española o principios de gramática general aplicados a la lengua castellana* (1817) de Felipe Senillosa (Arnoux, 2012; García Folgado, 2010). Las ideas de la Ilustración, aunque no pueda afirmarse que constituyan una tradición preponderante en las obras destinadas a la enseñanza de la lengua, vuelven a hacerse presentes en una gramática escolar que publica Rufino Sánchez en 1828 con el título *El amigo de la juventud* (Blanco, 2003).

Con posterioridad, tras la institucionalización de la corriente gramatical escolar en 1863, la adopción de un modelo enciclopedista a imagen y semejanza del de los liceos franceses contribuyó a la expansión de las teorías racionalistas y, en particular, en el ámbito de la gramática, impuso como contenido obligatorio desde 1874 el análisis lógico y gramatical (Lidgett, 2015). En ese contexto, y por encargo del ministerio de Instrucción Pública, se publica en Buenos Aires la *Gramática española teórica analítica* (1867), de Andrés Pujolle, que lleva por subtítulo “tratado de análisis lógico”. Se trata de la primera obra oficial que incorpora el análisis lógico y gramatical en los colegios nacionales de la Argentina.

Desde entonces y hasta bien entrado el siglo XIX, las gramáticas escolares destinadas a la escuela secundaria dedican un apartado a la “sintaxis de las proposiciones” o al “análisis lógico (y gramatical)”. Sin embargo, la adopción del análisis, así como de otros conceptos provenientes de la gramática filosófica francesa, no constituye un proceso uniforme: como veremos más abajo, especialmente en el tratamiento de las clasificaciones de la oración, los autores con frecuencia expresan una peculiar heterodoxia. Asimismo, a medida que nos aproximamos y nos adentramos en el siglo XX, algunas categorías propias de la sintaxis de las proposiciones comienzan a ser desplazadas como consecuencia de la paulatina incorporación de nuevas corrientes teóricas que sustituyeron a la gramática racional. No obstante, puede afirmarse que el proceso de reformulación de las teorías provenientes de la gramática filosófica supuso, en

términos generales, una renovación en el modo de concebir la sintaxis en la gramática escolar. En primer lugar, porque incorporó definitivamente la práctica analítica entre los contenidos escolares. Y en segundo lugar, porque impuso una concepción logicista de la sintaxis, basada en la identificación de la oración con la proposición, que durante un largo período conviviría en los textos escolares junto con la tradición grecolatina. Esta concepción dejará como legado dos aspectos fundamentales que perviven en la sintaxis: i) la idea de la oración como una estructura formada por unidades intermedias mayores que las palabras (*sujeto, predicado, complementos, frases*); ii) la idea de que existen unidades sintácticas mayores que la oración (el *período*, la *cláusula* o la *frase*), que eventualmente serán la base para el tratamiento de la subordinación y la coordinación. Estos aspectos, aunque tratados de manera heterogénea en el corpus, constituyen un núcleo común que la tradición escolar incorpora entre la segunda mitad del XIX y los comienzos del XX para ser reformulado por la tradición estructuralista, que dominará la gramática escolar en los años sucesivos.

| La categoría de análisis en el corpus de la GEA

El corpus de la gramática escolar argentina, según ha sido establecido en el marco del proyecto UBACyT “La biblioteca virtual de la gramática escolar argentina (1817-1922)”³, comprende un período delimitado por dos fechas, 1817 y 1922. En el primer caso, se trata del año en que se publican las primeras dos gramáticas durante el período pos independentista (Senillosa, 1817; Valdés, 1817), y en el segundo, del año en que se funda el Instituto de Lingüística, suceso que marca el inicio de la profesionalización de los estudios lingüísticos y, por lo tanto, el comienzo de una separación más precisa entre la teoría gramatical destinada a la enseñanza y la destinada a la especulación científica. Entre estas fechas se recorta un período de crucial importancia para estudiar la incorporación del análisis: 1863-1884. La primera fecha es el año en que la fundación del Colegio Nacional de Buenos Aires señala el comienzo de la nacionalización de la enseñanza secundaria de la mano de un proyecto que va del centro a la periferia, es decir que se modela en Buenos Aires y se replica por indicación legislativa en las diferentes provincias; la segunda, es el año en que la sanción de la ley 1420 marca la expansión a nivel nacional de la educación primaria, y con ello también su centralización a partir de la acción del Consejo Nacional de Educación y sus comisiones.

³ Proyecto UBACyT 20020190100268BA, financiado por la Universidad de Buenos Aires y dirigido por Guillermo Toscano y García. Acerca del corpus véase García Folgado *et al.* (2020).

Precisamente es el período recortado entre estas dos fechas el que nos interesa, pues es allí cuando las gramáticas escolares, sobre todo aquellas que deben componerse para la nueva educación secundaria, adoptan el doble análisis, junto con una perspectiva novedosa para su enseñanza, que consiste básicamente en la ejercitación práctica. Si nos apoyamos en los datos que aporta el relevamiento del corpus, en particular, atendiendo a la descripción de los contenidos de las obras, podemos reconocer que tanto la categoría de análisis, como la terminología asociada a ella (el concepto de proposición o la clasificación de las partes intermedias de la oración: sujeto, atributo, modificador y complemento) se encuentran presentes desde los inicios, en 1817 con la gramática de Senillosa. Allí, si bien no se aporta una definición precisa acerca del análisis, sí se aplica esta práctica con el doble objetivo de descomponer el pensamiento en proposiciones simples y de determinar en esas proposiciones la función que desempeñan las palabras que las componen (García Folgado, 2010).

En los años posteriores, el concepto de análisis solo aparece en el *Compendio gramatical de la lengua nacional* (1821) de Codina, quien retoma sin grandes modificaciones lo planteado por Senillosa (De Natale, 2018), en las sucesivas ediciones argentinas de los *Elementos de gramática castellana* (1830) de Herranz y Quirós, autor español cuya obra fue extensamente difundida en la enseñanza de la lengua durante la primera mitad del siglo XIX en la Argentina (Blanco, 2022), y en los *Principios elementales de gramática castellana* (1851), de cuyo autor solo sabemos que firmaba con las iniciales D. V. Sin embargo, a diferencia de los casos de Senillosa y Codina, más cercanos a la tradición de los ideólogos franceses, la práctica analítica que se registra en Herranz y Quirós y en D. V. solo aporta ejercicios puramente gramaticales de segmentación y descripción formal de textos, que continúan la tradición gramatical latina, es decir, sin introducir novedades conceptuales. Esta situación se verá modificada hacia 1863, cuando la creación del Colegio Nacional de Buenos Aires impulsa una renovación en los contenidos escolares y, a la vez, la necesidad de ampliar la cantidad de gramáticas destinadas a la enseñanza (Toscano y García; García Folgado, 2012).

| 1863, punto de inflexión

En 1858 se crea la primera revista educativa de la Argentina, *Anales de la educación común*, bajo la dirección de Domingo F. Sarmiento, quien a la sazón sería el promotor de la educación popular y una figura señera en la organización de la educación nacional. La revista, que funcionó como un órgano de discusión sobre la situación de los docentes y de la educación a nivel nacional, recoge una

serie de testimonios en los que se deja ver un fuerte rechazo de la comunidad educativa frente a la necesidad de enseñar gramática en las escuelas. Por caso, el informe que, en 1858 publica Raoul Legout, director de la Escuela Superior de la Catedral al Sud, una de las dos principales escuelas del estado de Buenos Aires, declara que la escuela “no ha adoptado ni enseñado gramática alguna” debido a las carencias de los textos gramaticales a los que se considera laberínticos y “plagados de faltas de ortografía” y de “antiguos dogmas” (1858, p. 87). Al año siguiente, el mismo Legout declara que los textos gramaticales se rechazan porque “abruman el entendimiento de los jóvenes [...] con reglas gramaticales, tan multiplicadas i enredadas como pedantescas i fútiles” (1859, p. 293). En la misma línea, un año después se suma a estas críticas el reconocido pedagogo francés Amadeo Jacques, quien estaría al frente de la dirección de estudios del Colegio Nacional de Buenos Aires desde 1863. En su texto, Jacques se queja de que los textos de gramática invierten el orden natural que demanda el aprendizaje, porque siempre exponen “lo abstracto antes de lo concreto [...], la teoría delante de la práctica, es decir, al revés de lo que manda la naturaleza” (1860, p. 388). Estos testimonios evidencian una situación crítica para la enseñanza gramatical, que se percibe como opuesta a los nuevos métodos didácticos que las autoridades educativas intentaban implementar en este período, más ligados a la enseñanza intuitiva de raíz pestalozziana.

Las respuestas a esta crisis de la gramática fueron diversas a lo largo del período, pero sin dudas, la adopción de la práctica analítica como herramienta didáctica aportó una posible solución a la enseñanza rutinaria y memorística que muchos educadores percibían en los textos gramaticales de la época. El doble análisis, ya presente en las gramáticas escolares francesas y españolas, aportaba un método eficaz de ejercitación práctica, a la vez que permitía conectar el estudio del lenguaje con el desarrollo del conocimiento. La primera gramática en adoptar el doble análisis como método práctico para la enseñanza de la lengua en la Argentina fue la de Andrés Pujolle (1867)⁴. Pujolle, un catedrático francés emigrado a la Argentina (De Natale, 2022), publica un texto gramatical en dos tomos, dedicados uno a la teoría y otro a la práctica, en los que define y aplica el método analítico. Al respecto, al comienzo de la tercera edición de su obra señala:

4 Se desconoce la primera edición de este texto, pero, dado que entre los paratextos de la edición de 1867 se incluye una carta fechada en 1865 en la que se remite la obra al Consejo de Instrucción Pública para su consideración, presumiblemente ese sea el año de la primera edición. Existe una tercera edición publicada en 1868 con una leve modificación en el título. Para un estudio más extenso de la obra de este autor véase De Natale (2022).

Abrigo pues la creencia que el verdadero *educacionista* no dejara de reconocer por fin el mérito de este método, no solo por su valor intrínseco, sino también por ser el primer y único ensayo, hecho hasta ahora, para salir de la rutina gramatical; pues si queremos que la ciencia del lenguaje marche á la par de otras acarreadas por el espíritu del siglo, necesario es que alguien dé el paso iniciativo para demostrar prácticamente la insuficiencia de ciertos métodos anticuados ya (Pujolle, 1868, I).

La cita revela hasta qué punto Pujolle era consciente de las críticas que un sector del ámbito educativo le dirigía a la gramática tradicional y, al mismo tiempo, de la novedad que implicaba su método analítico en ese sentido. Su propuesta, no solo retoma un andamiaje conceptual heredado de la tradición de los ideólogos franceses, sino también promueve un método de enseñanza basado en un tratado teórico-práctico, en el que los ejercicios acompañan de manera sistemática cada una de exposiciones teóricas. Como veremos más adelante, aunque los modos de ejercitar el análisis y de representarlo están lejos de ser homogéneos durante estos años, la obra de Pujolle inicia en la tradición local un método didáctico que dejará su impronta en la enseñanza de la lengua materna hasta bien entrado el siglo XX.

| El método analítico en el período 1883-1884

Hasta 1863, con la excepción de los casos mencionados de Senillosa (1817) y Codina (1821), el análisis es incorporado en la tradición gramatical argentina como una práctica con el fin de identificar y clasificar las partes de la oración, es decir, las palabras. Así, por ejemplo, para Herranz y Quirós (1865, p. 31) el análisis de analogía consiste en el “exámen que se hace de alguna cláusula ó periodo, explicando circunstanciadamente las partes de la oración que contiene, con todas sus relaciones, conexiones, accidentes y propiedades” (1865, p. 31). Este análisis consiste en clasificar las palabras sin tener en cuenta miembros intermedios entre estas y la oración. El análisis de analogía que propone Herranz y Quirós se complementa con un análisis de la sintaxis que consiste en el “exámen que se hace de alguna proposición ó período, considerando por menor las oraciones de que constan, si son primeras ó segundas, si naturales o figuradas, con expresión de las partes que las constituyen, y de la concordancia, régimen y construcción, que recíprocamente tengan entre sí” (1865, p. 40). La aplicación de estos dos niveles analíticos no supone mayor complejidad que la de aplicar las clasificaciones formales que la tradición gramatical clásica aportaba para las palabras y las oraciones. Es decir que la sintaxis no sufre ninguna modificación respecto de la concepción clásica que la describía a partir de tres partes: construcción, régimen y concordancia (Calero, 1986).

Ahora bien, el método que implementa Pujolle en su gramática difiere sensiblemente del anterior. Para este autor, que declara seguir a Condillac, analizar implica “la descomposición de las partes que constituyen un todo” (1867, p. 63). Siguiendo la tradición de los gramáticos filósofos, Pujolle incorpora un análisis gramatical, al que define como “la descomposición y el examen de todas las partes que constituyen una oración” y un análisis lógico, al que define como “la descomposición y el examen de todas las oraciones que constituyen una frase”. El análisis gramatical, similar al análisis analógico que aplica Herranz y Quirós, consiste en la “una clasificación de las partes de la oración”, según “su *naturaleza*, su *especie*, sus *modificaciones* y su *función*”. Cabe destacar, sin embargo, que, a diferencia de Herranz y Quirós, el análisis gramatical contempla la descripción de la función de las palabras, lo que en términos de Pujolle equivale a “señalar el oficio que tienen en la frase á que pertenecen”: de esta forma, por ejemplo, “hablando de nombre se dirá si es *sujeto*, *complemento directo*, *complemento indirecto*, etc.” (1867, p. 64). Las funciones sintácticas aparecen, entonces, como un modo de conectar las palabras con estructuras mayores que cumplen una determinada función lógica en la oración. Esta conexión entre lo gramatical y lo lógico constituye la primera innovación del doble análisis de Pujolle frente a la tradición local.

El análisis lógico, por su parte, supone la identificación de los tipos de oraciones que componen una frase, unidad superior que se define como “la reunión de varias oraciones formando un sentido completo” (1867, p. 77). Es interesante destacar aquí que en la mayoría de los tratados del período que implementan el doble análisis, la oración se identifica con la proposición y, por lo tanto, se la define como la enunciación de un juicio y se la reconoce por la presencia de un verbo, siguiendo la tradición logicista. En cambio, unidades como la frase, el período o la cláusula son definidas como la expresión de un pensamiento completo, lo que implica que pueden contener más de una proposición⁵. Como se aprecia en la Tabla 1, el análisis lógico de la oración en la frase comprende una clasificación formal que tiene en cuenta la naturaleza

5 De acuerdo con Calero, durante la segunda mitad del siglo XIX conviven dos modos de definir el término oración: como expresión de un juicio, o como expresión de un pensamiento completo (1986, p. 213). La primera definición es heredera de una tradición que en España se remonta a la *Minerva* (1587 [1976]), de Francisco Sánchez de las Brozas, y que en Francia tiene su origen en la gramática de Port Royal. La segunda, por su parte, pertenece a la tradición clásica desde la obra de Dionisio de Tracia (166 aC). La gramática general de los siglos XVII y XVIII trabaja en función del primero de estos dos modos de concebir la oración. En el siglo XIX, nuevamente conviven ambas definiciones de oración. En la Argentina, durante el período que estamos relevando, normalmente las gramáticas que emplean el doble análisis suelen equiparar el concepto de oración al de proposición, en la línea de las gramáticas generales, y reservan el concepto de frase (período o cláusula) para señalar la unidad que expresa un pensamiento completo. No obstante, la alternancia de estas definiciones se halla en algunas obras posteriores como, por caso, Hidalgo Martínez (1884), Monner Sans (1893).

del verbo (sustantiva, activa, pasiva, relativa o de infinitivo), la presencia o no de sus miembros (explícita, implícita o pleonástica), la función de la proposición en la frase (principal, incidente o subordinada) y el orden de colocación de los constituyentes (directas o inversas).

Tabla 1. Análisis lógico en Pujolle (1867)

Proposiciones u oraciones	<i>Por la naturaleza del verbo</i>	Activas
		Pasivas
		De verbo sustantivo
		De infinitivo
		De relativo
	<i>Por la expresión o supresión de las palabras que las constituyen</i>	Explícitas
		Implícitas o elípticas
		Pleonásticas
	<i>Según en rango en la enunciación</i>	Principales
		Incidentes (explicativa)
		Subordinadas (especificativa)
	<i>Por el orden de colocación de sus elementos</i>	Directas
		Inversas

Fuente: Elaboración propia

La obra de Pujolle si bien revela un intento de reincorporar la práctica analítica según los modelos de la tradición filosófica, también adopta, como se ve, clasificaciones propias de la tradición clásica, lo que contribuye a complejizar enormemente su modelo de análisis. No obstante, este tipo de análisis de la oración como parte de una estructura mayor (frase, período o cláusula) se adoptará desde entonces, con algunas variaciones, en otros manuales escolares⁶ y será también incorporado como contenido en los programas escolares hacia 1874⁷.

La gramática de Martí (1876) parece ser la responsable de extender esta práctica analítica entre las escuelas normales que, durante la década de 1870

6 Versiones similares de este tipo de análisis dentro del corpus local, además de las que mencionaremos más abajo que presentan mayor innovación, pueden encontrarse en las gramáticas de Reyes (1868) y A. J. F. (1879).



7 El programa del Colegio Nacional de Buenos Aires de 1874, hasta ahora el primero en el que encontramos una referencia a este contenido, incluye para el segundo año: “Nociones de análisis lógico —Periodo, proposición ó cláusula—. Número de proposiciones contenidas en un periodo. Propositiones absolutas ó independientes, principales, incidentes, elípticas é implícitas. Partes de que consta la proposición considerada lógicamente” (1874, p. 2).

comenzaban a funcionar en la Argentina (García Folgado; Toscano y García, 2012). Para Martí (1876), Diez Mori (1877) y Hernández (1878), autores ligados al normalismo, el análisis atraviesa todas las partes de la gramática, ya que puede ser de analogía, sintaxis, prosodia u ortografía. Martí considera que el análisis y la síntesis son dos actividades opuestas (en el mismo sentido que Condillac), que consisten en el desmembramiento y descripción de cada parte (análisis) y su composición (síntesis). Martí (1876, p. 167) define el análisis lógico como

[...] la parte de la Gramática que enseña á descomponer el discurso (hablado y escrito) en cláusulas, la cláusula en oraciones y la oración en miembros; á clasificar las cláusulas, oraciones y miembros según el sentido y la mayor ó menor importancia de los pensamientos, juicios é ideas que respectivamente expresan.

Como en el caso de Pujolle, se aprecia aquí la idea de que la oración forma parte de una unidad mayor y, a la vez, está compuesta de unidades intermedias funcionales (miembros) que son mayores que las palabras. De esta forma, mientras que el análisis analógico, como en el resto de los autores, consiste en la clasificación de las palabras (lo que equivale al análisis gramatical), el análisis lógico se aplica en el nivel sintáctico. Ahora bien, como se muestra en la Tabla 2, el análisis lógico no es, como en Pujolle (1867), una amalgama de criterios diversos de clasificación de la oración, sino que se realiza siguiendo un orden de integración que considera tres niveles: el de la oración, el de la cláusula y el del discurso. El análisis de la oración comprende la identificación de los miembros esenciales (sujeto, verbo y atributo) y accesorios (complementos) que la componen y su clasificación formal (simple, compuesta, compleja o incompleja). El análisis de la cláusula “consiste en descomponerla en las oraciones de que consta, y en clasificar las oraciones con relación al juicio ó juicios que respectivamente exprese cada una de ellas” (1876, p. 179). Finalmente, el análisis lógico del discurso “consiste en descomponerlo en las cláusulas de que consta y en clasificar las cláusulas con relación al pensamiento ó pensamientos que respectivamente exprese cada una de ellas” (1876, p. 180).

Tabla 2. Análisis lógico en Martí (1876)

Análisis analógico	Clasificación gramatical de las palabras			
Análisis lógico	de la oración	según su forma	Simple/compuesta	
			Compleja/incompleja	
		según la función de las oraciones en la cláusula	principales	absoluta
				relativa
			incidentales	determinativa
				explicativa
	de la cláusula		subordinadas	
		según su forma	Simple/compuesta	
			Compleja/incompleja	
		según la función de las cláusulas en el discurso	principales	
			accesorias	incidentales separables
				subordinadas

Fuente: Elaboración propia

De esta forma, si bien Martí complejiza el análisis lógico al agregar un nivel mayor a la cláusula (el discurso), su propuesta no comprende una doble o triple clasificación de las oraciones, como la de Pujolle, lo que propicia una mejor integración de la sintaxis con la lógica y una mayor simplicidad expositiva. Su propuesta analítica, en definitiva, sigue el principio de Condillac de presentar el análisis como una descomposición del discurso en unidades de diferentes niveles y con distintas clasificaciones.

Hacia comienzos de la década de 1880, se publica el *Tratado de análisis lógico y gramatical de la lengua castellana* (1880) de Vicente García Aguilera. Se trata del primer tratado de este tipo publicado en la Argentina (Calero, 2008). En el prólogo el autor da cuenta de la novedad que supone su obra y, al igual que Pujolle, retoma las críticas que, según mencionamos, un amplio sector del magisterio dirigía a las gramáticas:

Notable es la falta de un Tratado de análisis lógico y gramatical de la lengua castellana para nuestros colejos y escuelas graduadas, siendo incuestionable la necesidad del análisis como suplemento del estudio de la Gramática. Ningun trabajo de esta especie existe en la República, en la cual, es preciso decirlo, ha hecho muy pocos progresos el estudio del bello idioma castellano, enseñado por lo jeneral en compendios mas o menos deficientes (García Aguilera, 1880, p. 7).

En la misma línea que Condillac, quien consideraba el análisis antes que nada como un método de conocimiento, García Aguilera destaca que este método permite conocer “el mecanismo de la lengua” y las “relaciones que tienen entre sí” las palabras en el discurso (1880, p. 8). Así, el autor define el análisis como el procedimiento que consiste en dividir una cosa “en todas las partes de que se compone, a fin de examinar cada una de ellas separadamente, deduciendo de esta separación la uniformidad o diferencia que guardan entre sí, y el modo como están reunidas, formando un todo” (1880, p. 11).

No obstante, a pesar de ser un tratado dedicado exclusivamente al doble análisis, el de García Aguilera no incluye formas esquemáticas, como sí lo hacen Pujolle o Martí, y la única clasificación propuesta para las proposiciones, como se ve en la Tabla 3, es la que las considera según su función en el período (absolutas, principales, incidentes, subordinantes o subordinadas). En cuanto al reconocimiento de los miembros de la oración, García Aguilera, siguiendo probablemente el criterio de Bello (1847), solo considera el sujeto y el atributo, pero no al verbo (que queda comprendido en este último)⁸. El análisis gramatical, por su parte, no difiere en lo sustancial de la propuesta de otros autores del corpus y consiste, básicamente, en la clasificación de las palabras. Finalmente, el tratado incluye un apéndice en el que se practica un nivel más del análisis, que denomina pragmático, y que consiste en “una verdadera crítica literaria”, pues implica el análisis de las “ideas según su rango en el razonamiento” (1880, p. 89). Para llevarlo a acabo, el autor considera que es preciso desentrañar “el tejido del discurso”:

Así como las proposiciones simples, incidentes y subordinadas, componen la relación total del período, así también los diferentes períodos constituyen las partes de otra relación mas complicada, que se llama discurso. Las relaciones de estas mismas partes, se espresan por conjunciones, por el orden en que se colocan estas partes, y casi siempre por ideas accesorias. Estas, como dice Condillac, son la trama

⁸ La consideración de la proposición en tres partes (sujeto, cópula y atributo) tiene su origen en la gramática de Port Royal y está estrechamente vinculada a la teoría del verbo único. De acuerdo con esta teoría, solo existe un verbo, el verbo sustantivo *ser*, que funciona como cópula entre el sujeto y el atributo. Los *verbos atributivos* (todos los demás) serían formas complejas de verbo único más participio presente en función de atributo (caminar = ser caminante). Esta teoría sirvió de base para la definición tripartita de la proposición que algunos gramáticos filósofos rechazaron. La gramática de Bello (1847), obra de referencia para el tratado de García Aguilera, también rechaza esta concepción: “Tomemos una frase cualquiera sencilla, pero que haga sentido completo, verbigracia: *el niño aprende, los árboles crecen*. Podemos reconocer en cada una de estas dos frases dos partes diversas: la primera significa una cosa o porción de cosas, *el niño, los árboles*; la segunda da a conocer lo que acerca de ella o ellas pensamos, *aprende, crecen*. Llámase la primera *sujeto* o *supuesto*, y la segunda *atributo*; denominaciones que se aplican igualmente a las palabras y a los conceptos que declaramos con ellas. El sujeto y el atributo unidos forman la *proposición*” (Bello, 1847 [1951], p. 22).

que, pasando por la cadena de los períodos, forma el tejido del discurso. Su uso es tan necesario que de él pende la mayor o menor solidez de la oración y el desarrollo mas o menos claro del pensamiento (García Aguilera, 1880, p. 89).

Tabla 3. Análisis lógico en García Aguilera (1880)

Miembros	Sujeto	Según su forma	Simple o compuesto
	Atributo		
Proposición		Función en el período	Absoluta o independiente
			Principal
			Incidente
			Subordinante
			Subordinada
Período			

Fuente: Elaboración propia

La última propuesta analítica de la etapa que estamos analizando aparece en el *Curso gradual de gramática castellana* (1881) de Isaac Larraín. El autor, profesor de castellano en el Colegio Nacional de Buenos Aires, había sido el autor del programa de 1874, el primero que incorpora los contenidos de análisis lógico (ver nota 7). En su gramática, Larraín señala que el análisis

tiene por objeto el estudio del discurso en todos sus elementos, i cada elemento bajo todos sus aspectos: se llama lógico cuando descompone la proposición en sus elementos constitutivos, sujeto lógico, atributo lógico, complemento; i gramatical cuando estudiamos la naturaleza de las palabras, considerando en ellas la clase, la especie, las modificaciones i los accidentes” (Larraín, 1881, p. 116).

La Tabla 4 exhibe el modelo de este análisis que propone Larraín, que comprende la identificación y clasificación de las distintas unidades que componen el discurso. En este aspecto, el *Curso* de Larraín incorpora los términos tradicionales de la gramática filosófica, presumiblemente por intermedio de la obra de Calderón (Lidgett, 2018). Quizás la mayor innovación de su método consista en la incorporación de la frase ya no como una unidad superior a la oración (del orden del período o la cláusula), sino en su sentido moderno, como la expansión de una palabra. Así, las frases pasan a ser un nivel mayor a

la palabra, pero desempeñan las mismas funciones que estas. El resto de las clasificaciones no aportan mayor novedad respecto de lo analizado en autores anteriores.

Tabla 4. Análisis lógico en Larraín (1881)

Frase (palabra más modificadores)	<i>Según su función en la proposición</i>	Sustantiva	
		Adjetiva	
		Verbal	
		Adverbial	
Proposición u oración	<i>Según sus miembros</i>	Sujeto	Simples, compuestos Complejos, incomplejos
		Atributo	
		Complemento	Directo Indirecto Ordinario
	<i>Según el rango que ocupan en la cláusula</i>	Absolutas (independientes)	
		Principales	
		Incidentes	Determinativas
			Explicativas
		Subordinadas	

Fuente: Elaboración propia

Finalmente, del mismo modo que García Aguilera, Larraín insiste en justificar la utilidad práctica del análisis como método de conocimiento, independientemente de su aplicación al lenguaje: “Nuestras acciones dependen de sus respectivas sensaciones y si falta análisis ordenado i previo de la operación intelectual, mui luego se experimenta entorpecimientos, confusión i perplejidad” (1881, p. 199). De esta forma, para Larraín, la práctica analítica aporta un método que el estudiante puede y debe utilizar en todos los órdenes de la vida y no solo para la comprensión del lenguaje.

Consideraciones finales

Hemos examinado la adopción del doble análisis, lógico y gramatical, en el corpus de la gramática escolar Argentina en la etapa que va de 1863 a 1884. Durante estos años, la nacionalización de la educación y el nacimiento de la

prensa especializada del magisterio acompañaron un proceso paulatino de renovación de la gramática, que debió dar respuesta a las críticas esgrimidas por docentes, inspectores y funcionarios educativos hacia los métodos memorísticos y rutinarios de la enseñanza clásica. Este proceso renovador es perceptible en diferentes niveles. En el nivel macroestructural se aprecia un reemplazo de las obras escritas en formato catequista (preguntas y respuestas), que frecuentemente implementaban recursos como la escritura versificada, destinados a favorecer la memorización de las respuestas, por tratados más extensos, con mayor lugar para las explicaciones y con apartados dedicados a la ejercitación práctica de los conceptos. A nivel microestructural, las gramáticas comienzan a incorporar métodos y teorías más distanciadas de la tradición grecolatina. Así, por ejemplo, algunas obras incursionan en la gramática histórica y comparada (Lidgett; Toscano y García, 2020), otras reformulan algunas nociones de Bello (Blanco, 1995), y otras, finalmente, buscan incorporar el método analítico, que ya contaba con una larga tradición en Francia y en España.

Dentro de este último grupo hemos intentado desentrañar las diversas formas que asume el análisis lógico y gramatical en el ámbito local y de qué manera busca dar respuesta a las críticas hacia la enseñanza gramatical. En ese sentido, el estudio realizado revela que la introducción del doble análisis propone una renovación en dos aspectos centrales. En primer lugar, desde el punto de vista didáctico, la implementación del análisis aporta un método de enseñanza basado en la ejercitación práctica, con ejercicios que pueden consistir en representaciones gráficas del análisis o en modelos redactados, pero que siempre apuntan al desmembramiento del discurso y a la aplicación de clasificaciones. Esto permitió una mejor integración entre las tres disciplinas hasta entonces fundamentales para la enseñanza del idioma: la lógica, la retórica y la gramática. En el mismo sentido, la práctica analítica fue percibida por los gramáticos como una herramienta ligada al desarrollo de la inteligencia, en el sentido en que la entendía Condillac. El procedimiento de descomposición o clasificación de una totalidad compleja como el discurso buscaba desarrollar en los alumnos una capacidad analítica que pudiera ser útil en otras disciplinas, pues era visto como un modo de imitar el método científico. Esto aportaba un argumento apropiado para justificar la necesidad de enseñar la lengua materna en los colegios secundarios.

En segundo lugar, desde el punto de vista teórico conceptual, la introducción del doble análisis supuso la renovación de viejas etiquetas terminológicas asociadas a la enseñanza de la lengua latina, que difícilmente se veían reflejadas en la lengua española. Un ejemplo significativo en este sentido lo aporta la

adopción del concepto de complemento, que sirvió para reemplazar las nociones de régimen y de caso, cuya enseñanza en lengua española implicaba dificultades. El complemento, introducido por Du Marsais (1769), reemplazaba la definición formal de régimen, entendido como un mecanismo que entraña la modificación formal de una palabra, y la sustituía por una relación semántica que entrelazaba las partes de la oración. Asimismo, el reconocimiento de los miembros de la oración (sujeto, atributo y complementos) y su clasificación formal (simple, compuesto, complejo o incomplejo) o semántica (directo, indirecto, circunstancial, lógico, etc.) dio lugar también a un orden jerárquico en el reconocimiento de la estructura del discurso que hasta entonces no se registraba en el corpus de la gramática argentina. De esta forma, el análisis lógico permitió dar cuenta de un orden ascendente que iba de la palabra al discurso, pasando por la frase (en algunos autores entendida como expansión de una palabra), la oración (o proposición) y la cláusula (período o frase, dependiendo del autor). Para cada uno de estos niveles, los diferentes autores recurrieron a sistemas clasificatorios que en general coincidían, aunque con pequeñas variaciones (oraciones principales, incidentes y subordinadas; cláusulas principales o accesorias). Estas clasificaciones se apoyaban normalmente en nociones semánticas como la de determinación o explicación, cuyo origen también se remonta a la tradición filosófica, y que permitían enlazar el aspecto gramatical (formal) con el lógico (conceptual).

| Agradecimientos

El autor agradece al Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), del que también es miembro.

| Referencias

A. J. F. **Gramática de la lengua castellana para el uso de las repúblicas sud-americanas**. Buenos Aires: Imprenta de Pablo E. Coni, 1879.

ARNOUX, E. La primera gramática escolar “general” publicada en Buenos Aires en los años de la Independencia: la *Gramática Española o Principios de la Gramática General aplicados a la Lengua Castellana* de Felipe Senillosa. **Histoire, Epistémologie, Langage**, v. 2, n. 34, p. 43-61, 2012.

ARNOUX, E. Hacia una gramática castellana para la escuela secundaria. Opciones y desplazamientos a mediados del siglo XIX. **Boletín de Filología**, v. 2, n. XLIX, p. 19-48, 2014.

BELLO, A. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos**. Caracas: Ministerio de Educación. 1847 [1951].

BLANCO, M. I. Reformulaciones de la *Gramática castellana* de Andrés Bello destinadas a la escuela media. **Letterature d'America**, v. 15, n. 59, p. 87-127, 1995.

BLANCO, M. I. Tras las huellas del pensamiento ilustrado: la *Gramática Argentina* de Rufino y Pedro Sánchez. In: NARVAJA DE ARNOUX, E.; LUIS, C. R. (comp.). **El pensamiento ilustrado y el lenguaje**. Buenos Aires: EUDEBA, 2003. p. 163-203.

BLANCO, M. I. La enseñanza de la lengua nacional en los colegios secundarios (1863-1898). **Revista argentina de historiografía lingüística**, v. 14, n. 1, p. 73-254, 2022.

CALDERÓN, J. **Análisis lógica y gramatical de la lengua española**. Madrid: Imprenta de A. Vicente, 1843 [1852].

CALERO VAQUERA, M. L. **Historia de la gramática española (1847-1920)**. De A. Bello a R. Lenz. Madrid: Gredos, 1986.

CALERO VAQUERA, M. L. Desarrollo de la sintaxis en la tradición gramatical hispánica. In: DORTA, J.; CORRALES, C.; CORBELL, D. (ed.). **Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico. Fundamentos epistemológicos y metodológicos**. Arco/Libros: Madrid, 2007. p. 89-118.

CALERO VAQUERA, M. L. Una muestra de la presencia en Hispanoamérica del análisis lógico y gramatical: el *Tratado* (Buenos Aires, 1880) de V. García Aguilera. **Ed.Uco**, v. 3, p. 27-39, 2008.

CALERO VAQUERA, M. L. Lo que la sintaxis debe a la filosofía. In: VEYRAT, M. et al. (ed.). **La lingüística como reto epistemológico y como acción social. Estudios dedicados al profesor Ángel López García con ocasión de su sexagésimo aniversario**. Madrid: Arco Libros, 2009. 25-36.

CALERO VAQUERA, M. L. Sintaxis y gramática escolar en la España del siglo XIX: su proyección en Hispanoamérica. In: ASSUNÇÃO, C.; FERNANDES, G.; LOUREIRO, M. **Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX)**. Münster: Nodus Publikationen, vol. 1, 2010. p. 67-84.

CALERO VAQUERA, M. L.; ZAMORANO AGUILAR, A. Notas sobre el metalenguaje: el término *análisis* en las gramáticas del español. In: SÜSELBECK, K. W.; EILER, V. (ed.). **La lingüística y el desarrollo del español: Una autorreflexión sobre la historia de nuestra disciplina**. Buske Verlag: Hamburg, 2010. p. 13-29.

CHERVEL, A. **Histoire de la grammaire scolaire... et il fallut apprendre à écrire à tous les petits Français**. Paris: Payot, 1977.

CODINA, J. **Compendio gramatical de la lengua nacional llamada castellana**. Buenos Aires: Imprenta de Niños Expósitos, 1821.

COLEGIO NACIONAL DE BUENOS AIRES. **Programas del Colegio Nacional de Buenos Aires para los exámenes correspondientes al año escolar de 1874**. Buenos Aires: Imprenta Americana, 1874.

CONDILLAC, E. B. **Grammaire**. Gèneve/Avignon: Chez Fr. Dufart/Chez joly, 1775.

CONDILLAC, E. B. **Ensayo sobre el origen de los conocimientos humanos**. Traducción de Emeterio Mazorriaga. Madrid: Tecnos, 1746 [1999].

CONDILLAC, E. B. **Curso de estudios para la instrucción del príncipe de Parma. Gramática**. Traducción Basilio Antonio Carsi, Basilio Roldan y Godínez, y José Gorosarri. Cádiz: Imprenta de Carreño, 1775 [1813].

D. V. **Principios elementales de gramática castellana, recopilados de los mejores autores. Dispuestos para el uso de la juventud**. Buenos Aires: Imprenta Republicana, 1851.

DE NATALE, C. La enseñanza de la gramática en el sistema de Lancaster: el Compendio gramatical de la lengua nacional llamada castellana de José Catalá y Codina (1821). **Revista argentina de historiografía lingüística**, v. 2, n. 10, p. 125-143, 2018.

DE NATALE, C. El análisis lógico en la *Gramática española teórica analítica* (1867) y la *Gramática castellana-analítica* (1868) de Andrés Pujolle. In: SIDRACH DE CARDONA LÓPEZ, M. et al. **Una lengua diversa y mudable. Nuevas perspectivas en historiografía e historia de la lengua española**. Berlín: Peter Lang, 2022. p. 237-250.

DELESALLE, S.; CHEVALIER, J. C. **La linguistique, la grammaire et l'école 1750-1914**. París: Armand Colin, 1986.

DESTUTT DE TRACY, A. L. C. **Gramática general**. Traducción Juan Ángel Caamaño. Madrid: José del Collado, 1803 [1822].

DIEZ MORI, S. **Elementos gramaticales del idioma nacional para uso de las escuelas primarias**. Buenos Aires: Imprenta de M. Biedma, 1877.

DU MARSAIS, C. C. Construction. *In*: DU MARSAIS, C. C. **Les véritables principes de la grammaire et autres textes (1729-1756)**. Paris: Fayard, 1754 [1987].

DU MARSAIS, C. C. **Logique et principes de grammaire**. Paris: Chez Briasson, 1769.

DUSSEL, I. **Currículum, humanismo y democracia en la enseñanza media (1863-1920)**. Buenos Aires: FLACSO y Oficina de publicaciones del CBC, Universidad de Buenos Aires, 1997.

GARCÍA AGUILERA, V. **Tratado de análisis lógico y gramatical de la lengua castellana**. Buenos Aires: Imprenta de Pablo E. Coni, 1880.

GARCÍA FOLGADO, M. J. “Estudiar gramática bajo un orden analítico: la obra de Felipe Senillosa (1817)”. *In*: ENCINAS MANTEROLA, M., et al. (ed.). **Ars longa. Diez años de AJIHLE**. Buenos Aires: Ediciones Voces del Sur, vol. II, 2010. p. 663-678.

GARCÍA FOLGADO, M. J. **Los inicios de la gramática escolar en España (1768-1813). Una aproximación historiográfica**. Munich: Peniopo, 2013.

GARCÍA FOLGADO, M. J. Gramática y legislación educativa. *In*: ZAMORANO AGUILAR, A. (coord. y ed.). **Reflexión lingüística y lengua en la España del siglo XIX: marcos, panoramas y nuevas aportaciones**. München: Lincom, 2012. p. 247-268.

GARCÍA FOLGADO, M. J.; LIDGETT, E.; TOSCANO Y GARCÍA, G. E. **Sobre la Bibliografía de la gramática escolar argentina [BIGEA] (1810-1922)**. *Boletín de la Sociedad Española de Historiografía lingüística*, v. 14, p. 159-181, 2020.

GARCÍA FOLGADO, M. J.; TOSCANO Y GARCÍA, G. E. La lengua y los maestros. Las “Gramáticas” de Gregorio Martí (1876 y 1877). *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft*, v. 2, n. 25, p. 221-246, 2015.

GÓMEZ ASENCIO, J. J. **Gramática y categorías gramaticales en la tradición española (1771-1847)**. Salamanca: Ediciones Universidad, 1981.

GÓMEZ ASENCIO, J. J. **Subclases de palabras en la tradición española (1771-1847)**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1985.

HASSLER, G. Los conceptos de “análisis lógico” y “análisis gramatical” en gramáticas de la primera mitad del siglo XIX. **Revista argentina de historiografía lingüística**, v. 1, n. 5, p. 23-37, 2012.

HERNÁNDEZ, B. **Compendio de gramática castellana**. Salta: Imprenta de La Opinión, 1878.

HERRANZ Y QUIRÓS, D. N. **Elementos de gramática castellana para uso de los niños que concurren a las escuelas**. Buenos Aires: Imprenta Argentina, 1830.

HERRANZ Y QUIRÓS, D. N. **Gramática castellana para las escuelas de la República Argentina**. Rosario: imprenta de Carrasco, 1865.

HIDALGO MARTÍNEZ, J. **Compendio de la gramática de la lengua castellana**. Buenos Aires: Librería Rivadavia de G. Mendeský, 1884.

JACQUES, A. Correspondencia notable. **Anales de la educación común**, v. II, n. 13, p. 387-382, 1860.

JOVELLANOS, G. M. **Curso de humanidades castellanas**. In: NOCEDAL, C. (ed.). **Obras publicadas e inéditas de D. Gaspar Melchor de Jovellanos**. Madrid: M. Rivadeneyra, c. 1795 [1858].

LARRAÍN, I. **Curso gradual de gramática castellana**: adoptado al programa general del ramo en los colejos nacionales. Buenos Aires: Igon, 1881.

LEGOUT, R. Escuela superior catedral al sud. Exámenes jenerales del año escolar 1859. **Anales de la educación común**, v. I, n. 10, p. 289-295, 1858.

LEGOUT, R. Escuela superior catedral al sud. Informe del principal. **Anales de la educación común**, v. II, n. 14, p. 417-432, 1859.

LEPINETTE, B. La penetración del modelo gramatical “general” de tipo escolar en España: sus orígenes franceses (final del siglo xviii y principio del xix). **Historiographia Linguistica**, v. 35, p. 305-341, 2008.

LHOMOND, M. C. F. *Éléments de la grammaire*. **Françoise**. Paris: Chez Colas, Libraire, 1780.

LIDGETT, E. Definiciones y clasificaciones de la oración en el corpus de la gramática escolar argentina (1863-1922). **Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft**, v. 27, n. 1, p. 43-72, 2017.

LIDGETT, E. **Tradiciones gramaticales y discurso sobre la lengua nacional en la obra de Ricardo Monner Sans (1893-1926)**. 2015. Tesis (Doctorado en Lingüística) –Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

LIDGETT, E. Una gramática escolar filosófica: reflexiones sobre el *Curso gradual de gramática castellana* de Isaac Larraín (1881). **Boletín de la Sociedad española de historiografía lingüística**, v. 12, p. 123-153, 2018.

LIDGETT, E. La categoría de oración en la gramática escolar argentina (1863-1922). In SINNER, C.; VAN RAEMDONCK, D. (eds.). **Clases y categorías en la gramática española desde una perspectiva historiográfica**. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 2019, p. 75-90.

LIDGETT, E.; TOSCANO Y GARCÍA, G. E. La introducción de la gramática histórica y comparada en la tradición escolar argentina: un estudio de la Gramática de L. J. Bode (1858). **Confluências**, v. 58, p. 33-57. 2020.

LIDGETT, E.; TOSCANO Y GARCÍA, G. E. Representaciones del análisis en la gramática escolar argentina (1817-1922). In: HERNÁNDEZ, P. C.; GALVANI GELUSINI, M. (ed.). **Estudios SAEL 2023**. Tucumán: Editorial Humanitas, Universidad Nacional de Tucumán, Facultad de Filosofía y Letras, 2023. p. 329-345.

MARTÍ, G. **Gramática castellana destinada al uso de los maestros que se dedican a la enseñanza de esta materia de las escuelas españolas e hispano-americanas**. Buenos Aires: Librería y Papelería La Publicidad, 1876.

MONNER SANS, R. **Gramática de la lengua castellana**. Buenos Aires: Peuser, 1893.

NOËL, M.; CHAPSAL, C. P. **Nouvelle Grammaire française**. Paris: A la librairie classique, 1823.

PUJOLLE, A. **Gramática española teórica analítica**, Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1867.

PUJOLLE, A. **Gramática castellana-analítica**, Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1868.

REYES, J. O. **Compendio de gramática castellana. Compuesto y arreglado a las doctrinas de la Gramática del Sr. D. Andrés Bello**. Buenos Aires: Pablo Coni, 1868.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, F. **Minerva o De la propiedad de la lengua latina**. Traducción F. Rivera Cárdenas, Madrid: Cátedra, 1587 [1976].

SENILLOSA, F. **Gramática española, o, principios de la gramática general aplicados a la lengua castellana: primera parte**. Buenos Aires: Imprenta de los Niños Expósitos, 1817.

SINNER, C. Las gramáticas francesas como fundamento, modelo e inspiración del análisis lógico y el análisis gramatical en España. **Revue de linguistique romane**, v. 73, p. 427-460, 2009.

SOLARI, M. H. **Historia de la Educación Argentina**. Buenos Aires: Paidós, 1949.

SWIGGERS, P. “La construction d’une théorie de l’historiographie de la linguistique: quelques réflexions méthodologiques”. In: JOLY, A.; AUROUX, S.; GLATIGNY, M. (ed.). **Matériaux pour une histoire des théories linguistiques**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1984. p. 15-22.

TOSCANO Y GARCÍA, G.; GARCÍA FOLGADO, M. J. Los textos de gramática en la escuela argentina (1863-1900)”. **Escribas. Revista de Letras**, v. VII, p. 27-54, 2012.

TOSCANO Y GARCÍA, G.; GARCÍA FOLGADO, M. J. La lengua y los maestros. Las ‘Gramáticas’ de Gregorio Martí (1876 y 1877). **Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft**, v. 25, n. 2, p. 221-246, 2015.

VALDÉS, A. J. **Gramática y ortografía de la lengua nacional**. Buenos Aires: Imprenta de N. J. Gandarilas y socios, 1817.

Como citar este trabalho:

LIDGETT, Esteban. El análisis lógico y gramatical en la renovación didáctica en la gramática escolar argentina (1863-1884). **Revista do GEL**, v. 21, n. 3, p. 147-171, 2024. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>.

Submetido em: 09/09/2024 | Aceito em: 06/12/2024.

Idel Becker em três tempos: estudo comparativo- historiográfico sobre sua abordagem lexical no ensino de espanhol para brasileiros

Diego José Alves ALEXANDRE¹

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Rio Grande do Norte, Natal, Brasil;
| diegojalexandre@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-6021-5079>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i3.3760>

Resumo: Este artigo objetiva, desde uma perspectiva historiográfica e a partir de considerações sobre a história do ensino de espanhol no Brasil, identificar e analisar as afirmações linguísticas sobre o espanhol em três fontes produzidas por Idel Becker em diferentes momentos da sua carreira, a saber: *Manual de Espanhol*, de 1945, artigo científico sobre os heterossemânticos na relação português-espanhol, publicado em 1953, e mais uma vez o *Manual de Espanhol*, edição de 1988. Para tanto, buscou-se analisar as fontes sob o viés comparativo-historiográfico, a fim de estabelecer relações entre o tema do léxico espanhol e as práticas de ensino desse idioma na atualidade. Nas conclusões, abre-se espaço para pensar sobre os fios discursivos que foram rompidos ou que tiveram continuidade ao longo das décadas, desde a primeira publicação do autor mais exitoso do país no campo do hispanismo.

Palavras-chave: Idel Becker. Ensino do léxico. Historiografia da Linguística.

Idel Becker in three phases: a comparative-historiographical study of his lexical approach to teaching Spanish to Brazilians

Abstract: This article, from a historiographical perspective that considers the history of Spanish language teaching in Brazil, aims to identify and analyze the linguistic claims about Spanish in three works by Idel Becker, produced at different stages of his career: the *Manual de Espanhol* (1945), a scientific article on heterosemantics in the Portuguese-Spanish relationship (1953), and the 1988 edition of the *Manual de Espanhol*. For this purpose, the works were analyzed through a comparative-historiographical lens to establish connections between the topic of the Spanish lexicon and current Spanish teaching practices. The conclusions invite reflection on the discursive threads that have been discontinued or have persisted over the decades, since the initial publication by one of the country's most influential scholars in the field of Hispanism.

Keywords: Idel Becker. Lexical Teaching. Historiography of Linguistics.

| Introdução

De acordo com a história dos materiais escolares para o ensino de língua espanhola no Brasil, Idel Becker (1910-1994) é considerado um *caso exemplar* pela consistente e volumosa quantidade de publicações e/ou de estudos que

envolvem o castelhano e sua didática. Sem dúvida, pelo menos dentro da primeira metade do século XX, Becker, no âmbito do hispanismo brasileiro, é o autor mais produtivo e seu material mais lembrado, o *Manual de espanhol* (1945), um dos mais republicados em solo nacional. Antes do *Manual*, vale o destaque para a publicação do que provavelmente foi o primeiro dicionário espanhol-português editado no Brasil (1943), instrumento linguístico que viria a ser reformulado anos mais tarde, como em 1945, através do *Pequeno dicionário Espanhol-Português*, e em 1951, com o *Dicionário Popular Espanhol-Português*.

Idel Becker e sua produção acadêmica estão situados sobretudo na década de 1940, período este em que ao espanhol fora conferido um espaço mais legitimado dentro da escola básica brasileira. A explicação para o êxito nessa década específica reside no fato de que foi nesse momento, a partir da conhecida Reforma de Capanema de 1942, lei que instituía o castelhano nos primeiros anos dos cursos clássicos e científicos das escolas secundárias², que se deu início ao que chamei de primeira gramatização massiva do espanhol no Brasil (Alexandre, 2021). Concretizada através de um *boom* editorial dentro dos anos 40, o referido período foi cenário para a publicação de vinte e quatro obras didáticas sobre a língua e literatura espanhola/hispano-americana, feito inaugural que não se repetiria nas décadas posteriores.

Outros dois fatores também foram responsáveis pela fertilidade da década de 1940 para o hispanismo no Brasil. O primeiro, de caráter político-legal, diz respeito à publicação da Portaria ministerial 127/1943 expedida pelo governo brasileiro e responsável por fixar os conteúdos de espanhol que deveriam ser ministrados nas aulas da educação secundária. Sem dúvida, com conteúdos elencados, passava-se a existir um currículo mínimo, um esboço padronizador para a elaboração e venda, por parte de editoras, de livros didáticos de espanhol (que, na maior parte dos casos, eram gramáticas dessa língua). A segunda razão para o período áureo do espanhol no Brasil do século XX gira em torno de um caráter historiográfico-interpretativo, concretizado pelo que Cavaliere (2012) chamaria de *período linguístico* da gramaticografia brasileira. Segundo o autor, a publicação dos *Princípios de linguística geral*, de Mattoso Camara Junior, em 1941, “promoveria expressiva modificação no panorama dos estudos sobre a língua no Brasil” (p. 220).

2 Areladas a essa mudança político-educativo-linguística, há três publicações de Idel Becker pensadas para atuar nesse novo cenário intelectual e pedagógico: *Sugestões para a execução do Programa de Espanhol – cursos clássicos e científicos* (1945), *Estudo do espanhol na Escola Secundária e Metodologia do espanhol* (os dois últimos publicados em 1950 pela *Revista Atualidades Pedagógicas*, São Paulo).

Embora Cavaliere se refira à língua portuguesa em sua ideia de periodização, é possível estabelecer pontes com o caminho histórico dos materiais de espanhol pelo fato de que os autores de gramáticas de língua materna, ou pelo menos os que tinham formação gramatical a partir desses exemplares, eram os que em parte também produziam livros voltados ao castelhano. Com isso quero dizer que muitos dos autores de livros voltados ao espanhol na década de 1940, justamente a partir da efervescência das reflexões sobre o português a que assistiam, escreviam seus instrumentos linguísticos de espanhol também levando em conta a língua portuguesa, isto é, gramáticas de espanhol pensadas para brasileiros falantes de português.

Entre os conteúdos que mais “espelhariam” o português, o estudo do léxico ocupa lugar privilegiado. Em Alexandre (2023), reflito sobre a origem, difusão e permanência do que considero praticamente um método de ensino no Brasil: a aprendizagem do vocabulário espanhol a partir da comparação com o português. Entre os autores que publicaram na década de 1940, destaco Cândido Jucá Filho com o seu *El castellano contemporáneo* (1944) e, como já dito e como é de interesse do presente estudo, Idel Becker, com *Manual de espanhol* (1945).

Além das incursões sobre o ensino-aprendizagem do léxico espanhol a partir da língua portuguesa feito em seu *Manual* durante os anos 40, Becker também publicou, na década seguinte, outro estudo em que o tema é destacado com o mesmo teor. Em 1953, pela revista *Hispania*, Estados Unidos – que já funcionava desde 1917 –, o autor publicou o curto artigo *Los heterosemánticos en Español y Portugués*, situando-o em bases semelhantes ao que já havia proposto em sua obra quase dez anos antes.

O objetivo do presente estudo, assim, vai ao encontro do estabelecimento de comparações historiográficas entre o que Becker afirmou na sua obra de 1945 (*Manual de espanhol*), no seu artigo de 1953, publicado pela *Hispania* e, mais uma vez, posteriormente, em seu *Manual* de 1988, sob a justificativa de que esse último ano pode ser tratado como cenário das últimas edições desta gramática. Em minha análise, pretendo dar relevo aos movimentos de ruptura e de continuidade acerca do ensino-aprendizagem do espanhol pelo viés da comparação lexical espanhol-português, com vistas a pensar sobre o ensino desse idioma no Brasil de hoje.

| Primeiro tempo: Becker e o léxico espanhol em 1945

Pouco se sabe sobre a biografia de Idel Becker (e dos outros autores que publicaram durante os anos 40). Embora tenha nascido na Argentina

(precisamente em Porto Casares, ainda que as fontes não assegurem plenamente essa informação), pode-se dizer que sua naturalidade se deu por acaso. Pelo fato de na cidade em que seus pais viviam (Erebango, Rio Grande do Sul) os recursos médicos serem escassos, a família decidiu atravessar a fronteira para que houvesse um parto seguro. Quinze dias após o nascimento, Becker e família já retornavam ao Brasil, país em que de fato viveriam.

A nacionalidade brasileira foi adquirida somente em 1939, cinco anos após a conclusão do curso de medicina da Universidade de São Paulo (USP). A larga formação de Becker dentro do campo da saúde e das humanidades fez dele um intelectual atuante em diversas frentes³, todas, de algum modo, voltadas à docência: além de professor de anatomia na Faculdade de Odontologia da USP, também viria a ser professor titular de língua e literatura espanhola, cultura brasileira e história da civilização na Faculdade de Filosofia da Universidade Mackenzie (SP).

Becker também foi professor de espanhol na educação básica, tendo atuado a partir de 1945 no Colégio Estadual Franklin Roosevelt. Nesse cargo, como nos conta Guimarães (2018), também se voltou a ações políticas em defesa do ensino de espanhol que, à época, era atacado por parte da sociedade e visto como desnecessário para o brasileiro, já que nossa população, por falar português, supostamente assimilaria com facilidade o espanhol. Em resposta a um colaborador do *Jornal de Notícias* de São Paulo, que argumentava nesse sentido, Becker escreve uma correspondência e a envia para o referido jornal:

Leciono espanhol no Colégio Estadual, à rua São Joaquim. Dou aulas às terças e sábados, das 9h50 às 12h40 e das 15h às 18 horas. De manhã as turmas são exclusivamente masculinas. À tarde são femininas e mistas. V. S. poderá chegar de improviso, quando melhor lhe aprouver. Meus alunos e alunas (quase 250) não estarão “especialmente preparados”, pois nada lhes direi e continuaremos as nossas tarefas como de costume.

V. S. poderá solicitar de mim todos os esclarecimentos que desejar e poderá conversar com os meus alunos, à vontade, sem minha interferência. Poderá assistir aos nossos trabalhos ou poderá sugerir um tipo especial de tarefas. O meu ensejo é, apenas, de que V. S. forme um juízo exato, honesto, da questão – sem preconceitos formulados “a priori”.

3 Becker é autor de mais de 20 livros, inclusive sobre xadrez, como o *Manual de xadrez* (1948) e o *Aberturas e armadilhas no xadrez* (1969).

Creio que é o mais que posso e devo fazer, nesta questão, perante V. S., a fim de colaborar, honestamente nos elevados ideais do magistério brasileiro. Cumprimentos cordiais do amigo e admirador (Becker, 1946, p. 7 *apud* Guimarães, 2018, p. 122).

A década de 1950 é considerada por Guimarães como a consolidação da hegemonia do Manual de Idel Becker. De acordo com o pesquisador, dentro da década de 1940 o Manual de espanhol já havia sido reeditado 13 vezes, sendo o líder do período nesse sentido. Essa tendência se confirma durante os anos 50, visto que a obra, mais uma vez na liderança entre as demais da década, atingiu o número de 37 reedições/reimpressões e foi utilizada tanto na educação secundária quanto no ensino superior (Guimarães, 2018, p. 123-124). O Manual, nesse ritmo, figuraria o maior êxito editorial brasileiro com um assunto ligado ao hispanismo – a edição de 1988 é a 76a; e sabe-se hoje que esse número pode ter crescido mais um pouco até o início dos anos 2000.

O ensino do léxico espanhol proposto por Becker não fora um passo inaugural na historiografia, pois Antenor Nascentes, ainda em 1920, com sua *Grammatica da lingua espanhola para uso dos brasileiros*, já havia iniciado essa reflexão: no último capítulo dessa obra (Noções de Semântica), a confrontação entre grupos lexicais português-espanhol já era observada. Contudo, sem dúvida, esse *encaminhamento didático* foi consolidado apenas nos anos 40 – sobretudo a partir de fontes como a de Becker (1945), o estudo lexical do espanhol ganhou notoriedade pelo seu contraste com o português⁴.

De tudo o que o *Manual de Espanhol* abrange, chama a atenção, especialmente, o estudo do vocábulo. Na primeira edição, Becker dedicou um capítulo para tratar de *Divergências lexicológicas*, numa menção ao contraste espanhol/português, fato esse mencionado desde o prefácio do livro. Assim, conteúdos como os *heteroprosódicos* (termos de grafia e de sentido semelhantes, mas de tonicidade diferentes), *divergências ortográficas* (comparação entre a formação de palavras no português e no espanhol), *heterogenéricos* (substantivos que diferiam no gênero de um idioma para o outro) e *falsos sinônimos* (palavras do espanhol semelhantes ou idênticas ao português, mas com significado diferente) eram os mais explorados no compêndio.

No capítulo 3 do *Manual*, Becker anuncia os *heteroprosódicos*. Segundo o autor, se trata de termos de sentido e de grafia semelhante (entre o português e o

4 Em Alexandre (2023), também considero a obra de Jucá Filho (1944) exemplar quanto ao encaminhamento para o ensino do léxico espanhol. No presente estudo, no entanto, me fixo em Idel Becker, exclusivamente, pelas razões já apontadas na justificativa.

espanhol), mas de diferente tonicidade entre os idiomas. Acrescenta o gramático que essa classificação representa “verdadeiras dificuldades para o leitor brasileiro, por não levarem acento ortográfico” (p. 36). Dessa forma, a questão do acento gráfico é trazida à tona sob o caráter de facilitadora/dificultadora para a compreensão do estudante brasileiro. Isso se comprova à continuação desta seção, momento em que são apresentados alguns heteroprosódicos “fáceis” de identificar justamente pelo fato de o acento ortográfico incidir sobre a vogal tônica (ele exemplifica com *acróbata*, *burócrata*, *oxígeno*, *límite* etc.).

Os *heterogénéricos* em Becker (1945) também ganham uma atenção especial:

Imagem 1. Heterogénéricos apresentados em Becker (1945)

Os HETEROGENÉRICOS são substantivos que diferem no gênero, dum idioma para outro. Eis uma relação dos mais frequentes:

EL <i>árbol</i> (a árvore)	LA <i>baraja</i> (o baralho)
EL <i>color</i> (a cor)	LA <i>cárcel</i> (o cárcere)
EL <i>desorden</i> (a desordem)	LA <i>coz</i> (o coice)
EL <i>dolor</i> (a dor)	LA <i>labor</i> (o labor)
EL <i>ênfasis</i> (a ênfase)	LA <i>leche</i> (o leite)
EL <i>estante</i> (a estante)	LA <i>miel</i> (o mel)
EL <i>fraude</i> (a fraude)	LA <i>nariz</i> (o nariz)
EL <i>origen</i> (a origem)	LA <i>protesta</i> (o protesto)
EL <i>puente</i> (a ponte)	LA <i>sal</i> (o sal)
EL <i>síncope</i> (a síncope)	LA <i>sangre</i> (o sangue)
EL <i>rezo</i> (a reza)	LA <i>señal</i> (o sinal)
EL <i>vals</i> (a valsa)	LA <i>sonrisa</i> (o sorriso)

E muitos terminados em *MBRE* e *AJE*:

LA <i>costumbre</i> (o costume)	EL <i>coraje</i> (a coragem)
LA <i>cumbre</i> (o cume)	EL <i>lenguaje</i> (a linguagem)
LA <i>legumbre</i> (o legume)	EL <i>linaje</i> (a linhagem)
LA <i>lumbre</i> (o lume)	EL <i>paisaje</i> (a paisagem)
LA <i>urdimbre</i> (o urdume)	EL <i>viaje</i> (a viagem)

Mais adiante (SUBSTANTIVOS AMBÍGUOS) ver-se-á que também no gênero pode haver indecisão, dentro do próprio idioma castelhano: *la mar*, *el mar*, etc.

Fonte: Becker (1945, p. 38)

A lista proposta por Becker, embora não exaustiva, pretende conferir “dicas” para o estudante brasileiro conseguir identificar o gênero das palavras. A orientação ou o estabelecimento de relação entre vocábulos terminados em *-mbre* e em *-aje* e os gêneros, respectivamente, feminino e masculino, é repetida até hoje em manuais de espanhol ou, principalmente, no discurso docente brasileiro.

A última subseção do capítulo 3 inaugura o que hoje conhecemos, no Brasil, como *falsos amigos* ou *falsos cognatos*. É a primeira vez que um autor de um instrumento linguístico voltado à língua espanhola nomeia o que chamamos atualmente por *heterossemânticos*. Becker, naquele momento, classifica esse grupo como *falsos sinônimos* e afirma ser esta a parte mais difícil para o estudante brasileiro:

[...] nem sempre palavras iguais, ou quase iguais, querem dizer a mesma coisa nos dois idiomas. A semelhança ortográfica e prosódica de muitos vocábulos é, às vezes, tão só aparência exterior. A identidade ideológica não se realiza.

A diferença pode existir, sobretudo, numa ou outra acepção do termo, o que complica a questão. E nem sempre o sentido da frase nos chamará a atenção sobre possíveis erros de tradução e interpretação! (Becker, 1945, p. 38-39).

No manual, o autor exemplifica esse conteúdo com um exemplo literário, extraído da obra *Juvenilia*, do uruguaio Miguel Cané (1851-1905). Com o excerto, Becker dirige o leitor à tradução da palavra “exquisito”, usada na construção “melões exquisitos”. Argumenta o autor que, embora no Brasil esse vocábulo poderia ser compreendido com um sentido depreciativo, por outro lado, no espanhol, o sentido iria na direção contrária. É por isso que, ao finalizar esta parte, Becker se vale das palavras do dicionarista espanhol-português Visconde de Wildik (1897), que afirma que a riqueza de ambas as línguas, bem como suas afinidades, também representava obstáculos.

Embora Becker faça, no capítulo 21, nova abordagem sobre o léxico espanhol⁵, o que havia afirmado em sua obra já se configura como relevante para o que considere em Alexandre (2023) como uma continuidade discursiva e didática até os dias atuais. Quero dizer que a ideia de contraste com o português faz de Becker, sem dúvida, sobretudo pela força editorial e pela boa recepção do seu livro, uma influência discursiva para o que hoje fazemos em sala de aula de língua espanhola (no tocante ao ensino do léxico): não são raras as práticas de ensino em que conteúdos como heterossemânticos, por exemplo, ganham destaque, inclusive quando o espanhol é referenciado pela grande mídia.

5 Em sua última incursão sobre o ensino-aprendizagem do léxico dentro do *Manual*, Becker chama de *regionalismos* as divergências vocabulares entre Espanha e América. Em Alexandre (2023), considero que este parece um movimento inédito entre os autores da década de 1940 porque, até então, só se constata a existência da diversidade lexical entre as duas regiões, mas nada que fosse minimamente aprofundado ou sistematizado.

| Segundo tempo: Becker e o léxico espanhol em 1953

Para analisarmos o pensamento de Idel Becker sobre o léxico no período que classifiquei como o de segundo tempo, é preciso considerar que a ideia de pensar o estudo/ensino de espanhol na interface com o português não é uma ideia exclusivamente formulada por pesquisadores brasileiros. Prova disso está no fato de existir fora do Brasil, muito antes do início do trabalho de Becker, precisamente em 1917, uma associação de professores de português e espanhol, localizada nos EUA (*American Association of Teachers of Spanish and Portuguese*) que mantinha ativa a revista científica *Hispania*. Nesse sentido, seria natural encontrar, já naquele momento, pesquisas que fizessem a relação entre as duas línguas.

Na edição de fevereiro de 1953 da revista *Hispania*, já como professor da Faculdade Mackenzie, Becker publicou dois artigos, um de literatura⁶ e outro de língua. O de língua, cujo título foi *Los heterosemánticos en Español y Portugués*, tratava de apresentar à comunidade acadêmica dos EUA o que ele considerou uma das “mayores dificultades para que un brasileño o un portugués dominen, con precisión, el castellano; o para que un individuo de habla española entienda, sin graves embarazos, el idioma portugués” (Becker, 1953, p. 98). Para conferir mais força a seu argumento, Becker ainda fala sobre o reconhecimento dessa dificuldade por parte do governo brasileiro da época, que, segundo o autor, explicitava em seu programa curricular de espanhol a importância de se estudar os heterossemânticos. Seu artigo, apesar de curto, é muito categórico ao afirmar que os heterossemânticos deveriam estar no horizonte curricular dos professores brasileiros que ensinavam espanhol.

Logicamente, uma vez que se voltava aos pesquisadores norte-americanos, Becker tecia suas considerações sobre o português e o espanhol a partir de traduções entre essas línguas e o inglês. Na lista apresentada no artigo, ele elenca 59 heterossemânticos que considerava como os mais importantes dentro de um universo de 150 exemplos, publicados em 1951, no seu *Dicionário popular espanhol-português*. Como se nota, no quadro comparativo que constrói, para todas as palavras semelhantes ou idênticas na grafia entre o português e o espanhol, Becker insere seu significado/explicação em inglês:

6 Título do artigo: “Don Quijote y el Concepto Ético: cabalgada de Rocinante a través de la Filosofía”.

Imagem 2. Lista de heterossemânticos apresentada por Becker na revista *Hispania*, EUA

ESPAÑOL	PORTUGUÊS
<i>¡absolutamente!</i> : absolutely!	<i>absolutamente</i> : by no means!
<i>absorto</i> : amazed	<i>absorto</i> : absent-minded, swallowed up
<i>alias</i> : alias	<i>aliás</i> : by the way, on the other hand
<i>apellido</i> : surname	<i>apelido</i> : nickname
<i>apurado</i> (Am.): in a hurry	<i>apurado</i> : worried, in a pinch
<i>arrestar</i> : to arrest	<i>arrestar</i> : to confiscate, attach
<i>bazofia</i> : scraps, leavings (food)	<i>bazófia</i> : boast
<i>billón</i> : billion	<i>bilhão</i> : a thousand million
<i>bonificación</i> : discount, reduction	<i>bonificação</i> : bonus
<i>brincar</i> : to spring, jump	<i>brincar</i> : to play, toy
<i>“buquet”</i> (galicismo): perfume	<i>“buquê”</i> (galicismo): bunch of flowers
<i>cachorro</i> : cub	<i>cachorro</i> : dog
<i>cambalache</i> (Am.): secondhand shop, frippery	<i>cambalacho</i> : cheat
<i>candelerio</i> : candlestick	<i>candeeiro</i> : lamp
<i>caneca</i> : a vitreous earthen bottle	<i>caneca</i> : mug
<i>carroza</i> : state coach	<i>carroça</i> : cart

Fonte: Becker (1953, p. 99)

Também é importante destacar, nessa altura do texto, uma explicação mais aprofundada que Becker faz sobre este tema e a relação cultural/pragmática que a língua portuguesa do Brasil encerra:

Quando nos dirigimos, em espanhol, a uma pessoa estranha, a um senhor respeitável, a um amigo recente, o correto será chamá-los de *usted*. Contudo, se falamos em português, o tratamento de você resultará uma insólita descortesia; em muitos casos significará grave ofensa (tão grave, que poderá provocar violenta reação por parte do ofendido) (Becker, 1953, p. 99, *itálicos do autor, tradução própria*⁷).

Becker ainda critica dicionários bilíngues português-espanhol/espanhol-português. Segundo ele, esses materiais se equivocam quanto à tradução dos heterossemânticos e, além disso, não se atentam a questões contextuais do uso da língua, fato que acarreta a pouca atenção que os estudantes dispensarão a possíveis erros.

É importante salientar que Becker já havia ganhado notoriedade por pesquisadores norte-americanos alguns anos antes desta publicação. Na edição

7 No original: “Cuando nos dirigimos, en español, a una persona extraña, a un señor de respeto, a un amigo reciente, lo correcto será llamarle de usted. Pero, se le hablamos en portugués, el tratamiento de você resultará una insólita descortesía; en muchos casos significará grave ofensa (tan grave, que podrá provocar violenta reacción por parte del ofendido)”.

de novembro de 1949 da revista *Hispania*, o professor e pesquisador Wilfred A. Beardsley (1889-1959), cuja obra mais importante, *Infinitive constructions in old Spanish* (1921), ainda é editada até os dias atuais, escreveu uma resenha sobre o *Manual* de Becker (já na 9ª edição, de 1948). No texto, Beardsley chama a gramática do autor brasileiro de “algo notável no mundo editorial”, comparando as características do seu livro a algumas publicações francesas e espanholas. Também frisa o resenhista o fato de que o então presidente da Real Academia Espanhola da época, Menéndez Pidal, acompanhou a revisão da obra e a elogiava *pela pureza do idioma castelhano utilizado no material*.

Outro aspecto que chama a atenção de Beardsley é o fato de a obra de Becker não parecer destinada a iniciantes, comentário esse que, na visão do estudioso, contrasta com o público-alvo ser destacadamente os estudantes secundaristas do Brasil. Escreve Beardsley:

A combinação desses recursos em um livro para iniciantes é incomum [...]. Mesmo na primeira lição, o estudante brasileiro encontra palavras bastante difíceis usadas sem explicação, e espera-se que ele responda em bom espanhol a perguntas como “¿En cuántas naciones es el idioma (español) como oficial?” (p. 23). *Embora tal procedimento seja inaceitável aqui, provavelmente é justificado no Manual devido à estreita relação das palavras espanholas e portuguesas [...]. A atenção do editor não parece estar centrada no conforto do aluno [...]. Pode o leitor imaginar uma gramática espanhola que não explique a diferença entre ser e estar, por e para, e tenha pouca discussão sobre o subjuntivo? Nada disso é necessário para o estudante brasileiro. Ele conhece essas distinções por instinto* (Beardsley, 1949, p. 572, grifos nossos, tradução própria⁸).

As impressões de Beardsley vão no sentido de confirmar algo que Becker já havia amplamente apregoado quando publicou sua obra no Brasil: a aproximação entre português e espanhol fazem do castelhano uma língua muito familiar ao brasileiro e, portanto, conhecê-la, muitas vezes, se dá através do instinto de falante. Chama a atenção do articulista o fato de que essa aproximação se dê sobretudo através do léxico (“devido à estreita relação das palavras espanholas e

8 No original: “The combination of these features in a beginner’s book is unusual [...]. Even in the first lesson the Brazilian student meets quite difficult words used with no explanation, and he is expected to answer in good Spanish such questions as ¿En cuantas naciones es el idioma (español) oficial? (p. 23). While such a procedure would be unpardonable here, it is probably justified in the Manual because of the close kinship of Spanish and Portuguese words [...]. The editor’s attention does not appear to be centered on the student’s comfort [...]. Can the reader imagine a Spanish grammar that does not explain the difference between ser and estar, por and para, and has little discussion of the subjunctive? None of this is necessary for the Brazilian student. He knows these distinctions by instinct”.

portuguesas”), tal como Becker, desde o lançamento de seu *Manual*, comentara, em 1945, e como vemos isso fortemente alicerçado no ensino de espanhol no Brasil até os dias atuais. À parte de, na visão dos EUA, a obra de Becker parecer adequada para o ensino de espanhol em solo brasileiro, destaca-se que o seu *método* também era legitimado fora do país, por pesquisadores que, naquele momento, tinham grande notoriedade dentro dos estudos hispânicos.

Sem dúvida, todo esse cenário fez da carreira de Becker ainda mais consistente, absolutamente uma referência. Tanto o é que, como já apontado, sua obra mais importante fora reeditada pelas décadas seguintes. E é nesse sentido que agora vamos caminhar: Becker em seu terceiro tempo ou o *Manual de Espanhol* de 1988.

| Terceiro tempo: Becker e o léxico espanhol em 1988

O *Manual de espanhol* de 1988 a que tive acesso foi editado e publicado pela editora Nobel. Apesar da capa simples e do título em espanhol, o subtítulo sinaliza um viés mais comercial da obra: (“Gramática. Ejercicios. Lecturas. Correspondencia. Vocabularios. Antología poética”).

O que de imediato chama a atenção e aponta para uma grande diferença em relação à obra de 1945 é o fato de, no atual livro, conter exercícios de fixação do conteúdo gramatical. Em relação especificamente à organização da gramática e o conteúdo sobre o léxico, esta obra também se difere da primogênita: em 1945, a questão lexical/vocabular já aparecia nas primeiras páginas do compêndio; em 1988, na metade do volume. Outro aspecto que marca alguma diferença entre os livros é que o mais recente abarca a questão lexical duas vezes. A primeira constante na parte dos exercícios e leitura, e a segunda na parte do chamado “apêndice gramatical”.

É interessante notar que o apêndice gramatical funciona na obra como um material de consulta rápida, já que seu conteúdo, em relação ao vocabulário espanhol, é mais resumido a essa altura do texto. Apesar de, tanto em 1945 quanto em 1988, os títulos dos capítulos serem praticamente idênticos (*Divergências Léxicas* em 1945 e *Vocabulario de divergencias léxicas*, em 1988), é nessa parte que os *heterotónicos*, *heterogenéricos* e *heterosemánticos* se resumem a apenas lista de palavras. Ao contrário do que havia na obra dos anos 40, quando a expressão “falsos sinônimos” (hoje mais conhecida como “falsos amigos”) foi usada pela primeira vez numa obra de língua espanhola publicada para brasileiros e em solo nacional, nos anos 80 os heterossemânticos não são ressaltados nesse sentido e não há recomendações sobre seu ensino, mas

somente, ao final da seção, a sugestão de se consultar um “buen diccionario español-portugués”. Também ao final da seção há ainda uma novidade, a explicação dos *biléxicos*, ou *léxicos biformes*, ou ainda *dobletes*. Em contraste com o português, os *dobletes* são conceituados como formas divergentes apenas em uma língua. Exemplificando, eles são assim sistematizados em Becker (1988):

Imagem 3. Apresentação de biléxicos, contraste entre português e espanhol

BILÉXICOS PORTUGUESES			
<i>caballero</i> ...	{	CAVALEIRO CAVALHEIRO	<i>oscuro</i> ... { ESCURO OBSCURO ...
<i>haz</i>	{	FACE FEIXE	<i>sueño</i> { SONO SONHO

BILÉXICOS ESPAÑOLES					
<i>costa</i>	}	COSTA (*)	<i>hervor</i> ...	}	FERVOR
<i>cuesta</i>			<i>fervor</i>		
<i>hilo</i>	}	FIO	<i>onda</i>	}	ONDA
<i>filo</i>			<i>ola</i>		
<i>horma</i>	}	FORMA (**)	<i>hondo</i> ...	}	FUNDO
<i>forma</i>			<i>fondo</i>		
<i>respeto</i>	}	RESPEITO	<i>solo</i>	}	SOLO
<i>respecto</i>			<i>suelo</i>		

Fonte: Becker (1988, p. 97)

Quando somamos a esse cenário a ideia de que esse conteúdo estava organizado, mais uma vez, a partir do contraste com o português, isso nos leva a criar a hipótese de que Becker e sua editora talvez tivessem agora maior consciência da consolidação do ensino do léxico espanhol a partir da comparação com o português e que, metodologicamente, isso poderia estar restrito a lista de palavras. Com isso quero dizer que, se antes ainda havia alguma preocupação do *Manual* em contextualizar, explicar, exemplificar em frases extraídas ao menos do uso literário, no apêndice gramatical do *Manual* de 1988 fica claro que bastava o domínio dos ditos principais casos – lembremos mais uma vez que no artigo de Becker publicado em 1953 pela revista *Hispania* essa tendência já estava fixada, tendo o próprio autor afirmado que, embora pudesse elencar 150 palavras heterossemânticas advindas da relação espanhol-português, iria apenas se deter às principais (59 palavras).

A questão do contraste entre os dois idiomas, aspecto levantado a partir das dificuldades que um brasileiro pode vir a ter ao aprender espanhol, também pode ser vista na lição 8 da obra de 1988. O capítulo inicia com um fragmento de *La raíz del rosal*, texto de Gabriela Mistral, e segue com explicações sobre divergências léxicas (entre o português e o espanhol):

Chamamos divergências léxicas as diferenças – grandes ou pequenas, e às vezes sutis – que existem entre certos vocábulos de ambos idiomas (espanhol e português). São vozes semelhantes, morfológicamente, que divergem, seja na ortografia, seja na prosódia, no gênero, ou na significação. Estas são, sem dúvida, as maiores dificuldades para que um brasileiro ou um português dominem, com precisão, o castelhano – ou, para que um indivíduo de fala hispânica conheça a fundo o idioma português (Becker, 1988, p. 46, tradução própria⁹).

No *Manual* de 1945, embora exista a mesma ideia na apresentação das *divergencias léxicas* entre os dois idiomas, não há explicações prévias mais aprofundadas, como notamos em 1988. No entanto, as afirmações linguísticas acerca dos *heteroprosódicos* e *heterogenéricos* praticamente permanecem as mesmas. As divergências ortográficas, que antes recebiam essa exata denominação, em 1988 são transformadas em *heterográficos*, configurando-se, assim, um termo novo.

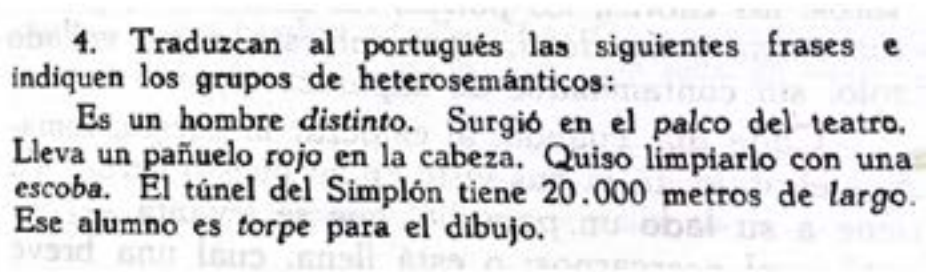
Uma das principais mudanças reside na afirmação sobre os heterossemânticos. Na década de 1940, como já comentado, Becker deu a esse grupo o nome de *falsos sinônimos*, notadamente um gesto inaugural em torno do que hoje conhecemos como *falsos amigos*. Em 1988, porém, preferiu apenas dizer heterossemânticos e, num texto praticamente parafraseado de 1945, aponta os vocábulos que se encaixariam nessas características. Vale lembrar que no texto publicado pela *Hispania*, em 1953, Becker também já usava o termo heterossemânticos.

Outra importante diferença do texto dos anos 80 reside nos exercícios elaborados para este conteúdo. Através de quatro questões, Becker pede ao estudante brasileiro que tanto organize/componha, com base em palavras isoladas, grupos de heterotônicos e heterogenéricos, quanto traduza para o português palavras descontextualizadas do espanhol, indicando, desse modo,

9 No original: “Llamamos divergencias léxicas las diferencias – grandes o pequeñas, y a veces sutiles – que existen entre ciertos vocablos de ambos idiomas (español y portugués). Son voces semejantes, morfológicamente, que divergen, sea en la ortografía, sea en la prosodia, sea en la ortografía, sea en la prosodia, en el género, o en la significación. Éstas son, sin duda, las mayores dificultades para que un brasileño o un portugués dominen, con precisión, el castellano – o, para que un individuo de habla española conozca a fondo el idioma portugués”.

suas diferenças gráficas e prosódicas. Outros exercícios vão no sentido de pedir a tradução de um pequeno texto em espanhol escrito deliberadamente com palavras que, frente ao português, representam os heterossemânticos:

Imagem 4. Exemplo de exercícios de tradução de heterossemânticos



Fonte: Becker (1988, p. 49)

As considerações feitas por Becker acerca dos heterossemânticos também podem ser sistematizadas a partir do que o autor exemplificava em suas afirmações. Abaixo apresento como foram tratados esses exemplos em 1945 e em 1988:

Quadro 1. Exemplos formulados por Becker (1945, 1988) para o estudo dos heterossemânticos

Becker (1945, p. 39)
<p>Allí doraba el sol esos melones de origen exótico, redondos, incitantes en su forma ingénita de tajadas, los melones exquisitos, de suave pasta perfumada y de exterior caprichoso, grabado como un papiro egipcio (Miguel Cané, Juvenilia).</p> <p>Não parece simples e correta a seguinte tradução?:</p> <p>Ali dourava o sol êsses melões de origem exótica, redondos, incitantes em sua forma ingênita de gomos, os melões ESQUISITOS, etc.</p> <p>[...] o termo “esquisitos”, pela extensão de suas acepções (especialmente no Brasil), daria um sentido pejorativo [...]. Todavia, o autor quis dizer “EXCELENTE”, “de gosto delicado, delicioso, sumamente agradável”... que êsse é o único sentido da palavra castelhana.</p>
Becker (1988, p. 48)
<p>“La sopa tenía un gusto exquisito” (o sea, excelente, sumamente delicioso). “EXQUISITO”, sobre todo en el Brasil, diría exactamente lo contrario [...]</p> <p>“Una joven de cabello rubio” (o sea, de color amarillo, dorado). Em português: “LOIRO”.</p> <p>“Todavía no ha llegado”. Em português: AINDA NÃO CHEGOU.</p>

Fonte: Elaboração própria, com base em Becker (1945, 1988)

O quadro acima levanta algumas questões. A primeira é o fato de, nos anos 40, Becker preferir exemplificar o conceito de heterossemânticos a partir de uma obra literária, ainda que não explorasse, em seu exemplo, a literariedade do texto, mas apenas uma palavra descontextualizada. Quase quarenta anos depois, o autor parte exclusivamente de frases sem contexto, de um dado que elaborou apenas para ilustrar o que ora apresentava. Também é interessante notar que o vocábulo “exquisito” está presente nos anos de 1945, 1988, e também em 1953, na publicação da *Hispania* (“exquisito: exquisite/esquisito: strange”). Pela experiência como formador de professores de espanhol no Brasil, a recorrência dessa palavra em aulas de heterossemânticos não é ao acaso. Trata-se de um “eco” originado nos anos 40 e repetido por anos, até os dias atuais. Do mesmo modo, também são familiares nas memórias docentes os exemplos com “rubio/a”.

Outra questão levantada pelo quadro acima é em torno da preferência por um exemplo literário em 1945 e a sua ausência em 1988, o que talvez nos indique que Becker seguia, em seu gesto inaugural dos anos 40, uma tendência muito forte da gramaticografia ocidental da época. A partir da ideia de que se aprendia língua estrangeira para, sobretudo, se acessar os bens culturais que foram produzidos naquele idioma, materiais de apoio à aprendizagem, como é o caso da gramática, lançavam mão de autores literários clássicos e renomados, os que eram conhecidos por utilizarem uma língua dita *pura* e *correta*. Em 1988, por outro lado, havia outro contexto no tocante ao ensino de idiomas, além de outra ideia sobre o caráter utilitarista do aprendizado de línguas estrangeiras.

De um modo ou de outro, a “essência” do ensino do léxico espanhol, sobretudo dos heterossemânticos, esteve potente apesar do tempo. As alterações, poucas, mostram apenas uma reformulação no modo de apresentar os grupos de palavras que, segundo Becker, interessariam ao brasileiro estudante de espanhol. Por isso, mais uma sistematização é importante:

Quadro 2. Termos usados por Becker para se referir aos conjuntos lexicais em distintos tempos

	Becker (1945)	Becker (1953)	Becker (1988)
Heterossemânticos		X	X
Falsos sinônimos	X		
Heterogenéricos	X		X
Heterográficos			X
Divergências ortográficas	X		
Heteroprosódicos	X		X
Heterotônicos			X
Biléxicos			X

Fonte: Elaboração própria

É interessante notar a fertilidade na criação e/ou na reformulação de termos em Becker de 1988. Denominações como *biléxicos* e *heterográficos* passaram a existir somente na última edição da sua obra, reformulados em relação à primeira. Antes, respectivamente, excetuando-se *biléxicos*, que não tinham ainda sido citados em seus trabalhos, vigoravam as *divergências ortográficas*. Isso talvez indique que o gramático tenha pensado em formas mais “enxutas” com o passar do tempo. Os *heteroprosódicos* e os *heterogenéricos* sempre existiram; os heterossemânticos, no entanto, foram usados em 1953¹⁰ e em 1988, materializando uma afirmação linguística que, embora já houvesse em 1945, com os *falsos sinônimos*, viria a ser consolidada a partir da segunda metade do século XX.

É importante perceber que, mesmo tendo sido preterido na obra dos anos 80, os *falsos sinônimos* até hoje marcam a nossa memória historiográfica como uma denominação “menos científica”, mais popular, digamos, de representar esse grupo lexical, bem como a sua variação, talvez a mais usada até hoje, os “falsos amigos”.

Isso posto, visitados os três tempos de Becker em relação ao ensino do léxico espanhol no Brasil, passemos às considerações finais.

¹⁰ No ano de 1953 só existe a correspondência de um termo apenas porque, como já apontado, a fonte que aqui fora analisada tratou de um curto artigo de Idel Becker publicado na revista *Hispania* (EUA). Nele, o autor abordou exclusivamente os heterossemânticos do português e do espanhol.

| Considerações finais

O presente estudo objetivou analisar as afirmações linguísticas de Idel Becker acerca do léxico espanhol e o seu ensino para brasileiros. Somado a isso, o artigo também se voltou à influência dessas afirmações no hoje, sobretudo no modo atual como vivenciamos a aprendizagem do espanhol na escola básica.

A partir das fontes de 1945, 1953 e 1988, notam-se movimentos de atenção a esse conteúdo e à forma como deveríamos, na visão de Becker, ensiná-lo/aprendê-lo. A preocupação desse gramático em encontrar caminhos didáticos para que o brasileiro aprendesse as principais divergências ortográficas, fonéticas e semânticas entre o português e o espanhol fez com que esse tema seguisse forte ao longo do século passado e que hoje se apresentasse, surpreendentemente, como um notável “eco”. Noutras palavras, se em 1945 Becker inaugurava afirmações sobre o que hoje conhecemos por *falsos amigos*, por exemplo, na atualidade seguimos com essa preocupação: reforçado pelo atravessamento da mídia em geral, parece-nos postulada a equivocada ideia de que aprender léxico castelhano nos faz dominar este idioma.

Em 1953, já como um sucesso editorial, Becker segue o curso de seu pensamento sobre o léxico espanhol, dessa vez apresentando-o à comunidade acadêmica norte-americana – fato esse que nos mostra o quanto essa ideia não foi fértil apenas no Brasil, mas já era compartilhada entre pesquisadores de outros lugares. Prova disso também reside na resenha elaborada por Beardsley acerca do *Manual* de Becker, material este que já sinalizava para o fato de que ensinar espanhol a brasileiros, devido a nossa familiaridade vocabular, era uma tarefa, necessariamente, em sua visão, muito singular.

Em 1988, agora tratando do que considere como uma das últimas edições do *Manual*, nota-se Becker num modelo mais enxuto e econômico de apresentação de dados linguísticos, além da criação de outros termos que, com o tempo, foi se fazendo obrigatória a observação/análise. Sem dúvida, 1988 é o momento mais fértil do autor em relação a novos termos para explicar o léxico castelhano. No entanto, é também um período mais superficial quanto ao aspecto acadêmico – e talvez isso revele um modo de fazer gramática dentro da década de 1980.

De qualquer modo, fica claro, com este estudo, que ensinar léxico espanhol a brasileiros é uma iniciativa que remonta ao início do século XX e que se estende até os dias atuais. Os três tempos aqui analisados reforçam a continuidade desse pensamento, bem como as reformulações por que passou ao longo das décadas. Compreender essa linha descontínua faz com que, no hoje, (re)

pensemos nossas práticas de ensino de espanhol a brasileiros e, quem sabe, levantemos (novos) aspectos sobre o vocábulo castelhano, como por exemplo a sua dimensão discursiva quando contrastado com o português.

Por fim, o estudo também advoga pela ideia de que espanhol como disciplina escolar no Brasil precisa, cada vez mais, da recuperação da sua historicidade, a fim de que assim compreendamos as relações didáticas e teóricas anteriores que guardamos em nossas práticas, bem como a forma como concebemos essa língua estrangeira dentro do imaginário brasileiro.

| Referências

ALEXANDRE, D. J. A. **O conhecimento linguístico em materiais de espanhol publicados durante a década de 1940**: análise historiográfica da primeira gramatização massiva dessa língua estrangeira no Brasil. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ALEXANDRE, D. J. A. **O estudo do léxico em língua espanhola no Brasil da década de 1940**: reflexões sobre origem, difusão e permanência de um método de ensino. *In*: BAPTISTA, L.; SANTTOS, I. N. C.; SANTOS, K. C. (org.). **O espanhol no cenário brasileiro**: questões cruciais para o ensino, a pesquisa e a formação de professores. Campinas: Pontes Editores, 2023.

BEARDSLEY, W. A. **Resenha do Manual de Espanhol de Idel Becker, 9. ed. Hispania**, v. 32, n. 4, p. 572-573, nov. 1949.

BECKER, I. **Los heterosemánticos en español y portugués. Hispania**, v. 36, n. 1, p. 98-100, 1953.

BECKER, I. **Manual de espanhol**: gramática, exercícios, leituras, correspondência, vocabulários, antologia poética. São Paulo: Nobel, 1988.

BECKER, I. **Manual de espanhol**: gramática, história literária e antologia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

CAVALIERE, R. **Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil**: tradição e inovação. **Limite**, n. 6, p. 217-236, 2012.

GUIMARÃES, A. **História dos livros didáticos de espanhol publicados no Brasil (1919-1961)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

JUCÁ FILHO, C. **El castellano contemporáneo (gramática y textos)**. Rio de Janeiro: Editora Pan-Americana S.A., 1944.

NASCENTES, A. **Gramática da língua espanhola para uso dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Livraria Drummond, 1920.

WILDIK, V. **Novo dicionário Hespanhol-Portuguez e Portuguez-Hespanhol**: com a pronuncia figurada em ambas as linguas. Paris: Garnier irmãos livreiros-editores, 1897.

Como citar este trabalho:

ALEXANDRE, Diego José Alves. Idel Becker em três tempos: estudo comparativo-historiográfico sobre sua abordagem lexical no ensino de espanhol para brasileiros. **RevistadoGEL**, v. 21, n. 3, p. 172-191, 2024. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>.

Submetido em: 10/09/2024 | Aceito em: 13/01/2025.

The *Thesaurus Theutonicae linguae* (1573): dictionary as a grammar

Elizaveta ZIMONT¹

¹ Université de Reims Champagne-Ardenne (URCA), Reims, France ; Université de Liège (ULiège), Liège, Belgique ;
| elizaveta.zimont@univ-reims.fr | <https://orcid.org/0000-0001-6170-8908>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i3.3790>

Abstract: Advocating for a more extensive use of dictionaries in the history of grammaticography, this case study focuses on the earliest alphabetical dictionary explicitly tailored to the needs of non-native speakers of Flemish. The *Thesaurus Theutonicae linguae* (1573), which predates by a decade the earliest known grammars of Flemish, contains many metalinguistic labels and comments addressing aspects of Flemish grammar. Judging by the extent and the detail of metalinguistic information, this dictionary constitutes a remarkable step forward in Flemish grammar writing. Based on the analysis of metalinguistic labels and comments that accompany Flemish entries in this dictionary, this paper aims to reconstruct the authors' assumptions about the grammatical structure of Flemish and to identify the strategies adopted so as to come to terms with Flemish grammatical features. The analysis shows that, while inspired by the classical (Latin) framework, the authors' description of Flemish also benefits from the Renaissance interest in Greek and explores the partial parallelism between Flemish and French. The dictionary's foremost originality lies in the earliest known attempt to describe separable complex verbs, a Germanic grammatical feature that is alien to all three languages which served as grammatical models at the time (Latin, Greek, French).

Keywords: Flemish. Dutch. Lexicography. Grammar. Renaissance. History of linguistic ideas. History of language learning. Separable complex verbs.

Le *Thesaurus Theutonicae linguae* (1573) : dictionnaire comme grammaire

Résumé: Partant du cas particulier qui est celui du plus ancien dictionnaire alphabétique conçu explicitement pour les apprenants du flamand langue étrangère, cet article plaide en faveur d'une meilleure prise en compte des dictionnaires dans l'histoire de la grammaticographie. Le *Thesaurus Theutonicae linguae* (1573), dont la publication est antérieure de 11 ans aux premières grammaires connues du flamand, contient de nombreuses étiquettes et commentaires métalinguistiques portant sur divers aspects de la grammaire flamande. L'étendue et le détail de ces informations métalinguistiques font de ce dictionnaire une étape importante dans la grammatisation du flamand. S'appuyant sur l'analyse des étiquettes et commentaires métalinguistiques qui accompagnent les entrées flamandes, cette contribution vise à reconstruire les hypothèses sous-jacentes des auteurs et à cerner les principales stratégies adoptées pour décrire les structures grammaticales du flamand. L'analyse montre que, tout en s'inspirant du cadre grammatical latin, la description

métalinguistique présentée dans ce dictionnaire bénéficie également de l'intérêt renaissant pour le grec et convoque le témoignage du français pour asseoir les règles de la grammaire du flamand. La description des verbes à particule séparable (une caractéristique grammaticale germanique inconnue du latin, du grec et du français), première de son genre, constitue sans doute l'un des traits les plus originaux de cet ouvrage.

Mots-clés : Flamand. Néerlandais. Lexicographie. Grammaire. Renaissance. Histoire des idées linguistiques. Histoire de l'apprentissage des langues. Verbes à particule séparable.

| Introduction

Hausmann (1990, p. 219) pointed out some 35 years ago that dictionaries, in particular bilingual and multilingual ones, tend to be overlooked in the history of linguistic ideas². The situation has greatly improved since, but it is safe to say that the analysis of lexicographical works usually revolves around vocabulary-related issues. By contrast, elements of grammatical description present in dictionaries are often dismissed as second-hand products, assumed to be derived from actual grammars. The case study on the *Thesaurus Theutonicae linguae* (1573) published in Antwerp in 1573 by the famous printer Christophe Plantin (ca. 1520–1589) serves as an illustration to support the view that dictionaries can also constitute valuable sources for the history of grammar writing and that, in the field of grammar, their contribution is not always merely derived from existing grammars.

A brief discussion of the genesis of this dictionary and an overview of its macro- and microstructure will be followed by a detailed account of metalinguistic labels and comments in the *Thesaurus Theutonicae linguae* (henceforth *TTL*) that address language aspects typically covered in grammars. Four of these aspects are discussed in this article: (i) graphemics and pronunciation; (ii) parts of speech; (iii) verb morphology and verbal morphosyntax; (iv) prefixed and separable complex verbs. The analysis of metalinguistic annotations dealing with these aspects allows us to reconstruct the underlying assumptions about the grammatical structure of Flemish³ and to highlight the main strategies the

2 In standard reference works, it is not unusual for history of lexicography to be treated in a more concise way than grammars and treatises. Cf. Tavoni's overview of Western European Renaissance linguistics in which lexicography takes up only two pages (Tavoni, 1994-1998, p. 66-67). Similarly, in the second edition of the *Encyclopedia of Language and Linguistics*, the section History of Linguistics does not include a chapter on lexicography (Brown, 2006).

3 In this paper, I consistently use the term *Flemish* to refer to Germanic language varieties that were spoken in the Southern Low Countries (today's Flanders) during the 16th century as opposed to Dutch referring to

authors adopt to come to terms with a language that was not yet fully described in grammars in 1573.

| The genesis of the *TTL*

As with many European vernacular languages, the first dictionaries in which Flemish became the object of description date back to the Renaissance. However, before Pieter Weiland's *Nederduitsch taalkundig Woordenboek* (1799–1811), the lexicography of Flemish and/or Dutch was, like the *TTL*, almost exclusively bi- or multilingual (De Tollenaere, 1977; Van Sterkenburg, 2011)⁴. Although the *TTL* is far from being the first dictionary with a Flemish word list⁵, this trilingual Flemish–French–Latin dictionary can be considered a milestone in Flemish lexicography because it is the first dictionary to be designed from the outset as a tool to aid non-native learners of Flemish⁶. According to the original printing privilege delivered in 1564, the work targeted above all the young people from the Low Countries⁷, especially Antwerp, an important trade center in the 16th century, which was at the time also famous for its multilingualism. The preface of the dictionary (*TTL*, 1573, f. §2^R–§4^R) is dedicated to the members of the guild of St. Ambrose that brought together Antwerp schoolmasters, suggesting that the dictionary could be used by local language teachers in their schools⁸.

In this dedicatory preface, Christophe Plantin recalls that the idea of publishing a dictionary with Flemish entries came to him when he first established himself as a printer in Antwerp in the mid-1550s⁹. To master the language of his new hometown, Plantin, who was born in France and came to Antwerp in 1548, started writing down Flemish words and expressions. He soon abandoned these notes when he learned that Antwerp-based language teacher Gabriel Meurier

the varieties of the Northern Low Countries and to the modern-day standardized language spoken mainly in the Netherlands and in Flanders.

4 An exception should be made for early lexicographical works focusing on specific areas of Flemish and/or Dutch vocabulary like loanwords and technical terms, which can be seen as subcategories of difficult vocabulary; see Claes (1977, p. 207) and Van Sterkenburg (2011, p. 103–105). Such works are typically monolingual (cf. Auroux, 1994, p. 117).

5 For an overview of earlier 16th-century lexicographical works with Flemish and/or Dutch entries, see Claes (1970, p. 30–37; 1977, p. 205–210).

6 In earlier bi- and multilingual lexicographical works, Flemish entries were mainly used as a means to give access to other target languages (French or Latin).

7 In the original: “servir à la jeunesse par deçà”, quoted in Claes (1970, p. 164).

8 On the guild of St. Ambrose, see Bourland (1951).

9 On Plantin and his *Officina Plantiniana*, see Voet (1968–1972).

had already been compiling bilingual dictionaries with French and Dutch¹⁰. However, Meurier's dictionaries fell short of Plantin's expectations¹¹. After waiting 20 years in vain, Plantin finally decided to take the initiative and to produce a large dictionary with a comprehensive Flemish word list himself. Accordingly, one of the main objectives of the *TTL* was to meet the needs of non-native speakers who wished to enhance their knowledge of Flemish. The title of the *TTL*, which is a direct allusion to the *Dictionarium seu Latinae linguae Thesaurus* first published in 1531 by Robert Estienne¹² (Claes, 1973, p. 114-115), reveals the ambitious scope of Plantin's initial lexicographical plan¹³.

The dictionary-making process proceeded in two stages. Too busy with his other publishing projects, Plantin entrusted the task of compiling an entry list to four people of his choice, each following a different strategy. The first one (presumably Plantin's proof-reader Cornelis Kiliaan) translated into Flemish all the words and some examples from Robert Estienne's Latin-to-French *Dictionarium Latinogallicum* (edition not specified, probably 1561) and then rearranged these translations according to the Flemish alphabetical order (Claes, 1970, p. 161). The second did the same with a French-to-Latin dictionary (most probably Robert Estienne's *Dictionaire Françoislatin*, 1564) while the third (identified as André Madoets, another of Plantin's proof-readers) excerpted and translated into Latin entries from a dozen Flemish and German dictionaries that were available at Plantin's printing shop (Claes, 1970, p. 175-176). Finally, the fourth compiler received a *carte blanche* (Claes, 1970, p. 150; 1972, p. 9).

According to the preface, when the compilations¹⁴ were finally submitted, Plantin and his collaborators decided to compare them so as to choose the best copy¹⁵ to form the basis of the future dictionary. The contributors were then asked to add to this copy any missing lexical material, while Plantin simultaneously

10 In 1557, Plantin published three of Meurier's pioneering works: *Vocabulaire François-Flameng* (a French-to-Dutch alphabetical dictionary), *La Grammaire Française* (a French grammar) and *Colloques ou nouvelle invention de propos familiers* (a book of bilingual French-Flemish dialogues for language learners). On Meurier, see De Clercq (1997).

11 Meurier's dictionaries were mainly designed for Dutch-speaking learners of French.

12 On Robert Estienne and his innovative monolingual *Thesaurus*, see Armstrong (1954), Brandon (1967) and Furno (1999; 2019).

13 In 1562, Plantin had already published a multilingual *Dictionarium tetraglotton* (Latin-Greek-French-Flemish). One of the aims of this work was to provide the Low Countries with a lexicographical tool that could be used by both French- and Flemish-speaking young learners of Latin and Greek.

14 As Claes (1970, p. 151; 1972, p. 10) points out, the draft version of Plantin's preface to the *TTL* seems to imply that at least one of the four collaborators did not submit his work.

15 According to Claes (1970, p. 153), this turned out to be André Madoets' compilation.

began printing the dictionary (Claes, 1970, p. 153). In 1567, when, after some delay¹⁶, the first twelve folios came off the press, Plantin felt obliged to postpone the printing because of the time-consuming *Antwerp Polyglot* that was being completed in parallel¹⁷ (Claes, 1970, p. 163). When the printing process was at last resumed in June 1572, Plantin decided to ignore any new amendments his collaborators might make from then, out of fear that the dictionary would otherwise never be delivered¹⁸.

In addition to providing insights into the dictionary-making process, Plantin's account shows that the final manuscript version of the dictionary dates back to 1567 at the least, if not earlier. Consequently, the *TTL* predates the first grammars of Dutch and/or Flemish (ca. 1568, 1584)¹⁹. It also precedes the first grammars of (High) German (1573, 1574)²⁰, the grammaticography and lexicography of which had tangible influence on Flemish/Dutch linguistic ideas in the Early Modern period²¹. Therefore, the description of Flemish grammatical features found in the *TTL* can reasonably be considered the original work of Plantin's collaborators, until proven otherwise.

| Macrostructure and microstructure of the *TTL*

The *TTL* was published anonymously in early 1573²²: the compilers' names are mentioned neither on the title page nor in Plantin's foreword. The dictionary

16 The frustratingly huge number of additions that came in continuously made Plantin reconsider his initial plan. He first delayed the printing process, hoping to create a better and more comprehensive copy, but soon realized that perfection was the enemy of progress and resumed printing after the amended "best copy" (*TTL*, 1573, f. §3R).

17 The *Biblia regia*, Plantin's masterpiece also known as the *Antwerp Polyglot*, is a Bible edition in eight volumes and five languages that was produced by the Plantin Press between 1568 and 1573 (IMHOF, 2017).

18 For a detailed analysis of Plantin's preface complemented by data from his books of account, see Claes (1970).

19 The first printed grammar of Dutch is *Twe-spraak vande Nederduitsche letterkunst* 'Dialogue on Dutch grammar' from 1584 (Dibbets, 1977, p. 26): published anonymously, this work is often attributed to Dirck Volckertsz. Coornhert (1522–1590) or to Hendrik Laurensz. Spieg(h)el (1549–1612). However, it was preceded by two earlier attempts. Around 1568, Coornhert himself drafted a Dutch grammar, of which no trace has so far been found. Another draft of a Flemish grammar dating from the same year (1568) has survived in handwritten form (autograph) and is now believed to be the work of Johan Radermacher (1538–1617), a Flemish merchant born in Aachen (Bostoen, 1985). This unfinished work was written in London and had only limited circulation among Flemish refugees with no proven impact on later grammaticography.

20 Laurentius Albertus' *Teutsch Grammatick oder Sprach-Kunst* (1573) and Albert Ölinger's *Grammatica seu Institutio Verae Germanicae linguae* (1574), both in Latin; see references in McLelland (2001).

21 On (mutual) lexicographical influences, see De Smet (1966), Claes (1992).

22 The colophon on f. &3V is dated January 29, 1573, but according to Plantin's accounting books, the printing was only completed by January 31, 1573; the preface is dated February 13, 1573 (*TTL*, 1573, f. §4R; CLAES, 1970, p. 163).

contains between 40,000 and 45,000 entries²³ spread across 557 pages without pagination (Claes, 1972, p. 7; Lindemann, 1982, p. 33). Of the many lexicographical sources brought to light by Claes (1970) and Lindemann (1982), two can be considered the most important²⁴: Josua Maaler's *Die Teütsch spraach* (1561), which provides most Flemish entries (adapted from German) and their Latin equivalents (Claes, 1970, p. 208-214), and Robert Estienne's *Dictionnaire François-Latin* (1564), from which most French equivalents are borrowed (Lindemann, 1982).

The overall alphabetical macrostructure of the *TTL* is divided into 24 letter sections, within which lemmata made of individual words are sometimes followed by usage examples (sample phrases and sentences) as well as derivations and compositions. Together, they form word-family clusters that can occasionally deviate from strict alphabetical order; e.g., the word-family cluster *lijm* 'glue' from the letter run *L* in (1).

- (1) **Lijm.** Colle forte, ou glu. *Colla, gluten, glutinum.*
 Mondt lijm. Colle à bouche. *Ichthyocolla.*
 Schrijnwerckers lijm. Colle à menuisier. *Fabrile glutinum.*
 Goudtlijm / oft soudeersel. Colle à or. *Chrysocolla, santerna.*
 Steenlijm. Colle à pierre, tyras. *Lithocolla, bitumen.*
 Uogel lijm. Glu à prendre oiseaux &c. *Viscus.*
 Lijmachtich. Gluant, glueux. *Glutinosus, viscosus.*
 Lijmachtich werden. Deuenir gluant ou glueux. *Lentescere.*
 Dat niet lijmachtich en is. Qui n'est point gluant. *Fluxus.*
 Lijmen. Coller, gluer. *Glutinare, inuiscare, agglutinare.*
 Lijmer. Colleur, glueur. *Glutinator.*
 Lijminge. Collement, gluement. *Glutinamentum, glutinatio, coagmentatio.*
 Lijmhalm / lijmroede. Vn gluon, ou gluot, festu glué. *Calamus viscatus, virga vel festuca viscata.*

As illustrated by (1), the basic microstructure comprises a Flemish entry, printed in a gothic bold-looking font, French equivalent(s) in roman font, and Latin equivalent(s) in italics; in some entries, cross-references are added²⁵. The

23 On the different count methods yielding different results, see Lindemann (1994, p. 185-186).

24 Some of Claes' conclusions on this matter are called into question by Lindemann (1982; 1994, p. 290-292). An in-depth analysis based on a fine-grained count method and on more extensive samples of the dictionary would settle the issue.

25 In keeping with Plantin's account, the typographic design of the first eleven gatherings is slightly different from the rest of the dictionary. In gatherings A to L, homonymous Flemish entries are printed in different fonts: the first one in gothic, the other(s) in roman small capitals (Lindemann, 1982, p. 34).

Flemish lemma may be accompanied by synonyms, as in (1) s.v. *goudtlijm*, or by a variant (orthographic, phonetic, or derivational). All lexical units are typically treated as separate entries; usage examples within an entry are exceptional²⁶. Several entries include metalinguistic labels or more elaborate notes that address a large range of linguistic issues such as: derivation, like in (2) and (3); (pseudo-)etymology as in (4); semantics as in (5); pragmatics (connotations) as in (6); and variation, as in (7), (8), (9): normative usage label s.v. *gebiedt*, indication of frequency s.v. *togen*, diatopic information s.v. *schocken*. Set expressions are often signalled by the label *adag.* meaning ‘adage; set expression’ (e.g., s.v. *den dach met manden wtdraghen*).

- (2) Boerken. Diminutif. *Rusticulus*.
- (3) experimenteren [...] *Et sic de aliis eiusdem generis, quia verba sunt Latina aut Gallica: vt Exercer, infinit. Gallicum, adde en, fit infinitiuum Teutonicum Exerceren [...]*.
- (4) Gemelick / *quasi dicas Kemelick: Camelinus. nam cameli sunt morosi. [...]*
- (5) Lijf. Le corps, & communement se prend depuis la teste iusques an dessoubs du ventre. *Corpus, oris. caro. Et accipitur vulgariter Teutonicè pro trunco hominis. vide etiam Lichaem.*
- (6) Beslapen. Dormir avec aucun. *Condormire, in bonam partem: Byslapen / in malam accipitur.*
- (7) Gebiedt / *melius gebot. Vide gebot.*
- (8) Togen / *non est in vsu, sed Trecken.*
- (9) Schocken / oft dyen. Certaine bruslure de fiente de vache seiche, en Frise. *Fumus bouis siccus, ad ardendum in Frisia aptus.*

Finally, in keeping with Plantin’s initial objectives, the *TTL* provides a considerable amount of grammatical information serving the needs of foreign language learners of Flemish (Lindemann, 1982, p. 33-34). In the following sections I discuss metalinguistic indications that deal with four grammatical aspects: (i) Flemish graphemics and pronunciation; (ii) classification of parts of speech; (iii) verb morphology and verbal morphosyntax; (iv) separable complex verbs.

| Graphemics and pronunciation

According to Claes (1970, p. 253), comparison with earlier didactic works on Flemish orthography and pronunciation²⁷ does not reveal any direct influence,

26 E.g., s.v. *gekrielt*, s.v. *geraden*. Some articles include subentries that are grouped under the headword based on (phonemic and/or semantic) similarity, e.g., *trouwen* ‘to get engaged or engage (in view of a marriage)’ is a subentry under its quasi-synonym *houwen* ‘to marry’; *onderdanich* ‘submissive’ is a subentry under *gehoorsaem* ‘obedient’, etc.

27 In particular, Joos Lambrecht’s *Néderlandsche spellinghe* (1550) and Gabriel Meurier’s *Breue Instruction contenant la maniere de bien prononcer et lire le François, Italien, Espagnol et Flamen* (1558).

suggesting that these phonetic and spelling annotations can be ascribed to the authors of the *TTL*. Pronunciation indications in the *TTL* are limited to a subordinate function of distinguishing between homographs. Pronunciation details are given only when they help clarify the phonemic value of an ambiguous Flemish grapheme or graphemic sequence. Scattered across the dictionary²⁸, such information can be found either within individual entries (10) or, more frequently, as a notice positioned in the middle of a dictionary column and not attached to a specific entry (11). Pronunciation information may have a bearing either on a specific lexical unit, e.g., *besien* in (10), or on a class of lexical units that share the same feature. For instance, the notice in (11), taken from the letter *D*, applies to all entries starting with <doe> that follow the notice (i.e., *doe*, *doen*, *doeck*, *doel*, *doemen*, etc.).

- (10) Besie / oft besien, *trisyllab.* Grain, ou grains de tout menu fruict, comme cherises, raisins, groselles, meures, fraises, franchbuses, &c. *Acinus, acini, bacca, arum.*
- (11) Doddich. Tournoyant.
De hoofden zijn doddich. Les testes tournent. *Vertunt capita.*
Doe se lict, comme Dou en François.
Doe / dho / doen. Alors, adonc. *Tunc, tum.*
Doe ghy daert waert / doen was ick hier. Alors que vous estiez là, adonc estoy-ie icy. *Dum ibi eras, tunc hic eram: cùm esses illic, ego eram hic.*
- (12) Je diphtonge, se lict comme l simple en François, en sonnante vn peu le vocal E.

Pronunciation indications in the *TTL* can be divided into two types. Most seek to explain how a Flemish grapheme should be pronounced by comparing it with a French grapheme representing a similar sound. Comparison with Latin is made on one occasion to comment on the value of the letter *Z*. In (11), the Flemish <oe> is compared to French <ou>, as both represent what is considered by the authors to be the same sound [u]. The bulk of “loose” general notices, like that in (11), relate to <oe> ([u] or [ø]) and <eu>: the latter can be either one grapheme referring to [ø] or a sequence of two graphemes in which <u> has a consonant value (as in <deuoot> where <u> stands for [v]). Two notices deal with the homographic sequence <ie>, which can correspond either to a diphthong ([iə] as in *iemandt*), as in (12), or a CV sequence ([je:], [jə], and even [jø]). Similarly, syllabification issues are dealt with when the graphemic sequence lends itself to alternative interpretations (s.v. *besien*; s.v. *dies*, etc.). In (10), <besien> can be

28 The earliest attempt at a systematic description of the Flemish writing system is Joos Lambrecht's *Néderlandsche spellinghe* from 1550. It should be noted, however, that Lambrecht's innovative spelling treatise builds upon writing system varieties that were typical of the western part of today's Flanders, in particular areas where East Flemish and West Flemish dialects were spoken. By contrast, the writing system used in the *TTL* reflects phonetic features typical of Brabant: both Antwerp and Brussels, where André Madoets was originally from (Claes, 1970, p. 176), are located in Brabant.

understood as a two-syllable verb meaning ‘to regard, to consider’ or as a three-syllable plural noun ‘berries’. The italicized labels *trissyllab.* and *dissyllab.* added to the two homonymous entries help to remove this ambiguity. As illustrated by the examples above, the metalanguage used in indications dealing with the phonemic value of graphemes is French or Latin: general notices in the middle of a column are always formulated in French whereas labels indicating the number of syllables are in Latin.

Several other ad hoc comments address spelling problems that could affect users’ search strategies given the alphabetical arrangement of the word list. Indications given s.v. *fal* and s.v. *fijn* as well as two general notices comment on the relative usage frequency of letters *C ~ K*, *F ~ V*, *S ~ Z* and provide explanations as to why *C*, *S* and *F* are less common in the Flemish (Brabantian) writing system. A series of articles illustrating the use of the pronoun *gy* ends with a note on spelling variants (e.g., *ghe*, *ghi*, *ghy*) and the pronunciation of the word. Comments dealing with spelling issues are formulated in Latin and only occasionally translated into Flemish and/or French.

Parts of speech in the *TTL*

Metalinguistic annotations are not systematic and overall, quite rare. Nevertheless, they allow us to reconstruct a system of parts of speech used in the *TTL*. In many cases, the annotations are added to distinguish between homoforms or homonyms. For instance, when the entry *maer* ‘only; not much’ is labelled as an adverb (LAT. *adverb.*), the label serves to distinguish between the adverbial restrictive use of *maer* and the conjunction *maer* ‘but’. The choice of the metalanguage depends on the form in which the information is provided. Labels are generally abbreviations of Latin terms and printed in italics, whereas longer metalinguistic notes may be formulated in one, two or all three languages of the *TTL*, as in (13).

- (13) weder / oft wederom. Derechef. *Iterum, rursus, denuò, ab integro, de integro, ex integro.*
 Ende werdt by de Verba gestelt / hem scheydende in de coniugatie voer ofte na. Et se
 compose avec les Verbes, se separant en sa coniugation, deuant & apres. *Componitur*
cum verbis Teutonicis, separatur in coniugatione.

However, even when a note is available in Flemish, the authors do not always seek to introduce Flemish grammatical terminology. Instead, Latin terms are simply used inside Flemish sentences, as is the case in (13) with LAT. *verba* ‘verbs’ inserted into the Flemish part of the metalinguistic comment. Table 1 provides an overview of the terms used in the Flemish text of the *TTL* to refer to parts of speech.

Table 1. Names of parts of speech in the Flemish text of the *TTL*

Part of speech	Entry	Grammatical term in the Flemish text	Folio
adjective	s.v. <i>zeer wijslick</i>	<i>adiectiua</i>	f. &2 ^v
preposition	s.v. <i>by</i>	<i>voorstellinghe</i>	f. I2 ^R
verb	s.v. <i>achter</i>	<i>Verba ofte woorden</i>	f. A1 ^R
	s.v. <i>be</i>	<i>des woordts oft verborum</i>	f. D2 ^R
	s.v. <i>by</i>	<i>Verba</i>	f. I2 ^R
	s.v. <i>doerwrijuen</i>	<i>Verba</i>	f. M1 ^v
	s.v. <i>ge oft ghe</i>	<i>verba [...] oft woirden</i>	f. O3 ^v -O4 ^R
	s.v. <i>t'samen / oft te samen</i>	<i>verba oft woorden</i>	f. Hh1 ^v
	s.v. <i>weder / oft wederom</i>	<i>Verba</i>	f. Tt3 ^v

Source: Own elaboration

Nine parts of speech are explicitly mentioned in the *TTL*, all languages combined: article²⁹, adjective³⁰, adverb³¹, interjection³², noun³³, particle³⁴, preposition³⁵, pronoun³⁶, and verb³⁷ (including participles). Thus, while dispersed, these metalinguistic indications make for a list of parts of speech that is remarkably complete for the 16th century and includes classes that are marginal (*particle*) or alien to Latin grammar (*article*). Compared to other parts of speech, verbs are labelled more frequently. The 19 entries, in which verbs are explicitly mentioned,

29 Cf. s.v. *den* 'the', form of the definite article, with a comparison to the Greek article. It should be noticed that article is a heterogeneous class in the *TTL* as it also comprises derivational and inflectional affixes (prefixes *her-*, *ge-*, *ver-*); see below in the section on separable complex verbs.

30 Cf. s.v. *te* 'too', s.v. *zeer* 'very' (both lemmata are said to be often combined with adjectives), s.v. *zeer wijslijck* 'very reasonable'.

31 Cf. s.v. *lichemelick*, s.v. *lieflick / oft lieflicken*, s.v. *lieuer*, s.v. *maer / voor niet veel / oft weynich*.

32 Cf. s.v. *och* 'oh'.

33 Cf. s.v. *om / vmme / vm*, s.v. *onder / vnder*, s.v. *toe / oft tho*; see below on the separable complex verbs.

34 Cf. s.v. *aenghewaeyt* in which *aen* is labelled as a particle; see below on the separable complex verbs.

35 Cf. s.v. *by*, s.v. *weest by mi / oft zijt by mi*, s.v. *toe / oft tho*; see below on the separable complex verbs.

36 Cf. s.v. *de*, form of the definite article, s.v. *die*, demonstrative determiner or pronoun.

37 Cf. s.v. *achter*, s.v. *aen*, s.v. *aenghewaeyt*, s.v. *af*, s.v. *an*, s.v. *be*, s.v. *by*, s.v. *weest by mi / oft zijt by mi*, s.v. *dor / doer*, s.v. *doerwrijuen*, s.v. *ge oft ghe*, s.v. *in / inne*, s.v. *om / vmme / vm*, s.v. *onder / vnder*, s.v. *op*, s.v. *te*, s.v. *toe / oft tho*, s.v. *t'samen / oft te samen*, s.v. *weder / oft wederom*; see below on the separable complex verbs.

show the great attention the authors pay to this part of speech, to which I turn now³⁸.

| Verb morphology and verbal morphosyntax in the *TTL*

The *TTL* displays a large variety of verb entries. Verbal inflection and dependencies are illustrated by sample phrases and sentences presented as separate entries after the infinitive. Besides the infinitives, the word list includes past participles and a considerable number of inflected verb forms, including irregular (or strong) forms: 1p. sg. Pres., 2p. sg. Pres., 1&3p. sg. Simple Past, 1-2-3p. pl. Simple Past. Although, as we have seen, the macrostructure of the *TTL* is based on the principle of word families, the dictionary treats past participles as well as irregular and strong inflected forms as independent headwords, listed alphabetically. Thus, the letter run *G* contains numerous past participles of unprefixing verbs that begin with the inflectional prefix *ge-*, as in (14), while their infinitives are listed under the first letter of the stem, for instance, under the letter *D* for *gedanst* ‘danced’. Some of the forms are linked to their infinitives via a cross-reference, as in (15). Moreover, irregular and strong forms are often provided with a metalinguistic comment which specifies the grammatical status of the inflected form, as in (16), (17), and (18). Such indications are clearly aimed at foreign learners of Flemish who might struggle to link irregular or unusual forms to their infinitives³⁹.

- (14) Gedanst. Dansé. *Tripudiatum, saltatum, a, um*.
Gedauert. Branslé, brandillé. *Mobilitatum, vacillatum*.
Gedauwet. Mouillé de la rosee, rosiné. *Roratum*.
- (15) Gedisputeert. Disputé. *Argumentatum, disputatum*. vide Disputeren.
- (16) Bekeuen. Tansé. *Obiurgatum, increpatum, præt. de Bekyuen*.
- (17) ick Sanck / oft ick sonck daer neder. l'enfonsoye, l'escouloye en bas. *Delabebat, abibam vel abiueram pessum. Præt. imperfect. de Sincken*.
- (18) ick Sage gerne. le verroy voutontiers. *Libenter viderem. Optat. de Sien*.

The metalinguistic terminology used in these entries enables the reconstruction of the main morphosyntactic verb categories in the *TTL*. The entry *moeten*

38 Next to parts of speech, the *TTL* has indications on morphosyntactic categories of some lemmata. For instance, s.v. *der* ‘the’, the Flemish lemma is identified as the genitive plural (of the definite article); s.v. *hanen* ‘cocks (birds)’, the lemma is identified as a plural form and accompanied by a cross-reference to the singular noun *haen*, etc.

39 On one occasion, the label *præterit.* is used to distinguish between the homofoms *begrauen* ‘buried’ and *begrauen* ‘to bury’ (*TTL*, 1573, f. D4V). One regular past participle (*getroetelt* ‘coddled’) is also provided with a label.

‘must; to have to’ is of particular interest in this respect, as it is followed by a conjugation table for this verb, reproduced here in (19)⁴⁰.

- (19) Moeten. Falloir. *Debere*.
Indicat. Ick moet. Il me fault. *Debeo*.
 Ghy moet. Il te fault. *Debes, vel oportet te*.
 Hy moet. Il luy fault. *Debet, vel oportet illum*.
Plur. Wy moeten. Il nous fault. *Debemus, vel oportet vos*.
 Sy moeten. Il leur fault. *Debent, oportet illos*.
Præteritum imperfect.
Sing. Ick moeste. Il me falloit. *Debebam, oportebat me, &c.*
Plur. Wy moesten. Il nous falloit. *Debebamus, oportebat nos, &c.*
Præteritum perfect.
Sing. Ick heb moeten. Il m’a fallu. *Debui, oportuit me, &c.*
Plur. Wy hebben moeten. Il nous a fallu. *Debuimus, oportuit nos, &c.*
Præterit. plusquàm perfectum.
Sing. Ick hadde moeten. Il m’eust fallu. *Debueram, vel debuissem, &c.*
Plur. Wy hadden moeten. Il nous eust fallu. *Debueramus, vel debuissemus, &c.*
Futurum.
Sing. Ick sal moeten. Il me fauldra. *Debebo*.
 Ghy sult moeten / oft du sulst moeten. Il te fauldra. *Debebis*.
 Hy sal moeten. Il luy fauldra. *Debebit*.
Plur. Wy sullen moeten. Il nous fauldra. *Debebimus, &c.*
Optatius modus.
Sing. Och oft ick moeste. Pleust à Dieu qu’il me falloit ou fallut. *Vtinam deberem, &c.*
Plur. Och oft wy moesten. O s’il nous falloit. *Vtinam deberemus, &c.*
Coniunctius modus.
Sing. Als ick soude moeten. Quand il me fauldroit. *Cùm deberem, &c.*
Plur. Als wy soudén moeten. Quand il nous fauldroit. *Cùm deberemus, &c.*

This table shows that the authors distinguish between three *moods*: the indicative (*Indicat.*), the optative (*Optatius modus*) and the conjunctive (*Coniunctius modus*)⁴¹. The indicative mood includes five tenses. The present tense is never labelled and is therefore evidently considered to be the unmarked set of forms. The other four tenses are explicitly named as *Præteritum imperfect*. (Simple Past as in *Ick moeste* ‘I had to’), *Præteritum perfect*. (Present Perfect with

40 It should be noted that moeten and sal/sullen are the only verbs with conjugation tables in the TTL. On sal/sullen, see below. In addition to being a Preterite-Present verb (similar to English must), moeten is also one of the verbs that exhibit an unusual pattern in perfect tenses: the so-called infinitivus pro participio construction; see Van der Horst (2008, p. 441, 914).

41 The conjunctive mood forms are problematic when put in correspondence with Latin: while the Flemish *Als ick soude moeten* ‘If I had had to’, etc. has a hypothetical value, the Latin *Cùm deberem* cannot be interpreted in the same way. Furthermore, while Latin has both Present and Past conjunctive, the TTL’s table includes only past tense. The Present conjunctive is left out likely because its Flemish equivalent with the verb *moeten* is infrequent. The same explanation goes for the imperative mood, also lacking in this table.

past tense meaning as in *ick heb moeten* ‘I have had to’), *Præterit. plusquàm perfectum* (Past Perfect as in *ick hadde moeten* ‘I had had to’)⁴² and *Futurum* (Future as in *ick sal moeten* ‘I will have to’)⁴³. Further, singular and plural forms are signalled by the abbreviations *Sing.* or *Singul.* and *Plur.* In addition to this list of categories, the verb person is referred to in connection with the verb *beteekenen* ‘to mean; to signify’ which is said to be used in Flemish only in the third person⁴⁴ (TTL, 1573, f. F4^v).

The future tense formation is further detailed s.v. *sal / sullen* and s.v. *sullen / oft solen* (TTL, 1573, f. x2^r, Ee4^v). The authors equate the Latin and French synthetic future tense forms with the Flemish periphrastic construction, formed using the present tense of the auxiliary verb *sullen* followed by the infinitive of the lexical verb⁴⁵. The two entries related to the verb *sullen* are followed by a series of entries that serve as usage examples for singular and/or plural future forms involving a variety of lexical infinitives. The brief explanation on the formation of future tense displays two interesting features. First, in both entries *sullen* is described as a *word* (FR. *mot*, *dictions*, LAT. *dictiones*): although a short conjugation table is provided s.v. *sal / sullen*, the authors do not recognize a verb in this defective paradigm, most likely due to its auxiliary function. In this respect, the treatment of *sullen* differs from that of the modal verb *moeten*. Secondly, s.v. *sal / sullen* the explanation mentions an alternative periphrastic construction with the verb *werden* which betrays the influence of High German sources⁴⁶. The authors draw attention to this geographical broadening by referring to *Germani* and *dictiones Germanicæ* instead of *dictiones Teutonicæ*, which they use elsewhere to specifically denote Flemish words (20).

- (20) Sal / sullen. Mots ou dictions qui seruent & se mettent tousiours au temps futur de tous Verbes en bas & en hault Alman, asçauoir avec l’infinitif, comme Gaen / staen / slapen / waken / maken. & generalmente à tous les autres Verbes. Sal / sullen / wirdt / werden / *Dictiones Germanicæ quæ præponitur verbis infinitiuis ad formandum futurum tempus apud Germanos.* [...]

42 TTL’s forms of Present Perfect and Past Perfect display the *infinitivum pro participium* construction. This construction is normally used when *moeten* is head to another infinitive, but this is not the case in the TTL’s conjugation table.

43 This distinction between five tenses is in line with the analysis provided in classical grammars, e.g., in Thrax, Donatus, or Priscian (Dibbets, 1995, p. 260).

44 In the original: “ick Beteeckene *non dicitur Teutonicè nisi in tertia persona*”.

45 The periphrastic construction with *gaen* ‘to go’ is not identified as a form of future tense and the TTL does not provide sample phrases in which *gaen* + *infinitive* would clearly have future tense value.

46 The verb *werden* (meaning ‘to become’ in Flemish, cf. modern Dutch *worden*) is used to form future tense in German, but never in Dutch.

The formation of past participles and past tenses is discussed at length in the entry *ge oft ghe* which runs through an entire dictionary column and includes three metalinguistic passages in Flemish, French and Latin that are not exactly identical (TTL, 1573, f. O3^V-O4^R). The lemma *ge*, corresponding to the modern Dutch inflectional prefix used to form past participles from unprefixated verbs, is described as an *article* (FL. *artijckel oft lidt*, FR. *article*, LAT. *articulus*) placed before Flemish verbs to form *verba præterita*, also called *participia*, which means past participles (21).

- (21) Ge oft ghe / is een artijckel oft lidt datmen voor de Duytsche *verba præterita* oft *participia* / ofte woorden settet beteeckenende voorleden tijt [...]. Ghe ou ghe, est vn article qu'on met deuant les verbes Allemans qui signifient le temps passé [...]. Ge / vel / ghe / *articulus est qui præponitur verbis Teutonicis in tempore præterito* [...].

Further, the entry introduces a distinction between active and passive voice. The past participles or *præterita* are said to be all passive, which in reality is not always correct, as shown below. The authors also provide details on how to form active and passive past tense forms. In all three parts of the entry (Flemish, French and Latin), the examples of past tense forms in Flemish are provided with French translations, bringing to light the parallelism between the two languages. Since Latin lacks analytical active past tense forms, French serves as a model to justify the analysis of the Flemish forms, cf. this passage on the auxiliary of the active past tense: “in this case *Ick heb* is used, the same way as in French is used *J'ay*” (TTL, 1573, f. O4^R, my translation from Flemish⁴⁷). The remainder of the metalinguistic note deals in detail with past participles of separable complex verbs (see next section).

The treatment of past tense active paradigms is incomplete in this explanatory note as only third-person singular examples are given. Further, the active paradigm is limited to the *præteritum perfectum*, whereas *plusquàm perfectum* is omitted. The so-called passive forms raise several difficulties. First, the list of examples includes cases in which no passive interpretation is possible as in *Hy is gegaen* ‘He went’ or ‘He has left’ (literally ‘He is gone’). Evidently, any verb form constructed with the auxiliary verb *zijn* ‘to be’ is seen as passive regardless of its meaning. Secondly, the set of examples with their French and Latin translations creates confusion as to the tense to which passive forms belong. At the outset of the note, all verb forms constructed with *præterita*, i.e., past participles, are said to belong to the past tense. The examples of passive voice that are given in the Flemish and French parts of the note support this

47 In the original: “so stelt men daer by / Ick heb / gelijk oock int Fransois gestelt wert l'ay”.

point of view, insofar as they can be interpreted as resultative and on that basis considered as belonging to past tense, cf. *Het is gedaen* ‘It is done’, *Het is gescreuen* ‘It is written’. However, in the Latin part of the entry, other examples with the lexical verb *achten* ‘to esteem; to appreciate’ are added in which the passive construction is obviously stative and cannot be seen as a past tense form, cf. *Ick ben geacht* ‘I am appreciated/admired’. Finally, the note omits to mention the progressive passive forms requiring the same past participle, e.g., modern Dutch *Het wordt gelezen* ‘It is being read’ and *Het werd gelezen* ‘It was being read’. An overview of Flemish mode, tense and voice categories in the *TTL* can be seen in Table 2⁴⁸.

Table 2. Verb modes, tenses and voices in the *TTL*

Mode	Tense	Voice	Example from the <i>TTL</i>	Folio
LAT. <i>Indicat.</i>	—	—	<i>Ick moet.</i>	f. h3R
	LAT. <i>Præteritum imperfect.</i>	—	<i>Ick moeste. Wy lasen. ick Sanck / oft ick sonck daer neder. Sy songen.</i>	f. h3R f. c3V f. x2V f. x2V
	LAT. <i>Præteritum perfect.</i>	FL. <i>doende wijse</i> LAT. <i>actium</i>	<i>Ick heb moeten. Ick heb gedaen. Ick heb gescreuen.</i>	f. h3 ^R f. O4 ^V f. O4 ^V
		<i>passium</i>	<i>Het is gedaen. Het is gescreuen. Hy is gegaen. Ick ben geacht.</i>	f. O4 ^V f. O4 ^V f. O4 ^V f. O4 ^V
	LAT. <i>Præterit. plusquàm perfectum</i>	—	<i>Ick hadde moeten.</i>	f. h3 ^R
	LAT. <i>Futurum</i>	—	<i>Ick sal moeten. Ick sal gaen. Sy sullen kommen.</i>	f. h3 ^R f. x2 ^R f. Ee4 ^V
LAT. <i>Optatiuus modus</i>	—	—	<i>Och oft ick moeste. ick Sage gerne.</i>	f. h3 ^R f. x2 ^R

48 A dash in the mode and tense columns indicates that the *TTL* provides no specific term to the category in question. In the voice column, a dash indicates that no term is given in combination with the respective tense and/or mode. The categories of person and number receive a standard treatment in the *TTL*, and so are not included in Table 2.

LAT. <i>Coniunctiuus modus</i>	—	—	<i>Als ick soude moeten.</i>	f. h3 ^R
—	FR. <i>infinitif</i> LAT. <i>verbi infinitui, infinituum</i>	—	<i>Gaen / staen / slapen / waken / maken</i>	f. x2 ^R
—	FR. <i>preterits</i> LAT. <i>verba præterita, præterita, participium, participia</i>	—	<i>Afgeworpen. Verloren.</i>	f. B3 ^R f. Mm2 ^V

Source: Own elaboration

Although the explanations are sometimes given in three languages (cf. s.v. *ge oft ghe*), the terminology shows a direct influence of Latin grammar. Synthetic and analytical Flemish verb forms are distributed, with variable success, between pre-existing inflectional and semantic (cf. optative) categories of traditional Latin grammar: as shown in Table 2, most metalinguistic terms are given in Latin. However, *TTL*'s terminology displays some original features in connection with the term *præteritum*. Whereas in the conjugation table of *moeten*, *præteritum* is used as a generic term which comprises three past tenses (*imperfect.*, *perfect.*, *plusquàm perfectum*), in the remainder of the *TTL* the term *præterita* refers not to a tense, but rather only to the past participle forms. Overall, past participles receive greater attention and are more often labelled in this dictionary than any other verb form⁴⁹. The close attention paid to past participles must be seen in correlation with the difficulties they cause to foreign language learners because, as will become clear in the next section, their morphological formation depends on the verb's derivational type: unprefixing, prefixing, or complex separable.

| **Prefixing and separable complex verbs in the *TTL***

Separable complex verbs (SCVs) are a combination of a verb and a non-verbal element that form together a semantic unit and should be distinguished from prepositional verbs (Booij, 2001, p. 59; Dehé, 2015, p. 611). Although SCVs exist in all present-day Germanic languages, this phenomenon goes by various names; in English linguistics, it is better known as *phrasal verb* (Thim, 2012, p. 3). Examples of SCVs in Dutch are *opgeven* 'to give up', *schoonmaken* 'to clean', or *wegsturen* 'send away'. In current studies, the non-verbal element is

49 There are 34 lemmata labelled as *præterita* against 6 *præterita imperfecta* and 1 *optativum*.

called *particle* or *preverb*. The particle may be homonymous with a preposition (cf. *op* ‘on, upon’ in *opgeven*), an adjective (cf. *schoon* ‘clean’ in *schoonmaken*), an adverb (cf. *weg* ‘away’ in *wegsturen*), a noun and even a lexicalized phrase (Booij, 2001, p. 59). Unlike prefixes and prepositions, particles are prosodically strong, i.e., they always receive main stress (Stiebels; Wunderlich, 1994, p. 921; Dehé, 2015, p. 612).

As their name suggests, SCVs can separate in syntax depending on the verb’s form (tense, participle, infinitive, etc.) and the clause type (main or subordinate, in connection with the verb position). The particle may either precede or follow the verb and may display either joined or split order with its verb. The following examples illustrate some of the possibilities: in (22), the verb *opgeven* ‘to give up’ shows a split order with a postverbal particle; in (23), the past participle of the same verb shows a split order with a preverbal particle; in (24), the simple past tense form used in a subordinate clause displays a joined order⁵⁰.

(22) Hij gaf op. *He gave Part-up.* ‘He gave up.’

(23) opgegeven *Part-op GE given* ‘given up’

(24) [...] dat hij het plan opgeeft. [...] *that he the plan Part-up abandons.* ‘that he abandons the plan.’

In the 20th century, the peculiar morphosyntactic behaviour of SCVs gave rise to a debate on their syntactic nature. The major theoretical challenge arises from the fact that SCVs display “phrasal properties in the syntax but behave as morphological units at the same time” (Dehé, 2015, p. 612). Within this debate, terminological issues have an important place (cf. Thim, 2012, p. 49). In particular, the traditional term *separable prefix* with reference to particles (or preverbs) has been criticised because it leads to a contradictory analysis whereby a bound morpheme can be moved according to syntactic rules (cf. Booij, 2002, p. 206). It appears, however, that the reasons and the history of this traditional term have not yet been studied in detail⁵¹.

The authors of the *TTL* acknowledge the semantic unity of separable verbs since many of them are listed in the macrostructure as independent headwords, e.g., *afspoelen* ‘to rinse; to wash down’, *bystaen* ‘to help; to assist’, *wederkeeren* ‘to come back; to return’, etc. The authors are fully aware of the peculiar

50 For a general overview, see Dehé (2015, p. 613–617).

51 For German, Scaglione (1981) constitutes an important contribution to the history of SCVs and their treatment in (High) German grammaticography.

syntactic behaviour of SCVs, and they even state that there are no comparable constructions in Latin.

By [...] is a preposition put before Flemish verbs as in *Bystaen* ‘to stay close’, etc. and it splits from the verb when conjugated (with a few exceptions) as in *Ick sta by* ‘I stay close to’, *Ick ben by* ‘I am at’, etc. but this does not occur in Latin (TTL, 1573, f. O4^R, my translation from Latin⁵²).

Perhaps aware of the difficulties that Flemish SCVs raise for foreign language learners, the authors offer ad hoc explanations on some prefixed and separable complex verbs. Since the phenomenon does not exist in Latin, this subgroup of metalinguistic notes constitutes the most original grammatical contribution of the *TTL*.

SCVs are designated with the Latin term *verba composita* ‘compound verbs’ (FR. *composition*)⁵³, since they are made up of two independent words⁵⁴. For instance, in *bystaen* the verbal element *staen* ‘to stand’ is a word by itself and can be used independently. The same goes for *by*, which can be used as a preposition or an adverb (cf. ENG. *by*). Therefore, *bystaen* is understood as a combination of two words, not of two morphological bases.

There are 18 metalinguistic notes concerned with the phenomenon of separability. Only one of those notes is appended to a verb entry (past participle *aenghewaeyt*). The other 17 headwords are: the inflectional affix *ge-*, 3 derivational prefixes (*be-*, *her-*, *ver-*), and 13 syntactically and morphologically ambiguous entries⁵⁵ (*achter*, *aen*, *af*, *by*, *dor*, *in*, *om*, *onder*, *op*, *toe*, *t’samen*, *voer*, *weder*). From a modern perspective all 13 ambiguous lemmata may function as separable particles. The *TTL*’s translation of these ambiguous entries into French and Latin shows that entries *achter*, *aen*, *dor*, *in*, *om*, *onder*, *op*, *toe*, *voer* are understood by the

52 In the original: “By, prope, iuxta, penes, apud, secus, vel ad. Estque præpositio quae præponitur Verbis Teutonicis: vt, Bystaen. Adstare, &c. & separatur in sua conjugatione, paucis exceptis: vt, Ick sta by. Sto ad. Ick ben by. Sum ad, &c. sed hoc apud Latinos non fit”.

53 E.g., s.v. *by*, s.v. *ge oft ghe*, etc.

54 On this viewpoint, see a brief discussion in Dibbets (1981, p. XLIII).

55 For instance, *achter* can be a preposition (*achter het huis* ‘behind the house’), an adverb (*Zij is achter in de tuin* ‘She is in the back of the garden’), a derivational prefix with main stress on the verbal base (*Zo achterhaal je wat de doelgroep verwacht* ‘In this way you can find out what are the expectations of the target group’) and a separable particle with the main stress on the particle (*Hij houdt belangrijke informatie achter* ‘He holds back important information’).

authors as prepositions and adverbs at the same time⁵⁶; *af* is only a preposition; *t'samen* and *weder* are adverbs.

The authors make a clear terminological distinction between the separable elements and the non-separable affixes. Derivational prefixes and the inflectional affix *ge-*, are normally referred to as *articles*⁵⁷; only the prefix *be-* is designated by the term *syllable*⁵⁸. The authors postulate that *articles*, i.e., affixes, cannot be separated from the verb when it is conjugated. The separable non-verbal element is referred to as a *particle*⁵⁹, or, more frequently, as a *preposition*⁶⁰. Additionally, the Flemish term *bysettinghe* (literally: 'adposition') is used as a synonym of LAT. *compositum* (employed only in plural) and illustrated by separable particles *achter*, *aen*, *by*, *dor*, *in*⁶¹. In all 13 ambiguous entries, the authors indicate that this element is separated from the verb when the verb is conjugated. The separability therefore depends on the verb form, not on the type of clause the verb is used in, and is considered as a property of the particle, which moves around the verb. For example, the entry *by* lists the following verbal forms that can trigger particle movement: 1) *præteritum tempus*, i.e., Simple Past tense; 2) *infinitivus*; 3) *participium*, i.e., past participle; 4) *nomen verbale*, verbal noun, probably meaning a nominalized infinitive. Under *weder*, the authors mention that there are two possible positions for the separable element: before and after the verb. In the entries *aenghewaeyt* and *ge oft ghe*, they also discuss the formation of past participles from separable verbs. The authors formulate the rule according to which the inflectional affix *ge-* inserts itself in past participles between the particle and the verb (cf. s.v. *aenghewaeyt*). However, no explicit general rule is given as to how the particle position is determined by the verb form. Two entries (*achter*, *by*) add that the separation does not apply with all verbs and that there are a few exceptions to the rule: sometimes the particle remains adjacent, regardless of the verb form.

56 For example, *achter* is translated into French as "derriere" and into Latin as "post, retro". All three lexical units (*derriere*, *post*, *retro*) can serve both as a preposition and as an adverb. Compare examples given in the *TTL*: *qui est derriere* '(one) that is behind' (adverb) and *derriere le temple* 'behind the temple' (preposition).

57 FL. *artijckel*, FR. *article*, LAT. *articulus*; e.g., s.v. *ge oft ghe*, s.v. *her*, s.v. *ver*; see also footnote 30.

58 FL. *syllabe*, FR. *syllabe*, LAT. *syllaba*; cf. s.v. *be*.

59 FR. *particule*, LAT. *particula(m)*; cf. s.v. *aenghewaeyt*.

60 FL. *voorstellinghe*, FR. *preposition*, LAT. *præpositio*; cf. s.v. *by*, s.v. *weest by mi / oft zijt by mi*, s.v. *toe / oft tho*.

61 Cf. s.v. *ge oft ghe*.

The *TTL* provides rich illustrative material that accompanies this metalinguistic description of the SCVs. Seven metalinguistic notes⁶² include examples, six of which contrast the infinitive with the 1p. sg. present tense, as in this example:

Af. Below something. [...] And it forms compositions with the Flemish verbs, separating itself from the verb in the conjugation: [...] like, *Afdoen* / *Ick doe af*. ‘to put down / I put down’. See below. (*TTL*, 1573, f. B2^R, my translation⁶³).

Another verb form that is frequently cited to reveal the separability of the particle is the past participle. Finally, sample phrases and sentences implicitly convey important information of the syntactic pattern of a separable verb, often also whether it is intransitive or transitive and whether it takes specific prepositions. For instance, when *aensteken* ‘to put; to fix’ is illustrated by the sentence *Steeckt dijnen rock aen* ‘Put on your coat’, the user can observe that the verb *aensteken* has a direct transitive construction (25).

- (25) *Aensteken*. ‘to put, to fix’
Ick steke an. ‘I put or fix.’
Vier aensteken. ‘to light the fire; to start the fire’
Een huys aensteken. ‘to set the house on fire’
Eenen rinck aen den vingher steken. ‘to put a ring on the finger’
Steeckt dijnen rock aen. ‘Put on your coat.’
Dat ghebraet aensteken. ‘to spit roast; to put roast on a spit’

However, the lists of sample phrases and sentences often include other phenomena. For instance, the entry cluster beginning with *aensteken* comprises examples which illustrate the SCV *aensteken*, but also one example that illustrates the prepositional verb *steken aen* + NP. In the sample phrase *eenen rinck aen den vingher steken*, *aen* is not a separable particle, but a preposition ‘on’ that governs the noun group *den vingher* ‘the finger’. Despite the difference in construction, the authors of the *TTL* consider that both examples illustrate the lemma *aensteken*. Consequently, their understanding of the phenomenon does not take into account the different syntactic functions that *aen* has in these examples, neither does it pay attention to prosodic differences: while the separable particle receives the main stress, this is not the case with the preposition *aen*. Simultaneous treatment of SCVs and prepositional verbs in

62 See *s.v. achter*, *s.v. aen*, *s.v. af*, *s.v. by*, *s.v. ge oft ghe*, *s.v. om*, *s.v. op*.

63 In the original: “Af. Jus de quelque chose. De. Et se compose avec les Verbes de bas Alman, se separant en la conjugaison. *Et componitur cum Verbis Teutonicis, et separatur in conjugatione: vt, Afdoen / Ick doe af. Je mets jus. Depono. Vide infra.*”

one and the same cluster is common in the *TTL*. In extreme cases, a SCV headentry may have as its sole illustration examples with look-alike prepositional constructions. For instance, the SCV *byleven* is only illustrated by *Ick leve by de ghenade Godes* ‘I live by God’s mercy’, *Hi leeft by den broode* ‘He lives by/on bread’. Both sentences display the verb *leven* with its preposition *by* ‘to live by/on smth’. It appears then that the authors make no clear distinction between separable particles and the look-alike prepositions, the two being considered as manifestations of one and the same linguistic unit.

A possible clue to this conception lies in the term of *preposition*, which is applied to the separable particles in the *TTL*. In Latin grammar, prepositions are seen as a composite class including both prepositions as free morphemes and (verb) prefixes as bound morphemes⁶⁴. The description of separable particles delivered by the authors of the *TTL* can be considered consistent within the limits of this traditional Latin framework. Within this conception, the separable particle and the genuine preposition form one morphosyntactic category whose most prominent feature is to be alternatively joined and split.

Although incomplete, the *TTL*’s description of verbal morphology and morphosyntax, in particular of SCVs, appears to be one of the earliest attempts to formulate the rules that guide the syntactic behaviour of verb particles. In any case, the earlier Flemish and German dictionaries identified by Claes (1970) as *TTL*’s sources do not include any metalinguistic comments of the sort⁶⁵. The innovative aspect of the work did not go unnoticed with contemporary language teachers and enthusiasts.

Reception

As can be gathered from the preface to *The Honourable Reputation of a Souldier* (1586), a bilingual English–Dutch reading book for English language learners, the *TTL* was considered by some contemporaries as a landmark in vernacular lexicography.

64 According to Donatus, there are three types of *praepositiones*: those that can be either split or joined, those that are always joined and those that are always split (Padley, 1976, p. 50, 129; Dibbets, 1985, p. 479). Priscian, on the other hand, makes a distinction between *praepositiones* that are always joined (*adpositio*) and those that can be split (*compositio*); he then adds that with verbs, *praepositiones* occur only in *compositio* (Baratin *et al.*, 2005, p. 16; Baratin, 2010, p. 187, 189). Whereas *TTL*’s use of *compositio* in regard to SCVs is in line with Priscian’s analysis, the use of *bysettinghe*, which seems to be a calque from LAT. *adpositio*, is not compatible with Priscian’s definition.

65 For German, I have checked the following works and editions: Petrus Dasypodius’ *Dictionarium Germanicolatinum* (1537, 1554), Johannes Frisius’ *Novum dictionariolum puerorum* (1556, 1568), and Josua Maaler’s *Die Teütsch spraach* (1561). For Flemish, see Zimont (2022).

Because certainly, if someone wanted to undertake the task of providing us with *A Treasure of The English Tongue*, as Ch. Plantin did for the Low Dutch language, and they would add to it an English and Dutch version of the small book called *De recta & emendata Anglicæ linguæ pronuntiatiōe*, which was written some time ago in England by the scholar and knight Sir Thomas Smith, they would truly deserve to be crowned [for this feat] in the hearts of all [language] enthusiasts from the bottom of their hearts [...] (Whetstone; Walraven, 1586, p. 12, my translation⁶⁶).

In this passage, the editor (and translator of the book) Jacob Walraven⁶⁷ deplores the lack of an English dictionary that would be comparable to Plantin's *TTL*⁶⁸ and makes an appeal to the scholarly public in the hope that someone might undertake the challenge. The title suggested by Walraven (*Een Schat der Engelscher spraken*) is a direct allusion to the Flemish title of the *TTL* (*Schat der Neder-duytscher spraken*).

Although the *TTL* never had a second edition⁶⁹, it exerted significant influence on later lexicography with Flemish. In particular, the 1576 Flemish–French dictionary compiled by Mat(t)hias Sasbout (*fl.* 1572–1586) draws heavily on the *TTL* (Riemens, 1921, p. 17–18; CLAES, 2000, p. 230)⁷⁰. Sasbout's dictionary served as a main source for the Flemish–French dictionary by Elcie Edouard Leon Mellema (1544 – ca. 1591/1596) which, in turn, passed *TTL*'s word list on to the first Dutch–English dictionary of Henry Hexham (Osselton, 1969)⁷¹. An abridged version of the *TTL*, in which the initial order of the languages was inverted to Flemish–Latin–French, came out in Franeker in 1595 under the

66 In the original: “Want zekerlick, zo ons yemant wilde beneerstigen, *Een Schat der Engelscher spraken*, even als Ch. Plantijn int Nederduytsch ons heeft verschaft: oock mede int Engelsch ende Nederduytsch ons wilden t'zamen voegen het Boexken, *de recta & emendata Anglicæ linguæ pronuntiatiōe*, eertijts by den geleerden Heere ende Ridder Syr Thomas Smith in Engelandt gemaect: die waren waerlix waerdich, om van alle Liefhebberen int hert hertelic gecroont te zijn [...]”.

67 On Walraven and his didactic bilingual edition of Whetstone's book, see Loonen (1990, p. 25–26, 66–67, 94–95).

68 On the state of English lexicography at the end of the 16th century, see Considine (2022).

69 As a dictionary of Flemish, the *TTL* was soon superseded by a *Dictionarium Teutonico-Latinum* (1574) which was the work of Plantin's corrector Cornelis Kiliaan. Despite its smaller word list (only ca. 12,000 entries), Kiliaan's Flemish-to-Latin dictionary had great success and was followed by two enlarged and revised editions (1588 and 1599) that surpassed by far the *TTL* in both quantitative and qualitative respects; see Claes (1970, 1977), Van Sterkenburg (2011) and references there.

70 About 70% of Sasbout's articles are borrowed from the *TTL* (Zimont, 2022, p. 129).

71 Lindemann (1982, p. 39) also identified influence of the *TTL* on an anonymous Flemish–French dictionary published by Jan (I) van Waesberghe in 1577.

title *Trium Linguarum Dictionarium* (Lindemann, 1994, p. 294-295)⁷². Although *TTL*'s grammatical annotations are only rarely reproduced in these dictionaries, their entry lists invariably adopt the same treatment of SCVs and look-alike prepositional verbs as in the *TTL*.

TTL's impact on Flemish and/or Dutch grammaticography appears to be more limited. In the case of SCVs, 16th- and 17th-century grammars adopt an analysis that is very close to that found in the *TTL*: the anonymous author(s) of *Twe-spraak* (1584), Christiaen Van Heule (1625), Allardus Kók (1649), Petrus Leupenius (1653), and Philippe la Grue (1688) regard the separable particle as a peculiar subtype of *prepositions*. On a terminological level, however, no tangible traces of *TTL*'s influence have yet been identified. On the contrary, *TTL*'s sparse Flemish terminology displays several original features that are not found in later grammatical writings. For instance, the term *bysettinghe* used in the *TTL* to refer to the separable particle, appears in Van Heule's grammar (1625), but with a different meaning: 'paragoge' (Ruijsendaal, 1989, p. 10; cf. Dibbets, 1995, p. 307-316). In other instances, the *TTL* provides us with attestations of grammatical terms much earlier than those found in grammars, e.g., *artijckel* 'article', whose first attestation Ruijsendaal (1989) dates to 1638. Finally, the terms *doende wijze* 'active voice' and *voorstellinghe* 'preposition', absent from reference works on the history of Dutch grammatical terminology (Ruijsendaal, 1989, p. 9, 245-248; cf. Dibbets, 1995, p. 240-245), constitute new valuable additions to this field of study.

Conclusion

The *TTL*, designed as a learner's dictionary for non-native speakers of Flemish, provides various types of grammatical information on Flemish that are absent from earlier dictionaries of Dutch. Scattered across the dictionary's columns and entries, metalinguistic labels and notes allow a reconstruction of the grammatical framework within which the *TTL*'s authors undertook their description of Flemish. Despite the atomized presentation of the matter, the inventory of grammatical categories, classes, and rules in the *TTL* is sufficiently elaborate to be comparable with the contents of the earliest grammars of Flemish and/or Dutch. While the strategy adopted by the *TTL*'s authors is overall typical for the 16th century and consists in adapting Latin or Greek (cf. on articles) grammatical concepts to a vernacular language, the description of

⁷² *Trium Linguarum Dictionarium Teutonicæ, Latinæ, Gallicæ. Omnibus aliis, hujus formæ Dictionariis multò locupletius, & majori quàm hactenus diligentia castigatum & correctum.* Franekeræ: apud Ægidium Radæum Ordinum Frisiæ typographum, 1595. It should be noted that the editor and compiler Gilles van den Rade, *alias* Ægidius Radæus (ca. 1545 – ca. 1615) does not explicitly acknowledge the *TTL* as his source.

Flemish in this work is also inspired and supported by the existence of similar forms and constructions in French (especially in phonetics, graphemics, and the analysis of analytical past tense forms). Further, in the case of SCVs, an area which does not have parallels in French, Latin or Greek, the *TTL*'s authors develop unprecedented insights. Although the terms used in this case are inherited from Latin grammar, their meaning is broadened to describe Flemish grammatical features (also common to other Germanic languages), and those Latin terms are sometimes also glossed through new or, at least, previously unattested Flemish terms, specifically *doende wijze* and *voorstellinghe*. The degree of detail and the number of grammatical indications included in the *TTL* constitute a telling example of how lexicographical practice can show evidence of insights into grammatical reflection. They suggest that greater attention to dictionaries in the history of (Dutch) grammaticography would be rewarding.

References

ANONYMOUS. 1573. **THESAURVS THEVTONICÆ LINGVÆ. Schat der Nederduytscher spraken. Inhoudende niet alleene de Nederduytsche woorden / maer oock verscheyden redenen en manieren van spreken / vertaelt ende ouergeset int Fransois ende Latijn. Thresor du langage Bas-alman, dict vulgairemeēt Flameng, traduit en François & en Latin.** Antverpiæ: Ex officina Christophori Plantini Prototypographi Regij, 1573.

ARMSTRONG, E. **Robert Estienne Royal Printer. An Historical Study of the Elder Stephanus.** Cambridge: Cambridge University Press, 1954.

AUROUX, S. **La révolution technologique de la grammatisation.** Liège: Mardaga, 1994.

BARATIN, M. **Priscianus Caesariensis. Grammaire. Livre XVII – Syntaxe, 1 ;** texte latin, traduction introduite et annotée par le Groupe Ars Grammatica. Paris: Librairie philosophique J. Vrin, 2010.

BARATIN, M.; BIVILLE, F.; BONNET, G.; CHAMBON, L.; COLOMBAT, B.; CONDUCHÉ, C.; GARCEA, A.; HOLTZ, L.; KELLER, M.; MARCHAND, D. Le *De aduerbio* de Priscien. **Histoire Épistémologie Langage**, Paris, v. 27, n. 2, p. 7-91, 2005. Available at: <https://shs.hal.science/halshs-01171031v1>. Accessed at : 24 jul. 2024.

BOOIJ, G. **The Morphology of Dutch.** Oxford: Oxford University Press, 2002.

BOOIJ, G. From syntax to morphology: Separable complex verbs. *In*: SCHANER-WOLLES, Ch.; RENNISON, J.; NEUBARTH, F. **Naturally! Linguistic Studies in Honour of Wolfgang Ulrich Dressler Presented on the Occasion of his 60th Birthday**. Torino: Rosenberg & Sellier, 2001. p. 59-64.

BOSTOEN, K. J. **Kaars en bril. De oudste Nederlandse grammatica**. Middelburg: Koninklijk Zeeuwsch genootschap der wetenschappen, 1985.

BOURLAND, C. **The Guild of St.-Ambrose, or Schoolmasters' Guild of Antwerp: 1529–1579**. Northampton (Massachusetts): Smith college – Department of history, 1951.

BRANDON, E.E. **Robert Estienne et le dictionnaire français au XVI^e siècle**. Genève: Slatkine Reprints, 1967 [1904].

BROWN, K. **Encyclopedia of Language & Linguistics**. 2nd ed. Amsterdam: Elsevier, 2006.

CLAES, F. s.j. Vocabulaires et livres de conversation pour apprendre le français aux Pays-Bas espagnols entre 1550 et 1700. *In*: DE CLERCQ, J.; LIOCE, N.; SWIGGERS, P. **Grammaire et enseignement du français, 1500–1700**. Leuven/Paris/Sterling: Peeters, 2000. p. 217-235.

CLAES, F. s.j. Über die Verbreitung lexicographischer Werke in den Niederlanden und ihre wechselseitige Beziehungen mit dem Ausland bis zum Jahre 1600. *In*: NOORDEGRAAF, J.; VERSTEEGH, K.; KOERNER, E. F. K. **The History of Linguistics in the Low Countries**. Amsterdam: Benjamins, 1992. p. 17-38.

CLAES, F. s.j. De lexicografie in de zestiende eeuw. *In*: BAKKER, D. M.; DIBBETS, G. R. W. **Geschiedenis van de Nederlandse taalkunde**. Den Bosch: Malmberg, 1977, p. 205-217.

CLAES, F. s.j. L'influence de Robert Estienne sur les dictionnaires de Plantin. **Cahiers de lexicologie**, Paris, v. 23, n. 2, p. 109-116, 1973.

CLAES, F. s.j. **De Thesaurus van Plantijn van 1573**. 's-Gravenhage: Mouton, 1972.

CLAES, F. s.j. **De bronnen van drie woordenboeken uit de drukkerij van Plantin. Het *Dictionary Tetraglotton* (1562), de *Thesaurus Theutonicae linguae* (1573) en Kiliaans eerste *Dictionary Teutonico-Latinum* (1574)**. Brussels: Belgisch interuniversitair centrum voor neerlandistiek, 1970.

CONSIDINE, J. **Sixteenth-century English Dictionaries**. Oxford: Oxford University Press, 2022.

DE CLERCQ, J. Gabriel Meurier, een XVIe-eeuws pedagoog en grammaticus in Antwerpen. **Meesterwerk**, Amsterdam, v. 10, p. 29-46, 1997.

DE SMET, G. Deutsche Einflüsse auf die niederländische Lexikographie des 16. Jahrhunderts. **Niederdeutsche Mitteilungen**, Lund, v. 22, p. 65-90, 1966.

DE TOLLENAERE, F. De lexicografie in de zeventiende en achttiende eeuw. In: BAKKER, D. M.; DIBBETS, G. R. W. **Geschiedenis van de Nederlandse taalkunde**. Den Bosch: Malberg, 1977. p. 219-227.

DEHÉ, N. Particle verbs in Germanic. In: MÜLLER, P. O.; OHNHEISER, I.; OLSEN, S.; RAINER, F. **Word Formation. An International Handbook of the Languages of Europe**. Berlin: De Gruyter, 2015. p. 611-626.

DIBBETS, G. R. W. **De woordsoorten in de Nederlandse triviumgrammatica**. Münster: Nodus Publikationen, 1995.

DIBBETS, G. R. W. **Twe-spraak vande Nederduitsche letterkunst (1584)**; ingeleid, geïnterpreteerd, van kommentaar voorzien en uitgegeven door Dr. G.R.W. Dibbets. Assen/Maastricht: Van Gorcum, 1985.

DIBBETS, G. R. W. (ed.). **Ont-werp der Neder-duitsche letter-konst, uitgegeven, ingeleid en van kommentaar voorzien door dr. G.R.W. Dibbets**. Assen: Van Gorcum, 1981.

DIBBETS, G. R. W. Grammaticale geschriften uit de zestiende eeuw. In: BAKKER, D. M.; DIBBETS, G. R. W. **Geschiedenis van de Nederlandse taalkunde**. Den Bosch: Malmberg, 1977. p. 23-37.

FURNO, M. Editing the *Thesaurus Linguae Latinae*: Robert Estienne's Dream and Nightmare. In: GRAHELLI, Sh. **Buying and selling. The Business of Books in Early Modern Europe**. Leiden/Boston: Brill, 2019. p. 208-222. DOI: https://doi.org/10.1163/9789004340398_011.

FURNO, M. Les dictionnaires de Robert Estienne: sens et finalités d'une œuvre lexicographique. **Voces**, Salamanca, v. 10, p. 11-27, 1999. Available at: <https://revistas.usal.es/dos/index.php/1130-3336/article/view/5433>. Accessed at : 24 jul. 2024.

HAUSMANN, F. J. Wörterbuchgeschichte und Historiographie der Linguistik. *In*: HÜLLEN, W. **Understanding the Historiography of Linguistics. Problems and Projects**. Münster: Nodus Publikationen, 1990. p. 219-228.

IMHOF, D. Plantijns achtdelige *Biblia regia*: de internationale top. *In*: PAPY, J. **Erasmus' droom. Het Leuvense Collegium Trilingue, 1517-1797**. Leuven/Paris/Bristol (CT): Peeters, 2017. p. 432-434.

LINDEMANN, M. **Die französischen Wörterbücher von den Anfängen bis 1600. Entstehung und typologische Beschreibung**. Tübingen: Max Niemeyer, 1994.

LINDEMANN, M. Les apports du *Thesaurus theutonicae linguae* dans la lexicographie du XVI^e siècle. *In*: HÖFLER, M. **La lexicographie française du XVI^e au XVIII^e siècle. Actes du colloque international de la lexicographie dans la Herzog August Bibliothek, Wolfenbüttel (9-11 octobre 1979)**. Wolfenbüttel: Herzog August Bibliothek, 1982. p. 33-47.

LOONEN, P. L. M. **For to Learne to Buye and Sell. Learning English in the Low Dutch Area Between 1500 and 1800: a Critical Survey**. Groningen: Universiteitsdrukkerij, 1990.

McLELLAND, N. Albertus (1573) and Ölinger (1574): Creating the first grammars of German. **Historiographia Linguistica**, Amsterdam, v. 28, p. 7-38, 2001.

OSSELTON, N. E. The sources of the first Dutch and English dictionary. **The Modern Language Review**, Leeds, v. 64, n. 2, p. 355-362, 1969.

PADLEY, G. A. **Grammatical Theory in Western Europe, 1500-1700. The Latin Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

RIEMENS, K. J. **Les débuts de la lexicographie franco-néerlandaise. Leçon d'ouverture faite le 28 janvier 1921**. Paris: Édouard Champion, 1921.

RUIJSEDAAL, E. **Terminografische index op de oudste Nederlandse grammaticale werken**. Amsterdam: Stichting Neerlandistiek VU, 1989.

SCAGLIONE, A. D. **The Theory of German Word Order from the Renaissance to the Present**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981.

STIEBELS, B.; WUNDERLICH, D. Morphology feeds syntax: the case of particle verbs. **Linguistics**, The Hague, v. 32, n. 6, p. 913-968, 1994.

TAVONI, M. Western Europe. *In*: LEPSCHY, G. **History of Linguistics. V. 3. Renaissance and Early Modern Linguistics**. London/New York: Longman, 1994-1998. p. 2-108.

THIM, S. **Phrasal Verbs. The English Verb-Particle Construction and its History**. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2012.

VAN DER HORST, J. M. **Geschiedenis van de Nederlandse syntaxis**. Leuven: Universitaire Pers Leuven, 2008.

VAN STERKENBURG, P. **Van woordenlijst tot woordenboek. Een geschiedenis van woordenboeken van het Nederlands**. 2nd rev. ed. Schiedam: Scriptum, 2011.

VOET, L. **The Golden Compasses. The History of the House of Plantin-Moretus**. 2 vols. Amsterdam/London/New York: Vangendt & Co/Routledge & Kegan Paul/Abner Schram, 1969-1972.

WHETSTONE, G.; WALRAVEN, J. **The Honourable Reputation of a Souldier. With a Morall Report of the Vertues, Offices and (by abuse) the disgrace of his Profession. De Eerweerdighe achtbaerheyt van een soldener**. Leiden: Jan Paedts Jacobsz. and Jan Bouwensz., for Thomas Basson, 1586.

ZIMONT, E. **La lexicographie bilingue français-néerlandais et néerlandais-français (1527-1656). Étude de métalexicographie historique**. PhD thesis – Faculté de Philosophie et Lettres, Université de Liège, Liège, 2022.

Como citar este trabalho:

ZIMONT, Elizaveta. The Thesaurus Theutonicae linguae (1573): dictionary as a grammar. **Revista do GEL**, v. 21, n. 3, p. 192-220, 2024. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>.

Submetido em: 09/10/2024 | Aceito em: 14/01/2025.

Shaping Comparative Linguistics: The Achievement of Franz Bopp

Pierre SWIGGERS¹

¹ University of Leuven, Leuven, Bélgica;

| pierre.swiggers@kuleuven.be | <https://orcid.org/0000-0001-9814-2530>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i3.3794>

Abstract: Franz Bopp (1791-1867) is commonly regarded as one of the founding fathers of Indo-European comparative grammar. Bopp's primary interest was in the origin of grammatical forms, a goal he pursued, from 1816 on, through the analytical comparison of formative processes of inflectional word classes in Sanskrit, Greek, Latin, German, and Persian in a first stage (other Indo-European languages were progressively included in his scholarly spectrum). The larger part of Bopp's work was in the field of Sanskrit, but his interest in the unitary mother language (*Stammsprache*) led him to write the first comparative grammar of Indo-European (published in three volumes over the years 1833-1852); this comprehensive work (of which a second edition appeared in 1857-1861, and a third in 1868-1871) was preceded and followed by studies in which Bopp applied an analytical procedure to the segmentation, the classification and the explanation of grammatical forms. The present contribution examines the assumptions or hypotheses underlying Bopp's work, and the resulting claims (regarding the structure of Indo-European roots, the constitution of grammatical forms, and the content-side of grammatical morphemes), with an eye to Bopp's intellectual and institutional position as well as to his appraisal by contemporaries and by subsequent generations of scholars.

Keywords: Analytical comparison (of linguistic forms). Franz Bopp. Comparative linguistics. Wilhelm von Humboldt. Indo-European. Sanskrit.

Moldando a Linguística comparada: a conquista de Franz Bopp

Resumo: Franz Bopp (1791-1867) é comumente considerado um dos fundadores da gramática comparativa indo-europeia. O interesse principal de Bopp estava na origem das formas gramaticais, objetivo que ele perseguiu, a partir de 1816, através da comparação analítica de processos formativos de classes de palavras flexionais em sânscrito, grego, latim, alemão e persa numa primeira etapa (outras línguas indo-europeias foram progressivamente incluídas no seu espectro). A maior parte do trabalho de Bopp foi no campo do sânscrito, mas o seu interesse pela língua materna unitária (*Stammsprache*) levou-o a escrever a primeira gramática comparativa do indo-europeu (publicada em três volumes ao longo dos anos 1833-1852); esta obra abrangente (da qual apareceu uma segunda edição em 1857-1861, e uma terceira em 1868-1871) foi precedida e seguida por estudos nos quais Bopp aplicou um procedimento analítico à segmentação, à classificação e à explicação de formas gramaticais. A presente contribuição examina os pressupostos ou hipóteses subjacentes ao trabalho

de Bopp e as reivindicações resultantes (relativamente à estrutura das raízes indo-europeias, à constituição das formas gramaticais e ao conteúdo dos morfemas gramaticais), com um olhar para a posição intelectual e institucional de Bopp, bem como na sua avaliação pelos contemporâneos e pelas gerações subsequentes de estudiosos.

Palavras-chave: Franz Bopp. Comparação analítica (de formas linguísticas). Linguística comparada. Wilhelm von Humboldt. Indo-europeu. Sânscrito.

| 1. Franz Bopp: The road to (Indo-European) comparative grammar

Born in Mainz on September 14, 1791 to a family² in the service of the Prince-Elector (*Kurfürst*) of Mainz, viz. Friedrich Karl von Erthal, Franz Bopp's youth was marked by the political and ideological context of the French Revolution. In 1797 the treaty of Campo Formio assigned Mainz to the French Republic, upon which the Bopp family followed the Mainz court in its move to Aschaffenburg, where a new university was founded by Karl Theodor von Dalberg, consisting of the faculties of theology, philosophy and law. Bopp, after studying at the Aschaffenburg gymnasium, enrolled at its university, which had a short life-span (1808-14), largely coinciding with young Bopp's academic education (1809-12). Among the professors at Aschaffenburg the one who left the deepest impression on him was Karl Joseph Hieronymus Windischmann [1775-1839], professor of philosophy and of (universal) history (German *Weltgeschichte*). Windischmann, who later published a comprehensive work on Oriental philosophy (*Die Grundlagen der Philosophie im Morgenland*, 1827-1834) was a thinker strongly influenced by Romanticism, and an admirer of the ancient Oriental cultures of Egypt, Mesopotamia, Persia, India and China. Windischmann's classes, building on the excitement caused by then recently published works on Oriental religion, philosophy and literature, such as Friedrich Schlegel's [1772-1829] *Über die Sprache und Weisheit der Indier* (1808) and Johann Joseph (von) Görres' [1776-1848] *Mythengeschichte der asiatischen Welt* (1810), captivated the mind of Bopp, and determined him to embark on the study of the classical languages of India, Vedic and Sanskrit. No doubt his thorough reading of Schlegel's 1808 book, containing praise for the Sanskrit language, catalyzed his decision. He was encouraged to study Oriental languages in Paris by Helmine (Wilhelmina) von Chézy (born Freiin von Klencke) [1783-1856], the wife of Antoine Léonard de

² Bopp's father, Andreas Bopp, was a Bavarian civil functionary at the service of the Mainz court; his mother, Regina Linck, descended from a bourgeois family in Mainz. On Franz Bopp's life and career, see Kuhn (1868), Leskien (1876), Lefmann (1891-97), Wüst (1955), Koerner (1984) and Schlerath (1989).

Chézy [1773-1832], professor of Oriental languages in Paris, when she visited the court at Aschaffenburg in 1812³. In the autumn of 1812 Bopp, having received a stipend from the Bavarian government⁴, installed himself in Paris, and started taking classes with Chézy and Antoine-Isaac Silvestre de Sacy [1758-1838].

While Chézy's knowledge of the Sanskrit language was limited, he strongly supported Bopp in his study of Indian mythology and literature. According to Bopp's own testimony⁵ he largely studied Sanskrit on his own, and while in Paris, he even taught Sanskrit to August-Wilhelm Schlegel [1767-1845]. With Sacy Bopp studied Persian and (classical) Arabic, and became acquainted with the principles and terminology of morphological analysis as practiced in the Jewish-Arabic tradition⁶. From Bopp's correspondence with Windischmann during his years in Paris⁷ it is clear, however, that his fundamental interest was a philosophical-historical one: "the study of the Vedas is my goal", he wrote on February 24, 1815 (*Die Veda's sind mein Ziel*; Lefmann, 1891-1897: vol. II, p. 18*); and on November 20, 1815 he outlined his ideas on turning the study of languages into a philosophical and historical subject. In a letter of late May or early June 1816 he was even more explicit:

Mein Plan geht dahin, von allen Sprachen, wovon einige Kenntniss zu erwerben möglich, das eigentliche Wesen aufzufassen und ihr Verhältniss und Beziehung zu andern Sprachen (Lefmann, 1891-1897: vol. I, p. 41*)⁸.

[My plan consists in capturing, for all the languages of which one can attain some knowledge, their true essence and their relationship to other languages (my translation)]

3 The meeting with Bopp is mentioned in H. von Chézy, *Unvergessenes: Denkwürdigkeiten aus dem Leben der Helmine von Chézy, von ihr selbst erzählt* (Leipzig, 1858), vol. II, p. 64.

4 The fellowship granted to Bopp was the object of an explicit mention by August-Wilhelm Schlegel in the *Heidelberger Jahrbücher der Litteratur*, fasc. 9 of September 1815, p. 892; this is the first reference to Franz Bopp in the scholarly literature.

5 See Bopp's preface to his edition of the Nala episode (Bopp 1819); cf. also his correspondence with Windischmann.

6 The morphological analysis into roots, modifying elements, endings, as practiced in the Jewish-Arabic tradition and in Sanskrit grammar introduced a new perspective in Bopp's view of grammatical organization, based on the classification into word classes; for the latter aspect, he was indebted to A.F. Bernhardt (*Sprachlehre*, Berlin, 1801-1803, 2 vols; *Anfängsgrunde der Sprachwissenschaft*, Berlin, 1805) and G. Hermann (*De emendanda ratione Graecae grammaticae*, Leipzig, 1801).

7 See Lefmann (1891-97: vol. I, p. 3*-57*); in total there are 32 letters for the period between January 1813 and October 1818.

8 I have respected the orthography of the original.

Around the same time Bopp's first work, written in German, was published – while he was still studying in Paris – by the Andreäische Buchhandlung in Frankfurt. The printing of the book, titled *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache, nebst Episoden des Ramajan und Mahabharat in genauen, metrischen Uebersetzungen aus dem Originaltexte und einigen Abschnitten aus den Veda's*, had been overseen by Windischmann, who contributed an enthusiastic preface (*Vorerinnerungen*, “Preliminary memories”)⁹. Windischmann's introduction reads as the “investiture” of the leader of what was to become a German discipline, revolutionizing the current state of language study, and showing the historical-anthropological relevance of the old Germanic (!) language monuments. As a matter of fact, after stressing his own merits in having fostered Bopp's philosophical and historical interest in the study of languages, and after outlining Bopp's project to study the character and mindset of Oriental antiquity (*Charakter und Denkart des morgenländischen Altherthums*), Windischmann stresses the importance of the study of Gothic for Bopp and, more generally, for all those interested in the relationships between Sanskrit and German.

Windischmann touches upon the fundamental aim of Bopp's 1816 work: its goal is to show the organic workings of language. In order to do this, Bopp analyses the most fundamental component in language, viz. the verb (*Zeitwort*, ‘time-word’), which is the grammatical bond between subject and predicate, and thus the expression of the essential relation in language. The approach must be comparative, so as to enhance the validity of the resulting conclusions; and the comparison deals with the ‘sacred language of India’ – most apt to express, through inner inflection of the stem syllable, the various relations and additional features¹⁰ – and its cognate languages, viz. Greek, Latin, German and Persian¹¹.

Unter den Sprachen, die mit dem Sanskrit in engster Verwandtschaft stehen, verstehe ich vorzüglich das Griechische, Lateinische, Germanische und Persische. [...] Um die Wahrheit dieser für die Geschichte der Sprachen äusserst wichtigen Sätze in ihrem vollen Lichte zu zeigen, ist es nothwendig, uns vor allem mit dem Conjugationssystem der altindischen Sprachen bekannt zu machen, sodann die Conjugationen der griechischen

⁹ The preface is dated May 16, 1816, but this is probably an anticipatory dating for the actual publication date of the work. On May 16, 1866 colleagues and (former) students of Bopp organized a celebration commemorating the 50th anniversary of the publication of the *Conjugationssystem*.

¹⁰ For this idea, see Bopp (1816, p. 6-7).

¹¹ Cf. Bopp (1816, p. 137) on his goal of establishing the principles and origin of the grammatical forms.

und römischen, der germanischen und persischen Sprache vergleichend zu durchgehen, wodurch wir deren Identität einsehen, zugleich aber die allmähliche und stufenweise Zerstörung des einfachen Sprachorganismus erkennen und das Streben beobachten werden, denselben durch mechanische Verbindungen zu ersetzen, woraus, als deren Elemente nicht mehr erkannt wurden, ein Schein von neuem Organismus entstand (Bopp, 1816, p. 9, 10-11).

[Among the languages that stand in closest relationship to Sanskrit, I accord a special place to Greek, Latin, Germanic, and Persian. [...] In order to show in full light the truth of these sentences so utterly important for the history of languages it is necessary to become acquainted first of all with the conjugation system of the old Indic languages, and then to deal comparatively with the conjugation of the Greek, Latin, Germanic and Persian languages, so that we can understand their unity, and at the same time the progressive and gradual perturbation of the simple language organism, and so that we can observe the tendency to replace this (organism) with mechanic combinations, out of which the appearance of a new organism arises when their elements are no longer recognized (my translation)]

Bopp speaks here of affinity or parental relationship (*Verwandtschaft*), and this should be taken in the sense of form-organizational relationship, and not in the sense of a 'generational' relationship of descent. As a matter of fact, Bopp notes that Bengali, though more closely linked to Sanskrit, as shown by its lexicon, is grammatically – i.e. 'structurally' – rather distinct from the classical language of India.

Bopp's *Conjugationssystem* is an attempt to understand the formation (*Bildung*) of verb forms, as it existed in the "simple language organism" (*einfaches Sprachorganismus*); this simple organism has to be studied primarily through the analysis – in fact a dissection of verb forms – of the verb system in Sanskrit, Greek, and Gothic, since languages such as Latin testify to the introduction of new processes, especially periphrasis (*Umschreibung*); such processes are not new 'organic' modifications, but mechanical devices.

In his 1816 work Bopp proceeds by discussing, consecutively, the building of verb forms in Sanskrit (chapter 2, p. 12-60), Greek (ch. 3, p. 61-87), and Latin (ch. 4, p. 88-115); those of German(ic) and Persian are treated together in a single chapter (ch. 5, p. 116-136)¹². The ideas put forward in the *Conjugationssystem* can be summarized as follows:

¹² In an appendix Bopp (1816, p. 137-157) deals with the past tense verb forms in Germanic.

(1) The analytical comparison of the verb system of the five languages shows a common origin;

(2) This common origin appears in the two formative processes, viz.

a) internal change (*Ablaut*) of the root

b) agglutination or incorporation (*Einverleibung*), which is chronologically posterior¹³.

Bopp uses comparison here in order to substantiate a *glottogenetic* claim, viz. to explain inflection as arising from the fusion of lexical roots or stems with independent (grammatical) elements. In his 1816 work Bopp refrained from elaborating on the theoretical implications of this view, but he was well aware of the fact that this view was radically opposed to the one put forward by Friedrich Schlegel, who had clearly separated internal modification of the root (as an organic principle) and external annexing (as a mechanical procedure), assigning these to two radically different types of languages.

2. The Humboldt connection

Determined to delve deeper into the structure of Sanskrit, Bopp conceived the idea of studying in England, and of getting in touch with Sanskrit scholars there. He obtained a stipend from the Bavarian government and left for London in October 1818, where he actively studied Sanskrit manuscripts. There Charles Wilkins [1749-1836] put at his disposal Sanskrit letter fonts, so that Bopp's edition, with a Latin translation, of the famous *Mahābhārata* episode concerning king Nala could appear in print in 1819 (Bopp 1819). For this edition Bopp used the transcripts he had first made in Paris and collated these with the new manuscript witnesses he found in London. But through his contacts with Wilhelm von Humboldt [1767-1835] he was encouraged to pursue the ideas outlined in his *Conjugationssystem*. Embarking upon an English translation of his 1816 work, Bopp was led to make explicit his disagreement¹⁴ with Friedrich Schlegel¹⁵, and to provide a theoretical foundation for his views on the constitution of verb forms. In June 1820 the result of his English reworking was published in

¹³ See Bopp (1816, p. 95 and 96); Bopp identifies this *Einverleibung* specifically in the future forms of Sanskrit and Greek, in the precativ forms of Sanskrit, and in the perfect and imperfect forms of Latin.

¹⁴ The first traces of (implicit) disagreement appear in the appendix (*Nachtrag*) of the *Conjugationssystem*.

¹⁵ An extremely interesting testimony concerning Bopp's changing attitude with regard to F. Schlegel's views is offered by his letter of March 5, 1820 to W. von Humboldt published in Lefmann (1891-97: vol. III [= *Nachtrag*], p. 7).

the *Annals of Oriental Literature* under the title *Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin, and Teutonic Languages, Shewing the Original Identity of their Grammatical Structure* (Bopp 1820)¹⁶. The 1820 text is strikingly different from Bopp's 1816 work. On the one hand, it leaves out completely Persian; on the other hand, its organization is determined not by the successive treatment of various ancient languages, but by a theoretical division: after the introduction there are just two chapters, a briefer one dealing with the "roots", a longer one dealing with the "verbs".

Of all of Bopp's works, the *Analytical Comparison* is the one that has the most theory in it. There is first an explicit statement about the value of the comparative endeavor; the inquiry into the 'analogy' of Sanskrit with Greek, Latin, and Germanic has a threefold relevance:

It shews the higher or lower degree of affinity by which nations, who in the remotest antiquity wandered from the land of their ancestors into Europe, are connected with the present inhabitants of India.

It shews, secondly, that those refinements of grammatical construction by which the Sanskrit is so advantageously distinguished from all the spoken dialects of the Indian world, already existed in that remote antiquity, when colonies, leaving their Asiatic seats, transplanted into Europe their native tongue [...]

Another and not less important reason, which makes a critical comparison of the Sanskrit with its European sisters, worthy to be undertaken, is the light thrown thereby upon each of the languages compared, and the clearer view we thence obtain of the most ancient forms of each respectively, and probably some conception of the original and primitive signification of a great part of the grammatical inflections common to all (Bopp, 1820, p. 1-2).

A second important theoretical statement relates to the role of Sanskrit in the comparison: in his 1816 book Bopp had not been very clear on this issue, but in 1820 he puts Sanskrit on the same level as the other languages, i.e. as "subsequent variations of one original language". While Sanskrit is said to have best preserved the characteristics of the original language, it also happens that in some instances "grammatical forms lost in Sanskrit have been preserved in Greek or Latin".

¹⁶ The work was reedited by Friedrich Techmer in his *Internationale Zeitschrift für allgemeine Sprachwissenschaft* 4 (1889), p. 14-60, together with a letter by Wilhelm von Humboldt. This reedition was reprinted in 1974.

Thirdly, in the *Analytical Comparison* Bopp expounds his theory of the Indo-European root as monosyllabic¹⁷, segmentally diversified (possible configurations that are mentioned are V, CV, CVC, VC [V = vowel; C = consonant]), and not defined by the number of “letters”.

Fourthly – and here Bopp assumes a stand radically opposed to that of Friedrich Schlegel¹⁸ – the grammatical forms of Indo-European¹⁹ can consist of inflection and of affixing (= addition). Bopp also redefines “grammatical inflection” as it was used by Schlegel: he distinguishes (a) genuine inflection²⁰, which is either a change of vowels (= *Ablaut*) or a (consonantal) reduplication, a process which does not involve a “modification of the sense”, and (b) the process (erroneously labelled ‘grammatical inflection’ by F. Schlegel) of adding “particles” to a (verbo-nominal) root, a formative process which entails a modification of the sense.

The fifth theoretical statement underlying Bopp’s view of the build-up of grammatical forms has a philosophical basis: referring to the ideas of Everardus Scheidius [1742-1795]²¹, Bopp (1820, p. 11) defends the thesis – ultimately reaching

17 Bopp may have found inspiration for this view of monosyllabic roots in J.C. Adelung’s *Über den Ursprung der Sprache und den Bau der Wörter, besonders des Deutschen* (Leipzig, 1781). The claim of monosyllabic roots entailed two consequences: (a) the rejection of F. Schlegel’s theory; (b) the analysis (supported by data from the Semitic languages) of personal affixes as deriving from pronouns.

18 Bopp’s departure from F. Schlegel’s views also separated him from Friedrich’s brother (and Bopp’s former fellow-student) August-Wilhelm Schlegel (cf. Timpanaro 1973); the latter may have encouraged Christian Lassen to write a long, and rather critical review of Bopp’s Sanskrit grammar (*Indische Bibliothek* 3, 1828-1830, p. 1-113).

19 Bopp mostly speaks of *Stammsprache*, or of *Urperiode der Sprache* (or *Periode der Spracheinheit*) with reference to what we call today (common or proto-) Indo-European; although he used *indisch-europäisch* in his *Vergleichende Grammatik* (cf. Bopp, 1833, p. V: “indisch-europäischer Sprachstamm”) and, in the later editions, *indoeuropäisch* (cf. Bopp, 1857, p. XXIV: “Ich nenne den Sprachstamm, dessen wichtigste Glieder in diesem Buche zu einem Ganzen vereinigt werden, den indoeuropäische”), he did not make systematic use of these terms in order to refer to the ancestor language. In Germany the term *indogermanisch* (introduced by Julius Heinrich von Klaproth [1783-1835], and also used, next to *Sanskritisch*, by Wilhelm von Humboldt), was widely diffused due to its use by August Friedrich Pott [1802-1887].

20 “The only real inflections which I consider possible in a language, whose elements are monosyllables, are the change of their vowels and the repetition of their radical consonants, otherwise called reduplication” (Bopp, 1820, p. 12).

21 Scheidius’ views are quoted by Bopp (1820, p. 11). The issue of the sources for Bopp’s ideas on the glottogenetic analysis of verb forms is a matter of dispute. Verburg (1950) offers an extensive, but rather confused overview of possible sources, and does not substantiate his final inclination towards a Leibnizian influence on Bopp; cf. Timpanaro (1973, p. 575) and Morpurgo-Davies (1996, p. 212). On the one hand, the (direct or indirect) role of the Dutch Hemsterhusian doctrine, expounded by, among others, Scheidius, can hardly be dismissed, but neither should the possible influence of (French) general grammar (which Bopp must have been acquainted with through the teachings and writings of Silvestre de Sacy) be discarded: the decomposition of (attributive) verb forms into subject + copula + present participle of the attributive verb was a central component of the *grammaire générale*. Interestingly, Bopp reactivated this doctrine while he was studying in England, and he may have felt supported in his theorizing by the use of the present continuous forms in English.

back to Aristotle, and revived by the tradition of general grammar – that verb forms fundamentally have the (underlying) structure <[Subject] *is* (...) *-ing*> (e.g. *John sings* = ‘John-is-singing’, here illustrated for the present tense)²². Based on such a view verb forms are analysed as consisting of

- (a) the root + a person-marking particle [a pronoun, often in a shortened form]: this happens, e.g., in the present tense;
- (b) the root (possibly in a modified form) + a mood-indicating element + a person-marking particle: this formation is attested for the potential;
- (c) an “extraneous addition” + the root + a person-marking particle: this formation is attested for preterit forms;
- (d) a reduplicated root + a person-marking particle, as we find in the second preterit forms;
- (e) the root + a form of the verb ‘to be’ + person-marking particle: the form of the verb ‘to be’ may be a present tense form or a potential mood form.

This “segmentational”²³ view of Indo-European verb forms has a direct bearing on Bopp’s view of language structure. The borderline between ‘organic’ and ‘mechanic’, while neat in principle, breaks down when it comes to linguistic reality: the Indo-European languages combine ‘organic’ and ‘mechanic’ principles, and in the course of history the latter have grown more diversified and more pervasive. Also, the affixing of particles is the crucial method for making language an instrument of interpersonal communication, in which it is essential to make utterances, viz. sentences linking a subject to a predicate.

All this forms part of Bopp’s comparative approach, which consists of segmenting forms, so as to separate (i) roots (liable to undergo an organic change), (ii) ‘particles’ that can be added to the root and which have a definable grammatical meaning, (iii) ‘letters’, not reducible to one or the other particle, but responsible for an added grammatical value (e.g., potential or preterit).

What can be said about the historical reconstruction of all this? Here, Bopp falls back on three principles:

- (a) a psychological-historical one, offering a genetic account of verb forms as a synthesis of a lexical root (expressing an attribute) and a (specifying) particle;

22 Bopp finds direct evidence for this analysis in the Latin verb *posse* (e.g., *pos-sum*; *pot-es*; *pot-est*, etc.).

23 *Zergliederung* (i.e. “dis-membling” or “segmentation”) is a key term in Bopp’s approach.

(b) the analogy with attested historical phenomena, e.g. the building of the Romance future with auxiliary verbs (most prominently the verb ‘to have’);

(c) a general principle of loss of autonomy (or ‘disconnectedness’).

Bopp’s sojourn in London, which extended to October 1820, was fruitful in many respects: he was able to pursue his study of Sanskrit, availing himself of the possibility of consulting manuscripts of literary and religious texts deposited in British libraries, and of receiving help from leading Sanskrit scholars such as Charles Wilkins. In addition, he became a close friend of Wilhelm von Humboldt, the Prussian ambassador in London, with whom he read Sanskrit texts and discussed linguistic themes. The extensive correspondence²⁴ between Bopp and Humboldt testifies to their friendly relationship, and to their common interest in language classification, the nature of grammatical categories, and the constitution of grammatical forms.

Upon his return to Germany Bopp tried to obtain a chair at a Bavarian university, but no chair was created for him. In 1820 he received an honorary doctoral degree from the university of Göttingen, in recognition of his merits. Finally, in 1821, with the support of the two Humboldt brothers, he was appointed professor extraordinary at Berlin university, replacing Georg Heinrich Bernstein [1787-1860], a specialist of Semitic languages. In 1822 he became a member of the Berlin academy of sciences, and in 1825 he was promoted to the rank of ordinary professor. The chair he held was “Oriental literature and general linguistics” (*Orientalische Litteratur und allgemeine Sprachkunde*). The decision of the Berlin philosophical faculty was justified as follows²⁵:

Der Doctor Bopp ist nach dem Urtheil aller Sachkenner nicht nur einer der gründlichsten Kenner der indischen Sprache, vielleicht der gründlichste unter allen, welche auf dem festen Lande von Europa mit dieser schweren Sprache sich beschäftigen, sondern auch zugleich ein philosophischer Sprachforscher, welcher seine speziellen Forschungen über die indische Sprache benutzt zur Ergründung der Natur und Beschaffenheit der

24 The correspondence between Bopp and Humboldt is published in Lefmann (1891-97: vol. III [= Nachtrag]). In total there are 115 letters, between September 5, 1819 (letter from Bopp to Humboldt) and March 16, 1825 (letter by Humboldt). The letters testify to Humboldt’s reliance on Bopp’s authority in Sanskrit studies and in comparative grammar. Humboldt had sound intuitions about accentuation (and its impact on stem alternations), but did not elaborate on his ideas in view of Bopp’s rather dogmatic stand; cf. Benfey (1869) and Verburg (1950).

25 Archiv der Humboldt-Universität Berlin, Ifd. Nr. 1454, Bl. 128/9.

menschlichen Sprache im Allgemeinen (Archives of the Humboldt university).

[Dr. Bopp is, according to all experts, not only one of the most thorough connoisseurs of the Indic language, maybe the most thorough of all those who on the continent occupy themselves with this difficult language, but also at the same time a philosophically minded language scholar who uses his specialized investigations on the Indic language in order to elucidate the nature and the disposition of human language in general (my translation)]

Bopp was to stay for the rest of his life in Berlin, teaching courses till 1867. During 45 years of teaching he first taught Oriental languages (including Semitic languages) and a general course on the history of languages, and from the 1830s on, basically Sanskrit literature and grammar, and the comparative grammar of the Indo-European languages. There are no indications that he conceived his teaching of general linguistics otherwise than as a comparative analysis of the (ancient) Indo-European languages.

For Bopp, who married in 1825, Berlin proved to be an appropriate setting in order to realize his life-time project: the (morphological) comparison of the languages related to Sanskrit. His reduced teaching (and examination) load, the facilities offered by the Berlin university library, the protection of the Humboldt brothers living in nearby Tegel, and the availability of the Berlin academy as a forum, created the ideal environment to conduct, in his study-room, analytical work, based on the linguistic dissection of texts and the perusal of grammars and dictionaries.

Preparing a comprehensive work on the comparison of Sanskrit, Persian, Greek, Latin, Lithuanian, Gothic and German, Bopp produced academic memoirs, in which he could offer a first treatment of the material. Between 1825 and 1832 he presented five memoirs which were to form part of his comparative grammar. They appeared under the general title “Vergleichende Zergliederung des Sanskrit und der mit ihm verwandten Sprachen” [‘Comparative segmentation of Sanskrit and languages related to Sanskrit’]²⁶.

26 The five memoirs are: I. *Von den Wurzeln und Pronomina erster und zweiter Person* [Abhandlungen der Königlich Akademie der Wissenschaften zu Berlin, Philosophisch-historische Klasse, 1825, p. 117-148]; II. *Über das Reflexiv* [1826, p. 191-200]; III. *Über das Demonstrativum und den Ursprung der Kasuszeichen* [1827, p. 65-102]; IV. *Über einige Demonstrativ-Stämme und ihren Zusammenhang mit verschiedenen Präpositionen und Conjunctionen* [1830, p. 27-47]; V. *Über den Einfluss der Pronomina auf die Wortbildung* [1832, p. 1-28]. Bopp also presented memoirs on the position of Celtic (1839, p. 187-272; published separately as Bopp 1839), of Old Prussian (published separately as Bopp 1853), and of Albanian (Bopp 1855) in the Indo-European family. The papers read by Bopp before the Berlin academy are conveniently gathered in Bopp (1972).

In 1833 the first volume of the *Vergleichende Grammatik* appeared; all in all, the work would comprise 3 volumes in its first edition, spread over twenty years (Bopp 1833-1852)²⁷. It was Bopp's lifework, and in the next decades he was to revise this standard work, of which a second and third edition appeared²⁸.

Bopp's *Vergleichende Grammatik* brings to their logical conclusion the views put forward in his early works, of 1816 and 1820. The result can be summarized as follows (cf. Delbrück, 1884, p. 13-14; 1905, p. 61-63): 1° Indo-European words are derived from monosyllabic roots (of which there exist two types: verbo-nominal and pronominal); 2° case-endings are, as a general rule, originally pronouns; 3° personal endings of verb forms stem from pronouns; 4° the verbal augment is identical with the *a privativum*; 5° the causative suffix contains the verb "to go", and the desiderative suffix contains the verb "to be"; 6° stem-building suffixes are either of verbal or pronominal origin.

When on October 23, 1867 Bopp passed away – having taught his classes up to a few months before –, he was praised for his outstanding merits in the field of Sanskrit studies and Indo-European comparative grammar, to which he had contributed by his teaching and his writings, and by his active participation in the activities of the Berlin academy.

3. Bopp's work in retrospect

The historical-comparative grammar of Indo-European languages today has an overall debt to Bopp, but owes hardly anything specific to him. Paradoxical as this may seem, this retrospective judgment is appropriate. On the one hand, Bopp – together with other scholars, such as Rasmus Kristian Rask [1787-1832], Jacob Grimm [1785-1863], and August Wilhelm Schlegel and Lorenz Diefenbach [1806-1883] – established a field of research²⁹. Bopp also laid down

27 The *Vergleichende Grammatik* basically consists of two parts: a shorter phonetic part (§§ 1-104), followed by paragraphs on root structure (§§ 105-111), and an extensive morphological part, dealing with inflection (§§ 112-777) and word-formation (§§ 778-1016).

28 The second edition of the *Vergleichende Grammatik* appeared between 1857 and 1861, the third, based on Bopp's annotations, was published posthumously between 1868 and 1871.

29 Cf. Saussure (ed. 1968-74, vol. I, p. 3-4): "La troisième période commença lorsqu'on découvrit qu'on pouvait comparer les langues entre elles. Ce fut l'origine de la philologie comparative ou «grammaire comparée». En 1816, dans un ouvrage intitulé *Système de la conjugaison du sanscrit*, Franz Bopp étudie les rapports qui unissent le sanscrit avec le germanique, le grec, le latin, etc. Bopp [...] a compris que les relations entre langues parentes pouvaient devenir la matière d'une science autonome. Eclairer une langue par une autre, expliquer les formes de l'une par les formes de l'autre, voilà ce qui n'avait pas encore été fait". Saussure's statement should be nuanced and corrected: Bopp was not a pioneer in the comparison of (ancient) Indo-European languages, and in the study of the origin of (Indo-European) grammatical forms. Apart from having been influenced by contemporaries such as the Schlegel brothers and W. von Humboldt, and apart from having

a style of research and, at least for some time, a style of writing. In addition, he produced extremely useful textbooks, and an authoritative compendium, viz. his *Vergleichende Grammatik*. But Bopp – who explicitly refrained from (historical) etymology – did not go beyond the analytical comparison of forms (yielding at times valuable hypotheses): his view on the historical relationship of the languages he compared was meager³⁰, and his grasp of historical processes limited. His talent lay in connecting segmented grammatical forms, but he did not engage in a study of the (morpho)phonemic processes affecting these forms.

It would be unfair to level against him a neglect of phonetic detail, but his obstinate belief in the non-grammatical nature of apophony – a view which he dogmatically maintained against Grimm³¹ and, in correspondence, against Humboldt – made him miss the essential distinction between *phonically* triggered changes and *grammatically* relevant alternations (although the two may have the same “surface” realization).

Bopp’s general approach to language has been the object of diverging interpretations³². There are at least three reasons to this: (a) first, Bopp was not really a ‘language theoretician’, and he never reached the level of generalization attained by W. von Humboldt or the Schlegel brothers; (b) second, Bopp’s general pronouncements are not very numerous³³ and, when they occur, they are wrapped in metaphorical phrasing³⁴; (c) third, Bopp’s approach was – at least in our modern view – an ambivalent one, in that it was defined as a contribution to natural history, thus contributing to both ‘naturalistic’ and ‘historical’ research. In Bopp’s mind, such an approach (parallel to comparative anatomy as the road towards a natural history of species) was felt to be unproblematic (cf. Bologna 1992). It remains, however, a fact that Bopp’s notion of ‘organism’ (*Organismus*)

been able to profit from insights obtained in the field of Semitic and Finno-Ugric comparative linguistics, he could build on a long, though not cumulative, tradition of glotto-genetic research and language comparison; cf. e.g. Orlandi (1962), Hiersche (1975), Van Hal (2010).

30 This appears from the fact that he did not go into a thorough discussion of intergroup relationships, nor into the chronology of Indo-European (cf. Morpurgo-Davies 1994). Bopp’s terminology concerning linguistic descent within Indo-European is poor and vague; he speaks of *Sprachtrennung* (‘language separation’) and *Individualisierung* (‘individualization of a language’), but does not provide a linguistic content for these terms.

31 In his review of Grimm’s German(ic) grammar, Bopp defends the view of a phonically, i.e. ‘mechanically’, induced alternation of root vowels; see his “Besprechung der Deutschen Grammatik von Dr. Jacob Grimm” (Bopp 1827), which was expanded in Bopp (1836). On this controversy, see Schlerath (1982).

32 For an overview see Bologna (1992), who lends support to Terracini’s (1949) interpretation of Bopp.

33 The passages in question stem from the beginning of the *Vergleichende Grammatik* and from the first pages of Bopp’s *Vocalismus*.

34 On Bopp’s use of metaphors, see Delbrück (1884; 1904), Wells (1987) and especially Panagl (1994).

is undefined³⁵. Likewise, Bopp's concepts of 'physical' and 'mechanical' laws are rather vague; when the French translation of the *Vergleichende Grammatik* was being prepared, he was asked by Michel Bréal [1832-1915] to provide a definition of the terms³⁶. As a more general observation, one can say that Bopp viewed languages as massive formations, of which the origin and development could be analytically traced; within the history of languages, he hardly provided room for linguistic communities, let alone for the speaking subject.

As to the basic manifestation of the historicity of language – viz. linguistic change – Bopp seems to have understood the nature of change in a rather static way: static, because he frequently appeals to an explanation in terms of “euphony”. Initially, his view of change was also rather *asystemic*: in 1816, he speaks of arbitrariness, chance, hazard, but later he adopted a more nuanced view, recognizing, at least to some extent, regularity³⁷ in the modification of sounds³⁸.

Starting with the following generation of Indo-European scholarship, the fundamental shortcomings of Bopp's approach were superseded, and his naturalistic-organicist view of language was abandoned by the Neogrammarians and their followers.

An indisputable merit of Bopp was his willingness to extend the comparative frame: in his reworking of the *Vergleichende Grammatik*, he successively included Celtic³⁹, Armenian⁴⁰ and Albanian (cf. also Bopp 1855)⁴¹. Unfortunately, his focus

35 Bopp's use of 'organism' and 'organic' has been carefully studied by Morpurgo-Davies (1987); on organicist thinking in 19th-century linguistics, see Kucharczik (1998). According to Delbrück (1884, p. 18; 1904, p. 66), 'organic' in Bopp boils down to 'original; primitive'; this, however, is a reductionist interpretation. Compare Bopp's own statements in Bopp (1833-1852: vol. I, p. III) and Bopp (1836, p. 1 and p. 3).

36 Bopp's clarification (quoted from a letter to Bréal) is given in the French translation of the *Vergleichende Grammatik: Grammaire comparée des langues indo-européennes [...]*, vol. I (Paris, 1866), p. 1. The information provided there shows that for Bopp 'mechanical laws' (or 'gravitation laws') are linked to the weight of endings and their impact on the preceding root syllable; 'physical laws' are laws related to articulatory processes (e.g. assimilation).

37 In 1825 Bopp used for the first time the term *Laut-Gesetz* (in the second academy memoir [cf. *supra*, note 26] on reflexive forms).

38 See, e.g., Bopp (1833, p. 236), where two types of “euphonic” changes are recognized.

39 Here Bopp followed J.C. Prichard (*The Eastern Origin of the Celtic Nations proved by a comparison of their dialects with the Sanskrit, Greek, Latin, and Teutonic Languages*, London, 1831) and A. Pictet (*De l'affinité des langues celtiques avec le sanscrit*, Paris, 1837).

40 For his study of Armenian, Bopp was indebted to J.H. Petermann's *Grammatica linguae Armenicae* (Berlin, 1837).

41 The Slavic languages were incorporated in the course of the first edition (1833-1852), viz. in the second fascicle (1835). For his study of the Slavic languages, Bopp relied on J. Dobrovský's *Institutiones linguae*

on morphological segments, in isolation from thorough historical-etymological investigation, led him to posit unwarranted links between the Indo-European languages and Caucasian languages (Bopp 1847) and even Malayo-Polynesian (Bopp 1841).

Scholarly accounts of Franz Bopp mostly stress Bopp's foundational role in the establishment of historical-comparative linguistics (*historisch-vergleichende Sprachwissenschaft*)⁴². The recognition of Bopp's role goes back to the 19th century: already in 1866, upon the 50th anniversary of the *Conjugationssystem* a "Franz Bopp-Stiftung" was founded, promoting the scientific study of languages. In 1891, a century after Bopp's birth, the journal *Indogermanische Forschungen* was created, with explicit reference to Bopp's pioneering role, and in the same year the first volume of Lefmann's biography came out (Lefmann 1891-1897). Bopp's life and work are also well documented in Kuhn (1868), Benfey (1869), Leskien (1876) and Delbrück (1880; 1904). 20th-century accounts⁴³ coincide in assigning to Bopp a prominent place in the foundation of Indo-European linguistics (*indogermanische Sprachwissenschaft*) and in recognizing the important 'codifying' function of his *Vergleichende Grammatik*, the impact of which was multiplied through translations into English⁴⁴ and French⁴⁵.

What remains to be scrutinized are the various factors – personal, interpersonal, and 'contextual' –, that were at play in the institutionalization (or 'discipline-formation')⁴⁶ of Indo-European comparative grammar. Here Bopp's role was certainly a more subordinate one. On the one hand, he was more a man of works than of words: even at the summit of his career, he had very few students in

Slavicae dialecti veteris (Prague, 1822); for the second edition of his *Vergleichende Grammatik*, Bopp could rely on the then partially published comparative grammar of the Slavic languages by F. (von) Miklosich (*Vergleichende Grammatik der slavischen Sprachen*, Wien, 1852-75).

42 Bopp's achievements in comparative linguistics are discussed by Delbrück (1884, p. 1-26; 1904, p. 55-74), Terracini (1949, p. 61-69), Pätsch (1960), Neumann (1967 – focusing on Bopp's early work), Sternemann (1984a, 1984b), Morpurgo-Davies (1996, p. 187-197); on Bopp's foundational role for 'modern linguistics', see Desnickaja (1969).

43 See, e.g., Pedersen (1931, p. 254-258, though critical of Bopp's early work), Zeller (1967, p. 79-86).

44 *A Comparative Grammar of the Sanscrit, Zend, Greek, Latin, Lithuanian, Gothic, German, and Slavonic Languages by Professor F. Bopp*. Translated from the German principally by Lieutenant Eastwick M.R.A.S., Conducted through the Press by H.H. Wilson, London, 1845-1853 (3 vols) [1858²; 1862³; 1885⁴].

45 *Grammaire comparée des langues indo-européennes*. Traduite sur la deuxième édition et précédée d'une introduction par M. Michel Bréal, Paris, 1866-1872 (4 vols) [1875-1878²; 1884-1889³].

46 For an approach of Bopp's work from the point of view of discipline formation and institutionalization, see Amsterdamska (1987) and Karstens (2012).

Berlin⁴⁷, and in the almost half a century of his academic career he supervised only a handful of doctoral dissertations⁴⁸. On the other hand, it must be stressed that Bopp was, after all, primarily a scholar of Sanskrit, as can be gathered from the subjects he taught⁴⁹, and from his numerous Indological publications⁵⁰, which constitute the bulk of his output. And in the field of Sanskrit his contribution lay not so much in tracing new paths, but in achieving a synthesis for the study of this language, in preparing manuals and text editions, in facilitating the road from Sanskrit to Indo-European. Although he did not succeed in having Sanskrit studies recognized as an integrated part of Classical scholarship⁵¹, Bopp had a major impact on research in the field of Sanskrit and Vedic, through his editions and translations, and especially through his Sanskrit grammar (which went through several revisions and adaptations) and dictionary⁵².

47 See, e.g., Martineau (1867, p. 305): “I had the great pleasure and advantage of commencing the study of Sanskrit under his guidance in the years 1848 and 1849; when [...] my only fellow-student in his class was [...] Professor Siegfried, who there and then commenced the studies which he afterwards prosecuted with so much zeal and to so high a point”.

48 Between 1826 and 1867 Bopp supervised or co-supervised the doctoral dissertations of Friedrich Rosen, Adolf Friedrich Stenzler, Anton Wolheim, Adalbert Kuhn, Wilhelm Pertsch, Frans Johaentgen, Wilhelm Storck, and Ernest Siecke. The latter four were co-supervised by the Sanskritist Albrecht Weber [1825-1901]. Cf. Morgenroth (1994, p. 171).

49 For surveys of the classes taught by Bopp in Berlin, see Sternemann (1984, p. 41-52); for a list of his Indological courses, see Morgenroth (1994, p. 170).

50 His book publications in the field of Sanskrit include: *Nalus, carmen sanscritum e Mahābhārato* (1819); *Nalus, Mahā-Bhārati episodium. Textus Sanscritus cum interpretatione Latina et annotationibus criticis* (1830-1832); *Arschunas Reise zu Indras Himmel, nebst anderen Episoden des Mahā-Bhārata* (1824); *Diluvium cum tribus aliis Mahā-Bhārata episodiis. 1. Textus Sanscritus* (1829); *Die Sündflut nebst drei anderen wichtigen Episoden des Mahā-Bhārata* (1829); *Nala und Damajanti* (1838); *Ausführliches Lehrgebäude der Sanskrit-Sprache* (1829); *Grammatica critica linguae Sanscritae* (1832), *Kritische Grammatik der Sanskrita-Sprache in kürzerer Fassung* (1834; 1845², 1863³, 1868⁴); *Glossarium Sanscritum* (1830, 1847²); *Glossarium comparativum linguae Sanscritae* (1867).

51 Cf. in this respect Bopp's letter of November 14, 1856 to A. F. Stenzler, published in Lefmann (1907). Bopp conceived of his grammars (*Ausführliches Lehrgebäude [...]*; *Grammatica critica [...]*; *Kritische Grammatik [...]*; cf. note 50) as tools for the teaching of Sanskrit in a (German) university context. His grammars are based on the grammars produced by British scholars in the first decade of the 19th century: W. Carey, *A Grammar of the Sungskrit Language* (Serampore, 1804 [second edition, 1806]; Ch. Wilkins, *A Grammar of the Sanskrita Language* (London, 1808); H.P. Forster, *An Essay on the Principles of Sanskrit Grammar* (Calcutta, 1810).

52 Bopp published a *Glossarium Sanscritum* in 1828-1830, of which a second edition, integrating comparative materials, appeared in 1847 (cf. *supra*, note 50). The glossary was meant to serve as a didactical tool and as a more convenient instrument than the voluminous 1819 dictionary of Horace H. Wilson (*A Dictionary, Sanscrit and English*, Calcutta [second edition, 1832]). The dictionary was reworked as a tool for Indo-Europeanists and appeared just before Bopp's death: *Glossarium comparativum linguae Sanscritae*. Bopp's lexicographical production was superseded by the 7-volume *Sanskrit Wörterbuch* of O. Böhtlingk (a former student of Bopp) and R. Roth, which appeared between 1852 and 1875 in Saint-Petersburg. On Bopp's contribution to Sanskrit scholarship, see Benfey (1869) and Windisch (1917-1920).

In the opinion of two prominent representatives of 20th-century general and historical-comparative linguistics, viz. Otto Jespersen [1860-1943] (Jespersen, 1922, p. 55) and Antoine Meillet [1866-1936] (Meillet, 1937, p. 458-459), Franz Bopp “discovered” comparative grammar while having set out for another goal. Although it is true that Bopp’s ultimate objective was to unravel the origin of grammatical forms (*Ursprung der grammatischen Formen*), and to lay down the original shape of the language from which Sanskrit and its kindred languages had sprung, the statement that Bopp ‘discovered’ comparative grammar needs to be qualified. First, the “comparative method” as we understand it today⁵³, is crucially dependent on the notion of serial correspondences, on the principle of triangulation, and on the determination of conditioning factors in order to explain patterns of change. All this is absent from Bopp’s “methodology”⁵⁴. Also, Bopp was not the first to compare languages, nor the first to compare them morphologically and/or phonologically. Thirdly, as Benfey (1869, p. 476) and Delbrück (1884, p. 2; 1904, p. 56) rightly pointed out, comparison for Bopp was always a ‘means’ (*Mittel*), not even a very sophisticated means. And this ‘means’ was not his discovery, but an application of a well-established analytical procedure in grammatical description.

Bopp’s greatness lies in what both Benfey and Delbrück repeatedly call his “geniality” and his “combinatory talent” (cf. Benfey, 1869, p. 477, 505, 506, 507, 510; Delbrück, 1884, p. 26; 1904, p. 71, 74): in applying, straightforwardly, analytical comparison he was able to show the formative processes that tie together Sanskrit, Persian⁵⁵, and their European cognates, and to shed light on how grammatical forms in Indo-European came about and how they developed. In retrospect⁵⁶ it would be all too easy to speak of errors, misfires⁵⁷, and unjustified hypotheses; we should first of all recognize the greatness of Bopp’s accomplishment.

53 See, e.g., Hoenigswald (1960) and, for a historical perspective, Wells (1979).

54 Morpurgo-Davies (1996, p. 191-193) speaks of Bopp’s *method* (cf. also Orlandi, 1962, p. 531); Delbrück (1884, pp. 23, 25; 1904, p. 74) notes *the lack of method*.

55 Bopp first used modern Persian materials; profiting from advances made in the access to Avestan texts and, later, upon the decipherment of the Old Persian inscriptions, he integrated Avestan (Zend) and Old Persian in his comparative work.

56 For an interesting appraisal of Bopp’s contribution to Indo-European comparative grammar, see Eichner (1994).

57 Benfey (1869, p. 511-514) pinpoints factual errors and conceptual misgivings in Bopp’s approach; he is highly critical of Bopp’s theory of accentuation (Bopp, 1854).

References

(1) *Selective bibliography*⁵⁸ of Franz BOPP

BOPP, F. **Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache**: Nebst Episoden des Ramajan und Mahabharat in genauen metrischen Uebersetzungen aus dem Originaltexte und einigen Abschnitten aus den Veda's. K. J. Windischmann (ed.). Frankfurt am Main: Andreäische Buchhandlung, 1816.

BOPP, F. **Nalus carmen Sanscritum e Mahābhārato**. London: Treuttel & Würtz, 1819.

BOPP, F. Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin, and Teutonic Languages: shewing the original identity of their grammatical structure. **Annals of Oriental Literature**, v. 1, p. 1-64, 1820.

BOPP, F. **Ausführliches Lehrgebäude der Sanskrita-Sprache**. Berlin: F. Dümmler, 1824.

BOPP, F. Besprechung der Deutschen Grammatik von Dr. Jacob Grimm. **Berliner Jahrbücher für wissenschaftliche Kritik**, p. 251-303, 725-759, 1827.

BOPP, F. **Glossarium Sanscritum a Francisco Bopp**. Berlin: Dümmler, 1828-1830.

BOPP, F. **Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Litthauischen, Gothischen und Deutschen**. Berlin: F. Dümmler, 1833-1852.

BOPP, F. **Kritische Grammatik der Sanskrita-Sprache in kürzerer Fassung**. Berlin: Nicolai, 1834.

BOPP, F. **Vocalismus, oder sprachvergleichende Kritiken über J. Grimm's Deutsche Grammatik und Graff's Althochdeutschen Sprachschatz, mit Begründung einer neuen Theorie des Ablauts**. Berlin: Nicolai, 1836.

BOPP, F. **Die celtischen Sprachen in ihrem Verhältnisse zum Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Littauischen und Slawischen**. Berlin: Dümmler, 1839.

BOPP, F. **Über die Verwandtschaft der malayo-polynesischen Sprachen mit den indisch-europäischen**. Berlin: Dümmler, 1841.

⁵⁸ See also *supra*, note 50, for more references to Bopp's publications on Sanskrit.

BOPP, F. **Die kaukasischen Glieder des indoeuropäischen Stammes.** Berlin: Dümmler, 1847.

BOPP, F. **Glossarium Sanscritum in quo omnes radices et vocabula usitatissima explicantur et cum vocabulis Graecis, Latinis, Germanicis, Lithuanicis, Slavicis, Celticis comparantur.** Berlin: Dümmler, 1847.

BOPP, F. **Über die Sprache der alten Preussen in ihren verwandtschaftlichen Beziehungen.** Berlin: Dümmler, 1853.

BOPP, F. **Vergleichendes Accentuationssystem, nebst einer gedrängten Darstellung der grammatischen Übereinstimmungen des Sanskrit und Griechischen.** Berlin: Dümmler, 1854.

BOPP, F. **Über das Albanesische in seinen verwandtschaftlichen Beziehungen.** Berlin: Stargardt, 1855.

BOPP, F. **Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Send, Armenischen, Griechischen, Lateinischen, Litauischen, Altslawischen, Gothischen und Deutschen.** Berlin: F. Dümmler, 1857-1861.

BOPP, F. **Glossarium comparativum linguae Sanscritae in quo omnes Sanscritae radices et vocabula usitatissima explicantur et cum vocabulis Graecis, Latinis, Germanicis, Lituanicis, Slavicis, Celticis comparantur.** Berlin: Dümmler, 1867.

BOPP, F. **Kleine Schriften zum vergleichenden Sprachwissenschaft:** Gesammelte Berliner Abhandlungen 1824-1854. Leipzig: Zentralantiquariat der DDR, 1972.

BOPP, F. **Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin and Teutonic languages:** shewing the original identity of their grammatical structure. E. F. K. Koerner (ed.). Amsterdam: J. Benjamins, 1974.

(2) Secondary literature

AMSTERDAMSKA, O. **Schools of Thought. The development of linguistics from Bopp to Saussure.** Dordrecht: Reidel, 1987.

BENFEY, T. **Geschichte der Sprachwissenschaft und orientalischen Philologie in Deutschland seit dem Anfange des 19. Jahrhunderts mit einem Rückblick auf die früheren Zeiten.** München: Cotta, 1869.

BOLOGNA, M.P. Il 'dualismo' di Franz Bopp. **Incontri Linguistici**, v. 15, p. 29-48, 1992.

DELBRÜCK, B. **Einleitung in das Sprachstudium. Ein Beitrag zur Geschichte und Methodik der vergleichenden Sprachforschung**. Leipzig: Breitkopf & Härtel, 1884. [Second edition] [First edition, 1880]

DELBRÜCK, B. **Einleitung in das Studium der indogermanischen Sprachen. Ein Beitrag zur Geschichte und Methodik der vergleichenden Sprachforschung**. [Fourth edition] Leipzig: Breitkopf & Härtel, 1904. [This fourth edition of the *Einleitung* is a thoroughly revised version, with a new title]

DESNICKAJA, A. V. Franz Bopp und die moderne Sprachwissenschaft. **Wissenschaftliche Zeitschrift der Humboldt-Universität Berlin; Gesellschafts- und sprachwissenschaftliche Reihe**, v. 18, p. 305-307, 1969.

EICHNER, H. Zur Frage der Gültigkeit Boppscher sprachgeschichtlicher Deutungen aus der Sicht der modernen Indogermanistik. *In*: STERNEMANN, R. (ed.). **Bopp-Symposium 1992 der Humboldt-Universität zu Berlin**. Heidelberg: C. Winter, 1994. p. 72-90.

HIERSCHKE, R. Zu Etymologie und Sprachvergleichung vor Bopp. *In*: ÖLBERG, H. M. (ed.). **Sprachwissenschaftliche Forschungen: Festschrift für Johann Knobloch**. Innsbruck: Institut für Sprachwissenschaft, 1975. p. 157-165.

HOENIGSWALD, H. M. **Language Change and Linguistic Reconstruction**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

HOENIGSWALD, H. M.; WIENER, L. F. (ed.). **Biological Metaphor and Cladistic Classification. An Interdisciplinary Perspective**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1987.

JESPERSEN, O. **Language: Its nature, development, and origin**. London: Macmillan, 1922.

KARSTENS, B. Bopp the Builder. Discipline formation as hybridization: the case of comparative linguistics. *In*: BOD, R.; MAAT, J.; WESTSTEIJN, T. (ed.). **The Making of the Humanities. From Early Modern to Modern Disciplines**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012. p. 103-127.

KOERNER, K. Franz Bopp (1791-1867). **Aschaffener Jahrbuch**, v. 8, p. 313-319, 1984. [Repr., with a new select bibliography, *In*: KOERNER, K. **Practicing Linguistic Historiography**. Amsterdam: J. Benjamins, 1984. p. 291-302].

KUCHARCZIK, K. **Der Organismusbegriff in der Sprachwissenschaft des 19. Jahrhunderts**. Berlin: de Gruyter, 1998.

KUHN, A. Franz Bopp, der Begründer der vergleichenden Sprachwissenschaft. **Unsere Zeit. Deutsche Revue der Gegenwart**, v. 4, p. 780-789, 1868.

LEFMANN, S. **Franz Bopp, sein Leben und seine Wissenschaft. Mit dem Bildnis Franz Bopps und einem Anhang: Aus Briefen und anderen Schriften**. (2 vols) + Nachtrag. Mit einer Einleitung und einem vollständigem Register. (1 vol.) Berlin: G. Reimer, 1891-1897.

LEFMANN, S. Ein Brief von Franz Bopp. **Zeitschrift für vergleichende Sprachforschung auf dem Gebiete der indogermanischen Sprachen**, v. 41, p. 205-208, 1907.

LESKIEN, A. Bopp, Franz. **Allgemeine Deutsche Biographie**. Berlin: Duncker & Humblot, v. 3, p. 140-149, 1876. [Repr. in SEBEOK, T. (ed.). **Portraits of Linguists**. Bloomington: Indiana University Press, vol. I, p. 207-221, 1966]

MARTINEAU, R. Obituary of Franz Bopp. **Transactions of the Philosophical Society**, v. 12, p. 305-312, 1867. [Repr. in SEBEOK, T. (ed.). **Portraits of Linguists**. Bloomington: Indiana University Press, vol. I, p. 200-206, 1966]

MEILLET, A. **Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes**. Paris: Hachette, 1937. [8th edition] [First edition: 1903]

MORGENROTH, W. Franz Bopp als Indologe und die Anfänge der Sanskrit-Lexikographie in Europa. In: STERNEMANN, R. (ed.). **Bopp-Symposium 1992 der Humboldt-Universität zu Berlin**. Heidelberg: C. Winter, p. 162-172, 1994.

MORPURGO-DAVIES, A. 'Organic' and 'Organism' in Franz Bopp. In: HOENIGSWALD, H. M.; WIENER, L. (ed.). **Biological Metaphor and Cladistic Classification. An Interdisciplinary Perspective**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1987. p. 81-107.

MORPURGO-DAVIES, A. Early and Late Indo-European from Bopp to Brugmann. In: DUNKEL, G. (ed.). **Früh-, Mittel-, Spätindogermanisch**. Wiesbaden: Reichelt, 1994. p. 245-265.

MORPURGO-DAVIES, A. **La linguistica dell'Ottocento**. Bologna: il Mulino, 1996.

NEUMANN, G. **Indogermanische Sprachwissenschaft 1816 und 1966**. Innsbruck: Institut für Sprachwissenschaft, 1967.

ORLANDI, T. La metodologia di Franz Bopp e la linguistica precedente.
Rendiconti dell'Istituto Lombardo di Scienze e Lettere; Classe di lettere e scienze morali e storiche, v. 96, p. 529-559, 1962.

PÄTSCH, G. Franz Bopp und die historisch-vergleichende Sprachwissenschaft.
In: GRÖBER, W.; HERNECK, F. (ed.). **Forschen und Wirken. Festschrift zur 150. Jahr-Feier der Humboldt-Universität zu Berlin 1810-1960**. Berlin: VEB Deutscher Verlag der Wissenschaften, vol. I, p. 211-228, 1960.

PANAGL, O. Figurative Elemente in der Wissenschaftssprache von Franz Bopp.
In: STERNEMANN, R. (ed.). **Bopp-Symposium 1992 der Humboldt-Universität zu Berlin**. Heidelberg: C. Winter, 1994. p. 195-207.

PEDERSEN, H. **Linguistic Science in the Nineteenth Century**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1931. [Transl., by J. WEBSTER SPARGO, of Pedersen's **Sprogvidenskaben i det nittende Aarhundrede: Metoder og Resultater**. Copenhagen, 1924]

SAUSSURE, F. de. **Cours de linguistique générale**. [Édition critique par R. ENGLER]. Wiesbaden: Harrassowitz, 1968-1974. (2 vols)

SCHLERATH, B. Eine frühe Kontroverse um die Natur des Ablauts. *In*: ETTER, A. (ed.). **o-o-pe-ro-si. Festschrift für Ernst Risch zum 75. Geburtstag**. Berlin: de Gruyter, 1982. p. 3-18.

SCHLERATH, B. Franz Bopp (1791-1867). *In*: ERBE, M. (ed.). **Berlinische Lebensbilder. IV: Geisteswissenschaftler**. Berlin: Duncker & Humblot, 1989. p. 55-72.

SEBEOK, T. A. (ed.). **Portraits of Linguists**. Bloomington: Indiana University Press, 1966. (2 vols)

STERNEMANN, R. **Franz Bopp und die vergleichende indoeuropäische Sprachwissenschaft. Beobachtungen zum Boppschen Sprachvergleichung aus Anlass irriger Interpretationen in der linguistischen Literatur**. Innsbruck: Institut für Sprachwissenschaft, 1984a.

STERNEMANN, R. Franz Bopps Beitrag zur Entwicklung der vergleichenden Sprachwissenschaft. **Zeitschrift für Germanistik**, v. 5, p. 144-158, 1984b.

STERNEMANN, R. Franz Bopp und seine *Analytical Comparison*. *In*: STERNEMANN, R. (ed.). **Bopp-Symposium 1992 der Humboldt-Universität zu Berlin**. Heidelberg: C. Winter, 1994. p. 254-269.

STERNEMANN, R. (ed.). **Bopp-Symposium 1992 der Humboldt-Universität zu Berlin**. Heidelberg: C. Winter, 1994.

TERRACINI, B. **Guida allo studio della linguistica storica. 1. Profilo storico-critico**. Roma: Ed. Dell'Ateneo, 1949.

TIMPANARO, S. Il contrasto tra i fratelli Schlegel e Franz Bopp sulla struttura e la genesi delle lingue indoeuropee. **Critica Storica**, v. 10, p. 553-590, 1973.

VAN HAL, T. **Moedertalen en taalmoeders. Het vroegmoderne taalvergelijkende onderzoek in de Lage Landen**. Brussel: Koninklijke Vlaamse Academie van België voor Wetenschappen en Kunsten, 2010.

VERBURG, P. A. The Background to the Linguistic Conceptions of Franz Bopp. **Lingua**, v. 2, p. 438-468, 1950. [Repr. in SEBEOK, T. (ed.). **Portraits of Linguists**. Bloomington: Indiana University Press, vol. I, p. 221-250, 1966]

WELLS, R. Linguistics as a Science: the Case of the Comparative Method. In: HOENIGSWALD, H. M. (ed.). **The European Background of American Linguistics. Papers of the Third Golden Anniversary Symposium of the Linguistic Society of America**. Dordrecht: Foris, 1979. p. 23-61.

WELLS, R. The Life and Growth of Language Metaphors in Biology and Linguistics. In: HOENIGSWALD, H. M.; WIENER, L. (ed.). **Biological Metaphor and Cladistic Classification. An Interdisciplinary Perspective**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1987. p. 39-80.

WINDISCH, E. **Geschichte der Sanskrit Philologie und indischen Altertumskunde**. Strassburg – Berlin – Leipzig: Trübner – de Gruyter, 1917-1920. (2 vols)

WÜST, W. Bopp, Franz. **Neue Deutsche Biographie**, Berlin: Duncker & Humblot, v. 2, p. 453-454, 1955.

ZELLER, O. **Problemgeschichte der vergleichenden (indogermanischen) Sprachwissenschaft**. Osnabrück: Biblio Verlag, 1967.

Como citar este trabalho:

SWIGGERS, Pierre. Shaping Comparative Linguistics: The Achievement of Franz Bopp. *Revista do GEL*, v. 21, n. 3, p. 221-244, 2024. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>.

Submetido em: 14/10/2024 | Aceito em: 29/05/2025.

Reflexões de August Schleicher sobre a autonomia e a complementaridade da Linguística e da Filologia

Rogério Ferreira da NOBREGA¹

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil;
| rogerio.nobrega@usp.br | <https://orcid.org/0000-0001-9684-1952>

Resumo: Embora os adeptos da “nova filologia” (*neue Philologie*) da primeira metade do século XIX percebessem estar seguindo caminhos distintos daqueles traçados pelos praticantes da filologia clássica, eles não se ocuparam de distingui-las claramente em conformidade com seu escopo. Somente na segunda metade do século XIX, o estudioso alemão August Schleicher viria a formular uma distinção nítida entre *Philologie* e *Linguistik*. O objetivo deste artigo é descrever e analisar como Schleicher, sobretudo em sua obra de 1850, concebia a natureza de ambas as disciplinas, seus objetos e métodos próprios de investigação. Este estudo foi realizado dentro do referencial teórico da historiografia da linguística (cf. Swiggers, 2004, 2017), com ênfase na história interna da ciência. Como resultado, observa-se que Schleicher caracteriza as línguas como organismos naturais, cujo desenvolvimento é explicado com base em sua tipologia morfológica. A disciplina que tem a língua como objeto de investigação é a linguística, e seus métodos são análogos aos das ciências naturais. Em contrapartida, a filologia utiliza a língua como meio para a investigação da “vida espiritual” de um ou mais povos, constituindo-se como uma ciência histórica. A originalidade de Schleicher reside em suas formulações sobre a mutualidade de autonomia e complementaridade entre ambas as disciplinas.

Palavras-chave: Historiografia Linguística. Gramática. Escolas Linguísticas. Linguística Histórico-Comparativa. Filologia. Tipologia das Línguas. Reconstrução Linguística.

August Schleicher’s reflections on the autonomy and complementarity of Linguistics and Philology

Abstract: Although the proponents of the “new philology” (*neue Philologie*) in the first half of the 19th century recognized that they were following paths distinct from those traced by practitioners of classical philology, they did not concern themselves with clearly distinguishing these paths in terms of their scope. It was not until the second half of the 19th century that the German scholar August Schleicher formulated a clear distinction between *Philologie* and *Linguistik*. The aim of this paper is to describe and analyze how Schleicher, particularly in his 1850 work, conceived the nature of both disciplines, their objects, and their respective methods of investigation. This study was carried out within the theoretical framework of the historiography of linguistics (cf. Swiggers, 2004, 2017), with an emphasis on the internal history of science. As a result, we observe that Schleicher characterizes languages as natural organisms

whose development is explained based on their morphological typology. The discipline that takes language as its object of investigation is linguistics, whose methods are analogous to those of the natural sciences. Philology, on the other hand, treats language as a means of exploring the “spiritual life” of one or more peoples and is a historical science. Schleicher’s originality lies in his formulation of the mutual autonomy and complementarity of the two disciplines.

Keywords: Linguistic Historiography; Grammar; Linguistic Schools of Thought; Historical-Comparative Linguistics; Philology; Language Typology; Linguistic Reconstruction.

| Introdução

Ao longo do século XIX, os termos “filologia” e “linguística” receberam diferentes denotações. Nesse contexto, o termo filologia remetia a áreas mais ou menos abrangentes, ora abarcando o que se entendesse por “linguística”, ora tendo sentido restrito e, conseqüentemente, distinguindo-se de e cedendo espaço ao que se entendesse especificamente por “linguística”.

Segundo August Schleicher (1821–1868), o objeto e os métodos da filologia e da linguística não se confundiam, mas tampouco rivalizavam entre si. A rigor, ambos se complementavam. Schleicher se autovinculava à linguística, a qual considerava uma ciência natural.

Uma geração de estudiosos da linguagem imediatamente posterior à de Schleicher, nomeadamente a dos “neogramáticos”, ou, literal e preferivelmente, “jovens gramáticos” (*Junggrammatiker*), tendia a caracterizar sua teoria e seus métodos como inovadores em relação aos de seus antecessores, ao menos quando dos primeiros embates e polêmicas mais animosos entre as diferentes gerações.

A controvérsia envolvendo os jovens gramáticos Karl Friedrich Christian Brugmann² (1849–1919) e Hermann Osthoff (1847–1909), por um lado, e Georg Curtius (1820–1885), por outro, ilustra o cerne da discordância: à revelia de Curtius, quando de sua ausência temporária da cidade de Leipzig, na Alemanha, Brugmann (1876a, 1876b) publicara dois artigos no periódico de que seu compatriota era fundador e editor geral, o que resultou ser o estopim da controvérsia. Pouco tempo depois, Osthoff e Brugmann passaram a editar seu próprio periódico, denominado *Morphologische Untersuchungen* [“Investigações

2 Sobrenome grafado como Brugman nos originais de todas as publicações mencionadas neste artigo.

Morfológicas”]. No prefácio à sua primeira parte, Osthoff e Brugmann (1878) adotam uma retórica revolucionária em relação às práticas imediatamente anteriores, acentuando, assim, ainda mais a desavença entre as partes (cf. Morpurgo Davies, 1998, p. 230-233).

Apesar de falecido havia uma década, Schleicher não escapou ao posicionamento crítico dos jovens gramáticos. Em sua *Einleitung in das Sprachstudium* [“Introdução ao Estudo da Linguagem”] (1880), Berthold Gustav Gottlieb Delbrück (1842–1922), estudioso alemão cujo nome também é associado à “orientação dos jovens gramáticos” (*junggrammatische Richtung*), chega ao ponto de afirmar que Schleicher teria sido um filólogo.

Diante desse quadro, faz-se mister questionar a razão pela qual haveria de se caracterizar Schleicher como um filólogo, dado que o próprio buscara reiteradas vezes distinguir inequivocamente a filologia da linguística.

O objetivo deste artigo é descrever e analisar os conceitos de filologia e linguística discutidos por Schleicher (1850). Procuro analisar mais detidamente alguns aspectos em particular, notadamente, as visões de língua apresentadas pelo autor, o que ele entende como tarefas e métodos da filologia e da linguística, e como tais aspectos fundamentam as definições que formula para ambas as disciplinas. Para tanto, a análise foi conduzida da perspectiva da historiografia linguística, baseando-se no modelo descritivo-explicativo das camadas do conhecimento linguístico (cf. Swiggers, 2004; 2017) para o estabelecimento dos parâmetros norteadores da análise dos aspectos supracitados. Em benefício da contextualização da produção científica de Schleicher, suas visões foram confrontadas com as de alguns autores de seu entorno histórico imediato.

| A controvérsia “filologia” vs. “linguística” no século XIX

A contenciosa questão envolvendo o estatuto da “filologia” e da “linguística” durante o século XIX – e além – pode ser explorada, por exemplo, na tentativa de mapeamento das origens do debate realizada por Koerner (1989b). As divergências não dizem respeito meramente à assimetria taxonômica observável, por exemplo, no caso do inglês britânico e do estadunidense mais antigo, em que o termo *philology* designa(va) não somente o estudo da cultura por meio dos textos (alemão *Philologie*, francês *philologie*), senão também a disciplina que, em outras línguas, entendia-se estritamente por “linguística” (alemão *Sprachwissenschaft* “ciência da linguagem”, francês *linguistique*), a qual, em grande medida, ao longo de parte significativa do século XIX, era empregada de forma equivalente a “linguística comparada”.

Para Schleicher, a linguística requer *Universalität* “universalidade”, o que não se aplica à filologia. Por conseguinte, exige-se do linguista a familiaridade com o máximo de línguas possível, condição que lhe permite adquirir uma visão geral do campo linguístico, notadamente com auxílio da *Sprachvergleichung* “comparação linguística”. A comparação linguística era um procedimento costumeiramente entendido como sinônimo de linguística propriamente dita, noção à qual Schleicher não faz objeção. Ao filólogo, por outro lado, bastaria conhecer poucas línguas ou mesmo uma única língua para atuar no campo.

Schleicher (1850) recorre frequentemente a analogias para exemplificar seu ponto: o linguista se assemelharia ao zoólogo, que necessita conhecer o reino animal de modo abrangente, enquanto o filólogo seria mais parecido com um camponês, a quem a habilidade na lida com certos cavalos já seria satisfatória. Essa visão persiste em escritos posteriores do autor. Observem-se, por exemplo, as analogias que ele faz entre o linguista e o botânico, por um lado, e entre o filólogo e o jardineiro, por outro (cf. Schleicher, 1860, p. 120).

A mesma assimetria não se observa, ao menos não de maneira tão acentuada, na prática de linguistas histórico-comparativistas de inícios do século XIX. Koerner (1989b, p. 235) observa que Jacob Ludwig Karl Grimm (1785–1863) e outros, como o alemão Franz Bopp (1791–1867) e o dinamarquês Rasmus Kristian Rask (1787–1832), não faziam questão de se dissociar abertamente da autodenominação como “filólogos”, embora percebessem que tomavam direções diferentes daquelas seguidas pelos filólogos chamados clássicos. Com efeito, Grimm (1819, p. LI), por exemplo, ao discutir diversas questões programáticas, em sua gramática germânica de orientação histórico-comparativa, salientou a importância do estudo da história [geral], dos costumes e das lendas dos povos, ainda que o objeto principal de sua investigação fosse o desenvolvimento histórico dos dialetos e línguas propriamente ditos.

A distinção mais nítida entre filologia e linguística, tal como formulada por Schleicher, não foi necessariamente adotada por seus contemporâneos e sucessores. Rudolf Heinrich Georg von Raumer (1815–1876), por exemplo, apresenta duas definições diferentes de “filologia”: “Em sentido mais amplo, a filologia é a ciência do conjunto das expressões da vida de um povo; em sentido mais restrito, limita-se ao estudo da língua e da literatura.” (Raumer, 1870, p. 1, tradução própria³). Raumer assume a perspectiva da segunda definição para elaborar sua história da “filologia germânica”.

3 No original: “Im weiteren Sinn ist die Philologie die Wissenschaft von den gesammten Lebensäußerungen eines Volkes; im engeren beschränkt sie sich auf die Erforschung der Sprache und Literatur”.

O “grupo original” dos jovens gramáticos (cf. Jankowsky, 1972) adotou uma retórica que se pode qualificar como revolucionária (cf. Murray, 1994), por meio da qual buscavam contestar as práticas de seus predecessores⁴, como se pode observar na veemência das palavras contidas no “manifesto” de Osthoff e Brugmann (1878), por exemplo. Tal contraposição também se verifica nas palavras de Delbrück, outro membro pertencente ao grupo original dos jovens gramáticos. Delbrück descreve Schleicher como um filólogo em duas passagens específicas do capítulo em que sintetiza a obra e o pensamento de seu compatriota. Primeiramente Delbrück (1880, p. 42) apresenta Schleicher como um “filólogo” que, diferentemente dos demais “filólogos”, era, de fato, versado nas ciências naturais. No desfecho de seu capítulo, Delbrück alude novamente ao “filólogo”, concluindo que, na realidade, Schleicher não buscava seus métodos nas ciências naturais. Na realidade, ele os teria formulado previamente, de modo que suas referências às ciências naturais não passariam de meras analogias, especula Delbrück.

Em última instância, seria incompreensível que os métodos adequados a um objeto específico (o das ciências naturais) fossem aplicados a um objeto estranho (língua), razão pela qual Schleicher não teria logrado êxito em realizar a transferência de métodos de uma ciência para outra: “Mesmo Schleicher não foi capaz de fazer isso. Ele é, apesar de ele próprio recusar essa palavra, em sua essência, tanto quanto Bopp e Grimm, Pott e Curtius – um filólogo” (Delbrück, 2022b [1880], p. 34).

Apesar de não formular explicitamente uma definição de filologia e linguística, é possível reconstituir circunstancialmente a diferenciação que Delbrück faz entre ambos os campos⁵. Delbrück (1875) alude mais genericamente à investigação da língua como *Sprachstudium* “estudo da língua”. Mais especificamente, ao tratar das disciplinas específicas, refere-se indistintamente à *klassische Philologie*, *Philologie* e *Alterthumswissenschaft* “ciência da antiguidade”. Por

4 Não se pretende, aqui, entrar no mérito da discussão sobre se os jovens gramáticos teriam representado um “programa de investigação” diferente do de seus antecessores (cf. Bernardes, 2022a), se suas inovações teriam sido mais retóricas do que práticas, embora com justificativas inéditas (cf. Amsterdamska, 1987), se sua abordagem teria caracterizado senão uma “fase de transição” (*Phase des Übergangs*) entre a linguística histórico-comparativa do século XIX e a linguística estruturalista do século XX (cf. Einhauser, 1991) ou se seu programa teria se caracterizado como a continuidade de um outro, prévia e devidamente estabelecido, o qual poder-se-ia chamar de extensão do “paradigma schleicheriano” (cf. Koerner, 1989a). Para os propósitos deste artigo, pretende-se averiguar procedência de determinadas alegações acerca da filologia, da linguística e da relação de Schleicher com ambas.

5 As obras de Delbrück consultadas são as de 1875 e 1880, de modo que não se pode afirmar, com base somente nestas, que o autor não tenha feito tal definição alhures. Contudo, entendendo que as afirmações feitas em tais escritos sejam suficientes para estabelecer a distinção entre filologia e linguística, tal como entendida pelo autor.

outro lado, distintamente em relação a estes termos, porém indistintamente entre si, Delbrück alude à outra disciplina específica como *Linguistik*, *Sprachvergleichung* “comparação linguística”, *vergleichende(s) Sprachstudium* “estudo comparativo das línguas”, *vergleichende Grammatik* “gramática comparativa” e *Sprachwissenschaft* “ciência da linguagem”.

Ainda que considere impossível fazer uma separação nítida entre as partes filológica e linguística da gramática, o autor as distingue e ressalta sua complementaridade, sobretudo a da linguística em relação à filologia: “A ciência da linguagem não oferece ao filólogo petiscos que um estômago frugal talvez pudesse evitar, mas sim o pão da vida, que ninguém é capaz de dispensar.” (cf. Delbrück, 1875, p. 10, tradução própria⁶).

Koerner (1989b, p. 239) ressalta que Schleicher – e ninguém mais! – fora o responsável por fazer essa distinção entre a linguística e a filologia clássica. Koerner (1983, p. XXIV) já manifestara ideia semelhante:

De fato, a concepção de língua de Schleicher bem como sua filosofia da ciência foram claramente fixadas em 1850, quando ele asseverou que a Linguística – em contradistinção à Filologia, uma disciplina histórica e intelectual (“geisteswissenschaftlich”) –, era, pelo menos no que diz respeito ao seu método de investigação, uma ciência natural (“Naturwissenschaft”). Com efeito, enquanto Bopp e, especialmente, Grimm caracterizavam seu trabalho como “neue Philologie” [nova filologia], i.e., mais como um desenvolvimento adicional e rejuvenescido do trabalho filológico tradicional, Schleicher estava optando por uma clara divisão de tarefa [...] (Koerner, 1983, p. XXIV, tradução própria⁷).

Tais divergências ensejam uma discussão sobre as diferentes significações atribuídas aos termos “filologia” e “linguística” ao longo de parte significativa do século XIX, a qual ora pretende-se realizar tomando como referência central a obra de Schleicher (1850).

6 No original: “Die Sprachwissenschaft liefert ja dem Philologen nicht etwa Leckerbissen, auf die ein genügsamer Magen allenfalls verzichten könnte, sondern Lebensbrod, das Niemand zu entbehren vermag”.

7 No original: “As a matter of fact, Schleicher’s conception of language as well as his philosophy of science were clearly fixed by 1850, when he asserted that Linguistics — in contradistinction to Philology, an historical and intellectual (‘geisteswissenschaftlich’) discipline — was, at least with regard to its method of investigation, a natural science (‘Naturwissenschaft’). Indeed, while Bopp and especially Grimm characterized their work as ‘neue Philologie’, i.e., more like a further, rejuvenated development of traditional philological work, Schleicher was opting for a clear-cut division of labour [...]”.

| Natureza, classificação e história das línguas

As reflexões de Schleicher acerca da natureza das línguas, sua classificação tipológica e história implicam a adoção de pressupostos teóricos e metodológicos específicos. Para os propósitos deste artigo, suas formulações são de particular importância para a compreensão do contraste que se estabelece entre a linguística e a filologia.

Em 1850, August Schleicher publicava sua obra intitulada *Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht* [“As línguas da Europa em visão geral sistemática”], que se divide em um curto prefácio (p. V-VI), em uma introdução (p. 1-39) e na apresentação sistemática de diferentes línguas, de acordo com sua “classe [tipologia]”. O autor reserva uma primeira parte à classe das línguas monossilábicas [isolantes] de fora da Europa (p. 40-56) e outras duas às línguas da Europa, uma delas, às línguas aglutinantes (p. 57-112), e outra, às flexionais (p. 113-243). Há, ainda, um apêndice, em que são discutidas questões relativas ao lituano e ao eslavo antigo (*altslawisch*) ou eslavo eclesiástico (*kirchenslawisch*) (p. 244-265).

A introdução à obra é constituída de cinco partes, em que Schleicher discute (i) a linguística e a filologia, (ii) a natureza e a divisão das línguas, (iii) a história das línguas, (iv) o método da linguística e (v) as línguas da Europa em geral. De todas as partes, são de especial interesse as quatro primeiras. Principiemos esta análise pela segunda parte, seguindo pela terceira e quarta, para, por fim, retornarmos à questão inicial envolvendo os conceitos de filologia e linguística formulados pelo autor.

Cabe ressaltar que o conteúdo ora analisado foi expresso por Schleicher na obra de 1850. Embora guarde semelhanças com seu trabalho anterior, intitulado *Zur vergleichenden Sprachengeschichte* [“Por uma história comparativa das línguas”] (1848), algumas ideias foram completamente reformuladas⁸.

8 Compare-se, por exemplo, a afirmação de Schleicher (1848, p. 2), de acordo com a qual “[d]ie Sprache ist speciell menschlich, geistig, sie bietet daher in ihrem Verlaufe die grössten Analogien mit der Geschichte, in beiden zeigt sich ein stetiges Fortschreiten zu neuen Phasen [[a] língua é especialmente humana, espiritual [mental], portanto oferece em seu curso as maiores analogias com a história, em ambas se revela uma constante progressão para novas fases]”. Mais tarde, em nota de rodapé alusiva a essa passagem, Schleicher (1850, p. 10-11) declara que “[i]st daher die von mir [...] ausgesprochene Ansicht, dass die Sprache deshalb zu der geistigen Sphäre des Menschen gehöre, weil sie eine Geschichte habe, Geschichte aber nur innerhalb dieser Sphäre sich finde [[e]quivocada é a visão por mim expressa [...] de que a língua pertenceria à esfera espiritual do homem, porque teria uma história, história que, contudo, encontrar-se-ia somente no âmbito dessa esfera]”.

Para Schleicher, a língua é a expressão do pensamento articulada em forma de som. O pensamento é composto por dois tipos de elementos: (i) por *Begriffe* “conceitos” e *Vorstellung[en]* “representações” mentais; e (ii) por intermédio de uma dada *Beziehung* “relação”. Conceitos e representações mentais expressos em forma de som são comumente chamados de *Bedeutung* “significado”: “A natureza da língua se baseia, portanto, na maneira como, nela, significado e relação são expressos em forma de som” (Schleicher, 1850, p. 6, tradução própria⁹).

A expressão sonora de significado é uma característica compartilhada por todas as línguas. Há, entretanto, línguas que não expressam a “relação” na forma material sonora, senão por meio da disposição dos elementos na sentença, da ênfase (*Hervorheben*) na fala, gestos etc. A referida “natureza [tipo] da língua” é, portanto, determinada pelo modo como se manifesta a “relação” entre os “significados”.

Dessa maneira, resultam três tipos, ou, como quer Schleicher, três *Sprachklassen* “classes de línguas”, a saber, uma primeira, composta pelas “línguas monossilábicas [isolantes]” (*einsylbige Sprachen*), uma segunda, à qual pertencem as “línguas aglutinantes” (*agglutinirende(n) Sprachen*¹⁰), e uma terceira, que abarca as “línguas flexionais” (*flectirende Sprachen*).

Na primeira classe, a das línguas monossilábicas, a expressão sonora da relação é inexistente. Apenas os significados são articulados acusticamente, na forma de raízes. Esse é o caso, por exemplo, da língua chinesa. Na segunda classe de línguas, intermediária, são expressos acusticamente tanto os significados como as relações, com a ressalva de que, nessa classe de línguas, a relação se manifesta por intermédio de sons que, em sua origem, teriam sido sons de significado. Em alguns casos, o significado original se torna irreconhecível. Em outros, ele ainda é perceptível, a ponto de continuarem a ser grafados separadamente. Enquanto na primeira classe de línguas a palavra se constitui de uma unidade rígida, constata-se, na segunda, uma combinação de sons que compromete a unidade da palavra, haja vista que significado e relação são expressos acusticamente de forma separada, observa Schleicher. Em contrapartida, na terceira classe, a das línguas flexionais, significado e relação são igualmente expressos acusticamente, sem que, diferentemente da segunda classe, isso se realize em detrimento da unidade da palavra.

9 No original: “Das Wesen der Sprache beruht also in der Art und Weise, wie in ihr Bedeutung und Beziehung lautlich ausgedrückt wird”.

10 O termo alemão para “aglutinante” é *anleimend(en)*.

Schleicher enxerga maior proximidade entre as duas últimas classes, uma vez que, no caso da intermediária, a *Verschmelzung* “fusão” entre os sons seria tão íntima quanto aquela observável nas línguas flexionais. Ademais, nas duas últimas classes, a expressão sonora ocorre tanto para o significado como para a relação, ao passo que, nas línguas monossilábicas, a expressão sonora da relação inexistente completamente. Para Schleicher as línguas seriam “mais perfeitas” (*vollkommener*) ou “mais imperfeitas” (*unvollkommener*) a depender da classe à que pertencem. Assim, as monossilábicas pertenceriam às mais imperfeitas, enquanto as flexionais, às mais perfeitas. Cada classe, por conseguinte, ocuparia certo nível em uma determinada escala:

Esse nível [o das línguas flexionais] é o mais elevado, apresenta a imagem mais fiel do processo espiritual, do pensamento, no qual significado e relação também se interpenetram intimamente. [...] As línguas flexionais se encontram, portanto, na escala mais alta das línguas: somente aqui está desenvolvida uma verdadeira divisão no organismo da palavra, a palavra é a unidade na diversidade dos membros, correspondente ao organismo animal, do qual a mesma determinação se aplica (Schleicher, 1850, p. 9, tradução própria¹¹).

Esclareçamos o sentido de alguns dos termos empregados por Schleicher em suas formulações teóricas. O objeto “língua” como um todo, isto é, como organismo natural, é entendido como um “sistema” (*System*). Tal sistema é composto pelas três diferentes classes de línguas possíveis (monossilábicas [isolantes], aglutinantes e flexionais). Cada classe de língua corresponde a um “período” (*Periode*). A estrutura de cada classe de línguas, em particular, sugere que cada período teria se desenvolvido a partir de outro. Em outras palavras, as línguas monossilábicas teriam dado origem às aglutinantes, que, por sua vez, teriam originado as línguas flexionais. Portanto, cada “classe de língua” corresponderia a um “período”. Como, de acordo com essa visão, as línguas se desenvolvem em períodos, ou seja, na passagem de uma classe de língua para outra, o “sistema” (objeto “língua”) se caracteriza como um “momento” (*Moment*), no qual os diferentes períodos coexistem. Assim, tem-se um “*System als Theile nebeneinander* [sistema como partes adjacentes]”. A palavra “período” não tem implicações terminológicas quando utilizada por Schleicher em alusão

11 No original: “Diese Stufe ist die höchste, sie entwirft das treueste Bild des geistigen Processes, des Denkens, in welchem ja auch Bedeutung und Beziehung sich innig durchdringen. [...] Die flectirenden Sprachen stehen somit am höchsten auf der Scala der Sprachen: erst hier ist im Organismus des Wortes eine wahrhafte Gliederung entwickelt, das Wort ist die Einheit in der Mannigfaltigkeit der Glieder, entsprechend dem animalischen Organismus, von welchem dieselbe Bestimmung gilt.”.

a épocas específicas, como é o caso dos períodos [épocas] histórico e pré-histórico.

O desenvolvimento das línguas em períodos distintos, assim como o dos organismos animais, está sujeito a leis naturais que independem do livre arbítrio humano. Contudo, a expectativa de que línguas monossilábicas se desenvolvessem e se tornassem aglutinantes, e estas, em flexionais não é testemunhado ao longo de toda a época histórica. Diferentemente do que se poderia supor, as mudanças são observadas na forma de um “desgaste” (*Abschleifung*) das línguas no âmbito de suas próprias classes, de modo que, quanto mais se retrocede à antiguidade de certas línguas, maior é a atestação de formas mais ricas e de sua perfeição, como é o caso, por exemplo, do latim e do sânscrito, quando comparados às modernas línguas românicas e indianas, respectivamente. O chinês mais recente, por seu turno, apresenta formas tão monossilábicas quanto às dos registros escritos mais antigos dessa língua.

Não obstante, a inexistência de registros de línguas de uma dada classe se transformando em línguas de outra não seria uma evidência contrária ao pressuposto de que as línguas se desenvolveriam dessa maneira, pondera Schleicher. Tampouco deveria causar estranhamento o fato de que diferentes classes de línguas, representantes de estágios distintos de seu desenvolvimento, sejam coexistentes:

O *sistema* nos mostrou que nem todas as línguas chegaram ao nível mais elevado, assim como tampouco toda substância orgânica se desenvolveu em organismo vivo; em cada grau e nível intermediário, partes da substância sonora se solidificaram, como partes da [substância] orgânica em cada nível da escala da vida orgânica. A história e o desenvolvimento se tornam adequados ao *sistema* somente pelo fato de que cada *período* deixa para trás um representante, de modo que a sucessão da história se transforma em justaposição do *sistema* (Schleicher, 1850, p. 14-15, tradução própria¹², grifo próprio).

De acordo com Schleicher, isso demonstra que os desenvolvimentos teriam ocorrido em uma época pré-histórica. Daí conclui-se que a história das

12 No original: “Dass sich nicht alle Sprachen bis zur höchsten Stufe emporgearbeitet haben, zeigte uns das System, so wenig als alle organische Substanz sich bis zum animalischen Organismus entwickelte; auf jeder Stufe und Zwischenstufe sind Theile der lautlichen Substanz erstarrt, wie Theile der organischen auf jeder Stufe der Scala organischen Lebens. Nur dadurch wird die Geschichte, das Werden dem Systeme adäquat, dass jede Periode einen Repräsentanten zurücklässt, wodurch eben das Nacheinander der Geschichte in das Nebeneinander des Systems umschlägt”.

línguas se divide em duas partes: uma pré-histórica, ou de “desenvolvimento” (*Entwicklung*), e outra histórica, ou de “declínio” (*Verfall*). A transformação de línguas de certas classes em línguas de outras classes, bem como a solidificação de línguas no âmbito de uma dada classe, teria ocorrido durante sua pré-história. Por outro lado, o declínio das línguas, igualmente regido por leis naturais, pode ser observado em sua época histórica, manifestando-se de diversas formas, seja na fonologia, na morfologia ou na sintaxe, independentemente da classe à qual pertençam. Schleicher não cogita, porém, a hipótese de que o declínio das línguas seja responsável por seu retorno a um estágio anterior.

| Método da linguística

As comparações e metáforas de que Schleicher lança mão para caracterizar as línguas e organismos naturais não são recursos meramente retóricos. De fato, o autor pressupõe que a língua pertence à esfera natural, de tal sorte que a ciência cujo objeto investigativo se constitui da língua propriamente dita não poderia ser outra, senão uma ciência natural, representada, nesse caso, pela linguística. Por conseguinte, seu método também deveria ser buscado nas ciências naturais, o que resulta ser a *Vergleichung* “comparação” dos *Sprachorganismen* “organismos linguísticos”.

Todas as línguas conhecidas devem ser comparadas. Mais precisamente, o que representa o objeto da comparação é “a natureza da língua” (*das Wesen der Sprache*), constituída pelos significados e relações expressos ou não acusticamente nas três classes de línguas existentes. Em outras palavras, o método da linguística se baseia na comparação da gramática das diferentes línguas, de modo que se possam determinar as categorias de gênero, espécies, subespécies e, por fim, os indivíduos.

Ao se compararem diferentes línguas, seu percurso deve ser rastreado historicamente até suas formas mais antigas. Em caso de escassez de documentação linguística, tais formas devem ser “deduzidas” (*erschlossen*), isto é, “reconstruídas” (*rekonstruiert*). Por meio da comparação da estrutura gramatical observada nas diferentes classes de línguas, seria possível determinar o parentesco entre as mesmas. Schleicher enfatiza a importância da observância das *Lautgesetze* “leis sonoras” quando da comparação de tais estruturas.

| Filologia e linguística: a mútua complementaridade de duas disciplinas autônomas

Da segunda à quarta seção da introdução de *Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht* (1850, p. 5-28) não se discute o campo da “filologia”. Isso se deve ao fato de que, na primeira, Schleicher já fizera uma clara distinção entre filologia e linguística, dedicando as demais à caracterização da língua como um organismo natural e da disciplina que a tem como objeto de investigação exclusivo, ou seja, a linguística, como uma ciência igualmente natural. Nessas três partes introdutórias, Schleicher se refere à *Philologie* uma única vez (p. 25), quando observa que questões estilísticas pertencem a esse campo, não ao da *Linguistik*.

Ocasionalmente, Schleicher alude a dois tipos de “história”, primeiramente (p. 16), referindo-se a um tipo de *Geschichte* “história” que se contrapõe à *Sprachengeschichte* “história das línguas”, especificamente. A “história das línguas” faz parte da natureza humana e, portanto, pertence ao campo da linguística; em um segundo momento, Schleicher (1850, p. 21, tradução própria¹³) se refere à *Geschichte* como matéria pertencente à “esfera da atividade espiritual livre”, que está sujeita ao arbítrio humano e, portanto, foge ao campo da linguística.

Assim sendo, “história” e “história das línguas” representam conceitos completamente distintos: a história estaria sujeita ao livre arbítrio humano e seria objeto da “ciência histórica” (*geschichtliche Wissenschaft*), enquanto a história das línguas corresponderia ao desenvolvimento das línguas em conformidade com leis naturais que independem da vontade humana, sendo, portanto, objeto da ciência natural denominada *Linguistik*.

Para Schleicher, a ciência que já era cultivada havia um período considerável de tempo e cujo objeto mais geral era a língua se dividira apenas recentemente em dois campos, a saber, o da filologia e o da linguística. Na primeira parte de sua introdução, ele distingue esses campos claramente:

A ciência mesma, que inicialmente tem como objeto a língua, ainda que a considere preferencialmente apenas como meio para penetrar na essência e na vida espiritual de um ou vários povos, é a *filologia*, e ela pertence essencialmente à história. A ela se opõe a *linguística*; esta tem por objeto a língua como tal e nada tem a ver diretamente com a vida

13 No original: “Sphäre der freien geistigen Thätigkeit”.

histórica dos povos que falam as línguas; ela faz parte da história natural do ser humano (Schleicher, 1850, p. 1, tradução própria¹⁴).

No campo da filologia, a língua é, portanto, um *Organon* “instrumento” com cujo auxílio se busca compreender “a vida espiritual” (*das geistige Leben*) de um determinado povo. O objeto da filologia é a *Geschichte*, a qual se investiga por meio da literatura. Consequentemente, só existe filologia onde há literatura, de modo que não poderia haver, por exemplo, uma filologia das línguas dos povos indígenas americanos. Por outro lado, as línguas desses mesmos povos constituem um objeto de grande interesse para a linguística, argumenta Schleicher.

Uma vez que os dois campos de investigação têm objetos distintos, seus métodos de investigação também divergem: os métodos da filologia seriam os das *Geschichtswissenschaften* “ciências históricas”, enquanto os da linguística seriam próprios das *Naturwissenschaften* “ciências naturais”.

Schleicher considera que a filologia e a linguística se entrecruzam em uma área passível de divisão em duas partes: a da *Formenlehre* [morfologia¹⁵] e a da *Syntax*. Interessantemente, Schleicher considera a sintaxe mais dependente da vontade humana. Essa constatação não surpreende, caso consideremos que Schleicher (1850, p. 4) aparentemente entende a sintaxe como uma questão estilística, observando que o *Stil* “estilo” pertence ao campo da filologia. Desse modo, a sintaxe estaria mais inclinada à filologia. Diferentemente, na morfologia só seria identificável aquilo que está na natureza humana, de cuja vontade independe completamente. A morfologia, portanto, pertenceria exclusivamente ao campo da linguística.

Assim, Schleicher estabelece claramente a autonomia de uma disciplina em relação à outra, bem como seus pontos de contato. Por outro lado, a relação entre a filologia e a linguística não se limitaria à intersecção existente entre ambas na área constituída pela morfologia e pela sintaxe:

Que ambas as disciplinas frequentemente se tocam e que uma não pode prescindir da outra decorre da própria natureza das coisas; uma

14 No original: “Die Wissenschaft nämlich, welche zwar zunächst die Sprache zum Object hat, dieselbe aber doch vorzugsweise nur als Mittel betrachtet um durch sie in das geistige Wesen und Leben eines oder mehrerer Volksstämme einzudringen ist die *Philologie* und sie gehört wesentlich der Geschichte an. Ihr gegenüber steht die *Linguistik*, diese hat die Sprache als solche zum Object und sie hat direct mit dem geschichtlichen Leben der die Sprachen redenden Völker Nichts zu schaffen, sie bildet einen Theil der Naturgeschichte des Menschen”.

15 Schleicher passa a empregar o termo *Morphologie* apenas a partir de 1859.

serve à outra como ciência auxiliar. O linguista utilizará agradecidamente os resultados obtidos pelo filólogo, e vice-versa (Schleicher, 1850, p. 4, tradução própria¹⁶).

A despeito da complementaridade existente entre a filologia e a linguística, a distinção que Schleicher faz entre ambas é mais acentuada do que a observada em outras abordagens, ao menos do ponto de vista teórico: para Schleicher, a linguística pertence às ciências naturais, e a filologia, às humanidades, ao passo que, para os jovens gramáticos, por exemplo, os dois campos são distintos, porém ambos pertencem às ciências humanas.

| A filologia e a linguística entre sucessores de Schleicher

No que diz respeito às afirmações de Osthoff e Brugmann no prefácio à primeira parte de suas *Morphologische Untersuchungen* (1878), atenhamo-nos a algumas de suas particularidades. Os autores observam que a ciência da linguagem praticada até então investigava demasiadamente “a língua no papel” (*die sprache auf dem papier*), isto é, a língua escrita, em detrimento de seu falante. Osthoff e Brugmann (1878, p. VIII) ressaltam a importância dos dialetos “indo-germânicos [indo-europeus]” vivos para metodologia da linguística comparativa. Ademais, o estudo do falante seria especialmente relevante em decorrência de seu mecanismo de fala, que envolve um componente “psíquico” e um “corporal [físico]” (*leiblich(e)*). Destaquemos, também, que Osthoff e Brugmann (1878, p. XIII, tradução própria¹⁷) enfatizam as “leis in excepcionais” (*ausnahmslose(n) gesetze(n)*) e a “analogia” (*analogie*) como “[o]s dois princípios metodológicos mais importantes da ‘orientação dos jovens gramáticos’”.

Um exame mais detido, contudo, indica que Schleicher já contemplara essas questões em maior ou menor medida, ainda que não se aprofundasse nos temas. Conforme discutido anteriormente, pudemos observar que Schleicher considerava as línguas indígenas da América, apesar de desprovidas de tradição escrita, como objeto de grande interesse para a linguística. Além da investigação das próprias línguas vivas faladas, Schleicher (1850, p. 17) atribui especial relevância ao papel que a natureza “fisiológica” do aparelho fonador, compartilhada por todos os seres humanos, desempenha nos processos de mudança sonora. Ademais, apesar de não dar à hipótese das *Lautgesetze* como

16 No original: “Dass beide Disciplinen sich vielfach berühren, die eine der andern nicht entrathen kann, ergiebt sich aus der Sache selbst; die eine dient der andern als Hülfswissenschaft. Der Linguist wird die vom Philologen gewonnenen Resultate dankbar benutzen und umgekehrt”.

17 No original: “Die zwei wichtigsten von den methodischen grundsätzen der ‘junggrammatischen’ richtung”.

“inexcepcionais” a mesma ênfase que lhe foi dada posteriormente pelos jovens gramáticos, Schleicher discorre reiteradas vezes sobre tais leis sonoras e seu papel significativo nas mudanças e correspondências sonoras nas línguas e entre línguas comparadas. Ainda que essas visões convergissem significativamente com as dos jovens gramáticos, Osthoff e Brugmann (1878, p. III) se referiam a seus antecessores, inclusive Schleicher, como praticantes de uma “*ältere vergleichende sprachforschung* [linguística comparativa mais antiga]”.

Considerando-se a retórica de descontinuidade dos jovens gramáticos em relação às práticas anteriores, poder-se-ia argumentar que, ao negar a vinculação de Schleicher às ciências naturais, Delbrück, outro expoente da orientação neogramática, teria tentado, na realidade, afastá-lo dessa disciplina científica e aproximá-lo de sua própria, como conclui Bernardes (2022b, p. 18), por exemplo:

Levando em consideração que a maior parte dos cargos de professores nas universidades alemãs era de filologia, e não de linguística, e de que a maioria dos alunos passava pelas cadeiras de filologia, os jovens gramáticos viram nisso uma oportunidade de se fazerem mais presentes na comunidade acadêmica. Tentar um distanciamento da filologia poderia acarretar uma extinção do programa por falta de cargos, de alunos e de investimento. Portanto, enquanto para Schleicher ser considerado um filólogo poderia ser indesejável, dada a sua preferência pelo termo “glótica”, para um jovem gramático como Delbrück isso nada mais seria do que inseri-lo na mesma tradição.

Contudo, essa conduta mais ou menos sutil frente aos seus antecessores e contemporâneos parece sugerir que os jovens gramáticos, sobretudo os do grupo original de meados dos anos 1870, buscavam demarcar claramente suas posições, contrastando-as com as dos demais. Em uma carta endereçada a Brugmann, datada de 2 de abril de 1877, Osthoff oferece o seguinte conselho a seu destinatário:

A correspondência com C[urtius] eu [...], em seu lugar, guardaria cuidadosamente: talvez ela possa servir à posteridade, quando estivermos haverá muito tempo no túmulo, como um documento valioso na história da linguística, na medida em que ela ilustra não apenas um conflito pessoal, senão a luta de uma orientação inovadora contra

uma velha e apodrecida (Einhauser¹⁸, 1992, p. 31 *apud* Jankowsky, 2001, p. 1353, tradução própria¹⁹).

Depreende-se do teor da carta a Brugmann que Osthoff tinha a clara impressão de que os jovens gramáticos estariam marcando época, pois não somente divergiam da prática de seu antecessor, como também a combatiam.

Ademais, nota-se que, ao equiparar Schleicher a Bopp, Grimm, Pott²⁰ e Curtius, caracterizando a todos como “filólogos”, Delbrück os lista cronologicamente, conforme a idade ou época de maior atividade em seu campo de atuação, de modo a demarcar um intervalo específico, que se inicia com Bopp e se encerra com Curtius. Delbrück não menciona Johann Heinrich August Leskien (1840–1916), por exemplo, que fora discípulo de Schleicher, porém, mais tarde, viria a se tornar amigo e “guru” dos jovens gramáticos (cf. Morpurgo Davies, 1998, p. 229).

Por fim, observe-se que, ao negar que Schleicher fosse um cientista natural, rotulando-o senão como um filólogo, Delbrück não necessariamente buscava vinculá-lo ao seu próprio programa de investigação. Delbrück em nenhum momento denomina a si mesmo ou aos demais jovens gramáticos como “filólogos”. Com efeito, o quarto capítulo da obra introdutória de Delbrück (1880, p. 54–60), intitulado “*Neue Bestrebungen* [Novos Empreendimentos]”, sucede justamente o capítulo sobre Schleicher, algo que, se não reforça o contraste entre o que se lograra até então e o alegado caráter inovador que os jovens gramáticos afirmavam representar, ao menos demarca uma distinção, ainda que sutil.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar as reflexões de August Schleicher acerca do estatuto da *Philologie* e da *Linguistik*, no contexto de meados do século XIX, especificamente em sua obra intitulada *Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht* [“As línguas da Europa em visão geral sistemática”] (1850). Para Schleicher, filologia e linguística representam campos distintos: na filologia,

18 EINHAUSER, Eveline. *Lieber freund...: Briefe Hermann Ostoffs an Karl Brugmannn, 1875–1904*. Trier: Wissenschaftlicher Verlag Trier, 1992.

19 No original: “Die Korrespondenz mit C[urtius] würde ich [...] an Deiner Stelle sorgfältig aufbewahren: sie kann vielleicht der Nachwelt, wenn wir längst im Grabe liegen, als wertvolles Dokument in der Geschichte der Sprachwissenschaft dienen, insofern als sie nicht nur einen persönlichen Konflikt, vielmehr den Kampf einer sich Bahn brechenden neuen Richtung mit einer alten verrotteten illustriert”.

20 August Pott (1802–1887).

uma “ciência histórica”, portanto, humana, a língua seria um instrumento para a investigação da “vida espiritual [história, cultura etc.]” dos povos, enquanto, na linguística, uma ciência natural, o objeto de investigação é a língua propriamente dita.

Buscou-se, aqui, descrever e interpretar as visões de língua apresentadas por Schleicher, bem como os métodos descritos para a realização de investigações *por intermédio* das línguas como *objetos* propriamente ditos. Para o autor, o objeto “língua” como um todo, isto é, a linguagem humana, corresponde a um “sistema” composto por diferentes “classes” de línguas (monossilábicas [isolantes], aglutinantes e flexionais. Assim como os organismos vivos, as línguas se desenvolvem em função de leis naturais de modo a passarem de uma classe a outra. Analogamente aos organismos naturais, nem todas as línguas se desenvolvem igualmente, de maneira que algumas passam de uma classe a outra, enquanto outras se solidificam em uma determinada classe. Observa-se, também, a deterioração das línguas, sem que isso necessariamente acarrete sua alternância de uma classe a outra.

Delbrück (1880) caracteriza Schleicher justamente como um “filólogo”, a despeito de suas inúmeras declarações de autoidentificação como cientista natural. Contudo, a partir das concepções de Schleicher acerca do objeto “língua”, verifica-se que o autor estipula que a ciência que investiga as línguas por meio da comparação de suas estruturas gramaticais é a linguística, enquanto o campo em que se utiliza a língua como instrumento com outros fins, não como objeto próprio de investigação, corresponde à filologia. Por essa razão, a investigação em cada um dos campos requer métodos completamente distintos.

Schleicher estabelece claramente a distinção entre o que entende por *Philologie* e *Linguistik*. Como bem observa Koerner (1989b, p. 239), Schleicher fora o primeiro a delimitar nitidamente as duas disciplinas. Neste artigo, buscou-se transcender o trabalho de Koerner ao demonstrar como Schleicher especifica e caracteriza o objeto da linguística, bem como as tarefas e métodos da disciplina, reforçando seu contraste com a filologia. Por outro lado, buscou-se evidenciar que, ainda que pressupusesse a autonomia das disciplinas, Schleicher valorizava o fato de que elas não rivalizavam, senão se complementavam mutuamente, de modo que os resultados obtidos por uma eram bem-vindos à outra.

Ainda que Delbrück e outros tivessem motivos para questionar o organicismo de Schleicher e sua autovinculação às ciências naturais, alegações de que Schleicher seria um filólogo não se sustentam de pontos de vista que considerem a filologia e a linguística como disciplinas autônomas, cujos objetos e métodos

de investigação sejam distintos. Desse modo, caso se adotasse uma perspectiva diferente da de Schleicher, segundo a qual o conceito de “filologia” abrangesse mais do que estudos estritamente linguísticos, como admite Raumer (1870), daí concluir-se-ia que o próprio Delbrück teria sido tão filólogo quanto Schleicher.

| Agradecimentos

Agradeço aos/às pareceristas anônimos(as) pelas valiosas contribuições, as quais busquei incorporar ao presente texto na medida em que as condições o permitiram. Em todo caso, elas certamente ensejaram reflexões enriquecedoras para este e para futuros trabalhos.

| Referências

AMSTERDAMSKA, O. **Schools of thought: the development of linguistics from Bopp to Saussure.** Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1987.

BERNARDES, E. M. **Movimentações epistemológicas na linguística entre 1861 e 1880.** 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022a.

BERNARDES, E. M. **August Schleicher, um filólogo?** – Uma tradução anotada do capítulo III de *Einleitung in das Sprachstudium*, de Berthold Delbrück. 2022. Monografia (Habilitação: Letras – Português – Bacharelado em Estudos Linguísticos) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022b.

BRUGMAN[N], K. Nasalis sonans in der indogermanischen Grundsprache. **Studien zur griechischen und lateinischen Grammatik**, v. 9, p. 285-338, 1876a.

BRUGMAN[N], K. Zur Geschichte der stammabstufenden Declinationen. Erste Abhandlung: Die Nomina auf -ar- und -tar-. **Studien zur griechischen und lateinischen Grammatik**, v. 9, p. 361-406, 1876b.

DELBRÜCK, B. **Das Sprachstudium auf den Deutschen Universitäten:** Praktische Rathschläge für Studirende der Philologie. Jena: Verlag von Hermann Dufft, 1875.

DELBRÜCK, B. **Einleitung in das Sprachstudium.** Ein Beitrag zur Geschichte und Methodik der vergleichenden Sprachforschung. Leipzig: Breitkopf und Härtel, 1880.

DELBRÜCK, B. August Schleicher. *In*: BERNARDES, E. M. **August Schleicher, um filólogo?** – Uma tradução anotada do capítulo III de *Einleitung in das Sprachstudium*, de Berthold Delbrück. 2022. Monografia (Habilitação: Letras – Português – Bacharelado em Estudos Linguísticos) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022b [1880]. p. 19-34.

EINHAUSER, E. Hat es in der Sprachwissenschaft eine “junggrammatische Revolution” gegeben? *In*: KLEIN, E.; POURADIER DUTEIL, F.; WAGNER, K. H. (ed.). **Betriebslinguistik und Linguistikbetrieb**: Akten des 24. Linguistischen Kolloquiums, Universität Bremen, 4.-6. September 1989. Berlin, New York: Max Niemeyer Verlag, 1991. v. 1.

GRIMM, J. L. K. **Deutsche Grammatik**. Göttingen: Dietersche Buchlandlung, 1819. v. 1.

JANKOWSKY, K. R. **The Neogrammarians**: A re-evaluation of their place in the development of linguistic science. Paris and Haia: Mouton, 1972.

JANKOWSKY, K. R. The consolidation of the neogrammarian framework. *In*: AUROUX, S. *et al.* **History of the language sciences**: an international handbook on the evolution of the study of language from the beginnings to the present = Geschichte der Sprachwissenschaften: ein internationales Handbuch zur Entwicklung der Sprachforschung von den Anfängen bis zur Gegenwart = Histoire des sciences du langage: manuel international sur l'évolution de l'étude du langage des origines à nos jours. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2001. p. 1350-1367. 2 v.

KOERNER, E. F. K. The Schleicherian paradigm in linguistics. *In*: KOERNER, E. F. K. (ed.). **August Schleicher, Die Sprachen Europas in systematischer Übersicht**: Linguistische Untersuchungen. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1983. v. 4.

KOERNER, E. F. K. The Neogrammarian Doctrine: Breakthrough or extension of the Schleicherian paradigm. A problem in linguistic historiography. *In*: KOERNER, E. F. K. **Practicing Linguistic Historiography**: Selected essays. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1989a. p. 79-100.

KOERNER, E. F. K. On the Historical Roots of the Philology vs Linguistics Controversy. *In*: KOERNER, E. F. K. **Practicing Linguistic Historiography**: Selected essays. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1989b. p. 233-244.

KOERNER, E. F. K. August Schleicher and Linguistic Science in the Second Half of the 19th Century. *In*: KOERNER, E. F. K. **Practicing Linguistic Historiography: Selected essays**. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1989c. p. 325-375.

MORPURGO DAVIES, A. **History of Linguistics, Volume IV: Nineteenth-Century Linguistics**. London, New York: Routledge, 1998.

MURRAY, S. O. Theory Groups in Science. *In*: MURRAY, S. O. **Theory Groups and the Study of Language in North America: A social history**. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1994. p. 16-28.

OSTHOFF, H.; BRUGMAN[N], K. Vorwort. *In*: OSTHOFF, H.; BRUGMAN[N], K. **Morphologische Untersuchungen auf dem Gebiete der indogermanischen Sprachen**. Leipzig: S. Hirzel, 1878. p. III-XX.

RAUMER, R. von. **Geschichte der Germanischen Philologie: vorzugsweise in Deutschland**. München: Oldenbourg, 1870.

SCHLEICHER, A. **Zur vergleichenden Sprachengeschichte**. Bonn: H. B. König, 1848.

SCHLEICHER, A. **Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht**. Bonn: H. B. König, 1850.

SCHLEICHER, A. **Die Deutsche Sprache**. Stuttgart: Cotta, 1860.

SWIGGERS, P. Modelos, Métodos y Problemas en la historiografía de la lingüística. *In*: ZUMBADO, C. C. (ed.). **Nuevas Aportaciones a la historiografía lingüística**. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL. La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2003. Madrid: Arco Libros, 2004. p. 113-146.

SWIGGERS, P. Linguistic Historiography: a metatheoretical synopsis. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 19, n. 2, p.73-96, 2017.

Como citar este trabalho:

NOBREGA, Rogerio Ferreira da. Reflexões de August Schleicher sobre a autonomia e a complementaridade da Linguística e da Filologia. *Revista do GEL*, v. 21, n. 3, p. 245-265, 2024. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>.

Submetido em: 17/10/2024 | Aceito em: 19/02/2025.

Linguística Formal e Interdisciplinaridade: questões históricas e contemporâneas

Olga COELHO¹

1 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
| olgafc@usp.br | <https://orcid.org/0000-0002-3688-5627>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i3.3804>

Resumo: Abordagens internalistas e externalistas estão em embate ao longo da história da Linguística ocidental, desenhando dois tipos de prática: um mais preocupado com a inserção das questões linguísticas nas dinâmicas socioculturais; outro mais concentrado na análise e na sistematização de aspectos da linguagem humana e das línguas. A Linguística desse último tipo algumas vezes tem sido reconhecida como a vertente mais rigorosamente científica de trabalho na área. Porém, parece que os saberes que ela produz têm encontrado pouca repercussão nas Humanidades e em alguns contextos sociais mais amplos. Neste texto, apresenta-se, da perspectiva da Historiografia Linguística, um conjunto de contingências históricas correlacionáveis a esse quadro, assim como um conjunto de atitudes e iniciativas contemporâneas que as confrontam e modificam no Brasil.

Palavras-chave: Historiografia da Linguística Brasileira. Linguística Formal. Interdisciplinaridade. Ensino de Língua Portuguesa.

Formal Linguistics and Interdisciplinarity: Historical and Contemporary Issues

Abstract: Internalist and externalist approaches have clashed throughout the history of Western linguistics, delineating two types of practices: one more concerned with integrating linguistic issues into social and cultural dynamics, and the other more focused on the analysis and systematization of aspects of human language. This second type of practice is often recognized as the most rigorously scientific branch of work in the field. However, it seems that the kind of scientific knowledge it produces has little impact on the Humanities and in broader social contexts. From the perspective of Linguistic Historiography, this text presents a set of historical contingencies associated with this framework, as well as a set of contemporary attitudes and initiatives in Brazil that seek to confront and modify it.

Keywords: Linguistic Historiography. Formal Linguistics. Interdisciplinarity. Portuguese Language Teaching.

| Introdução

É possível identificar na história da Linguística no Ocidente dois tipos muito frequentes de abordagem de questões linguísticas. Um deles tem se

preocupado com a inserção das questões das línguas e da linguagem nas dinâmicas da história, da cultura, da sociedade, da política, da educação, e, de maneira complementar, com o impacto de questões atinentes a esses domínios “externos” sobre problemas linguísticos. Essa Linguística, em vista desse horizonte ampliado, tem se desenvolvido com maior atenção ao que se produz em outras áreas das Humanidades, ao mesmo tempo em que tem sido relativamente bem-sucedida na comunicação com as Ciências Humanas acerca do conhecimento que produz. Note-se, por exemplo, o alcance externo à Linguística de noções como as de léxico, discurso, norma, variação. São noções muito difundidas, ainda que adaptadas ou mesmo reformuladas em alguns de seus empregos fora da Linguística.

Um outro tipo de foco se vê em trabalhos concentrados na análise estrita de aspectos da linguagem e das línguas, conduzidos por modelos teórico-metodológicos bem controlados, que, muitas vezes, têm flertado mais com os das Ciências Naturais e os das Ciências Exatas do que com os das Ciências Humanas. A Linguística desse último tipo, desenvolvida nos séculos XIX e XX no Ocidente, foi percebida como a vertente mais rigorosamente científica de trabalho na área, tanto por linguistas, quanto por historiadores da disciplina (v. Leroy, 1977; Camara Jr., 2021, por exemplo). A busca de autonomia em relação a outros campos que a caracteriza tem sido apontada como o gesto que verdadeiramente teria fundado a Linguística como ciência, em especial, quando a referência é o *Curso de linguística geral* (1916). As ideias de cientificidade e de forma passam, assim, a estar fortemente atadas. Com efeito, Borges Neto (2022), ao definir o termo “formal”, menciona que ele está relacionado a três características: ser científico, se restringir ao exame das formas e se encaixar em projeções lógico-matemáticas.

Sabe-se que a Linguística centrada nas formas foi muito bem-sucedida ao longo de todo o século XX na Europa, nos Estados Unidos e em seus enormes domínios de influência econômica e intelectual ao redor do mundo. Ela ensinou a construção de modelos teóricos eficazes na descrição e explicação de uma ampla gama de fenômenos linguísticos. Porém, passado o tempo em que algumas ciências humanas também se seduziram por essa sensação de controle do objeto isolado, que fez da Linguística uma ciência-piloto, os saberes formais foram sendo percebidos, nas Humanidades, cada vez mais, como muito herméticos. Poucos não-linguistas conhecem conceitos relativamente antigos e até polemizados na heterogênea Linguística das formas, tais como os de fonema, sema, sintagma, competência, movimento. Ao mesmo tempo em que essa Linguística avançava em sua agenda, diminuía as trocas com a História, as Ciências Sociais, a Antropologia...

No entanto, parece possível constatar hoje, na chamada Linguística formal, um movimento reverso àquele que a fundou em espaços acadêmicos do norte global do século XIX e do XX. Esse movimento tenta refazer, por um lado, relações com outras áreas das Humanidades, e, por outro lado, a ligação dessa Linguística, diretamente, com questões sociais, políticas, históricas, culturais.

Neste texto, pretende-se tratar, da perspectiva da Historiografia Linguística, de um conjunto de contingências históricas correlacionáveis a esse quadro, dando atenção especial a contextos brasileiros e a atitudes e iniciativas atuais que tensionam, confrontam e modificam a identidade acadêmica e social dos linguistas formais no Brasil.

Explora-se, aqui, sobretudo os dois primeiros sentidos de “formal” mencionados por Borges Neto (2022) (i.e., que segue a procedimentos científicos e que se atém às formas linguísticas), entendendo que eles oferecem um espectro mais amplo de tendências da Linguística ao longo do tempo.

Adota-se, neste texto, uma perspectiva bastante panorâmica de análise historiográfica do campo, que permite identificar um traço histórico persistente, ao menos desde o século XIX, entre linguistas formais: uma provável despreocupação em serem entendidas/os por não linguistas ou por linguistas que não atuem em suas específicas subáreas. A isso se junta o igualmente provável desinteresse em acompanhar o que outros acadêmicos das Humanidades pensam sobre as línguas e fazem com elas em suas investigações.

Para organizar essa leitura panorâmica da história, o texto se inspira naquilo que Konrad Koerner (1989) chama de “modelo de balanço de pêndulo”, que, simplificada, captura movimentos da história da Linguística a partir da alternância entre tendências amplas, de algum modo contrapostas entre si, ressaltando momentos e contextos em que cada uma delas parece prevalecer (por exemplo, tendências mentalistas vs. materialistas; universalistas vs. particularistas ao longo da história). Essa opção acarreta evidentes prejuízos quanto ao registro de especificidades, mas coopera para a apreensão dos movimentos mais gerais e salientes. Assumindo essa perspectiva, lida-se, aqui, com o pêndulo entre “perspectiva internalista vs. perspectiva externalista”.

| Um histórico simplificado da Linguística do norte global

A leitura de diferentes retrospectivas históricas centradas em tendências majoritárias na Linguística europeia ocidental (v., p.ex., Leroy, 1977; Camara Jr., 2021; Robbins, 1983) permite perceber uma preponderância de trabalhos

sincrônicos desde a Antiguidade até o final do século XVIII, seguida de uma importante ruptura em direção à diacronia no século XIX e, em meados do século XX, uma nova guinada à preponderância e ao maior prestígio da sincronia. Há um certo consenso nessas retrospectivas (e, de algum modo, também entre uma parte considerável dos linguistas) em torno da ideia de que teria sido justamente no curto intervalo mais fortemente marcado pela diacronia que os estudos linguísticos europeus se firmaram como científicos. O *status* de ciência redundou no delineamento de práticas cada vez mais específicas e controladas por modelos teóricos e metodológicos explícitos, cuja articulação ou testagem passa a estar no centro da atividade científica.

O linguista africanista Derek Nurse, em texto de 2018, lembra que muitas vezes se vincula aquela Linguística histórica europeia do século XIX à Linguística comparativa, em cujo centro está justamente o método, ou seja, a comparação. Ela toma línguas contemporâneas para (r)estabelecer suas relações genéticas e reconstruir seus ancestrais, usando (quase exclusivamente) dados linguísticos, isto é, “formas” isoladas de eventuais elementos de outra natureza. Dessa perspectiva, o autor enfatiza que a Linguística mais prestigiada no século XIX é certamente comparativa, mas não é exatamente histórica. A Linguística histórica é mais ampla que o método comparativo; ela pode desenhar o desenvolvimento histórico das línguas em qualquer direção: para trás (reconstruindo-o), para adiante (flagrando-o ao longo do tempo a partir de um ponto de início), para baixo, para cima, para os lados (quando se pensa na operacionalização de conceitos como os de “substratos”, “superstratos”, “adstratos” em estudos históricos de contatos). Ela pode, ademais, lidar com dados extralinguísticos (e lida). Nurse (2018) assinala que, em vista disso, a expressão Linguística histórico-comparativa tem por referente práticas e teorias profundamente internalistas. Não são modos de se pensar as línguas como objetos históricos, isto é, como objetos situados contextualmente. O autor ainda observa que, por causa do método comparativo, a Linguística do século XIX descobriu mais e mais sobre a natureza dos sons e de suas transformações, consolidando esses conhecimentos inclusive sob a forma de “leis”. Mesmo que a agenda estivesse voltada para a reconstrução de etapas de sistemas morfo-fonológicos do escopo indo-europeu, a observação de constâncias nos processos de mudança linguística e a elaboração das “leis fonéticas” abrem caminhos para generalizações. Assim, esses estudos propiciam o acúmulo de uma série de conhecimentos relativos às formas linguísticas, em especial às formas do plano da expressão, que mais tarde alimentarão teorias fonológicas. Ou seja, a Linguística Histórico-Comparativa teria permitido a descoberta e a sistematização de uma série de propriedades dos elementos fônicos de línguas, preparando o terreno para a ascensão da Fonologia como o protótipo da cientificidade na Linguística sincrônica do início do século seguinte.

Essa Fonologia, como se sabe, vai se desenvolver “cientificamente” a ponto de, nos anos 1930, tornar-se o campo considerado mais avançado nos estudos da linguagem. Esta citação é de Trubeztkoy (1981 [1933], p. 28):

A época em que vivemos se acha caracterizada pela tendência que manifestam todas as disciplinas científicas a substituir o atomismo pelo estruturalismo e o individualismo pelo universalismo (no sentido filosófico destes termos, naturalmente). Esta tendência pode ser observada em física, em química, em biologia, em psicologia, em ciências econômicas, etc. A fonologia atual não se encontra, pois, isolada. Faz parte de um movimento científico mais amplo. Resta somente esperar que as demais partes da linguística (a morfologia, a sintaxe, a lexicologia, a semântica, etc.), venham se unir muito rapidamente à fonologia, no que a este aspecto se refere.

Veja-se que o autor não aponta todas as áreas então conhecidas dos estudos linguísticos, mas apenas aquelas que constituiriam o seu núcleo científico. As apontadas estariam aptas ao desenvolvimento do trabalho com as “formas”, que substitui “o atomismo pelo estruturalismo”. No período de ápice dos estudos fonológicos estruturalistas, volta-se à preponderância da sincronia (que é a orientação mais comum nos estudos linguísticos ao longo de toda a sua história) e se mantém o foco internalista, acentuado desde o século XIX. Quando se fala no grande gesto de ruptura estruturalista, por vezes essa dimensão de continuidade com as tradições anteriores do campo, situada no elo oferecido pela abordagem internalista, se dilui. Nesse momento, é justamente a composição entre “interno” e “sincrônico” que vai robustecer a ideia de “forma” como componente central da cientificidade em Linguística.

A Fonologia se desenvolverá bastante no que se refere a teorias, separando-se da Fonética, concebida como o estudo estrito (“atomista”), *ad hoc*, dos sons. Essa é uma separação explicitamente requerida e incentivada, pelo menos do lado da Fonologia, como Coelho, Oliveira e Prais (2021) procuraram apontar. No mesmo texto de Troubetzkoy (1981 [1933], p. 18), tem-se um exemplo dessa percepção comum no período:

A fonética atual se propõe estudar os fatores materiais dos sons da fala humana: seja as vibrações do ar que a eles correspondem, seja as posições e movimentos dos órgãos que os produzem. Em troca, o que a fonologia quer estudar não são os sons, mas os fonemas, isto é, os elementos constitutivos do significante linguístico, elementos imateriais, uma vez que o próprio significante o é (segundo F. de Saussure).

Nurse (2018) chama a atenção para o fato de que esses dois momentos, o século XIX e o começo do século XX, põem a Linguística num caminho de especialização cada vez mais difícil de ser acompanhado pelos não linguistas (e até pelos linguistas mais antigos ou de outras orientações).

A Fonologia pode ser inicialmente tomada como protótipo desses movimentos, mas, guardadas as proporções, é possível avaliar que a Linguística internalista como um todo, ao longo do produtivo século XX, manteve o mesmo foco e a mesma agenda: descrever, sistematizar, teorizar, definir métodos, seja na Europa, seja nos Estados Unidos. Essas tendências foram acompanhadas de perto por linguistas no Brasil, como bem mostra, por exemplo, o livro *A pesquisa linguística no Brasil*, 2004, de Cristina Altman, quando trata da recepção, pela comunidade acadêmica local, de sucessivos modelos em voga no norte global ocidental entre os anos 1960-1980. É flagrante, inclusive, uma preocupação com a atualização das pesquisas, entendida como o necessário acompanhamento das últimas tendências de impacto internacional.

No entanto, recentemente, no Brasil, alguns linguistas vinculados a áreas mais internalistas da Linguística têm percebido que o conhecimento refinado e específico que produziram/produzem pode ser beneficiado por uma maior flexibilidade.

| Estudos formais: aplicação e interdisciplinaridade

Coelho, Oliveira e Prais (2021) mostram depoimentos de linguistas brasileiros, como Eleonora Albano, Thais Cristófaros Silva, Luiz Carlos Cagliari, que, ao refletirem sobre a história da Fonética e da Fonologia no Ocidente, identificam uma atitude de depuração rigorosa dos objetos de estudo, a qual teria levado a uma separação radical entre as disciplinas, hoje avaliada como improdutiva.

Outros linguistas formais têm ocupado espaços sociais, como os da Educação linguística, já há algum tempo, como é possível observar na análise de Altman (2004), mas, ainda com mais ênfase, nos dias atuais. Tenha-se como exemplo, ainda uma vez, Cristófaros Silva, que mantém um *site* para ensino de Fonética e Fonologia do inglês, ou uma já numerosa produção recente de livros e artigos de Semântica Formal, Morfologia Distribuída, Sintaxe Gerativa, que tenta fazer esse tipo de conhecimento, advindo de propostas teórico-metodológicas formais, adentrar o contexto escolar. O fragmento de texto a seguir exemplifica o que se pretende fazer e com quais motivações:

Este manual pretende dar uma visão diferente de língua e ensino nas aulas de português. Na primeira unidade, mostramos que essa perspectiva não aparece nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Português. Trata-se, portanto, de uma rota alternativa, mas que tem suporte em pesquisas já realizadas com falantes de diversas línguas, que indicam que há uma relação positiva entre o aluno construir hipóteses sobre a sua língua e ter um desempenho melhor na língua escrita, além de ter um efeito positivo no ensino de ciências e de matemática. A segunda unidade é composta por uma série de informações que permitem sabermos (note: não é acharmos, nem pensarmos, mas sabermos) que há uma faculdade da linguagem. A terceira unidade introduz o método científico para a análise das línguas. Ensinar ciência através da construção de gramáticas pode ser não apenas muito divertido, mas principalmente uma maneira de ressignificar a língua falada, em especial na nossa cultura bacharelesca que vê a língua das gentes com tanto preconceito, afinal mostrar a sua gramática é desfazer preconceitos que usurpam o nosso direito à nossa língua. O português brasileiro é o tópico da quarta e última unidade. Professores de português no Brasil precisam saber como é essa língua, que língua é essa que nós falamos (Oliveira; Basso; Quarezemin, 2013, s.n.).

É um texto que se contrapõe, ao mesmo tempo, à tradição gramatical e a setores da sociedade que privilegiam e promovem usos elitizados do português no Brasil, ao mesmo tempo em que cercam de preconceitos a língua falada. É enfatizado o caráter científico da abordagem proposta, ancorada na ideia de *“método científico”*, o qual tanto garantiria a validade do que se pretende ensinar (*“note: não é acharmos, nem pensarmos, mas sabermos”*), quanto consistiria na estratégia de ensino central (*“A terceira unidade introduz o método científico para a análise das línguas. Ensinar ciência através da construção de gramáticas...”*).

O texto também expõe, embora mais discretamente, tensões históricas entre subáreas do nosso campo e dessas com as instâncias reguladoras do ensino, que têm produzido documentos mais atentos a teorias do texto, do discurso e da variação linguística (ou seja, tem privilegiado uma Linguística externalista), como os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Português (PCN). É nesse sentido que a proposta (de ensinar *“ciência”*) aparece caracterizada como uma *“rota alternativa”*. Com efeito, essa questão da ausência das abordagens internalistas nos documentos destinados ao ensino linguístico tem sido um foco de críticas, sobretudo após a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017. Paraguassu-Martins *et al.* (2024, p. 223) esclarece:

O que não se vê na BNCC ou em outros materiais dela decorrentes, no entanto, é um espaço para a discussão do fenômeno linguístico em si, como forma de desenvolver o raciocínio analítico e as capacidades de interpretação e produção de textos nos alunos.

Tanto esse texto quanto o anteriormente citado projetam um antagonista externo e sempre presente, desde que a Linguística é desenvolvida no Brasil, que é a Gramática Tradicional (associada a setores conservadores da sociedade e a atitudes e procedimentos não científicos no trabalho com a língua). Dessa maneira, muitas das obras de linguistas formais que se voltam para as questões de ensino partem das análises que são feitas em gramáticas tradicionais, procurando mostrar como elas são equivocadas em muitos aspectos, além de ignorarem solenemente boa parte daquilo que as ciências da linguagem têm produzido. O modo de tratar as línguas nas gramáticas tradicionais, como sabemos, ancora-se no imaginário dos “bons” usos linguísticos, o qual parece, no contexto atual do ensino linguístico, se refletir na ideia de “habilidades” da BNCC; em outras palavras, a BNCC projeta um indivíduo que se tornará “hábil” ao usar a língua (somente) a partir do ensino escolar do “bom” Português.

Neste ponto, é pertinente considerar a análise de Emerson de Pietri sobre a documentação relativa ao ensino de português. Em artigos de 2018 e 2019, ele recompõe aspectos da história e da organização desses documentos, desde a LDB, nos anos 1970, passando por um documento elaborado junto à Secretaria da Educação de São Paulo, nos anos 1980, pelos PCNs, dos anos 1990, e chegando à BNCC. Pietri mostra que essas diretrizes condensam visões sobre sujeito, sociedade e ensino distintas, acompanhando, em momentos históricos diferentes, ideias em circulação na Linguística feita no país. Se a legislação dos anos 1980 tinha em seu horizonte a concepção de que o ensino de Português poderia contribuir para mudança social, ao visar à formação do sujeito crítico e à formação das classes populares, sob a inspiração de autores como Magda Soares e João Wanderley Geraldi, na década de 1990, os PCNs incorporaram valores neoliberais e dirigiram suas orientações para a “adequação” linguística dos/as aprendizes. Isso se dá por meio do privilégio à produção e à interpretação textual em instâncias definidas pelos próprios documentos como socialmente relevantes, com recurso ao conceito de “gêneros discursivos”. É privilegiada, portanto, a aprendizagem de específicas habilidades que dariam aos sujeitos a possibilidade de atuação “produtiva” na vida social. Já quanto à BNCC, a avaliação do autor é que elas parecem flertar com os processos atuais de precarização do trabalho e com ideologias de caráter concorrencial e individualista, associáveis ao capitalismo neoliberal rentista. Nesse contexto atual, projeta-se nas diretrizes educacionais oficiais um sujeito da concorrência,

seguido pelo sujeito do precário, ao qual é imposto lidar individualmente com sua existência (cf. Pietri, 2018; 2019).

Diante desse conjunto de problemas, é positivo que os linguistas formais estejam se apresentando para lidar com questões de ensino no Brasil. Essa apresentação é motivada por vocações individuais e interesses de pesquisa, mas também por processos de indução encaminhados por forças institucionais – sejam as mais distantes, como as relativas a planos de governo, sejam as mais integradas ao contexto imediato dos cursos de Letras e dos Programas de Pós-Graduação em Letras e Linguística, como documentos de área da Capes, por exemplo, que estabelecem contribuições para a Educação Básica como algo altamente desejável para os programas de pós-graduação ou que fomentaram a criação de mestrados profissionais em Letras (PROFLETRAS).

Vimos antes que, em relação ao embate externo vs. interno, os textos examinados sugerem uma tensão interna ao campo dos estudos linguísticos, que teria levado à ausência, nesse lugar importante de atuação política que é a Educação, das abordagens formais, internalistas. Não se pode negar que há um jogo de forças que distribui o poder, o prestígio, a visibilidade, de maneiras desiguais dentro da Linguística no Brasil. Ao que parece, ao menos em parte, esse jogo de forças pode ser observado nos conteúdos e nas abordagens presentes/ausentes nos documentos orientadores da Educação Linguística elaborados nas últimas décadas.

Seja como for, na movimentação em direção à Educação, linguistas formais estão propondo debates importantes e empenhando esforços para estabelecer trânsitos mais fluidos de conhecimentos nessa esfera social.

Numa outra frente, trabalhos como os de Negrão e Viotti (2012) ou Negrão *et al.* (2020) têm reconhecido que o afastamento de sua especialidade, a Teoria da Gramática, de outras áreas das Humanidades dificultou a percepção de questões antes pensadas exclusivamente nos limites do PB e da Linguística, como as que envolvem o sujeito sintático. Procuram, assim, reenquadrá-las em reflexão que leva em conta línguas da África, trânsitos populacionais, contatos linguísticos, o tráfico, a escravização no Atlântico Sul, o que requer trocas interdisciplinares, pelo menos, com a História e a Antropologia, além de uma certa engenhosidade para integrar dados externos à análise linguística. Ao fazerem esse exercício, notam que a ausência dos conhecimentos da Linguística Formal em vários lugares sociais, internos ou externos aos campos científicos, pode ter cooperado para que ideias polêmicas se espalhassem. Dentre elas, é possível citar a de que os contatos do português com as outras línguas da

colonização teria resultado majoritariamente em mudanças no vocabulário e na fonética, ou a de que há distinções muito marcadas e evidentes entre o que se convencionou chamar de português popular e português padrão. Note-se, portanto, que uma parte do trabalho de recolocação dessas questões se dá dentro da própria Linguística, num debate que inclui noções de cientificidade e de interdisciplinaridade.

| Considerações finais

Tanto nas tentativas de participação mais ativa no contexto educacional, quanto nas investidas interdisciplinares em busca de uma melhor compreensão de fenômenos fônicos (cf. Coelho; Oliveira; Prais, 2021) ou da história linguística do Brasil (Negrão; Viotti, 2012), linguistas formais expressam a percepção de que existem conhecimentos específicos, disponíveis e subaproveitados produzidos pela Linguística internalista, assim como uma enorme quantidade de saberes de outra natureza com os quais ela precisaria desenvolver maior familiaridade para avançar em relação a problemas persistentes nos estudos da linguagem e na sociedade brasileira, como os da educação ou os da história linguística. Parece, dessa forma, que são necessárias mudanças na Linguística formal e fora dela para que novos propósitos se viabilizem.

O cenário acadêmico brasileiro parece oportuno, já que se mostra mais receptivo à divulgação científica (que poderia contribuir para a diminuição do hermetismo conceitual e terminológico do campo, afetando mais enfaticamente a ignorância e os preconceitos linguísticos); a uma atenção mais duradoura à Educação (de modo a criar caminhos menos áridos para a construção de saberes na escola e em outros espaços de circulação de conhecimentos); à interdisciplinaridade (que poderia retirar travas (teóricas, metodológicas, epistemológicas) consideradas importantes em outras etapas e contextos do desenvolvimento histórico do campo, mas que hoje são percebidas como artifícios improdutivos para o tratamento de temas complexos.

Como ressaltamos em Coelho, Oliveira e Prais (2021), a interdisciplinaridade é hoje uma estratégia considerada legítima na Linguística e encontra eco em muitas outras áreas, assim como em instâncias sociais, políticas, artísticas preocupadas em acolher e operar com a diversidade.

Trata-se de um cenário de tensões, como tantos outros o foram ao longo da história, mas é possível que dele emergjam alternativas para crises duradouras, como as mencionados ao longo deste texto: hegemonia social de conceitos e preconceitos da Gramática Tradicional, o excesso de equívocos evitáveis na

Educação linguística, a compreensão limitada das características, origens e desenvolvimentos do PB. Tendo em vista as tentativas de superação dessas crises, a Linguística formal, que apenas ensaia os movimentos mencionados neste artigo, se apresenta como uma via ainda pouco explorada, a se experimentar.

| Agradecimentos

Versões preliminares dessas reflexões foram apresentadas em dois eventos, em 2023 e 2024. Agradeço às perguntas e comentários recebidos, que contribuíram para a composição do texto. Sou grata também aos editores e à editora deste dossiê, com os quais pude dialogar francamente ao longo do processo de publicação.

| Referências

ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil. São Paulo (1968-1998)**. São Paulo: Humanitas, 2004.

BORGES NETO, J. Semântica Formal. **Fórum Linguístico**, n. 17, p. 4689-4700, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342398498_Semantica_formal. Acesso em: 25 jul. 2025.

COELHO, O.; OLIVEIRA, K.; PRAIS, F. Notas sobre a história recente da Fonética no Brasil. **Revista Letras**, Curitiba: Paraná, n. 104, p. 147-163, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/84132/45496>. Acesso em: 07 ago. 2025.

CAMARA JR., J. M. **História da Linguística**. Edição revista e comentada por Valdir do Nascimento Flores e Gabriel Othello. Petrópolis: Vozes, 2021.

CRISTÓFARO SILVA, T. Fonética e Fonologia: perspectivas complementares (Phonetics and Phonology: Complementary Perspectives). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 25-40, 2006. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1007>. Acesso em: 10 out. 2024.

KOERNER, K. K. Models in Linguistic Historiography. **Practicing Linguistic Historiography: selected essays**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1989. p. 47-58.

LEROY, M. **As grandes correntes da Linguística Moderna**. São Paulo: Cultrix, 1977.

NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Em busca de uma história linguística. **Revista Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte: UFMG, v. 20, n. 2, p. 309-342, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2752/2707>. Acesso em: 07 ago. 2025.

NEGRÃO, E. *et al.* **O contato de línguas como base da história linguística transatlântica**: multilinguismo, mudança, vitalidade e perigo de extinção de línguas [Projeto de pesquisa coletivo inédito]. 2020.

NURSE, D. Language change and movement as seen by historical linguistics. *In*: ALBAUGH, E. A.; LUNA, K. M. **Tracing Language Movement in Africa**. New York: Oxford University Press, 2018. p. 28-43.

OLIVEIRA, R. P. de; QUAREZEMIN, S. **Gramáticas na escola**. Petrópolis: Vozes, 2016. (Coleção de Linguística)

OLIVEIRA, R. P. ;BASSO, R.; QUAREZEMIN, S. **Construindo gramáticas na escola**. 8º período. Florianópolis: UFSC/CCE/DLLE, 2013.

PARAGUASSU-MARTINS, N. *et al.* Uma reflexão semântica da (in)definitude para a Educação Básica. Ferreira, L.; FRUTOS, L.; COELHO, O. . (org.). **Jornada pelos significados**: contribuições de Ana Müller para a Semântica. Campinas: Pontes, 2024. p. 221-253.

PIETRI, E. Dois modos de tratamento da heterogeneidade linguística no Brasil em documentos de referência curricular **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 13, n. 3, p. 1349-1372, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p1349-1372>. Acesso em: 10 out. 2024.

PIETRI, E. A constituição dos discursos sobre ensino de língua portuguesa nas décadas de 1980 e 1990. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 1, p. 523-550, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tla/v57n1/0103-1813-tla-57-01-0523.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

ROBBINS, R. H. **Pequena História da Linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2015 [1916].

TRUBETZKOY, N. S. A fonologia atual. *In*: DASCAL, M. (org.). **Fundamentos metodológicos de linguística**: fonologia e sintaxe. Tradução Rosa Attié Figueira. v. 2. Campinas, 1981 [1933]. p. 15-35.

Como citar este trabalho:

COELHO, Olga. Linguística Formal e Interdisciplinaridade: questões históricas e contemporâneas. **Revista do GEL**, v. 21, n. 3, p. 166-279, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 14/03/2025.

Reflexões iniciais sobre a Fonologia na Gramática Construtural

Gustavo NISHIDA¹

1 Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil;
| nishida.gustavo@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-2139-7089>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i3.3791>

Resumo: O objetivo deste trabalho é iniciar uma reflexão sobre a descrição fonológica do Português Brasileiro disponível na Gramática Construtural do Português Brasileiro. Neste trabalho, apresentamos os pressupostos teóricos da Gramática Construtural e em seguida elencamos pontos em comum e de divergência sobre a análise fonológica apresentada por Mattoso Camara Junior. Metodologicamente, buscamos uma historiografia interna, ao cotejar as diferenças entre as propostas sobre a nasalidade das vogais do Português Brasileiro. Para tanto, realizamos uma busca no banco de dados de teses e dissertações sobre Fonética e Fonologia no Brasil e foi possível constatar que a proposta construtural está praticamente ausente dos debates sobre nasalidade do Português Brasileiro. Por fim, apresentamos alguns *insights* relacionados à interação da prosódia com a sintaxe e concluímos que outras pesquisas poderiam se dedicar a verificar se suas análises são válidas.

Palavras-chave: Historiografia da linguística. Gramática Construtural. Fonologia. Prosódia. Nasalidade.

Initial reflections on phonology in Constructural Grammar

Abstract: The objective of this work is to initiate a reflection on the phonological description of Brazilian Portuguese available in the Constructural Grammar of Brazilian Portuguese. This paper presents the theoretical assumptions of Constructural Grammar and then lists common and divergent points concerning the phonological analysis presented by Mattoso Camara Junior. Methodologically, this work adopts an internal history approach, comparing the differences between the proposals on the nasality of vowels in Brazilian Portuguese. To this end, we investigated a database of theses and dissertations on phonetics and phonology in Brazil, verifying that the constructural proposal is practically absent from the debates on nasality in Brazilian Portuguese. Finally, we present some insights related to the interaction of prosody with syntax and conclude that further research could be dedicated to verifying the validity of its analyses.

Keywords: Historiography of linguistics. Constructural Grammar. Phonology, Prosody. Nasality.

Introdução

Escrever uma história da linguística é um trabalho difícil. As dificuldades se originam dos próprios desafios inerentes ao objeto e suas fontes ou até mesmo pelo interesse epistemológico de pavimentar a área de estudos chamada Historiografia da Linguística (doravante HL) nos centros de pesquisas. Quando pensamos no contexto brasileiro, temos todas essas dificuldades mesmo com uma linguística jovem em nossas universidades². Em nosso contexto, a dificuldade reside, ainda, justamente no fato de que, embora a linguística seja ciência nova nas universidades brasileiras, já há capítulos que estão esquecidos ou negligenciados.

Um desses capítulos pouco contado é a Gramática Construtural (Back; Mattos, 1972). Embora tenhamos um pequeno dossiê publicado em 2013 na *Revista Letras* da Universidade Federal do Paraná, continua-se estudando pouco essa gramática produzida no Paraná; seja numa perspectiva do próprio estudo da teoria e análise linguística, seja na abordagem da historiografia da linguística.

Diante disso, temos por objetivo iniciar uma reflexão sobre a Gramática Construtural do Português Brasileiro (doravante GC). Pretendemos neste momento tratar de alguns pontos da descrição fonológica do Português Brasileiro (doravante PB) disponível na GC, com o intuito de ampliar a visão sobre as análises fonológicas do PB. Nossa hipótese de trabalho é a de que as pesquisas em Fonética e Fonologia do PB são, de modo geral, tributárias à proposta de Mattoso Camara Junior (1970), independentemente do arcabouço teórico adotado em pesquisas atuais. Contar essa história é de suma importância para ampliar o conhecimento sobre a produção linguística brasileira. Altman (2021, p. 200) salienta esse desafio:

[...] são poucas as obras de referência que possibilitam recuperar a produção linguística brasileira como um todo. Com exceção do legado de Joaquim Mattoso Camara (1904-1970), objeto constante das reflexões dos linguistas brasileiros desde sempre, e do clássico volume organizado por Naro (1976), acredito que ainda hoje seja difícil encontrar trabalhos

2 Borges Neto (2022, p. 399) descreve de forma breve as dificuldades de implementação dos cursos de linguística no contexto brasileiro: “No início dos anos 60 do século XX, em poucos lugares fazia-se, paralelamente aos estudos de gramática, uma linguística que se assemelhasse minimamente à linguística europeia ou norte-americana. A disciplina “linguística” estava ausente na imensa maioria dos cursos de letras do Brasil e docentes capazes de conduzir a disciplina eram extremamente escassos. Havia estudos que poderiam se chamar de “linguística”: no Rio de Janeiro, a partir do trabalho de Joaquim Mattoso Camara; em São Paulo, graças ao trabalho de Henrique Teodoro Maurer Jr.; na Bahia, com Nelson Rossi; no Paraná, a partir do trabalho de Rosário Farâni Mansur Guérios e de Aryon Rodrigues; e, talvez, em mais um ou dois lugares”.

suficientemente abrangentes sobre as tradições brasileiras de pesquisa linguística que reflitam, com alguma justiça, sua extensão e contribuição.

Assim, nas seções seguintes, apresentaremos uma breve retomada na proposta da GC. Depois passaremos à apresentação de pontos de contato e de divergência entre a GC e a proposta estrutural mattosiana. Em seguida, a partir da consulta do banco de dados sobre teses e dissertações de Fonética e Fonologia defendidas no Brasil de 1949 até 2000 (Oliveira, 2022), apresentaremos uma análise acerca de teses e dissertações sobre nasalidade do PB que mencionam (ou não) a proposta construtural (Back, 1973).

Ao fim deste percurso, esperamos delinear, ainda que de forma preliminar, como alguns capítulos da linguística brasileira (como a da Gramática Construtural) podem ser “esquecidos” mesmo apresentando ideias e análises consistentes sobre a gramática da língua portuguesa. Em contrapartida, alguém poderia sugerir que tais esquecimentos teóricos ocorrem porque uma teoria poderia ter sido mais influente que outra (a proposta mattosiana, por exemplo). Contudo, essa hipótese se mostra desafiadora, pois requer uma historiografia mais consistente com relação à história externa, que está fora do escopo deste trabalho. Este ponto é apresentado como um desafio para desenvolvimentos futuros.

| A Gramática Construtural

A década de 1970, no Brasil, é marcada pela afirmação do discurso científico. Batista (2013, p. 40) menciona que isso se deve ao crescente volume de publicações de boa qualidade bem como a presença dos “recém-criados centros de pesquisa e ensino na área, diluídos em diferentes perspectivas de tratamento de dados e fenômenos linguísticos”. É nesse cenário nacional favorável ao avanço da ciência linguística que surge a Linguística Construtural³ (doravante LC).

A LC pode ser definida como uma gramática que assume uma abordagem estruturalista (Borges Neto, 2013). Sua publicação se deu pela Editora FTD em 1972 (Back; Mattos, 1972) e é composta por dois volumes (468 páginas e 428 páginas, respectivamente). Por sua vez, os trabalhos ligados à abordagem construtural foram publicados na *Revista Construtura*, entre 1973 e 1979. Foram editadas 19 edições ao todo.

3 Utilizaremos de forma livre a alternância entre Gramática Construtural (GC) e Linguística Construtural (LC), tal qual faz Borges Neto (2013).

Borges Neto (2013) relata as origens da LC. Dentre elas, há a motivação provocadora do catedrático de língua portuguesa Mansur Guérios, que certamente dá o tom do desenvolvimento dos trabalhos do grupo do Paraná. Em seu relato, Back foi chamado por Mansur Guérios para lidar com a seguinte provocação:

[...] diante do esgotamento descritivo e explicativo da gramática tradicional e diante da baixa qualidade das gramáticas escolares, era necessária a elaboração de uma gramática do português, no quadro teórico da Tagmêmica⁴, não só como atividade de pesquisa linguística, mas também como base para novas gramáticas escolares (Borges Neto, 2013, p. 18).

Ainda, nesse mesmo trabalho, Borges Neto (2013, p. 36) deixa evidente que a GC

[...] poderia ser considerada pioneira desse movimento de renovação das gramáticas. [...] A Gramática Construtural é resultado de uma elaboração teórica original, que se desenvolveu sobre a análise empírica dos fenômenos da língua portuguesa – é uma gramática descritiva do português que se fez teoria linguística.

Por questões de limite espacial das publicações, não vamos nos deter a apresentar o modelo construtural. Aos interessados sempre vale o (árido) exercício de lê-lo. Os textos de Borges Neto (2013) e de Batista (2013) pincelam elementos da sua formação particular. Borges Neto (2022) apresenta uma descrição mais minuciosa e comentada da proposta.

Com relação a sua recepção e divulgação, convém mencionar que não foi das mais positivas. Faraco (2013, p. 73) concluiu que:

[...] a Gramática Construtural nos prometia explicitamente o paraíso. Foi, por isso, duramente criticada. Contudo, até onde sei, seus pressupostos gerais e suas análises pontuais nunca foram objeto de crítica sistemática.

4 A Tagmêmica é um modelo teórico de base estruturalista desenvolvido por Kenneth Pike. Trata-se de um modelo teórico amplamente utilizado na linguística missionária; sendo, por sua vez, responsável por muitas análises linguísticas de línguas nativas das Américas. Para maiores informações sobre a sua aplicação e a figura de Pike, consultar Barros (2004). Além disso, cabe mencionar que esse quadro teórico utilizado fosse o “único” disponível, uma vez que Eurico Back participou do curso de especialização realizado na Universidade de Brasília: “Eurico Back fez o curso e ficou famoso por ter sido o único capaz de ler Bloomfield de ponta a ponta. Não havia traduções e nem todos podiam ler em inglês. Mais tarde, Back reinventou a linguística. Fez cópia da Tagmêmica e da psicolinguística behaviorista de Bloomfield. O ‘construturalismo’ nasceu dessas leituras (Dp agosto de 1992)” (Altman, 1998, p. 117).

Quando a Construtural veio a público, vivia-se já sob outros referenciais epistemológicos e ela foi descartada *in limine* pelo mundo acadêmico.

Em outras palavras, pode-se pensar que a LC chega tarde aos bancos acadêmicos e escolares, uma vez que

Os linguistas, que estavam, à época, começando a ler os trabalhos de Chomsky, transferiram à LC as críticas que os gerativistas faziam aos estruturalistas americanos (postura coerente, se considerarmos as origens da LC e sua autocaracterização como uma “técnica descritiva”) (Borges Neto, 2013, p. 29).

Além das questões epistemológicas do momento, é necessário mencionar que as análises se pautavam num olhar distinto sobre os dados. De modo que isso se tornava um complicador para a compreensão das análises propostas. Por exemplo, Faraco (2013) menciona que os estudos sintáticos da LC não se pautavam em critérios semânticos. Dentre as suas novidades metodológicas estava o fato de que “a análise se sustentava na prosódia como recurso para identificar os segmentos constitutivos dos diferentes níveis” (Faraco, 2013, p. 69).

Essa “inovação” prometia novas análises e uma interface prosódia/sintaxe que talvez não estivessem disponíveis ainda aos “interesses” analíticos dos linguistas da época. Em suas palavras:

A delimitação dos segmentos pela prosódia abria esta possibilidade de se dar conta de constituintes do enunciado (período) que não coincidiam com as sentenças tradicionais. Os horizontes eram, sem dúvida, mais amplos e se configuravam numa espécie de interface prosódia/sintaxe (Faraco, 2013, p. 71).

Embora nossa apresentação aqui seja demasiadamente breve, fica-nos o convite do professor Faraco de iniciar um olhar mais atento (e por que não?) crítico às análises construturais. Seja pelo viés puramente teórico com o intuito de recuperar *insights* perdidos pelo caminho, seja pela tentativa de escrever uma história não contada da linguística brasileira, passaremos ao estabelecimento de pontos de contato e de divergência entre a proposta da GC e da proposta mattsosiana; esta, talvez, o ponto de partida de muitas outras análises linguísticas sobre o PB. Trataremos das análises fonológicas por ser o primeiro nível de análise convencionalmente apresentado nas descrições sistemáticas

e, também, por ser o primeiro nível (a segunda articulação) apresentado na Estrutura da Língua Portuguesa (Camara Junior, 1970).

| Entre as propostas Mattosiana e Construtural: proximidades e distanciamentos no período

Com o intuito de iniciar as reflexões sobre as análises fonológicas da GC, apresentaremos nesta seção alguns pontos que aproximam a LC com a proposta mattosiana. Metodologicamente, não adentraremos nas camadas externas da historiografia. A quantidade de documentos e relatos que dão suporte a uma camada contextual e institucional ainda não foram levantadas à exaustão. Por enquanto, daremos atenção a uma historiografia interna, na qual privilegiaremos questões teóricas e técnicas (Swiggers, 2004, 2010, 2012, 2013, 2015).

O primeiro ponto a se levar em consideração é que, para ambas as análises, o fonema é a unidade fonológica mínima. Enquanto para Mattoso Camara Junior o fonema é unidade indivisível e abstrata, para a GC o fonema é levado em conta a partir de propriedades fisiológicas ditas constantes. Enquanto para aquele temos uma análise abstrata, para este há uma certa aproximação com as propriedades físicas. Isso mostra que:

(i) embora ambas propostas tomem o fonema como unidade mínima analítica, pode haver diferenças na ontologia desses fonemas. Consequentemente, tais diferenças levam a diferenças analíticas: o olhar fincado em propriedades físicas e fisiológicas da GC possibilita um diálogo do fonema com as propriedades prosódicas requeridas em outros níveis, tal como o sintático⁵;

(ii) não é óbvia a adoção do fonema enquanto primitivo analítico. Mesmo em abordagens estruturalistas, já circulavam estudos (pelo menos em língua inglesa) nos quais o fonema era decomposto em traços distintivos, tais como os traços de natureza acústica de Jakobson, Fant e Halle (1952) e de natureza articulatória (Jakobson; Halle, 1956)⁶.

Um segundo ponto interessante entre as abordagens é a menção à noção de sílaba. Para Mattoso Camara Junior, a sílaba é definida como um movimento de ascensão e caída da força expiratória que tem a vogal como centro desse ápice.

5 Essa questão esbarra no loteamento dos limites das disciplinas Fonética e Fonologia. Trata-se de um debate que se desenvolve com mais intensidade nos estudos fônicos da década de 1980 nos Estados Unidos da América, com trabalhos de Keating (1985), por exemplo. E no Brasil, com pesquisas de Albano (2001).

6 De suma importância seria a realização de estudos que verificassem o quanto tais textos já estavam em circulação ou não em território nacional. Certamente, trata-se de um tópico para estudos futuros.

Um dos ganhos dessa visão é poder lidar com sílabas complexas em palavras como AFTA (V.CCV), RITMO (CV. CCV). Além disso, colocar a vogal no centro da sílaba também possibilitou arranjar uma generalização do tipo (C) (C) V (C) (C). Ou seja, para as sílabas do PB, o único elemento obrigatório é a presença da vogal. Outros arranjos silábicos são possíveis contanto que a vogal permaneça no núcleo.

Por sua vez, para a GC, a sílaba é definida como “unidade melódica da língua portuguesa: e o menor conjunto de elementos melódicos coerentes” (Back; Mattos, 1972, p. 95). Como dito anteriormente, essa definição permite o diálogo da Fonologia com outros níveis da gramática, numa tentativa de promover relações entre a sintaxe e a prosódia.

Contudo, essa definição não consegue ser generalizante tal qual a de Mattoso Camara Junior, uma vez que é apresentada uma lista (relativamente extensa) das possibilidades de configuração silábica a partir das consoantes que podem ocupar posições de ataque (simples ou complexo) e em coda. Nesse sentido, a proposta mattosiana consegue ser mais “elegante”, uma vez que a sua abstração se mostra mais eficiente em lidar com os dados da língua sem precisar listar todos os casos típicos e excepcionais.

Entretanto, há pontos de discordância entre as propostas. Um desses pontos, e talvez o mais interessante, é o que se refere às vogais nasais (ou nasalizadas) do PB. Para Mattoso Camara Junior, temos dois tipos de nasalidade: alofônica e fonêmica. Na alofônica ocorre assimilação nasal a partir do contato com consoantes nasais, tal como em [ũ]nha ou dem[õ]nio. Essa nasalização não é distintiva. Afinal, produzir essas palavras sem nasalização não promove a compreensão de uma nova palavra. No entanto, a nasalidade fonêmica é aquela que promove distintividade. Pares como ‘b[o]ba’ e ‘b[õ]ba’ ou ‘c[i]to’ e c[ĩ]to’ mostram que a nasalidade promove a distinção entre esses itens lexicais. Diante disso, a proposta mattosiana é a de que não há vogal nasal e sim vogal nasalizada no PB; fazendo com que a nasalidade fonêmica seja resultado da atuação de um arquifonema nasal (vogal+/N/). Desta forma, uma palavra como “sim” ([sĩ]) deveria ser representada como /siN/.

Para a GC (Back; Mattos, 1972) não há arquifonema nasal. Em sua proposta, as vogais nasais compõem o inventário de sons vocálicos do PB. Isso ocorre de forma “rápida” na publicação de 1972. Contudo, em 1973, no segundo volume do primeiro número da *Revista Construtura* (Back, 1973), há um artigo que discute de forma ampla e sistemática a questão da nasalidade das vogais do PB. Sem mencionar os trabalhos de Mattoso Camara Junior, Back apenas menciona que

há duas correntes distintas sobre a nasalidade das vogais do PB: “Existem duas correntes. A 1ª corrente afirma que as vogais nasais do português não são fonemas, mas apenas alofones das respectivas orais; a 2ª sustenta o sim, dizendo que são fonemas tanto as orais como as nasais” (Back, 1973, p. 297).

Nesse artigo são apresentadas 12 afirmações realizadas pela primeira corrente e 4, pela segunda corrente. Não há créditos aos autores das duas correntes. O texto é organizado em AFIRMAÇÃO, DISCUSSÃO E CONCLUSÃO para cada afirmação apresentada. Na avaliação de Back, a segunda corrente é melhor.

Por exemplo, a segunda AFIRMAÇÃO é apresentada da seguinte forma:

2. É o fonema que deve explicar o som de transição, o semivocóide (ou a “consoante nasal de travamento”). Isto é, a vogal nasal é o fonema e há um som de transição, um semivocóide, que transforma a existência de qualquer vogal nasal em ditongo, menos no final do vocábulo. Não pode o som de transição, um som sem maior importância e sem importância fonêmica ser invocado para legitimar a característica de um fonema vizinho (Back, 1973, p. 312).

A DISCUSSÃO desse tópico é realizada logo em seguida e trata-se de um argumento valioso, uma vez que ele ataca de forma contundente uma premissa fonêmica basilar: a presença de pares mínimos para a delimitação de fonemas. Em suas palavras:

A dificuldade em que se esbarram é a falsidade, quando afirmam que existe consoante nasal em fim de palavras como *lã*, *vim*, *num*, /'lã/, /'vĩ/, /'nũ/. Afirmar a existência de consoantes nasais em tais ambientes é não ser verdadeiro; pois é apresentar fatos estranhos, não existentes na língua portuguesa (Back, 1973, p. 313).

Por fim, uma CONCLUSÃO é apresentada para fechar a argumentação: “Os pares mínimos, como *lá* e *lã*, *vi* e *vim*, *nu* e *num*, são a prova cabal de que as vogais nasais em português são fonemas” (Back, 1973, p. 313).

Nosso objetivo aqui não é reproduzir toda a argumentação apresentada pela GC, mas é digno de citação a apresentação do cotejo final apresentado. De certa forma, ele sumariza a visão da LC de que a abordagem da primeira corrente (mattosiana?) está equivocada:

Não tendo encontrado nenhum argumento válido da 1ª corrente e tendo em vista os argumentos da 2ª corrente e os fatos da língua portuguesa, a nossa conclusão é a seguinte:

1. A primeira corrente não é verdadeira; pois existem vogais nasais que não são condicionadas por consoante nasal.
2. Ela não é exhaustiva; pois os exemplos citados não abarcam todos os fatos da nossa língua.
3. Ela não é coerente; pois não explica todos os fatos, nem a rima, nem os alomorfes ora com vogal oral, ora com vogal nasal.
4. A 2ª corrente é verdadeira, exhaustiva e coerente.
5. Não cabe discutir, qual das duas soluções é a econômica: pelo simples fato de a 2ª corrente apresentar a única descrição verdadeira, exhaustiva e coerente, é a solução econômica.
6. O sistema vocálico do português tem 12 vogais:
7 orais /i , e , ε , a , ɔ , o , u/;
5 nasais /ĩ , ê , ã , õ , ü/.
7. Existem ambientes em que as vogais orais e as respectivas nasais não entram em oposição, o que significa, unicamente que têm distribuição diferente (Back, 1973, p. 316).

Como podemos notar, a Gramática Construtural estava atenta às descrições do PB e tentava avançar nas “inovações” (principalmente terminológicas). O fato é que ao analisar o debate proposto pela LC (Back, 1973) questionamos quais seriam os motivos pelos quais essa disputa não vem à tona.

Uma das hipóteses é a de que a LC não alavancou debates dentro dos modelos estruturalistas disponíveis devido ao crescente interesse por outros modelos mais “inovadores” no momento, como o gerativista. Um dos comentários que tratam disso é o de Paulino Vandresen (2001):

Em termos de teorias lingüísticas, nos primeiros anos, predominou o estruturalismo, seguindo modelos americanos como Bloomfield, Sapir e Pike, ou europeus como a Escola de Praga, Martinet, Pottier etc. Tivemos até um modelo teórico próprio, batizado como “lingüística construtural”, proposto por Eurico Back e Geraldo Mattos, de Curitiba, divulgado na revista *Construtura*, e que teve como resultado de suas pesquisas uma *Gramática Construtural da Língua Portuguesa* (2 volumes), publicada em

1972 pela editora FTD, de São Paulo. A proposta construtural surgiu no momento da implantação dos cursos de pós-graduação, e não resistiu à concorrência do modelo gerativista que dominou a década de 70, graças aos novos doutores que retornavam do exterior.

De forma similar, dentro da perspectiva da Historiografia da Linguística, Altman (1998) também menciona a possibilidade de a proposta ter sido rejeitada pelos crescentes desinteresse pelo estruturalismo e interesse pelo gerativismo:

Embora se lhes tenham reconhecido o mérito da tentativa (v. Naro 1976), o modelo, enquanto tal, foi rejeitado pelo restante da comunidade acadêmica que o percebeu fortemente vinculado a princípios estruturalistas (tagmêmicos), incompatíveis com o novo ideal de cientificidade gerativista (chomskiano) que começava a entrar em evidência (Altman, 1998, p. 282).

Contudo, se isso for verdade, tanto a proposta mattosiana quanto a construtural padeceriam do mesmo problema. Do ponto de vista interno de comparação de modelos, podemos conjecturar que a aproximação terminológica da abordagem mattosiana permitia ao gerativista um diálogo mais “fácil” para mostrar os avanços da linguística moderna. Por sua vez, criticar a abordagem construtural demandaria uma “exegese” laboriosa do texto. Borges Neto (2022, p. 429) expõe essa dificuldade terminológica da seguinte forma:

Landon Lockett, professor da Universidade do Texas (Austin), escreveu uma resenha da *Gramática Construtural* em 1974 (Lockett, 1974) e o foco das suas críticas está centrado nas dificuldades que a inovação terminológica traz para a leitura (e para a consequente compreensão das ideias) e para a falta de justificativas para as inovações teóricas. É preciso destacar que Lockett não avalia a LC à luz do gerativismo, mas sempre a considera no conjunto dos modelos descritivos estruturalistas.

Independentemente do motivo da sua difícil recepção⁷, faz-se necessário avaliar se a proposta da GC sobre a nasalidade do PB é mencionada em teses

7 Em trabalhos futuros, é bem-vinda a avaliação de fatores externos sobre a baixa recepção da GC. Borges Neto (2022) levanta a hipótese de que há fatores “sociológicos”. Em suas palavras: “Enfim, mais do que uma causa singular, um conjunto de fatores internos e externos à proposta de Back e Mattos determinou o baixo impacto obtido entre os linguistas. Fatores ‘sociológicos’ limitaram, certamente, o interesse da comunidade: o fato de ser produzida fora dos grandes centros de produção acadêmica (Rio de Janeiro e São Paulo) e ter sua publicação feita por uma editora com pouco acesso aos meios universitários; o fato de ter sido divulgado pelos autores numa postura ‘agressiva’, provocativa. Por outro lado, fatores internos, como a dificuldade de acesso às propostas em virtude do hermetismo terminológico e a fácil e clara identificação com as propostas estruturalistas diminuíram muito o interesse dos linguistas em investir esforços no entendimento das propostas teóricas apresentadas” (Borges Neto, 2022, p. 428).

e dissertações da época. Acreditamos que tentar verificar isso em trabalhos da época é uma forma de mensurar o alcance da proposta em seu contexto de produção e circulação. Vamos a ela!

| Precisamos falar da gramática construtural: para onde foram as suas análises?

Conforme mencionamos na seção anterior, uma tentativa de mensurar a atuação da proposta da LC sobre a nasalidade do PB é fazer uma consulta no banco de dados sobre teses e dissertações de Fonética e Fonologia defendidas no Brasil de 1949 até 2000 (Oliveira, 2022). Acreditamos que a criação desses bancos de dados permite que os interessados na historiografia da linguística consigam delinear com mais precisão cenários sobre a linguística nacional, tal como apontamos anteriormente a partir do trabalho de Altman (2021).

Ao realizar uma busca no acervo, encontramos 15 trabalhos que abarcam o tema nasalidade. Desses 15 trabalhos, 6 não possuem versão digital disponível; e dos 9 restantes, 5 mencionam “A Estrutura da língua portuguesa” de Mattoso Camara Junior. Apenas 2 citam a gramática construtural (Back; Mattos, 1972) e apenas 1 menciona o texto de 1973 de Eurico Back sobre as vogais nasais do PB. A menção do trabalho de 1973, surpreendentemente, se dá na tese de doutorado de Seara (2000); trabalho este em uma perspectiva da Fonética Experimental.

A nosso ver, isso mostra o quanto os trabalhos em Fonologia pouco se dedicaram a outras abordagens estruturalistas sobre a nasalidade, uma vez que essa primeira busca nesse acervo consegue revelar o quanto a proposta construtural deixa de ser considerada nos trabalhos sobre nasalidade do Português Brasileiro ainda na década de 1970.

Ainda, um ponto a ser considerado são artigos⁸ que sugerem uma bibliografia sobre a nasalidade do PB (Rothe-Neves; Reis, 2012). Nesse artigo está a sugestão de leitura do texto de 1973 de Back. Contudo, esse trabalho está apenas como sugestão de leitura na listagem de obras sobre nasalidade apresentadas pelos autores do artigo e a sua proposta sequer é cotejada com outras.

8 Em um desenvolvimento futuro, pretendemos realizar uma busca de artigos que tratem do tema da nasalidade do PB, para verificar (ou não) se a proposta construtural circulou em revistas e periódicos nacionais.

| Considerações transitórias

Neste artigo, tivemos por objetivo iniciar uma reflexão sobre a GC. No desenvolvimento do artigo retomamos algumas descrições fonológicas do PB disponíveis na GC, com o intuito de ampliar a visão sobre as análises fonológicas do PB. Para tanto, apresentamos de forma breve algumas premissas e características da GC, em seguida mostramos distanciamentos e aproximações entre a LC e a proposta de Mattoso Camara Junior. Por fim, ainda que de forma breve, exploramos o banco de dados sobre teses e dissertações de Fonética e Fonologia defendidas no Brasil de 1949 até 2000 (Oliveira, 2022), com o intuito de mostrar que as pesquisas em Fonética e Fonologia do PB são, de modo geral, tributárias à proposta de Mattoso Camara Junior (1969), independentemente do arcabouço teórico adotado em pesquisas atuais.

O que podemos considerar até o momento é que a GC de fato some do debate linguístico nacional, uma vez que suas propostas sequer são mencionadas nas teses e dissertações da década de 1970. Contudo, fica aqui o convite ao cotejo e verificações dos *insights* da GC. Por exemplo, na proposta da GC há um sistema de curvas entoacionais para dar conta de diferenças em sentenças afirmativas, exclamativas e suspensivas e quando há ambiguidade. Sua proposta foca nas propriedades do som (altura, duração, intensidade e timbre) para criar uma escala numérica.

Por exemplo, tais alturas iriam do 1 ao 4. Sendo o 1 o mais grave e o 4, mais agudo:

3 4

Parou?

3 1

Parou.

3 2

Parou; (e me dirigiu algumas palavras) (Back; Mattos, 1972: p. 41)

A intensidade, por sua vez, possibilitaria criar diferenças prosódicas, como em:

Demos às moças lindas revistas.

2 2 1 2 (As revistas são lindas)

2 1 2 2 (As moças são lindas).

Por fim, os autores mencionam a duração e o timbre. A duração (quantidade) está relacionada à demora nas sílabas; podendo ser curta, longa, longíssima. Por fim, o timbre é a quarta característica do som, “é diverso” e “escapa do terreno da Ciência da Linguagem” (Back; Mattos, 1972, p. 42).

Como podemos notar aqui, a proposta construtural avança para análises que dialogam mais com o nível suprasegmental com uma interface com a sintaxe. É justamente nesse ponto que a proposta mattosiana não conseguiu avançar. Por isso, há a necessidade de uma análise mais cuidadosa das curvas entoacionais descritas na Gramática Construtural. Em suma, sobre as curvas entoacionais sugeridas pela GC, é preciso descobrir se os estudos prosódicos retomaram essa descrição disponível na abordagem construtural. Certamente, são trabalhos a serem realizados num futuro próximo com o intuito de se escrever com mais detalhes a GC na historiografia da linguística brasileira.

| Agradecimentos

Agradeço aos colegas que gentilmente teceram comentários durante as apresentações nos simpósios de Filosofia e Historiografia da Linguística no Seminário do Círculo Linguístico da Região Sul (CELSUL), em 2022, e no Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), em 2023. Em especial, agradeço aos professores Carlos Alberto Faraco e José Borges Neto pelos comentários nas ocasiões mencionadas; afinal, são testemunhas oculares desse período da linguística brasileira.

| Referências

- ALBANO, E. C. **O gesto e suas bordas**: esboço de Fonologia Acústico-Articulatória do Português Brasileiro. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2001.
- ALTMAN, Cr. **A pesquisa Lingüística no Brasil**: 1968-1988. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ALTMAN, C. **A guerra fria estruturalista**: estudos em historiografia da linguística brasileira. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.
- BACK, E. São fonemas as vogais nasais do português? **Construtura**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 297-317, 1973.
- BACK, E.; MATTOS, G. **Gramática Construtural da Língua Portuguesa**. 2 v. São Paulo: FTD, 1972.

BARROS, C. D. M. A missão Summer Institute of Linguistics e o indigenismo latino-americano: história de uma aliança (décadas de 1930 a 1970). **Rev. Antropol.**, v. 47, n. 1, p. 45-85, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000100002>

BATISTA, R. de O. Uma técnica, um grupo e uma retórica: a Gramática Construtural na história da linguística brasileira. **Revista Letras**, Curitiba, n. 87, p. 39-66, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/32039>. Acesso em 03 out. 2024.

BORGES NETO, J. A Linguística Construtural: um capítulo da história da linguística no Brasil. **Revista Letras**, Curitiba, v. 87, jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/32053>. Acesso em: 15 jun. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v87i1.32053>.

BORGES NETO, J. **História da gramática**. 1. ed. Curitiba, Editora da UFPR: 2022.

FARACO, C. A. O período é uma construtura. **Revista Letras**, Curitiba, n. 87, p. 67-73, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/32040>. Acesso em: 03 out. 2024.

JAKOBSON, R.; FANT, G.; HALLE, M. **Preliminaries of speech analysis**. The MIT Press, 1952.

JAKOBSON, R.; HALLE, M. **Fundamentals of Language**. The Hague: Mouton, 1956.

KEATING, P. Universal phonetics and the organization of grammars. *In*: FROMKIN, V. (ed.). **Phonetic Linguistics: essays in honor of Peter Ladefoged**. New York: Academic Press, 1985. p. 115-132.

LOCKETT, Landon. Review of Gramática Construtural da Língua Portuguesa by Eurico Back; Geraldo Mattos. *Hispania*, v. 57, n. 2, p. 392-393, May 1974. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/339869>. Acesso em: 21 jul 2025.

MATTOSO CAMARA JR., J. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

NARO, A. J. (org.). **Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

OLIVEIRA, K. G. S. **Teses e dissertações brasileiras em Fonética e Fonologia (1949-2000)**. Bancos de dados do CEDOCH. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://cedoch.fflch.usp.br/teses-e-dissertacoes-brasileiras-em-fonetica-e-fonologia-1949-2000>. Acesso em: 03 out. 2024.

ROTHER-NEVES, R.; REIS, C. M. Uma bibliografia da nasalidade vocálica no português. **Letras de Hoje**, v. 47, n. 3, p. 299-305, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fale/article/view/11861>. Acesso em: 03 out. 2024.

SEARA, I. C. Estudo acústico-perceptual da nasalidade das vogais do português brasileiro. 2000. 270fls. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. In: CORRALES ZUMBADO, C. et al. (ed.). Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística. **Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL**, v. 1. Madrid: Arco/Libros, 2004. p. 113-146.

SWIGGERS, P. História e Historiografia da Linguística: *status*, modelos e classificações. **Eutomia**, v. 2, n. 3, p. 1-17, 2010.

SWIGGERS, P. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. **Todas as Letras**, v. 1, n. 14, p. 38-53, 2012.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. Confluência. **Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, n. 44, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, P. Directions for linguistic historiography. **Cadernos de historiografia lingüística do CEDOCH**, v. 1, p. 8-17, 2015.

VANDRESEN, P. **A linguística no Brasil**. 2001. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling15.htm>. Acesso em: 27 dez. 2024.

Como citar este trabalho:

NISHIDA, Gustavo. Reflexões iniciais sobre a Fonologia na Gramática Construtural. **Revista do GEL**, v. 21, n. 3, p. 280-295, 2024. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>.

Submetido em: 08/10/2024 | Aceito em: 03/01/2025.

Tendências em Análise de Discurso Crítica na América Latina

Anielle MORAIS¹

1 Universidade Federal de Goiás (UFG), Cidade Ocidental, Goiás, Brasil;
| aniellemorais@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-1341-4048>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i3.3803>

Resumo: O presente artigo empreende uma discussão acerca das tendências latino-americanas na produção científica atrelada à Análise de Discurso Crítica. Para a reflexão proposta, partimos da constatação de que o projeto teórico de Norman Fairclough, um dos principais expoentes da Análise de Discurso Crítica, passou por uma reorganização, saindo de uma perspectiva voltada para a análise linguística em direção a uma análise mais social de seus objetos de estudo. A partir desse ponto, preconizamos que a mudança nos objetivos de pesquisa do autor pode ter se reverberado como uma influência nas pesquisas crítico-discursivas produzidas no contexto latino-americano. Sendo assim, procedemos a um estudo de artigos publicados entre 2011 e 2020, por duas pesquisadoras latino-americanas, uma argentina e uma brasileira. Os textos foram publicados na *Revista Latino-Americana de Estudos do Discurso* e no livro em comemoração aos 20 anos da ALED, *Pasado, Presente y Futuro de los Estudios de Discurso en América Latina*, de 2015. As referidas estudiosas desempenharam um relevante papel acadêmico-profissional e seus trabalhos nos fornecem elementos de avaliação sobre o estado da arte das pesquisas em Análise de Discurso Crítica no âmbito da América Latina.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica. Norman Fairclough. América Latina.

Trends in Critical Discourse Analysis in Latin America

Abstract: This paper discusses trends in Latin American scientific production related to Critical Discourse Analysis. This reflection is based on the observation that the theoretical framework of Norman Fairclough, a leading exponent of Critical Discourse Analysis, has undergone a reorganization, shifting from a perspective focused on linguistic analysis to a more social analysis of its objects of study. Consequently, we posit that this shift in the author's research objectives may have influenced critical-discursive research in the Latin American context. To this end, we analyzed articles published between 2011 and 2020 by two prominent Latin American researchers, one from Argentina and one from Brazil. The selected texts were published in the *Revista Latino-Americana de Estudos do Discurso* and in the book *Pasado, presente y futuro de los estudios de discurso en América Latina* (2015), published by ALED. These researchers are influential figures in the field, and their work provides a basis for evaluating the state of the art of Critical Discourse Analysis research in Latin America.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Norman Fairclough. Latin America.

| Introdução

A discussão proposta neste artigo parte do reconhecimento da Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) como um paradigma de pesquisa de grande importância para países latino-americanos, como Brasil e Argentina, tendo em vista se tratar de uma perspectiva que vislumbra a língua como instrumento de poder e por meio da qual se constituem as assimetrias sociais e também as possibilidades de mudança.

Considerando que a América Latina é um espaço geográfico marcado pela desigualdade social, pobreza que atinge níveis extremos, disparidade econômica e iniquidade em muitos aspectos, o estudo da linguagem sob o viés da ADC encontra considerável adesão tendo em vista a possibilidade de revelar significados linguísticos que contribuem para estabilizar ou intensificar as desigualdades, promovendo uma espécie de resistência ao/pelo discurso.

Um dos autores de maior proeminência no campo da ADC é Norman Fairclough, cujos pressupostos teóricos estão balizados em uma, como ele próprio denomina, *Análise de Discurso Textualmente Orientada*, na qual o autor reúne fundamentos políticos e sociais para propor uma análise de discurso com foco na análise da linguagem.

Desde que o termo Análise de Discurso Crítica (*Critical Discourse Analysis*) foi mencionado pela primeira vez por Fairclough, na publicação do artigo *Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis*, de 1985, o programa de pesquisa da ADC atravessou muros de instituições acadêmicas europeias e encontrou, em universidades latino-americanas, um campo frutífero para discutir, sob a perspectiva crítico-discursiva, as condições de produção e a circulação de discursos em contextos de assimetria.

Em uma direção um pouco distinta dos outros teóricos que contribuíram para fundar a Análise de Discurso Crítica como um aparato formal de pesquisa (a exemplo de Ruth Wodak, Gunther Kress e Theo van Leeuwen), Norman Fairclough trabalhou na proposição de uma abordagem dialético-relacional para estudo do discurso, caracterizada pela investigação da interface linguagem-sociedade, com orientação para a luta e a mudança histórico-social. Motivado por questões de seu tempo e pelo contexto geográfico da Grã-Bretanha, no qual se embrincavam, entre outras coisas, desdobramentos do pós-guerra, globalização e assimetrias de poder, o autor se dedicou a um projeto de estudo do discurso com vistas à mudança social por meio da linguagem.

Com uma postura teórica que preconiza o estudo de problemas sociais pelo viés linguístico-discursivo, Fairclough recorre às Ciências Sociais, campo que contribui para a verificação de como o social se manifesta na linguagem. Complementarmente, a Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF) também se mostra útil ao projeto de Norman Fairclough por oferecer instrumental adequado a uma análise sobre o linguístico que emerge do social. Embora sejam Ciências Sociais e LSF posturas que se complementam, a depender de em qual delas a análise de discurso tem seu ponto de partida, os resultados de pesquisa poderão ser consideravelmente diferentes.

Sob um ponto de vista historiográfico, podemos categorizar a teorização de Norman Fairclough em algumas fases que reconstituem fatos, motivações e objetivos, localizando suas produções em tempo e espaço específicos que justificam seu modo de constituição teórica. As diferentes fases de pesquisa de Fairclough “coincidem” com alterações de objetivos de pesquisa e, nesse percurso, o autor seguiu resignificando conceitos e posicionamentos, ampliando ou restringindo enquadres e categorias ao longo de suas publicações.

Neste texto consideramos que, em um determinado momento de sua carreira acadêmica, Fairclough passou a teorizar, com mais ênfase, sobre o social na linguagem, o que se realizou a partir de um maior apoio das Ciências Sociais, sem que, no entanto, o autor abandonasse a análise linguística e, portanto, a LSF.

Neste sentido, entendemos que o delineamento da abordagem discursiva de Fairclough em direção a um sentido mais social pode ter se reverberado como influência para pesquisas em ADC produzidas especialmente no contexto latino-americano e para a construção de novas posturas acadêmicas e metodologias, tanto de ensino quanto de estudo.

Desse modo, figura como objetivo central deste artigo discutir como algumas pesquisas e autores filiados contemporaneamente à ADC no contexto latino-americano têm assimilado as mudanças do projeto teórico de Norman Fairclough, especialmente no que concerne ao estreitamento do debate entre ADC e teorias de cunho social.

| Metodologia

A metodologia desse estudo se apoia em preceitos da Historiografia Linguística, que por sua vez está centrada em uma elaboração crítica sobre a produção linguística, do ponto de vista histórico, social e cultural.

Konrad Koerner (1996, p. 45) define a Historiografia Linguística como “[...] o modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios científicos.” O teórico pondera que historiar a linguística não se reduz a (meramente) registrar a história da pesquisa em linguagem, embora essa atividade científica tenha, inegavelmente, uma relação com fatos históricos em si.

Para Koerner (1996), todo pesquisador em Historiografia precisa se empenhar em observar, descrever e explicar fatos linguísticos passados e suas continuidades. Ele também esclarece a importância de se importar com mudanças e descontinuidades dos fatos linguísticos ao longo do tempo.

A defesa por uma orientação teórica no tratamento dos dados, conforme propõe Koerner (1996), reforça a necessidade de se investigar com segurança, responsabilidade e respaldo científico o objeto linguagem em sua associação com a história. Em outros termos, o autor vislumbra a manifestação empírica do objeto de estudo sob o prisma de uma teorização com diretrizes previamente consolidadas.

Com isso em vista, e por recomendação do próprio pesquisador, não devemos esperar que os dados nos digam como estes deverão ser descritos e explicados, mas, sim, de lançar sobre eles paradigmas analíticos de uma teoria cujos princípios e categorias estejam estabelecidos e capazes de oferecer respostas amplas e confiáveis àquele que investiga. O autor afirma que:

Sem dúvida, a construção das verdadeiras bases da historiografia linguística – campo de investigação cujos preconceitos deveriam consistir apenas em favorecer o restabelecimento dos factos mais importantes do nosso passado linguístico *sine ira et studio* ao explicar, tanto quanto possível, as razões das mudanças de orientação e de ênfase e da possível descontinuidade que pode ser observada – impõe grandes exigências à atividade acadêmica individual, amplitude de escopo e profundidade de aprendizagem, pois exige um conhecimento quase que enciclopédico da parte do investigador, dada a natureza interdisciplinar desta atividade (Koerner, 1996, p. 47).

Em defesa de uma Historiografia que leve em conta o contexto temporal, Cristina Altman (1998) assinala que o historiógrafo da linguística precisa procurar recompor o pensamento e a prática linguística diacronicamente, mapeando continuidades entre os saberes ou a ruptura teórica e metodológica de alguma teoria ou modelo.

Na mesma esteira, a investigação diacrônica faz parte do escopo de pesquisas desenvolvidas por Milani (2008), para quem o objetivo da Historiografia é penetrar na estrutura de uma obra, verificando seus conceitos e fontes refratadas. Para ele, é possível perceber a estrutura de um conceito ao longo de uma diacronia, assim como também é possível verificar as suas contribuições individuais nas diversas vezes em que tal conceito é enunciado.

Entre os princípios do fazer historiográfico-linguístico eleitos por Milani (2011) para objetos de estudo que se referem a autor/obra completa, destacamos os seguintes: descrever os métodos ou o método do autor; verificar o traço diferenciador do método por ele empreendido; mostrar a contribuição de seu método para os conceitos; relatar os avanços da obra.

Diante dessa premissa, o presente trabalho busca avaliar como a reorganização do legado teórico de Norman Fairclough e consequentemente da ADC se desdobrou em pesquisas de ADC no contexto latino-americano – elegendo Brasil e Argentina dentro de um recorte específico –, entre os anos de 2011 e 2020. São pesquisas que analisam discursivamente problemas sociais comuns aos dois países e que se mostram como recurso metonímico de problemas reverberados no contexto mais amplo da América Latina.

Nosso trabalho não perde de vista as íntimas relações entre dados/resultados das pesquisas produzidas no Brasil e aqueles oriundos de outros países latino-americanos, tendo em vista, principalmente, os seguintes fatores: a semelhança sociocultural e política entre os países dessa porção geográfica do globo; a recorrência de problemas sociais de ordem comum; o trabalho para reforço do diálogo entre pesquisas/pesquisadores latino-americanos em ADC, o que se constata pela reconhecida atuação da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED) e da Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza (REDLAD).

Considerando que, mesmo diante do recorte empreendido, seria impossível dar conta de um sem-número de trabalhos sobre ADC produzidos no contexto brasileiro e argentino, realizamos uma segunda delimitação, desta vez selecionando duas pesquisadoras, uma brasileira e uma argentina, como objeto de estudo. Entre os critérios utilizados estão: 1) o pioneirismo na fundação de redes de investigação e a criação de um método de análise voltado ao contexto da América Latina, o que nos fez chegar ao nome da pesquisadora argentina María Laura Pardo, cujos trabalhos sobre pessoas em situação de pobreza culminaram na criação da REDLAD e do Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos (MSDALT); 2) o pioneirismo na inserção do

paradigma crítico-discursivo no Brasil e a criação de categorias de análise discursiva voltadas ao contexto brasileiro, o que pode ser visto na atuação da professora Izabel Magalhães, ex-aluna de Norman Fairclough e responsável também pela implantação da primeira disciplina de ADC na Universidade de Brasília (UnB).

Entre as fontes de referência para o levantamento dos dados para este estudo estão, principalmente, catálogos e *sítes* de instituições de ensino, periódicos científicos, plataforma Lattes – base de dados mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) –, além de órgãos de informação vinculados a associações e órgãos de fomento da pesquisa.

Tendo selecionado duas pesquisadoras cujos trabalhos colaboram para a investigação do estado da arte da Análise de Discurso Crítica no contexto latino-americano, seria obviamente inviável trabalhar com todo o conjunto de artigos, livros, capítulos e orientações desenvolvido por elas.

Sendo assim, foram avaliados até três artigos publicados por cada uma delas entre os anos de 2011 e 2020, em periódicos nacionais ou internacionais. A opção por periódicos se deu em virtude de esse tipo de publicação oferecer, em grande parte das vezes, um alcance amplo e democrático a textos científicos. No caso da autora brasileira, são artigos listados pela plataforma Lattes, de acesso gratuito. No caso da pesquisadora internacional, precisamos utilizar outro critério para seleção dos trabalhos, uma vez que, em seu país, inexistia um banco de dados aos moldes da plataforma Lattes. Por essa razão, da estudiosa brasileira foram analisados os artigos publicados na *Revista Latino-Americana de Estudos do Discurso* e no livro em comemoração aos 20 anos da ALED, *Pasado, Presente y Futuro de los Estudios de Discurso en América Latina*, o qual se encontra disponível gratuitamente no *website* da própria ALED (Silva; Pardo, 2015).

| O projeto teórico de Norman Fairclough e o seu tempo

O conjunto de publicações do autor britânico Norman Fairclough na ADC se divide em três fases diretamente relacionadas à história recente da Grã-Bretanha. A primeira delas está associada com “consenso do pós-guerra” (*post-war consensus*²), momento político que influenciou os estudos do pesquisador a se

2 O *post-war consensus* é uma tese de que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial – em 1945 – até o fim dos anos 1970, houve uma cooperação política entre os dois partidos britânicos principais, com repúdio à líder do partido conservador, Margaret Thatcher. O consenso teria encorajado a nacionalização de bens e serviços e defendido sindicatos fortes, além de uma regulamentação pesada com impostos altos e um Estado de bem-estar social.

concentrarem no caráter ideológico do discurso para a manutenção de relações sociais e de estruturas de poder. O cenário dessa questão foi problematizado em *Language and Power*, publicado em 1989. Nessa obra, o autor continuou delineando uma perspectiva crítica de estudo da linguagem que havia sido apresentada pela primeira vez em 1985, no *Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis*. Na obra de 1989, contudo, o autor reafirmou sua posição como analista crítico e definiu sua proposta de estudos como Estudos Críticos da Linguagem (*Critical Language Study*) (Fairclough, 2021).

Language and Power deixou um legado de conscientização à comunidade científica acerca dos efeitos sociais de textos e da superação de relações assimétricas de poder parcialmente sustentadas pelo/no discurso. O livro não continha, ainda, uma metodologia estruturada para análise de texto nesses méritos, mas já indicava posicionamentos que seriam fundamentais às publicações seguintes do autor.

A segunda fase do programa de pesquisa de Norman Fairclough conecta-se ao advento de transformação neoliberal do capitalismo, cenário que se reverberou em trabalhos sobre o papel do discurso para mudanças econômicas, políticas e sociais (Fairclough, 2021). Essas preocupações foram exaustivamente debatidas por Fairclough na obra programática *Discourse in Social Change*, de 1992, e *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*, de 1999. A partir da publicação desse último livro, Fairclough passou a teorizar, com mais ênfase, o social e, apesar de não abandonar a abordagem textualmente orientada, ele promoveu uma modificação no conceito de discurso, partindo de uma concepção tripartite para uma noção de discurso como um elemento da prática social, o que é mais uma evidência de sua preocupação com o viés social da produção linguística.

Posteriormente, como desdobramento do neoliberalismo econômico, as pesquisas de Fairclough passaram a focar, ainda na segunda fase, a mercantilização do ensino superior, problema abordado em *New Labor, New Language?* (2000) e *Language and Globalization* (2006).

A discussão teórica disposta em *Language and Globalization* também foi efeito de um contexto social marcado por intensas e frequentes guerras internacionais contra o chamado terrorismo que Fairclough define por meio da expressão “*war on terror*” (guerra ao terror). Na obra, o autor discutiu sobre como a guerra ao terror se tornou um elemento primordial para o entendimento do conceito de globalização.

Nesse livro, é notável a tentativa de Fairclough para estabelecer uma aproximação entre a Análise de Discurso Crítica e os conceitos de cultura, economia e política. Dentro desse objetivo, a obra guia o leitor à compreensão dos discursos construídos sobre a globalização, entre eles, o da mídia. Importante observar que, seguindo o que vinha fazendo em projetos anteriores, Fairclough continuou, em *Language and Globalization*, apontando para a possibilidade de resistência – pelo texto – a discursos dominantes, no contexto da globalização.

Ainda na segunda fase de sua produção teórica, Fairclough coloca atenção sobre a natureza transdisciplinar da pesquisa em ADC, potencializando, com isso, um debate mais contundente e frutífero com cientistas sociais e pesquisadores de outras áreas. O desdobramento da convergência que Fairclough estabeleceu com outras disciplinas/áreas/campos de estudo pode ser encontrado em algumas publicações, entre as quais: *Analysing Discourse: Textual Analysis for a Social Research*, de 2003, escrito por Fairclough em coautoria com Lilie Chouliaraki; *Critical Realism and Semiosis*, artigo que escreveu com Andrew Sayer e Bob Jessop, em 2004, e *Marx as a Critical Discourse Analyst*, outro artigo, de 2002, escrito em conjunto com Phil Graham.

Analysing Discourse: Textual Analysis for a Social Research é uma obra atenta a, pelo menos, dois propósitos. O primeiro, de continuar o projeto iniciado em 1999 com *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*, quando Fairclough e Chouliaraki estabeleceram um debate mais estreito com a comunidade científica externa à linguística, dialogando sobre temas e formas de aplicação da ADC com distintas áreas do saber. O segundo propósito é o de oferecer respostas aos que julgavam ter a abordagem teórica faircloughiana se tornado excessivamente social, em detrimento de uma abordagem textualmente orientada. Por esta razão, Fairclough dedicou-se a reafirmar, na publicação, a importância da análise linguística para sua abordagem de análise de discurso, realizando uma sistematização de análise de textos voltada para problemas de origem social. Em 2003, o autor aponta tanto para análise textual quanto para a pesquisa social no enquadre científico da ADC.

Essa obra demonstra que ADC segue sendo um programa de análise linguística que pode ser desenvolvido e realizado em qualquer campo do saber, contemplando não apenas descrições de textos, mas, sobretudo, objetivando efeitos sociais transformadores por meio dos textos. Nesse contexto, o livro chancela a Linguística Sistêmico-Funcional como base epistemológica da ADC no que se refere ao tratamento crítico e social do texto.

Uma terceira e mais recente fase de pesquisa de Fairclough adveio com o que o próprio autor denomina como crise da variante neoliberal do capitalismo iniciada em 2004 e que levou seus objetivos de pesquisa a se deslocarem para o discurso com foco na economia política cultural e na teoria da argumentação. É produto bibliográfico dessa fase o livro *Political Discourse Analysis: a Method for Advanced Students*, publicado por Norman Fairclough e Isabela Fairclough, em sistema de coautoria, no ano de 2012. Nele, os autores enfatizam o caráter argumentativo do discurso político, com atenção à argumentação prática no gênero deliberação, tendo em vista que a tomada de decisão é uma das preocupações fundamentais da política. Um destaque de *Political Discourse Analysis: a Method for Advanced Students* é que, nele, a representação do discurso aparece mais intimamente conectada à ação discursiva dos agentes sociais.

Fairclough (2021) reconhece a provisoriedade das categorias de análise linguística que fundou, assumindo, junto disso, a possibilidade e a necessidade do constante aperfeiçoamento de sua perspectiva teórica. O estudioso esclarece que sua abordagem vem passando por constantes revisões com o objetivo de proporcionar um enquadre cada vez mais socialmente contextualizado e coerente com o período e o espaço em que é utilizado.

O estudioso explica que as mudanças de fase em seu trabalho resultam mais numa recontextualização de conceitos do que numa substituição deles: “Não é simplesmente uma questão de substituir um programa de pesquisa por outro, as preocupações anteriores (por exemplo, com a ideologia) são mantidas, embora a forma como são tratadas possa mudar”³ (Fairclough, 2021, tradução própria).

As diferentes fases de pesquisa de Fairclough “coincidem” com uma mudança de objetivos de pesquisa e, nesse percurso, o autor seguiu resignificando conceitos e posicionamentos, ampliando ou restringindo enquadres e categorias ao longo de suas publicações.

| Tendências em Análise de Discurso Crítica na América Latina: María Laura Pardo e Izabel Magalhães

Uma das pesquisadoras com maior destaque na ADC em contexto latino-americano é a professora argentina María Laura Pardo, atuante junto à Universidade de Buenos Aires. Pardo foi a pesquisadora que deu o primeiro

3 No original: “I should add that it is not simply a matter of one research programme replacing another, earlier concerns (e.g. with ideology) are maintained, though the way in which they are addressed may shift”.

passo para a fundação da Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza (REDLAD), ao iniciar, em seu país, estudos discursivos sobre pessoas em situação de vulnerabilidade no início dos anos 2000.

Os anos 2000 na Argentina foram marcados por desdobramentos de uma década de crise econômica enfrentada pelo país e que culminou em massacres praticados pelo governo de Fernando de la Rúa, com dezenas de mortos, e no *default* da dívida externa. Essa crise produziu um revés generalizado, que colocou a Argentina sob risco de dissolução e guerra civil. A pobreza no país atingia quase 60% da população entre a década de 1990 e o ano 2000, tendo a taxa de desemprego alcançado 30%, o que jamais havia sido visto na história do país. A classe média, por sua vez, foi marginalizada e os problemas sociais tornaram-se cada vez mais comuns (BBC, 2023).

Foi nesse contexto que o trabalho de María Laura Pardo emergiu. A autora é criadora do Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos (MS-DALT), apresentado em 2011 no livro *Teoría y Metodología de la Investigación Lingüística: Método Sincrónico-Diacrónico de Análisis Lingüístico de Textos* (Pardo, 2011). Sua proposta tem o objetivo de criar um escopo teórico-metodológico para uma análise de discurso textualmente orientada que possa dialogar com questões, teorias e pesquisadores de origem latino-americana.

Essa metodologia foi utilizada por Pardo no artigo *Ni Diálogo ni Debate: La Voz de la Audiencia en los Comentarios Digitales sobre la Pobreza*, publicado na *Revista Latino-Americana de Estudios del Discurso (RALED)*, em 2015. Escrito em parceria com a também professora argentina, María Valentina Noblía, o trabalho analisou comentários digitais de leitores em notícias sobre pobreza no site argentino *LaNación.com*, conjugando o MSDALT à teoria da hierarquização da informação.

No que se refere ao MSDALT, a autora trabalha a partir de dois tipos de categorias de análise textual: categorias gramaticais (que avaliam a interioridade do discurso pela composição léxico-gramatical do texto) e categorias semântico-discursivas (que consideram a exterioridade do discurso pelo aporte social da prática) (Pardo; Noblía, 2015).

Nesse projeto teórico, a autora cria um metadiscurso sobre o próprio objeto de sua pesquisa, tomando como ponto de partida a linguagem como forma de intervir na sociedade. Isto é, o MSDALT apresenta um ponto de continuidade com os conceitos de Fairclough para quem a linguagem erige do/para o social. Definindo seu método como crítico e interpretativo, Pardo se alinha à ADC, relacionando categorias linguísticas, sincrônica e diacronicamente, e

promovendo uma espécie de adaptação das categorias de Fairclough com a finalidade de atender às necessidades de análise de objetos de estudo latino-americanos.

Embora a autora se preocupe em reafirmar a funcionalidade do MSDALT para pesquisas latino-americanas, é importante frisar que o método é constituído e explicitado em língua espanhola, sendo o inglês a única língua não-espanhola discutida no livro. Essa condição, portanto, acaba por promover uma espécie de exclusão do Brasil e do Português do escopo constitutivo do MSDALT, mesmo estando o nosso país localizado dentro da América Latina.

O mérito atribuído à Pardo pela elaboração de um método de análise latino-americana não se faz sem a contradição que emerge da própria intenção de decolonizar a ADC de origem europeia, uma vez que o método omite a língua falada e escrita pelo maior país latino-americano.

Feita essa ressalva, é preciso mencionar que, desde a sua primeira apresentação, em 2011, o Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos vem sendo divulgado em congressos, eventos, minicursos latino-americanos e tem figurado como escolha metodológica de diferentes pesquisadores em ADC, inclusive brasileiros, a exemplo de Resende e Marchese (2011) e Santos (2017).

O MSDALT foi operado por Pardo em outro artigo mais recente, *El Método Sincrónico-Diacrónico de Análisis Lingüístico de Textos y sus Extensiones: una propuesta metodológica desde América Latina*, de 2020, também publicado pela RALEL. Junto com Mariana Marchese e Matías Soich, Pardo produziu uma investigação da linguagem usada em comentários digitais, conjugando o MSDALT a outras duas posturas metodológicas: o Método de Abordagens Linguísticas Convergentes para a ADC, de Mariana Marchese, e a Teoria da Metáfora Conceitual, preconizada por Matías Soich, ambos pesquisadores argentinos. Segundo os três autores, a metodologia conjunta dá mais um passo em direção à decolonização do conhecimento no âmbito da linguística e no espaço da América Latina (Pardo; Marchese; Soich, 2020).

A decolonização do conhecimento implica um forte questionamento epistemológico, uma vez que busca despertar um pensamento crítico em relação à pesquisa e à conscientização sobre o que motiva o uso de teorias e métodos (Pardo; Marchese; Soich, 2020). É um movimento de vanguarda que incentiva a criação e aplicação de teorias e métodos próprios porque, como nos recorda Pardo (2010, p. 188, tradução própria), “a maior parte da literatura que lemos e dos modelos e métodos que seguimos originaram-se na Europa e na

América do Norte, então, eles não podem nos conduzir a uma compreensão real dos fenômenos discursivos latino-americanos.”⁴

No artigo mencionado, os autores reconhecem que as categorias do Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos têm origem e se apoiam nos conceitos propalados pela obra *An Introduction to Functional Grammar* (Halliday; Matthiessen, 2004), confirmando assim que, mesmo diante do propósito de se criarem metodologias e perspectivas teóricas para além daquelas conhecidas e consagradas, permanece sendo considerável o impacto, na ADC latino-americana, da noção de funcionalidade do texto gerada por Halliday.

Nesse sentido, esclarecem Pardo, Marchese e Soich (2020, p. 28, tradução própria⁵), o MSDALT é funcional para o sentido “porque está orientado para o que o discurso pretende comunicar (em vez de apenas uma visão sintático-gramatical)”. Tal informação ratifica a importância de, na Análise de Discurso Crítica, se estudarem os propósitos comunicativos do texto em lugar da estrutura da língua.

Em outro artigo, de 2018, *El Discurso sobre la Violencia Doméstica en Historias de Vida*, publicado também pela RALEA, María Laura Pardo e Alicia Carrizo estudaram a violência doméstica apoiando-se em outras pesquisas em Análise de Discurso Crítica – das quais Campiña (2015) e Maldonado Aranda (2013) são exemplos. São estudos produzidos na América Latina e igualmente preocupados com as condições econômicas, políticas e culturais típicas desse espaço geográfico.

Em seu artigo, Pardo e Carrizo (2018) analisaram 15 relatos espontâneos de adolescentes grávidas, com idade entre 10 e 17 anos. As histórias foram coletadas em dois hospitais públicos localizados em Buenos Aires, frequentados por uma população humilde proveniente de subúrbios da capital argentina. No estudo, o objetivo das autoras foi descrever, analisar e desvelar as relações e realidades de abuso, muitas vezes disfarçado. No texto, as pesquisadoras se enveredam pelo objetivo de investigar o funcionamento da prática social pelo contexto de situação, o que mais uma vez remete ao trabalho de Fairclough para quem há

4 No original: “Most of the literature we read and of the models and methods we follow have originated in Europe and America and therefore cannot lead to a real understanding of Latin American discursive phenomena”.

5 No original: “[...] porque está orientado a lo que el discurso pretende comunicar (más que a una visión únicamente sintáctico-gramatical)”.

cada vez mais primazia do contexto no processo de descrever, explicar e agir sobre o discurso (Pardo; Carrizo, 2018).

A partir da discussão apresentada sobre os três artigos com participação de Pardo, depreendemos que, embora seja María Laura Pardo propositora e divulgadora do Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos – o qual pode parecer excessivamente linguístico, uma vez que está bastante focado em categorias de análises gramaticais –, suas pesquisas têm demonstrado que a análise que empreende *não prescinde da* dialética entre discurso e práticas sociais. Ao contrário disso, ao criar um método de análise textualmente orientado para demandas e problemas latino-americanos, a autora lança luz sobre o questionamento da própria prática social científica e acadêmica no âmbito da Análise de Discurso Crítica em um espaço geográfico distinto daquele onde surgiu a ADC, isto é, a Europa.

Há na recorrência de trabalhos de Pardo uma preocupação em demonstrar a operacionalidade do discurso por meio do trabalho do texto e das relações entre texto, contexto e sociedade, o que, obviamente, se pauta em princípios sobre a linguagem e seu viés social, conforme sempre defendeu Fairclough, desde o início de suas pesquisas.

Dessa maneira, entendemos que a proposta de Pardo para a decolonização de teorias em ADC e a criação do Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos questionam uma prática social, agindo sobre ela e concretizando, dentro dela, novas formas de representar, de identificar e de interagir, o que é potencialmente um projeto de mudança social pelo discurso da própria ciência. Neste sentido, trata-se de um projeto teórico que promove a continuidade do legado de Fairclough porque empreende a necessária revisão e o inevitável aprimoramento da ADC, conforme o próprio autor reconhece e sugere (Fairclough, 2021).

Assim como Fairclough modifica suas fases e objetivos de pesquisa, dirigindo-se, nos últimos anos, para um diálogo maior com teorias sociais, também busca Pardo alertar sobre a necessidade de que a comunidade científica latino-americana modifique seus objetivos e metodologias de análise. Isso porque, se os problemas sociais deste lado do mundo são diferentes do lado europeu, então, mais metodologias de análise e novos diálogos transdisciplinares precisam ser criados nesse âmbito. A autora nos ensina que a metodologia para análise de um problema precisa se adaptar ao próprio problema, pelo que se prevê, diante da diferença entre demandas da Europa e da América Latina, uma nova e localizada versão de Análise de Discurso Crítica.

Em outra frente, desta vez no Brasil, a professora Izabel Magalhães surgiu e se manteve como incansável defensora de uma postura crítica em estudos sobre discurso. Antes de traduzir *Discourse and Social Change* (*Discurso e Mudança Social*) para o português, a pesquisadora já vinha sistematizando, desde a década de 1980, metodologias de estudo em ADC. Magalhães foi influenciada por Norman Fairclough, seu professor na Universidade de Lancaster (Reino Unido), durante as décadas de 1970 e 1980, período em que o estudioso e outros pesquisadores erigiam as bases da ADC na Europa (Magalhães, 1985). Em 1986, Magalhães publicou o artigo *Por uma Abordagem Crítica e Explanatória do Discurso*, na revista *D.E.L.T.A.*, divulgando à comunidade científica brasileira dados relacionados à análise que ela havia feito durante o seu Doutorado.

Atuando como professora e pesquisadora na Universidade de Brasília entre 1978 e 2008, Izabel Magalhães implantou, em 1986 – embora não sem resistência por parte da comunidade científica dominada pelo paradigma estruturalista e gerativista –, a primeira disciplina em Análise de Discurso Crítica do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB. Para além disso, atuou como organizadora do importante periódico *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, lançado em 1995, e coordenou o Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS) da instituição.

O contexto de chegada da ADC no Brasil foi marcado pelo processo de redemocratização, com a dissolução do regime militarista e a reintegração de práticas democráticas observadas no âmbito político, econômico, social e educacional. Tancredo Neves foi eleito presidente da República do Brasil. Ele seria o primeiro presidente civil depois de 21 anos de governos militares, se não tivesse morrido pouco antes de tomar posse. Seu vice, José Sarney, contudo, o substituiu e se tornou o primeiro presidente brasileiro pós-Ditadura Militar. Com uma inflação que atingia índices de mais de 200%, estagnação do PIB e dívida externa em franco crescimento, o Brasil acumulava uma taxa de pobreza de aproximadamente 40% na época (Ometto; Furtuoso; Silva, 1995).

Foi nesse contexto que a ADC surgiu no Brasil. Seu objetivo era propiciar um aparato teórico-metodológico pelo qual fosse possível realizar um desvelamento de discursos e da própria situação em que os brasileiros se encontravam naquele período. A resistência acadêmica de pesquisadores brasileiros tradicionalistas envolvidos com a gramática gerativa e com o estruturalismo, no que se refere à ADC como método de análise linguística, advinha do fato de que, para muitos deles, o texto estava ainda desvinculado do social e do contexto no qual a própria linguagem se origina. O trabalho de Magalhães, nesse sentido, foi o de apresentar uma metodologia de análise a partir de categorias gramaticais que não prescindiam do contexto sociocultural e daquilo que é externo ao texto.

Um histórico a respeito do surgimento da Análise de Discurso Crítica no Brasil nos faz pensar que, se o livro *Discurso e Mudança Social*, publicado no Brasil em 2001, sistematizou, mundialmente, um método de pesquisa transdisciplinar e focado em textos para análises de discursos, antes disso, no Brasil, *Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso*, escrito por Izabel Magalhães, demarcou o momento em que a crítica por meio da linguagem com vistas à mudança social alcançou muitos linguistas e analistas do discurso em nosso país.

Os três estudos tomados para avaliação do estado da arte do trabalho de Izabel Magalhães foram publicados em 2020. Em “Tecnologias de Informação/ Comunicação: agentes de letramento de estudantes com deficiência visual”, publicado em *Cadernos de Linguagem e Sociedade – Dossiê Linguagens, Identities e Sociedade*, Jandira Silva e Izabel Magalhães discutiram estratégias de inclusão de tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de letramento de estudantes com deficiência visual. O trabalho aplicou entrevistas semiestruturadas a estudantes cegos(as) e com baixa visão, frequentadores de escolas da rede municipal, da rede estadual e de um Núcleo de Acessibilidade de uma Instituição de Ensino Superior privada, na região metropolitana de Goiânia (Goiás).

O ainda mínimo contato de estudantes provenientes de todos os níveis educacionais com o Sistema Braille causa, de acordo com as autoras, um fenômeno denominado como desbrailização e acarreta aos estudantes, cegos e com comprometimento de visão, problemas com ortografia e estruturação de textos, por exemplo. Nesse cenário, elas incentivam o letramento digital como forma de ultrapassar as limitações de um ensino descontextualizado (Silva; Magalhães, 2020).

A metodologia utilizada no artigo perpassou um estudo de campo, com abordagem exploratória-descritiva de natureza qualitativa. A abordagem exploratória permitiu a melhor obtenção de informações sobre as TICs e sobre o sentido do letramento. A abordagem descritiva, por sua vez, foi útil para descrever os resultados obtidos na pesquisa de campo e realizar um detalhamento sobre os recursos tecnológicos mais utilizados pelos participantes (Silva; Magalhães, 2020).

Em “Discurso, identidade e direitos reprodutivos no senado federal”, publicado na mesma edição de *Cadernos de Linguagem e Sociedade – Dossiê Linguagens, Identities e Sociedade*, em 2020, Coêlho e Magalhães analisaram os discursos das três primeiras audiências públicas interativas sobre a Sugestão nº 15 de 2014 (SUG nº 15), que “regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde – SUS”

(Coêlho; Magalhães, 2020, p. 313). O objetivo das autoras foi compreender como os debatedores percebiam mulheres e seus corpos em práticas de interrupção voluntária da gravidez. Elas queriam desvendar ainda se os discursos eram influenciados pela identidade moral dos debatedores das audiências.

O artigo anteriormente mencionado se apoiou no referencial teórico da Análise de Discurso Crítica como forma de sensibilização para questões de poder, conforme preconiza Norman Fairclough (1992 e 2003). Além do mais, o trabalho levantou questões sobre identidade e diferença sob a perspectiva dos Estudos Culturais.

O texto de Coêlho e Magalhães (2020) concluiu que o posicionamento contrário ao aborto é usado como um atestado de moralidade e de preservação da própria identidade, marcada pela diferença em relação à(ao) outra(o), julgada(o) como imoral e contra a vida. Adicionalmente, pontuaram elas, o discurso dos participantes contrários à SUG nº 15 também reforça a maternidade como lugar de realização natural do feminino. Esse cenário revela que a posição dos discursantes acerca do aborto e as representações feitas sobre o tema têm menos relação com a prática de aborto em si e mais relação com a formação identitária do indivíduo que discursa, tratando de um grave problema de saúde pública a partir de uma perspectiva moral pessoal.

O terceiro artigo com participação de Magalhães tomado para análise, “Pesquisas em Análise de Discurso Crítica produzidas no Brasil de 2008 a 2017”, é uma investigação do estado da arte na ADC (Ottoni; Magalhães, 2020) publicada na *Revista da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso*. O texto delinea o estado de conhecimento de 36 teses e dissertações produzidas entre 2008 e 2017 em quatro regiões e instituições brasileiras: UnB (centro-oeste) e UFPE (nordeste), UFMG (sudeste) e UFSC (sul). Na região norte não foi encontrada representatividade considerável, segundo as autoras.

A partir dos resultados, Ottoni e Magalhães (2020) identificaram que as pesquisas em ADC, no período em foco, têm trabalhado com uma diversidade grande de temas, com destaque para práticas de leitura e escrita para populações vulneráveis, aborto, racismo e identidade social feminina. No artigo, Ottoni e Magalhães pontuaram algumas lacunas relacionadas aos textos científicos estudados. A primeira delas é o que consideram como fraco retorno dos resultados alcançados pelas teses e dissertações às comunidades envolvidas. Uma segunda lacuna tem a ver com a ausência de um impacto social aceitável dessas pesquisas, já que a maioria dos professores de educação básica, a quem os resultados dos estudos poderiam interessar, não são leitores de teses

e dissertações. Nesse passo, surgiu uma terceira lacuna: não se observa, na concepção das analistas de discurso, uma proposição de caminhos e estratégias para mitigar os obstáculos expostos na problematização dos trabalhos (Ottoni; Magalhães, 2020).

Por outro lado, elas destacaram duas contribuições teórico-metodológicas positivas no *corpus* investigado. Primeiramente, a aplicação, em algumas teses e dissertações, do Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos (MSDALT), de María Laura Pardo, uma novidade que demarca a emergência de uma perspectiva decolonialista da Análise de Discurso Crítica no Brasil. Em segundo lugar, o número de estudos focados na investigação sobre discurso e pobreza na América Latina figura como uma inegável contribuição latino-americana para a ADC enquanto paradigma de pesquisa, o que tende a crescer nos próximos anos (Ottoni; Magalhães, 2020). Por essa razão, refletem as pesquisadoras sobre a urgência de se fortalecer o diálogo entre a ADC e a etnografia como caminho para que os estudos de perspectiva discursiva crítica ultrapassem o âmbito de análises de representações discursivas da prática social e sejam, verdadeiramente, úteis à sociedade (Ottoni; Magalhães, 2020).

Nos artigos com a participação de Magalhães, há uma inegável preocupação da pesquisadora com a investigação de objetos de estudo sociais e temas presentes na ordem do cotidiano: tecnologias de informação e inclusão social; discursos sobre aborto; e o estado de conhecimento científico em ADC.

Em relação às metodologias de estudo e referenciais teóricos utilizados nos artigos, apenas “Discurso, Identidade e Direitos reprodutivos no Senado Federal” recorre a categorias discursivas propostas por Norman Fairclough (1992). Os outros trabalhos se utilizam de métodos qualitativos diferentes. Em “Tecnologias de Informação/Comunicação: agentes de letramento de estudantes com deficiência visual”, Silva e Magalhães empreendem uma pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas, demonstrando um estreito envolvimento das pesquisadoras com os participantes, com o tema em estudo e com os dados que foram gerados nessa interação.

Nesse trabalho, é manifesto o investimento em uma relação transdisciplinar entre o estudo linguístico e os Estudos Culturais, demonstrando um esforço pela criação de uma metodologia social de estudo. Com foco nisso, Silva e Magalhães (2020, p. 285) criaram novas categorias de análise baseadas no contato com a realidade, entre as quais, “o nível de autonomia dos estudantes em relação ao uso das TICs” e “o impacto na vida dos participantes da pesquisa com a falta dessas ferramentas”. Importante, nesse ponto, é lembrar que uma

parte dos trabalhos em ADC no Brasil e no mundo tem como prática a aplicação de categorias, previamente selecionadas, a dados sociais que se enquadrem a elas. Silva e Magalhães (2020), entretanto, vão em direção oposta a isso.

Os projetos de pesquisa com participação da professora Izabel Magalhães têm trilhado um caminho original: o de elencar ou criar categorias de estudo somente depois que o problema social é posto em investigação. Essa postura se afina à noção de que as práticas socioculturais constituem um contexto social que precisa ser acessado, conhecido e analisado antes de se validar qualquer análise textual, conforme nos esclarecem Magalhães, Martins e Resende (2017). O próprio Fairclough (2021) reconhece a provisoriedade das categorias de análise linguística fundadas por ele e sugere o constante aperfeiçoamento de sua perspectiva.

No artigo “Pesquisas em Análise de Discurso Crítica produzidas no Brasil de 2008 a 2017”, Ottoni e Magalhães fazem um levantamento bibliográfico em bases de dados de pesquisa para conhecer a produção científica recente na ADC brasileira. Apesar de analisarem dados pré-existentes, as autoras não deixam de assumir uma postura intervencionista, especialmente em relação às suas conclusões de pesquisa: elas criticam a ausência de uma função social nas teses e dissertações estudadas e mencionam a necessidade de que esses trabalhos sugiram caminhos para mitigar os problemas sociais estudados.

Do ponto de vista das analistas de discurso, há uma tendência, nas teses e dissertações investigadas, de identificar e discutir o problema social manifestado na linguagem, porém, não há, em grande parte desses textos, um posicionamento intervencionista voltado à mudança dessa realidade social. Com isso em vista, Ottoni e Magalhães (2020) elencam e discutem a inclusão de alguns aspectos na agenda de pesquisa em ADC.

As autoras reclamam uma postura de pesquisa que identifique, descreva, problematize e aja sobre a prática sociocultural manifestada pelo texto. Esse mérito foi discutido por Magalhães em 2017, no livro *Análise de Discurso Crítica: um método de Pesquisa Qualitativa*, escrito em coautoria com Viviane Resende e André Martins. A obra foi inteiramente dedicada a refletir sobre como a etnografia pode atuar como um método complementar à Análise de Discurso Crítica. Sendo o discurso uma dimensão da prática social materializada por textos, os autores nos lembram de que a prática social pode ser acessada por meio de um trabalho de campo, passo anterior à análise textual. Nesse sentido, a etnografia é uma forma de validação da pesquisa, pois vai além da descrição e da explicação textuais (Magalhães; Martins; Resende, 2017).

Essencialmente autocrítico e incentivando a autocrítica nos trabalhos em ADC, o artigo de Ottoni e Magalhães assinala que a maioria dos estudiosos contextualiza as teorias, mas deixa de avaliá-las. Para elas, algumas pesquisas tomam pressupostos teóricos como dados incontestáveis e que prezam pela aplicação de categorias linguísticas sem uma preocupação com o verdadeiro conhecimento da prática sociocultural, anterior à análise linguística (Ottoni; Magalhães, 2020). Esse cenário decorre, entre outras coisas, da colonialidade do conhecimento, problema que, para as analistas de discurso, começa a ser resolvido com a problematização sobre a coerência da ADC, no que se refere à permissão de criação de novas propostas teórico-metodológicas voltadas à identidade latino-americana.

O incentivo à elaboração e aplicação de metodologias latino-americanas, já encabeçado por Pardo (2011), Pardo e Noblía (2015), Pardo e Carrizo (2018), Pardo, Marchese e Soich (2020), também é objeto de estudo e de atividade acadêmica de Izabel Magalhães, cujos trabalhos procuram iluminar a necessária coerência entre teoria e prática no paradigma da ADC e questionar a própria prática social que envolve a pesquisa nesse âmbito científico.

Há, nos trabalhos que integram o *corpus* de estudo deste artigo, uma inegável preocupação quanto à seleção de objetos de estudo e temas sociais geradores de debates na esfera pública, que demandam uma urgente e necessária transformação social. As pesquisas identificam, descrevem e problematizam determinadas práticas sociais e mostram como elas repercutem na manutenção de identidades e representações hegemônicas. Mas não só isso. São pesquisas que se ocupam de uma quarta e fundamental etapa nessa análise de discurso: a de agir sobre o problema posto em investigação. Isto é, a criação de um método próprio de análise discursiva voltada a problemas observados na Argentina, por María Laura Pardo, ou a inauguração de categorias linguísticas que dessem conta de abarcar a análise de discurso de problemas tipicamente brasileiros já revelam uma ação sobre o próprio fazer científico. A elaboração de métodos individualizados de análise aponta para uma necessária adaptação do escopo da ADC para uma porção geográfica que, a despeito de suas semelhanças, também possuem dissemelhanças que requerem um olhar pormenorizado.

Dessa postura acional surgiu o que se tem chamado de decolonização do conhecimento em Análise de Discurso Crítica considerando essencialmente: a ação social sobre os problemas que se estuda; a autocrítica por parte da analista do discurso; a criação de metodologias tipicamente latino-americanas e atentas aos problemas específicos desse território.

A tendência à decolonização dos estudos em ADC não se faz fora do caráter questionador desse paradigma e nem se desvincula do projeto liderado por Fairclough, principalmente após *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis* e *Analysing Discourse: Textual Analysis for a Social Research*, quando o autor passou a incentivar um diálogo mais contundente entre a ADC e outros campos de pesquisa sociais, com especial atenção à etnografia.

Os artigos analisados se apresentam como trabalhos que iluminam a necessária coerência entre teoria e prática no programa da ADC. São textos científicos que questionam a própria prática social da pesquisa, agindo sobre ela e concretizando, dentro e por meio dela, novas formas de representar, de identificar e de interagir, o que é potencialmente um projeto de mudança social pelo discurso.

| Considerações finais

A breve análise do estado da arte de pesquisas latino-americanas em Análise de Discurso Crítica demonstra que as pesquisas contemporâneas nesse campo de estudo seguem em direção a uma abordagem mais socialmente orientada, seja no que se refere à seleção do objeto de estudo, do *corpus* de análise, da metodologia e de referenciais teóricos.

Essa é uma tendência que se atrela à proposta liderada por Fairclough, principalmente a partir da publicação de *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis* (1999), escrito em parceria com Lilie Chouliaraki, e reafirmada, subsequentemente, em *Analysing Discourse: Textual Analysis for a Social Research* (2003). Nessa última publicação, o autor esclarece que, ao preconizar o enfoque no social, sua abordagem discursiva não prescinde dos princípios da Linguística Sistêmico-Funcional, porém, a utilização da LSF se dá com o objetivo de proceder a uma investigação primeira do social considerando, nesse processo, uma análise linguística. As pesquisas e pesquisadoras estudadas no artigo trabalham com objetos sociais, geradores de debate público e de interesse coletivo. Além do mais, suas metodologias de estudo partem sempre de um viés social em direção às análises de texto.

Nesse sentido, um destaque para o empreendimento de María Laura Pardo (2011) que criou um método latino-americano de análise de textos, pensado e organizado a partir das demandas e necessidades sociais desse espaço geográfico. Para além disso, Silva e Magalhães (2020) reafirmaram a importância do social em suas pesquisas, quando criaram categorias de análise baseadas no contato com a realidade, reforçando, assim, a relevância da etnografia para

o trabalho de analistas de discurso latino-americanos. Esses são dois dos exemplos que comprovam a relevância assumida pelo social no escopo das pesquisas em ADC.

Uma última e importante nota que precisa ser feita quanto à produção bibliográfica atrelada às duas investigadoras aqui elencadas é que a expressão do social em suas pesquisas tem se manifestado dentro de um trabalho de decolonização dos estudos de perspectiva crítica do discurso. Contudo, os artigos não demonstram tentativas no sentido de se desvincular de princípios linguísticos, reafirmando, com isso, o caráter diferenciador do projeto teórico da ADC, que prima por uma análise de discurso com base no texto.

Referências

ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil (1968 – 1988)**. São Paulo: Humanitas, 1998.

BBC. Site informativo. **Como a Argentina saiu da hiperinflação há 30 anos e qual a viabilidade de se repetir a fórmula**. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxwjp8yw89po>. Acesso em: 13 jan. 2025.

CAMPIÑA, C. **La Mediación en Casos de Violência Intrafamiliar**. 2015. Disponível em: www.infojus.gov.ar. Acesso em: 02 ago. 2021.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COÊLHO, J.; MAGALHÃES, I. Discurso, identidade e direitos reprodutivos no senado federal. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 313-332, 2020.

FAIRCLOUGH, N. Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis. **Journal of Pragmatics**, v. 9, n. 6, p. 739-763, 1985.

FAIRCLOUGH, N. **Perfil do autor em rede social acadêmica voltada à divulgação de pesquisas e cientistas internacionais**. Disponível em: https://lancaster.academia.edu/NormanFairclough?from_navbar=true. Acesso em: 14 jul. 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. New York: Longman Inc., 1989.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and Social Change**. Cambridge, Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **New Labor, New Language?** London: Routledge, 2000.

FAIRCLOUGH, N.; GRAHAM, P. Marx as a Critical Discourse Analyst. **Sociolinguistic Studies**, v. 3, n. 1, 2002.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London & New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Globalization**. London: Routledge, 2006.

FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. **Political Discourse Analysis**: a method for advanced students. USA e Canada: Routledge, 2012.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. 2. ed. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, B.; SAYER, A. **Critical Realism and Semiosis**. 2004. Disponível em: https://core.ac.uk/outputs/71875/?utm_source=pdf&utm_medium=banner&utm_campaign=pdf-decoration-v1. Acesso em: 23 maio 2023.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia Linguística. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 2, p. 45-70, 1996.

KOERNER, K. **Quatro décadas de historiografia linguística**: estudos selecionados. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/292976292_Quatro_decadas_de_historiografia_linguistica_estudos_selecionados. Acesso em: 04 jan. 2025.

MAGALHÃES, I. The rezas and benzeções. **Healing speech activities in Brazil**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Lancaster, Lancaster, 1985.

MAGALHÃES, I. Por uma Abordagem Crítica e Explanatória do Discurso. **D.E.L.T.A.**, v. 2, n. 2, p. 181-205, 1986.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MALDONADO ARANDA, S. Desafíos etnográficos en el estudio de la violencia. Experiencias de una investigación. **Avá. Revista de Antropología**, n. 22, p. 123-144, 2013.

MILANI, S. Historiografia linguística: língua e linguagem. **Revista UFG**, v. 10, n. 5, p. 123-129, 2008.

MILANI, S. **Historiografia-lingüística de Ferdinand Saussure**. Goiânia: Kelps, 2011.

OMETTO, A. M.; FURTUOSO, M. C.; SILVA, M. V. da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Rev. Saúde Pública**, v. 29, n. 5, 1995.

OTTONI, M. A. R.; MAGALHÃES, I. Pesquisas em Análise de Discurso Crítica produzidas no Brasil de 2008 a 2017. **RALED**, v. 20, n. 2, p. 112-132, 2020.

PARDO, M. L. Latin-American discourse studies: state of the art and new perspectives. **Journal of Multicultural Discourses**, v. 5, n. 3, p. 183-192, 2010.

PARDO, M. L. **Teoría y Metodología de la Investigación Lingüística**: método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos. Buenos Aires: Tersites, 2011.

PARDO, M. L.; NOBLÍA, M. V. Ni Diálogo ni Debate: la voz de la audiencia en los comentarios digitales sobre la pobreza. **RALED**, v. 12, n. 2, p. 117-137, 2015.

PARDO, M. L.; CARRIZO, A. El discurso sobre la violencia doméstica en historias de vida. **RALED**, v. 18, n. 2, p. 6-22, 2018.

PARDO, M. L.; MARCHESE, M.; SOICH, M. El Método Sincrónico-Diacrónico de Análisis Lingüístico de Textos y sus Extensiones: una propuesta metodológica desde América Latina. **RALED**, v. 20, n. 2, p. 24-48, 2020.

RESENDE, V. M.; MARCHESE, M. “São as pessoas pobrezitas de espírito que agudizam a pobreza dos pobres”: análise discursiva crítica de testemunho publicado na revista Cais – o método sincrónico-diacrônico. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 150-178, 2011.

SANTOS, G. P. **A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil – um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, D. E. G. da; PARDO, M. L. (org.). **Pasado, Presente y Futuro de los Estudios de Discurso en América Latina / Passado, Presente e Futuro dos Estudos de Discurso na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

SILVA, J. A. da; MAGALHÃES, I. Tecnologias de Informação / Comunicação: agentes de letramento de estudantes com deficiência visual. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 272-291, 2020.

Como citar este trabalho:

MORAIS, Anielle. Tendências em Análise de Discurso Crítica na América Latina. Revista do GEL, v. 21, n. 3, p. 296-320, 2024. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 15/01/2025.

BAGNO, Marcos. Uma história da Linguística, da Antiguidade ao Iluminismo (Tomo 1), e Uma história da Linguística, do século 19 ao limiar do século 20 (Tomo 2). São Paulo: Parábola Editorial, 2023. 606 páginas.

Xoán Carlos LAGARES¹

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil;
| xlagares@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-0974-2118>

Para os leitores que acompanham a produção bibliográfica de Marcos Bagno, esta monumental história da Linguística, a primeira escrita diretamente em português (como adverte o editor nas páginas iniciais), não é propriamente uma surpresa. São conhecidos os empreendimentos de pesquisa de amplo fôlego do autor, assim como a publicação de obras de referência ambiciosas, trabalhos que, no âmbito acadêmico, costumam ser o resultado de projetos coletivos. Além dos conhecidos trabalhos sobre educação linguística e sociolinguística, com especial ênfase na reflexão e intervenção crítica sobre o conflito normativo brasileiro, Marcos Bagno é também autor de um *Dicionário Crítico de Sociolinguística* (São Paulo: Parábola, 2017) e de uma *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (São Paulo: Parábola, 2011); obra, esta última, que constitui um instrumento linguístico de mais de mil páginas e cuja amplitude temática vai além dos limites tradicionais do gênero “gramática”.

Ademais da extensão inusual da sua produção bibliográfica, a diversidade de interesses dentro dos estudos da linguagem é uma de suas características mais destacadas. A presente incursão historiográfica, nesse sentido, não constitui uma novidade, pois essa direção de pesquisa se desenvolve há já alguns anos. Ela vinha se materializando em traduções comentadas de clássicos da área, como, entre muitos outros, *A evolução das formas gramaticais*, de Antoine Meillet (São Paulo: Parábola, 2020), o *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure (São Paulo: Parábola, 2021) ou os *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, de Uriel Weinreich, William Labov e Marvin I. Herzog (São Paulo: Parábola, 2006).

Historizar uma disciplina acadêmica, uma área de pesquisa científica, não é uma empreitada fácil. Também não é uma tarefa evidente, uma vez que demanda um exercício de definição dos limites temporais e de caracterização da própria disciplina – neste caso, distinguindo o que pertence e o que não pertence a ela, o que se deve incluir e o que pode ser desconsiderado –; exige, em definitiva, elaborar um relato que construa o próprio objeto do qual se faz a história. Nesse sentido, o gesto autoral se manifesta claramente no título do livro, que diz ser “uma” história da linguística, isto é, um dos possíveis relatos históricos que poderiam ser elaborados sobre essa disciplina. Os subtítulos, com as delimitações temporais de cada volume (“da antiguidade ao Iluminismo” e “do século 19 ao limiar do século 20”) também são uma preciosa indicação da perspectiva que guia a elaboração do livro, pois divide esse relato em duas partes equilibradas, quanto ao número de páginas, mas que, no volume 1, corresponde a dois milênios e, no volume 2, a pouco mais de cem anos de história. Os dois tomos (como eles são denominados) foram editados com numeração contínua, evidenciando que se trata de um único livro.

Com efeito, a Linguística se constitui como ciência autônoma no século 19, no âmbito universitário alemão, o que justifica a especial atenção dedicada à pesquisa elaborada sob a perspectiva histórico-comparativa desse período, por marcar propriamente a origem da disciplina. Antes desse momento, nos capítulos do primeiro volume, o autor persegue uma genealogia dos estudos linguísticos nas diferentes tradições filosóficas que se ocuparam da questão da linguagem, contextualizando essas ideias e prestando atenção às continuidades e às rupturas epistemológicas que, com o passar do tempo, vão adentrar o campo da Linguística como disciplina científica.

Não é simples resenhar a enorme quantidade de informações que esta obra enciclopédica apresenta, de uma forma didática, com profusão de boxes explicativos, esquemas e até mesmo QR codes que possibilitam a ampliação das informações na internet; sempre com um estilo explicativo/narrativo que constrói um relato cuja leitura é extremamente agradável. O primeiro volume, após um capítulo introdutório de alguns conceitos e problemáticas que atravessam todo o livro, inicia a *História* pelas tradições orientais, partindo da Mesopotâmia e abordando as tradições hindu, árabe e judaica, o qual não costuma ser habitual nesse tipo de obras. Pode-se argumentar que uma história global do pensamento linguístico deveria também incluir teorias de tradições sobre a linguagem como a chinesa ou as das culturas africanas, mas esse empreendimento, cuja bibliografia possivelmente ainda esteja longe do nosso alcance, seria objeto, sem dúvidas, de uma “outra” história. Nesta que estamos comentando, é possível apreciar o caminho – pavimentado de certas polêmicas teóricas – que levou até aquilo que hoje conhecemos como Linguística contemporânea, desenvolvida sobre a base do pensamento ocidental. Seguem os capítulos sobre Grécia e Roma, com o surgimento do pensamento gramatical ocidental, sobre a Idade Média, sobre o Renascimento e o início da Era Moderna, marcada pela gramatização das línguas vulgares, e sobre os séculos 17 e 18, com seus embates entre racionalismo e empirismo.

Já o Tomo 2 é composto por um único capítulo, o de número 6, iniciado por uma necessária contextualização histórica e filosófica – que se debruça sobre o romantismo e o nacionalismo, o idealismo e o positivismo, o historicismo e o organicismo –, descrevendo depois as origens da linguística histórico-comparativa, o surgimento da linguística geral e dos Jovens gramáticos, até chegar a Ferdinand de Saussure (incluído propositadamente nessa tradição da linguística histórica do século 19), e terminando com o subcapítulo sobre Meillet e a linguística sociológica. A partir daí se abre um caminho que continua pelo século 20 e que fica já fora do escopo do livro. Essa decisão do autor está explicada no epílogo, ao sintetizar o crescimento exponencial que a

Linguística experimenta nesse momento histórico, com sua extensa ramificação de disciplinas e subdisciplinas especializadas e com seus movimentos de interdisciplinaridade, a partir das múltiplas compreensões do que é a linguagem humana em sua extraordinária complexidade.

Entretanto, esta história da Linguística não é, obviamente, apenas um conjunto de informações históricas, de autores e teorias dispostos em ordem cronológica. É possível reconhecer nela algumas linhas argumentais que permitem entender os caminhos que nos trouxeram até os desenvolvimentos mais recentes da Linguística atual; podemos também observar algumas das preocupações que guiam o projeto intelectual do autor, desenvolvido, como dizíamos, em diversas subáreas ou campos de especialização dos estudos da linguagem.

Nesse sentido, a oposição entre o que poderíamos chamar de *idealismo linguístico* e de *empirismo sociológico* percorre em alternância conflituosa toda esta história. O primeiro tem a sua origem no pensamento platônico, com sua filosofia dualista que separa o *mundo sensível* do *mundo cognoscível*, a matéria da ideia, o concreto do abstrato e a cultura da natureza. Esse platonismo fundamenta, de alguma maneira, o pensamento gramatical e percorre todas as tentativas de formular uma “gramática universal”: da gramática especulativa medieval ao racionalismo de Port Royal, até chegar, já no século 20, à gramática gerativa de Chomsky. Mas esse dualismo está presente também na compreensão da língua como “forma pura” que nos foi legada pelo *Curso de Linguística Geral* (CLG) atribuído a Ferdinand de Saussure.

A perspectiva empirista sobre a linguagem se manifesta de forma esparsa ao longo da história, desde a concepção aristotélica do ser humano como *animal político*, dotado de *lógos*, passando pela aguda consciência política dos primeiros gramáticos das línguas vulgares, no início da modernidade, pelo *Ensaio sobre o entendimento humano* de John Locke, no final do século 17, até o positivismo do século 19 e a linguística sociológica de Meillet. O autor persegue e identifica nesta tradição a genealogia da noção de *arbitrariedade* do signo linguístico, que costuma ser atribuída a uma reflexão original do CLG: em Aristóteles, por exemplo, que diferencia entre as impressões universais que as coisas do mundo causam nos seres humanos e as convenções artificiais que as representam na linguagem; ou em Locke, ao refletir sobre a relação entre as palavras e as ideias presentes na mente de quem as usa, explicitando o problema da opacidade da linguagem, por as ideias não serem diretamente acessíveis. Já no século 19, Herman Paul enfatiza o componente psicológico da linguagem e as complexas relações entre as representações mentais dos indivíduos, a sua percepção e produção linguística, e as associações estabelecidas socialmente entre essas representações.

Aliás, uma das discussões mais profícuas do livro é a que questiona, com abundância de provas documentais e argumentos muito bem articulados, a posição de Saussure como “pai da linguística moderna”, identificando as fontes diretas e não citadas no CLG (especialmente a obra do linguista alemão Herman Paul e do estadunidense William Dwight Whitney) e reconhecendo nesse livro a continuidade das concepções sobre linguagem desenvolvidas pela linguística histórica do século 19 e pelos Jovens Gramáticos (opção tradutória do autor para designar o movimento que em português, como em outras línguas românicas, se costumava denominar “dos Neogramáticos”). Essa revisão histórica do legado de Saussure, feita de forma serena e crítica, constitui, por si só, uma contribuição muito relevante para os estudos historiográficos da Linguística no Brasil. Mas de forma geral, como estamos observando, o carácter explicativo, bem como o gesto argumentativo e crítico que caracteriza a escrita do livro, fazem dele um aporte fundamental nos debates sobre o desenvolvimento histórico da disciplina.

A voz autoral, como também dizíamos anteriormente, é claramente reconhecível em diversos momentos, quando Bagno identifica a origem de noções e conceitos da gramática tradicional que são objeto de sua crítica há anos, desenhando uma *História* coerente com o projeto intelectual que anima a sua produção bibliográfica. Por exemplo, ele identifica na obra de Platão o início da “longa tradição de definir os verbos como ‘palavras que indicam ação’, uma definição muito restrita, que a linguística contemporânea já reformulou e expandiu, mas que continua empregada no ensino de língua e, daí, impregnada no senso comum” (p. 74). Outra piscadela crítica à tradição gramatical pode ser encontrada no capítulo sobre a gramática em Roma, quando atribui a Quintiliano a inclusão das “interjeições”, isto é, fenômenos prosódicos, entre as unidades da gramática, como “uma bizarrice que se perpetua até hoje em muitos compêndios gramaticais e livros didáticos” (p. 110). Também localiza na tradição instaurada pelos gramáticos alexandrinos “o dogma da frase autossuficiente” (p. 102), objeto único da sintaxe (o que ele denomina, parafraseando Marx, de “miséria da sintaxe”). A crítica frontal à recusa da mudança linguística está presente em diversos pontos do relato histórico percorrido, começando pela ideologia linguística instaurada pelos gramáticos alexandrinos, que tomam como modelo a língua escrita e realizam uma identificação automática (e falsa) entre escrita e formalidade, por um lado, e entre oralidade e informalidade, por outro.

Em relação à própria história da língua portuguesa, ao abordar as gramáticas renascentistas, o autor critica a afirmação tradicional de que a correção linguística se encontra no “uso e autoridade dos barões doutos”, localizada na *Gramática da língua portuguesa* (1540) de João de Barros, ao comentar que

“a locução *barões doutos* se fixou nas culturas de língua portuguesa como uma forma de designar as camadas dominantes da sociedade, desde sempre essencialmente masculinas (e brancas)” (p. 204).

Como dizia no início, o leitor de Bagno vai reconhecer nesta *Uma história da Linguística* essa voz crítica que, ao mesmo tempo que percorre com generosa erudição informações históricas e que explica didaticamente conceitos complexos, reflete sobre as causas e as consequências dos preconceitos que fazem da linguagem instrumento e álibi para as mais diversas discriminações. A nós, cabe o agradecimento por esse esforço intelectual por compreender e fazer entender como se foi construindo historicamente o “senso comum” sobre a linguagem e, sobretudo, como ele se relaciona, de formas diversas e muitas vezes contraditórias, com nossa área de conhecimento científico. Ao preencher mais um “oco bibliográfico” na linguística brasileira, Marcos Bagno nos convida, novamente, ao debate.

Referências

BAGNO, M. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

BAGNO, M. **Dicionário Crítico de Sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2017.

BAGNO, M. **Uma história da Linguística, da Antiguidade ao Iluminismo (Tomo 1), e Uma história da Linguística, do século 19 ao limiar do século 20 (Tomo 2)**. São Paulo: Parábola Editorial, 2023.

MEILLET, A. **A evolução das formas gramaticais**. São Paulo: Parábola, 2020.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Parábola, 2021.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

Como citar esta resenha:

LAGARES, Xoán Carlos. Resenha de BAGNO, Marcos. **Uma história da Linguística, da Antiguidade ao Iluminismo (Tomo 1), e Uma história da Linguística, do século 19 ao limiar do século 20 (Tomo 2)**. São Paulo: Parábola Editorial, 2023. 606 páginas. **Revista do GEL**, v. 21, n. 3, p. 321-326, 2024. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>.

Submetido em: 19/08/2024 | Aceito em: 23/06/2025.